



A Casa de Chácara da Rua Bocaiuva

Histórias da Praia de Fora

Coordenação: Centro de Estudos e
Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) – Setor do Memorial

Organização: Eliane Veras da Veiga

Florianópolis
Ministério Público de Santa Catarina
2019

Coordenação: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) – Setor do Memorial

Organização e texto: Eliane Veras da Veiga

Apoio em co-autorias: Pesquisa, entrevistas, edição de textos e de imagens: Aline Steinheuser, Leonardo Bertoldi Borges, Lilian Mendonça e Roseli de Souza Mosimann

Digitalização e pré-edição de imagens: Leonardo Bertoldi Borges

Revisão de texto: Cassiano Ricardo Haag

Capa: Coordenadoria de Comunicação Social do MPSC (COMSO)

Foto da capa: Rua de São Sebastião. Início do século XX. Acervo: Banco de Imagens da Casa da Memória

Editoração eletrônica: Coordenadoria de Comunicação Social do MPSC (COMSO)

Apoio técnico-administrativo: Thiago Maio

Impressão: Gráfica COAN

Tiragem: 1500 exemplares

A Casa de Chácara da Rua Bocaiuva : histórias da Praia de Fora / coordenado por Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Setor do Memorial ; organizado por Eliane Veras da Veiga. - Florianópolis : MPSC, 2019.
361 p. : il. color.

Bibliografia.
ISBN 978-85-62615-12-2

1. História - Florianópolis. 2. Patrimônio histórico. 3. Arquitetura e urbanismo - história - Florianópolis. I. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. Setor do Memorial. II. Veiga, Eliane Veras da. III. Título: Histórias da Praia de Fora.

CDD - 900



Edifício Ministério Público de Santa Catarina – Rua Bocaiúva, 1792
Centro – Florianópolis – SC
(48) 32299173
memorial@mpsc.mp.br
www.mpsc.mp.br

Ficha Catalográfica: Magda Daré (CRB-14/982)

Todos os Direitos Reservados nos termos da Lei nº 9.610/ 1998.

Direitos autorais de Eliane Veras da Veiga

Direitos de publicação desta edição reservados ao editor Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) nos termos do contrato n.010/2018/MP.

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Este livro ou qualquer parte dele não pode ser reproduzido ou usado de forma alguma sem autorização expressa, por escrito, do autor ou editor, exceto pelo uso de citações breves.

Este livro foi editado segundo as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado pelo Decreto Legislativo no 54, de 18 de abril de 1995, e promulgado pelo Decreto n o 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Primeira edição, 2019.

ISBN 978-85-62615-12-2

Impresso no Brasil | Printed in Brazil.

SUMÁRIO

07 AGRADECIMENTOS

09 APRESENTAÇÃO

10 PREFÁCIO

10 Sem Memória não há Presente

13 CAPÍTULO I

FLORIANÓPOLIS: HISTÓRIA, TEMPO E ESPAÇO

15 Uma rua, muitos nomes e alguns séculos de história

16 Origem das Chácaras da Cidade

33 CAPÍTULO II

A PRAIA DE FORA EM 1900

33 A visão de Virgílio Várzea e a memória de outros autores

33 Os “arrabaldes” da Praia de Fora

55 CAPÍTULO III

A PRAIA DE FORA E AS RELAÇÕES ESCRAVISTAS EM DESTERRO

73 CAPÍTULO IV

A HISTÓRIA DA CASA DE CHÁCARA DA BOCAIUVA E OS SEUS PRIMEIROS PROPRIETÁRIOS

74 Manoel Moreira da Silva – o Maneca Diabo

79 Manoel José de Oliveira – o Pendica

81 A Casa de Chácara de José Antônio de Souza Junior – os felizes tempos da Família Jacaré

89 A arquitetura da Casa de Chácara

89 CAPÍTULO V

A RESTAURAÇÃO DA CASA DE CHÁCARA DA BOCAIUVA⁵

91 O conceito do projeto de restauro da Casa de Chácara

92 O restauro da Casa de Chácara

111 CAPÍTULO VI

*A CASA DE CHÁCARA DA
BOCAIUVA: RECORDAÇÕES DA
ALEGRE CASA DOS SOUZA*

- 113 Memórias sobre a Casa de Chácara
- 113 A compra da Chácara da Bocaiuva
- 113 Os vizinhos
- 113 A rua
- 113 A Chácara da Bocaiuva e seus proprietários
- 114 A Segunda Guerra Mundial
- 114 As desapropriações do terreno
- 114 As festas e as cortininhas de crochê
- 114 Os degraus da “cocada”
- 115 O piano
- 115 Os móveis e a banheira de pezinho
- 115 Os Josés
- 115 A **Casa**
- 116 A barbearia do seu Accácio e a abertura da Avenida Professor Othon Gama D’Eça
- 116 O rio chamado Carreirão
- 117 As bodas dos avós e o rio com peixinhos
- 117 A festa das bodas dos avós
- 117 As tias
- 118 As reformas da Casa
- 118 O pedido de tombamento

118 O diário do bisavô e as lembranças das tias

119 A Casa de Chácara do seu Cazuzza nas lembranças da tia Ame

127 As plantações e as criações da chácara dos Silveira

127 O barbeiro da Praia de Fora

127 CAPÍTULO VII

*MARCOS AFETIVOS E LEMBRANÇAS DO
SÉCULO XX*

128 A vizinha Casa do Barão, suas palmeiras gigantes e as frutas raras

128 Hostilidade e medo no tempo da guerra

129 A Praia de Fora: cenário dos hidroaviões

130 Vento sul, ruídos da cidade, mar manso e comércio nos trapiches da Praia de Fora

130 Pescarias, brincadeiras e piqueniques nas areias da Praia de Fora

131 Domingueiras, praias, futebol e conversas na calçada

131 Os vizinhos e as cadeiras na rua

149 CAPÍTULO VIII

*RUA BOCAIUVA: A PAISAGEM, AS
CHÁCARAS E OS MORADORES*

As Chácaras e seus Moradores

150 A chácara de Hackradt

150 O moinho de arroz de Hackradt e Ebel

- 150 A antiga chácara de Ebel
151 As moradas dos Hoepcke e de outros alemães na Praia de Fora
152 A antiga chácara de Edmundo Luz Costa
152 Outras moradas e chácaras na Praia de Fora
153 Fritz Müller na Praia de Fora
154 O poeta Cruz e Sousa, morador do Largo de São Sebastião

Referenciais arquitetônicos e ícones históricos

- 156 Forte de Santana
157 Forno de Lixo
157 A antiga Inspetoria de Rios e Portos Navegáveis da Capitania de Santa Catarina
158 Forte de São Francisco Xavier
159 Bar de Agapito Katcipis
160 Colégio Catarinense
161 Centro Educacional Menino Jesus
161 Capela de São Sebastião
167 A antiga Estação Elevatória de Esgoto e a Praça dos Namorados
167 O chalé da Família Silveira
168 A Casa do Barão
171 Quartel General da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada do Exército – Brigada Silva Paes

- 171 A casa da Família Hoepcke
172 O campo do Avaí ou Pasto do Bode
174 O Forte de São Luís
176 Obelisco bandeirante Francisco Dias Velho
176 A Praça Lauro Müller
177 A Praça Governador Celso Ramos e a Estação Elevatória
177 O antigo Santa Catarina Country Club

227 CAPÍTULO IX

A TRANSIÇÃO DAS LINGUAGENS ARQUITETÔNICAS E OS MELHORAMENTOS URBANOS NA PRAIA DE FORA

- 230 A arquitetura e suas linguagens na Praia de Fora e na cidade
232 A Praia de Fora e os melhoramentos urbanos
233 A Praia de Fora e seus trapiches
234 A Rua Bocaiuva: caminho da Praia de Fora
236 Os bondinhos da Praia de Fora
239 Os ônibus e a Praia de Fora
244 As águas da Praia de Fora: córregos, banhos de mar e saneamento básico
250 A Praia de Fora iluminada a lampiões
252 Melhoramentos urbanos na Rua Bocaiuva
253 Bocaiuva, “Beira-Mar Norte” e o século XXI

291 ÍNDICE TOPONÍMICO

310 IMPORTÂNCIA
DO PATRIMÔNIO CULTURAL E
DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

312 PALAVRAS DA EQUIPE

314 REFERÊNCIAS

326 ARQUIVOS DE IMAGENS

340 FONTES E ACERVOS

AGRADECIMENTOS

Escrever sobre a história da Casa de Chácara da Rua Bocaiuva número 1792 foi anseio assumido cega e apaixonadamente, imaginando que, nesta atividade complexa e envolvente, seria possível sintetizar informações, relatos, documentos, memórias e emoções sobre a Casa e a rua que têm mais de 160 anos de existência. Ilusão! Tantas informações novas surgiram no percurso, que outro texto já poderia ser redigido, reunindo mais depoimentos, fontes e interpretações. Assim, confessamos: este livro é apenas um início despretenso sobre o tema; é uma provocação, tanto para quem vivenciou a Casa e a rua, quanto para quem as conhece há pouco tempo.

Para falar com abrangência sobre a Casa de Chácara, cujo registro mais antigo é de 1855, foi preciso retroceder no tempo e pesquisar os séculos XVIII e XIX. Mas foi a complexidade crescente que Florianópolis ganhou nos séculos XX e XXI, especialmente a partir dos anos 1970, que impressionou e provocou a equipe de pesquisadores a cumprir o desafio. Buscamos documentos históricos em hemerotecas digitais e em arquivos físicos da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes/Biblioteca e Banco de Imagens da Casa da Memória, do Arquivo da Câmara Municipal de Florianópolis, do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis/Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN), do Arquivo Público Estadual de Santa Catarina (APESC), do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, da Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina (BPESC), do Centro Cultural Ruth Hoepcke da Silva/Instituto Carl Hoepcke, do Centro Educacional Me-

nino Jesus (CEMJ), do Colégio Catarinense, do Instituto de Genealogia de Santa Catarina (INGESC), do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, do Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC), além de arquivos fotográficos pessoais, familiares e de colecionadores. Para além da pesquisa de documentos históricos, realizamos entrevistas e registros fotográficos sobre o entorno da Casa de Chácara.

Somamos a isso a indispensável confiança e a colaboração da empresa Prospectiva – Arquitetura, Restauro e Consultoria, com seus levantamentos, prospecções, diagnósticos e projetos para o restauro da casa. Tomamos por empréstimo crônicas pitorescas e românticos recortes no tempo deixados por Adolfo Nicolich, Álvaro de Carvalho, Franklin Cascaes, Othon Gama d’Eça, Oswaldo Cabral, Renato Barbosa, Virgílio Várzea, entre outros memorialistas. E, como se trata de uma história que chega ao momento presente, incluem-se relatos e memórias dos que participaram desse processo num tempo mais recente.

Queremos agradecer, portanto, além das instituições citadas, aos cronistas, aos jornalistas, aos historiadores e aos memorialistas entrevistados e a todos os nominados ao longo do texto, cujas informações procuramos sistematizar sem perder a autenticidade. Agradecimento especial à colaboração preciosa de pessoas sem as quais este trabalho não teria chegado a esta composição, a saber: Adelson André Brüggemann, Aldo von Wangenheim, Angela da Veiga Beltrame, Ana Maria Ludwig Moraes, Annita Hoepcke da Silva, Beatriz Gallotti Mamigonian, Beatriz da Veiga Beltrame, Circe Gama D’Eça Liana Lestard, Cassiano Ricardo

Haag, Cassio Silveira, Carmem Maria Silveira, Dalva Schütz Camillo, Denise Tomasi, Elio Cantalício Serpa, Gabriel Bourg, Giovani Bonetti, Gilberto Gerlach, Ian Lippi, Jeanine Mara Tavares, Laís Soares Pereira, Laudelino José Sardá, Leandro de Souza Rodrigues, Lilian Mendonça, Lucas Medeiros Zunino, Maria Teresa Santos Cunha, Max José Müller, Murilo Mauro Silveira, Nereu do Vale Pereira, Oneide Barbosa Coelho, Patrícia Grumiche Silva, Paulo Ricardo Caminha, Raulino José Zimmermann Neto, Rosângela da Costa Diniz, Roseli Maria de Souza Mosimann, Rui Stanzani Lapa, Silvio Hickel do Prado, Sinval Silveira, Thiago Guedes Willecke, Thiago Maio, Verônica Orlandi, Yvone Veras da Veiga, Zeco Tertschitsch.

Pedimos desculpas àqueles que, de alguma forma, foram protagonistas e testemunhas desta história, mas que omitimos, por desconhecimento ou falta de acesso, a tempo de concluir esta etapa que agora se publica. Este livro não é ponto final; apenas dá o start, motivando, no futuro, outras peregrinações pela Rua Bocaiuva, a coletarem outros depoimentos e outras memórias.

Destaque-se a confiança incondicional do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), na pessoa dos senhores Marcelo Gomes da Silva e Thiago Maio, grandes articuladores deste trabalho. Agradecemos a colaboração prestada por toda a equipe do MPSC e a Roseli Maria de Souza Mosimann, pela cuidadosa leitura dos originais.

Por fim, com muita satisfação, agradecemos aos incansáveis Aline Steinheuser e Leonardo Bertoldi Borges, agora arquitetos urbanistas, pela produção em muitas frentes e em tão curto espaço de tempo: no resgate de fotografias antigas, na análise de plantas e mapas comparados aos contemporâneos, na pesquisa em arquivos e bibliotecas, em fontes primárias, em acessos à internet, nas entrevis-

tas, nas transcrições, na digitação, na edição e complementação de textos, na elaboração de figuras e na produção de fotografias atuais.

Concluindo, desejamos que o livro contribua para promover a Casa de Chácara como um novo espaço, aglutinador de memórias e interpretações a respeito da complexa realidade do passado, seja pelas experiências e pelos testemunhos, seja pelos personagens com suas extraordinárias lembranças sobre a Rua Bocaiuva. Que seja construído por todos os que assim o desejarem.

Eliane Veras da Veiga

Florianópolis, 2019

APRESENTAÇÃO

Quem passa pela Rua Bocaiuva número 1792 tem a atenção voltada para a pequena construção térrea, elegante, com seu porte modesto valorizado pelo equilíbrio da composição: o telhado de barro e as três janelas envidraçadas à frente. Pode-se dizer que essa construção é um lugar de memórias: referencial de vidas, de famílias, de formas de morar e conviver que foram se transformando, junto às mudanças da própria paisagem, ao longo de mais de um século.

A Casa em si é testemunho materializado desse outro tempo.

A esses “lugares de memórias” são atribuídos significados e símbolos próprios que marcam no espaço a relação com o passar do tempo. Esses lugares são marcos referenciais de uma sociedade e servem, entre tantas coisas, para manter acesa a sua memória.

Cada bem patrimonial constitui um elo da corrente que liga passado, presente e futuro, reforçando princípios, valores e tradições.

Ao evidenciá-los, seja por publicações, prospecções arqueológicas ou restauros, evocamos lembranças, criamos reflexões sobre os caminhos percorridos pela sociedade ao longo do tempo, desvelamos vivências, valores, episódios e experiências, que resultam em novos debates e visões sobre a sociedade e o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. Ao compreender o patrimônio cultural como uma herança importante para o futuro, é nosso dever buscar a melhor forma de preservá-lo em sua totalidade, materialidade e história.

Parte da memória dessa Casa, tombada desde 1986, restaurada entre 2017 e 2018, incorporada pelo Ministério Público de Santa Catarina e agora nominada Casa Bocaiuva, resulta no livro que o leitor tem em mãos. O intento desta publicação, em um primeiro plano, é contribuir com o processo de salvaguarda desse imóvel, apresentando o resultado da pesquisa histórica e do restauro de uma das mais expressivas linguagens arquitetônicas de Florianópolis – a Casa de Chácara. No decorrer da

pesquisa, foi possível rememorar fatos ocorridos na emblemática Rua da Praia de Fora e dos antigos proprietários, redescobertos e retratados nas páginas desta obra. Conhecer momentos da história do folclórico Maneca Diabo, de Pendica ou do Comandante Souza é um retorno ao passado, assim como ocorre cada vez que adentramos no salão principal da Casa. Ademais, o próprio processo de restauro da casa luso-brasileira, conduzido sob a melhor técnica, é retratado com primor em texto e imagens, constituindo-se também em personagem no livro.

Concluídos o restauro, a pesquisa e o livro, o próximo passo é devolver esse patrimônio para o uso da sociedade. Com esse propósito, iniciamos também uma nova etapa em que memória, história e patrimônio cultural ampliam o conceito institucional original do Memorial do MPSC, agregando ao lugar de memória ações socioculturais voltadas à comunidade. A Casa, futuramente, servirá como espaço sociocultural onde todos poderão participar ativamente de projetos, exposições, mostras e ações educativas. Essa iniciativa em prol da sociedade legitima o trabalho, enobrece o ofício ministerial e recompensa com honrarias todo o esforço e a dedicação dispensados à construção de um espaço que prestigia a arte, o patrimônio cultural e a pesquisa histórica em todo o seu infinito espectro de possibilidades, materializando uma entrega que faz sentido a toda a sociedade catarinense.

Com gratidão, recordamos o caminho que percorremos nesse projeto até o momento, agradecendo à autora e a sua equipe e, em especial, no âmbito do Ministério Público, aos Procuradores-Gerais que iniciaram e deram sequência a essa empreitada, aos Diretores do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e aos servidores que, com sua determinação, deram luz a novas memórias da instituição e da sociedade catarinense.

FERNANDO DA SILVA COMIN
Procurador-Geral de Justiça

PREFÁCIO

Sem Memória não há Presente

O trabalho coordenado pela professora e arquiteta Eliane Veras da Veiga é um chamamento expressivo à consciência histórica e cultural da cidade. Florianópolis é uma cidade adormecida no tempo, como se não houvesse passado e se o futuro dependesse apenas de suas praias. É impossível conceber que, em um raio de quatro quilômetros, gestores públicos não enxerguem a importância de se ressaltar a história que dignifica a cidade, que um dia se chamou Desterro.

Em um olhar cinematográfico da Ilha consegue-se resgatar séculos de acontecimentos. Os navegadores europeus deixaram registros históricos, de valores culturais, ao descreverem a ilha e seus habitantes naturais, os carijós, enquanto a Revolução Federalista transformou Desterro na capital do Brasil, com presidente e ministros provisórios, terminando com o fuzilamento de 198 catarinenses na Ilha de Anhatomirim. E parece que não somos nada, sem passado.

Esta grande obra leva o leitor a descobrir que na Rua Bocaiuva, número 1792, há um bem arquitetônico, felizmente tombado como patrimônio público de interesse cultural. E Eliane e a sua equipe ressaltam a importância da cidade preservar suas construções históricas, referências de paisagem, como um legado que as letras, fotografias, mapas e plantas vão poder descrever com mais facilidade.

Poucas pessoas, que circulam pelas ruas da cidade, alçam os olhos para apreciar as construções que caracterizaram linhas sociais e ocupações territoriais na Ilha. É justamente esta a

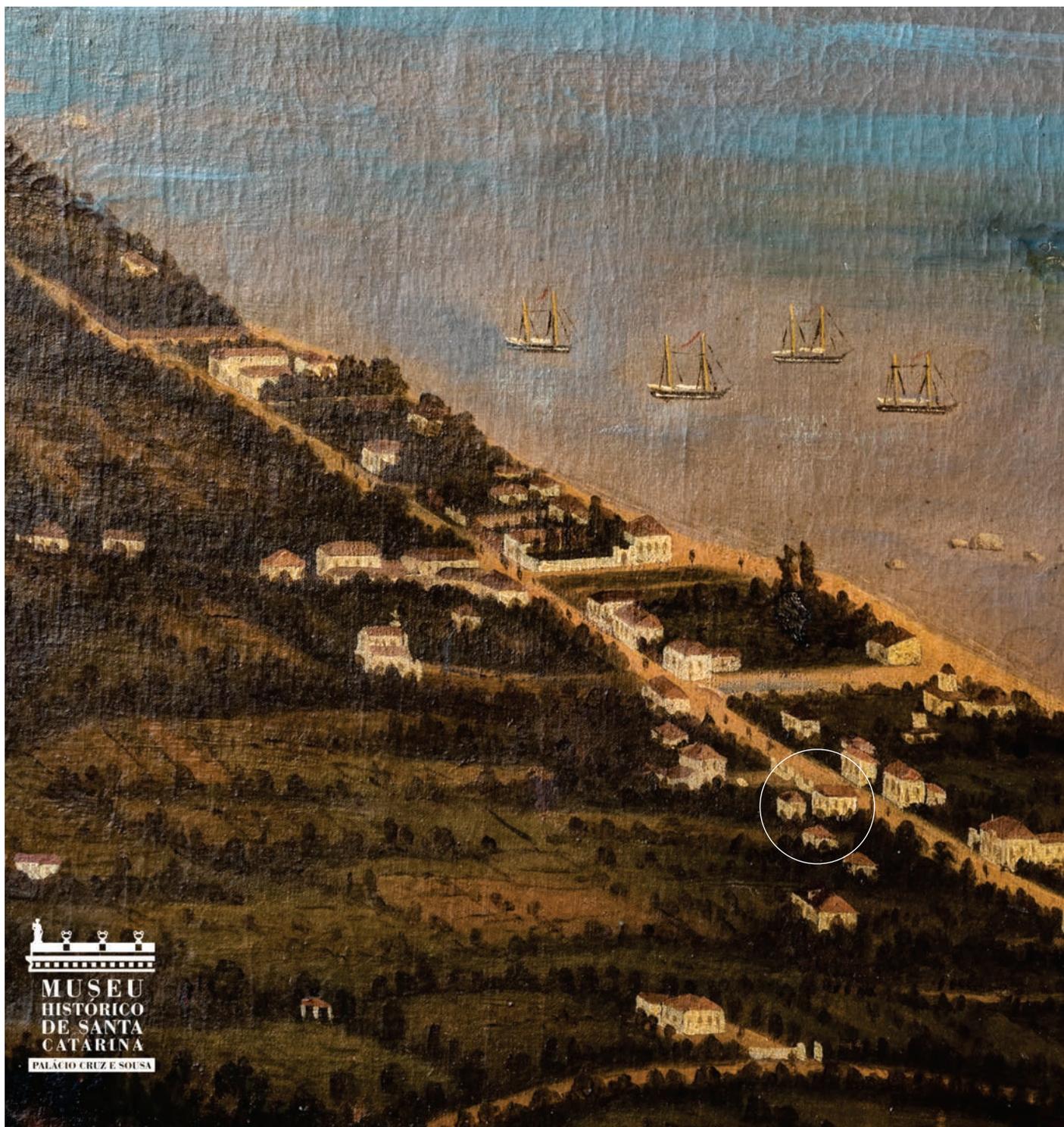
preocupação de Eliane e sua equipe, de preservar o que ainda há de alusões espaciais antigas, para que a memória esteja registrada, sem o risco de desaparecer.

Ademais, a obra traz provocações críticas, enfocando comportamentos da sociedade desterrense e florianopolitana, antes e depois do período escravocrata, ressaltando além de relatos e descrições históricas, percepções contemporâneas que interessam a toda a gente.

Ao trazer à tona estes registros, a equipe estimula aqueles que detêm conteúdo sobre este local, para que continuem a disponibilizá-los, a fim de sistematizar outras informações sobre o eixo da antiga Rua da Praia de Fora e o distrito da cidade onde ela se insere, sensibilizando, educando e conscientizando a sociedade sobre os valores da paisagem cultural remanescente e o seu potencial de utilização.

Este livro é mais que uma lição: Florianópolis precisa enxergar, valorizar, abraçar e conservar o seu passado, para sempre identificar seus lugares referenciais de memória. O leitor consegue identificar nesta obra a importância de a nossa antiga Desterro estar sempre lembrada com um passado riquíssimo.

Laudelino José Sardá
Jornalista, professor e escritor



Detache da vista do Desterro no século XVIII. Óleo sobre tela, de Joseph Brüggemann, s/ título.

“Eu amo a rua...

Os dicionários dizem: ‘Rua, do latim ruga, sulco. Espaço entre as casas e as povoações por onde se anda e passeia’. [...] Abri o primeiro, abri o segundo, abri dez, vinte enciclopédias, manuseei in-folios especiais de curiosidade. A rua era para eles apenas um alinhado de fachadas por onde se anda nas povoações.

Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! Em Benares ou em Amsterdão, em Londres ou Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é a agasalhadora da miséria. Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. A rua é o aplauso dos médiocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte. [...].

A rua é generosa. O crime, o delírio, a miséria não os denuncia ela. A rua é a transformadora das línguas. Os Cândido de Figueiredo do universo estafam-se em juntar regri-nhas para enclausurar expressões; os prosadores bradam contra os Cândido. A rua continua, matando substantivos, transformando a significação dos termos, impondo aos dicionários as palavras que inventa, criando o calão que é o patrimônio clássico dos léxicons futuros. A rua resume para o animal civilizado todo o conforto humano. Dá-lhe luz, luxo, bem-estar, comodidade e até impressões selvagens no adejar das árvores e no trinar dos pássaros”.

João do Rio, 1908: A alma encantadora das ruas - Fragmento

CAPÍTULO I

FLORIANÓPOLIS: HISTÓRIA, TEMPO E ESPAÇO

A *Casa de Chácara* da Rua Bocaiuva número 1792 foi construída na metade do século XIX, por volta de 1855, num tempo em que a Cidade do Desterro – atual Florianópolis – já estava consolidada como Capital da Província de Santa Catarina.

Mas a importância da Ilha de Santa Catarina é bem mais antiga, visto que, desde o século XVI, a situação das Baías Norte e Sul caracterizava Nossa Senhora do Desterro como fundamental porta de entrada para o Brasil meridional. A região atraía os navegadores, que tinham ali um ponto de apoio estratégico, porto ideal em qualquer vento, e na direção ao Atlântico Sul, oceano constantemente buscado.

Fundada pelo bandeirante paulista Francisco Dias Velho, no século XVII, a localidade começou a prosperar em 1726, quando foi elevada à condição de Vila de Nossa Senhora do Desterro. Tornou-se sede de governo da Capitania de Santa Catarina e Terras de Sant'Anna em 1738. Nesse ano, teve início a construção de seu conjunto de fortalezas, guarnecendo os canais de acesso às duas baías: ao Norte, Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratonos; ao Sul, Nossa Senhora da Conceição. As quatro fortalezas foram construídas entre 1738 e 1744. No centro da localidade, na Vila do Desterro, foram instalados os edifícios representativos das lideranças religiosa (a Igreja Matriz), de governo (o Palácio) e de legislatura e justiça (a Casa de Câmara e Cadeia) – todos eles hoje preservados, no entorno da Praça XV de Novembro.

Entre 1748 e 1756, mais de 6 mil imigrantes açorianos e dezenas de madeirenses povoaram e colonizaram essa região. Eles se instalaram em localidades ilhoas e no Continente, imprimindo notáveis características culturais, que ainda predominam, amalgamadas às culturas indígena e africana, bem como aos mais recentes aportes étnicos e culturais.

Esse contexto resultou hoje em molduras históricas em que os fatos ocorrem, seja no Distrito Sede, na Ilha ou no Continente; seja na Lagoa da Conceição, no Pântano do Sul, em Ratonos, no Ribeirão da Ilha, em Santo Antônio de Lisboa, em São João do Rio Vermelho, no Campeche, na Barra da Lagoa, nos Ingleses, em Canasvieiras, no Rio Tavares, entre tantos rincões de preciosas paisagens, onde vive uma população de mais de 485 mil habitantes.

No atual centro da cidade, concentra-se o maior número de edificações preservadas, distribuídas em ruas e praças, que refletem linguagens variadas: colonial, neoclássica, eclética. São não apenas antigas moradias – sobrados, casas de chácara, chalés e bangalôs – antigas fábricas, igrejas, escolas e há edifícios públicos e privados. São dez os conjuntos tombados e classificados pelos Decretos Municipais n. 270/1986 e n. 521/1989 respectivamente, os quais identificam as áreas mais antigas da construção da cidade, com diferentes características: região de porto, região de chácaras, área comercial, centro religioso, cívico e administrativo, entre outras. Quatro são as edificações que integram o conjunto VIII, chamado *Praia de Fora*, no Decreto-Lei n.

270/1986: a Casa do Barão (hoje agência do Banco Itaú), a *Casa de Chácara* (que foi dos Souza; hoje é o Memorial do Ministério Público), a sede da Brigada Silva Paes e a residência de Udo e Aldo von Wangenheim. A quadra da *Casa de Chácara* é classificada como Área de Preservação Cultural (APC), assim como o conjunto IX, da Rua do Passeio, e mais oito conjuntos no centro da cidade, que foram tombados pelo mesmo decreto, em 1986.

Posteriormente, também foram tombados pelo Município o chalé dos Silveira, número 1686 (antigo número 32), bem como o chalé duplo, número 1761 (antigo número 47), pelo Decreto Municipal n. 579/2000 (retificado pelo Decreto Municipal n. 637/2000).

Além do casario que foi preservado, há ruas historicamente consagradas. O mais antigo e importante eixo de ligação entre as Baías Norte e Sul é formado pelas Ruas Esteves Júnior (na chamada Praia de Fora, na esquina com a Rua Bocaiuva), e a sua continuação, a Rua Álvaro de Carvalho, que faz esquina com a Rua Conselheiro Mafra, no centro da cidade.

Se, na Baía Sul, a Rua Conselheiro Mafra se caracterizou por um traçado colonial tradicional, de tendência mais ortogonal, com lotes menores e pela presença de porto, mercado, alfândega e sobrados comerciais e residenciais geminados, que ainda permanecem ali, a Baía Norte, por sua vez, foi pontilhada por edificações residenciais, unifamiliares, de porte e requinte, alojadas em amplos lotes, os quais são hoje áreas muito valorizadas, onde, a partir da década de 1970, a ocupação vertical de doze ou mais pavimentos começou a substituir as antigas residências.

A entrada da Capital catarinense no século XX foi marcada por transformações profundas na fisionomia da cidade. Progressos, como a oferta das linhas de bondes a tração animal (1908), da energia elétrica (1910) e

das primeiras redes de água e esgoto encanado (1913 a 1916), além do importante destaque – a Ponte Hercílio Luz (1926) –, foram marcos propulsores do desenvolvimento da Capital, facilitando o contato com o interior do Estado e com o restante do País.

A partir da segunda metade do século XX, novos vetores do crescimento da cidade foram impulsionados pelo incremento rodoviário, pela instalação de empresas estatais, da Universidade Federal e pelo avanço da atividade turística. Na década de 1970, esses fatos contribuíram para o crescimento demográfico e para o impacto imobiliário. Como consequência, a paisagem urbana se alterou drasticamente. Edificações seculares continuam sendo derrubadas, dando lugar a edifícios modernos e atendendo a exigências do trânsito, a fim de privilegiar o automóvel. O aterro de 6 Km² sobre a Baía Sul é reflexo dessa política urbana. O antigo porto, desativado na década de 1960, foi aterrado. A nova área de acrescido de marinha recebeu as alças do sistema viário, que se conecta às pontes Colombo Machado Salles, inaugurada em 1975, e Pedro Ivo Campos, inaugurada em 1991. Na antiga Praia de Fora, o aterro da Baía Norte, iniciado na década de 1960 e concluído na de 1970, deu a arrancada para a grande transformação da paisagem da orla.

A área territorial de Florianópolis compreende 436,50 Km², sendo 424,40 Km², na Ilha de Santa Catarina e 12,10 Km² na área continental. O Distrito Sede de Florianópolis ocupa cerca de 62,44 Km² de área insular e 12,1 Km² de área continental, sendo que a Lei Municipal n. 5504/1999 passou a denominar os seguintes bairros, na área urbana insular do Distrito Sede: Agronômica, Centro, Córrego Grande, Costeira do Pirajubaé, Itacorubi, João Paulo, José Mendes, Monte Verde, Pantanal, Prainha, Saco dos Limões, Saco Grande I, Saco Grande II, Santa Mônica e Trindade. Na área

urbana continental denominam-se: Abraão, Balneário, Bom Abrigo, Canto, Capoeiras, Colônia, Coqueiros, Estreito, Itaguaçu, Jardim Atlântico, Monte Cristo, Pró-Morar, Sapé e Vila São João, entre outros.

A região que se apresentou no passado como o eixo à beira-mar da “Praia de Fora” faz parte hoje, efetivamente, do Distrito Sede e do Bairro Centro, sendo que a continuação desse eixo segue em direção Norte, para o Bairro Agrônômica, depois, Trindade e demais bairros, pela Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos e a sua continuação, a Avenida Governador Irineu Bornhausen.

Recentemente estamos presenciando novas mudanças na infraestrutura urbana, com reflexos na paisagem do Distrito Sede e nos demais distritos. Novos aterros na Ilha e no Continente, a verticalização e o adensamento construtivos, acumulando gabaritos ainda mais altos, a ocupação de encostas, as alterações no sistema viário, com a duplicação de rodovias, a criação de elevados e o túnel são mudanças às quais se agregam maiores desafios. Há necessidade de se enfrentar a mobilidade urbana reduzida, as desigualdades sociais, somadas às questões de saúde, segurança, saneamento básico e educação. As demandas funcionais desse novo tempo incluem readequação do sistema viário, a adoção de sistema modal, a ampliação do aeroporto e a criação de atracadouros marítimos de grande porte. Conclui-se que o século XXI apresenta cada vez mais e maiores mudanças de paisagem e, consequentemente, de comportamento. Portanto, é saudável, e mesmo vital, manter visíveis alguns referenciais do passado e mesmo destacá-los no espaço urbano, garantindo âncoras emocionais que favoreçam modos de viver e de se relacionar mais humanizados com a paisagem.

Uma rua, muitos nomes e alguns séculos de história

A Rua Bocaiuva é uma das vias mais antigas do Centro de Florianópolis. Rua onde os nomes mudaram, mas as referências permanecem. Atualmente ela se estende da esquina com a Rua Esteves Júnior até a esquina com a Avenida Mauro Ramos, onde passa a se chamar Heitor Luz. Dali segue até a esquina com a Rua Demétrio Ribeiro e continua no sentido Leste, com o nome Rua Frei Caneca, até chegar à Agrônômica. Prossegue com a denominação Rui Barbosa e, depois, Delminda Silveira, já no Bairro Trindade. No sentido Oeste, a continuação da Rua Bocaiuva, a partir da Rua Esteves Júnior, chama-se rua Almirante Lamego, a qual passa por baixo da Ponte Hercílio Luz e alcança a Alameda Adolfo Konder.

A Rua Bocaiuva é um trecho do caminho que, no século XVIII, percorria o “arrabalde da Praia de Fora”. Segundo Veiga (2010, p. 308), seguia paralelo à linha da praia e fechava uma triangulação de rotas no perímetro da área mais adensada no centro da pequena cidade. Ao observar as plantas mais antigas que desenham a “Vila Capital” de Santa Catarina, percebe-se essa rota marcada à beira-mar e alguns locais de destaque, entre eles, o Forte de Santana, (1765), o Forte de São Luís (de 1771), a fonte de água do mesmo nome, o Forte de São Francisco Xavier (1761) e os caminhos, que equivalem hoje à Rua Esteves Júnior, à Avenida Mauro Ramos e à Rua Demétrio Ribeiro.

Assim, a trilha que acompanhava a “Praia de Fora beira-mar” se estendia por todo o eixo que hoje corresponde às Ruas Almirante Lamego e Bocaiuva. Só em 1848 a Rua da Praia de Fora teve seu arruamento e cercas de-

feridas pela Assembleia Legislativa Provincial. A continuação – as atuais Ruas Heitor Luz e Frei Caneca – provavelmente eram simples trilhas àquela altura do século XIX. Esse simples caminho, no início do século XX, já alcançava a chamada “Estação Agrônômica”, onde, até 1934, ficavam a garagem dos bondes puxados a burros e a área de descanso dos animais.

O primeiro nome oficial do eixo em questão foi “Rua da Praia de Fora”. Posteriormente, chamou-se “Rua de São Sebastião”, que se tornou “Bocayuva”; e a “Rua de Sant’Anna”, que passou a ser Almirante Lamego. A antiga Rua de São Sebastião mudou de nome, assim como várias ruas da cidade e mesmo do Brasil, após a Proclamação da República (1889). Passou a ser Rua Bocaiuva, em homenagem ao jornalista e político republicano Quintino Bocaiuva. Assim, Rua Bocaiuva acabou por se tornar o nome mais recorrente, a que a população ainda hoje se refere para fazer menção a esse eixo viário que concentra tantas referências históricas.

Origem das Chácaras da Cidade

A *Casa de Chácara* da Rua Bocaiuva representa, hoje em dia, as históricas moradas, sedes desses minifúndios rurais da antiga cidade de Nossa Senhora do Desterro. Uma visão dessas chácaras foi publicada por Paulo José Miguel de Brito, em 1829, em que ele registrou Desterro:

“Nos subúrbios da Vila há algumas chácaras particulares, que imitam de modo possível as quintas de Portugal, em que seus donos têm feito pequenos jardins e sofríveis pomares [...]. As avenidas da vila são agradáveis por serem bordadas de ambos os lados por limoeiros plan-

tados a diminuta distância uns dos outros [...] assim continuaram até os arrabaldes [...]”.

Há registros ainda mais antigos, como os datados de 1766, apontando toda a região da “Praia de Fora beira-mar”, pertencente ao Rossio da Câmara, ou seja, terras da municipalidade. Segundo Veiga (2010), uma consequência da dificuldade em conhecer e demarcar, de fato, os limites dessa propriedade pública foi o atraso na oficialização e na defesa do rossio, tornando imprecisos os direitos do uso e da posse de muitas terras no meio urbano. Assim, essas áreas públicas foram, aos poucos, ocupadas e urbanizadas por particulares. Podiam ser terrenos remanescentes de títulos de propriedade, oriundos da época da fundação da Vila de Nossa Senhora do Desterro, entre os anos de 1663 e 1675, ou ainda, terrenos devolutos, de marinha ou mesmo de propriedades públicas. “Doações indevidas” concedidas a cidadãos comuns e à sua descendência transformaram terrenos de todo o centro da cidade em chácaras particulares. Ali predominaram as características rurais, em detrimento das urbanas, até o século XIX, ou mesmo o início do XX.

Veiga (2010, mapa 21 e p. 323-324) indica que as chácaras seguiram mais ou menos um padrão, valorizando a ocupação das regiões mais altas. O sítio por excelência da antiga chácara era “lugar saudável, enxuto, de clima seco”; as várzeas frias e úmidas eram rejeitadas. Parafraseando Canabrava (1953, p. 102), em geral, a frente ou a entrada principal da chácara estava disposta para a via principal. O grande fundo, que deve ter sido o último limite de propriedade a ser demarcado, procurava, eventualmente, o curso de água mais próximo. Tal característica – a presença de córregos – foi comum na Praia de Fora. Pelo

menos cinco deles podem ser observados nos mapas antigos.

Conforme Peluso Júnior (1991, p. 13), *“as pequenas propriedades rurais nos arredores da cidade pertenciam a pessoas abastadas que as tinham como refúgio, mas em parte também a agricultores que delas viviam. A cidade assim não teve facilidade para se expandir, porque os ricos não queriam se desfazer dessas áreas de recreação e os agricultores relutavam em trocar seu meio de vida agrícola pelo citadino. O plano urbano, então, era crescido quando a chácara se dividia por partilha hereditária ou quando o proprietário optava pelo lucro que lhe proporcionaria a divisão da terra”*.

As chácaras se caracterizaram, portanto, como grandes extensões de terra, com uma sede – geralmente construída próxima à rua, áreas de mata, bosques, pequenas plantações, criação de animais, pomares e hortas. Eram atravessadas por córregos; algumas dispunham de nascentes ou minas d’água, o que aumentava o valor da propriedade. Como moradias permanentes de famílias abastadas, priorizaram, na sua organização, as atividades domésticas, em detrimento das atividades produtivas. Para ambas, até o século XIX, contavam com a mão de obra escrava, cujas principais atividades foram citadas por Cabral (1987, p. 167):

“[...] empregados domésticos e das casas de negócio de seus senhores [...] carregadores, estivadores, jornaleiros, serventes, encarregados da limpeza das casas, lavadores de vidros de casas, vendedores ambulantes, operários de várias classes, como pedreiros, carpinteiros, pintores etc. As mulheres eram, na quase totalidade, domésticas, empregando-se na cozinha, como doceiras, engomadeiras, amas etc.”

As chácaras eram residências construídas dentro de padrões urbanos, porém, cercadas de áreas verdes, com depósitos, coqueiras, celeiros e instalações anexas para os criados. Para além da moradia, a área restante era ocupada por campos, bosques e jardins privados, onde se cultivavam flores e ervas medicinais. Os quintais voltados ao serviço não dispensavam árvores frutíferas e viveiros: dalias, rosas, orquídeas, mandioca, banana, milho, café, laranjas, limões, goiabas, carvão, lenha, ovos, galinhas, patos, porcos, ovelhas, vacas e cavalos estavam entre as produções e criações de abastecimento familiar, com a comercialização de algum excedente.

Nos séculos XIX e XX, as chácaras identificavam regiões como a da Praia de Fora, bem como a região do Mato Grosso (de onde a Rua Presidente Coutinho é antigo eixo que se destaca, desde 1868) e do caminho ao longo da Rua do Passeio. Veiga (2010) indica alguns desses amplos terrenos de chácaras, posteriormente desmembrados e que geraram quarteirões diferentes, com terrenos menores. Além de casarões de centro de lote, os edifícios de alto gabarito começaram a caracterizar uma ocupação moderna, a partir da segunda metade do século XX, o que marca o nascimento de um novo interesse sobre essa região.

Entre os espaços da Baía Norte que ficaram até hoje sob domínio público, estão as Praças Governador Celso Ramos e Lauro Müller, o largo resultante da demolição do antigo Forte de São Luís (vizinho à Praça Lauro Müller e fronteiro ao Beiramar Shopping), o Largo São Sebastião (fronteiro à igreja do mesmo nome, área doada por vários antigos proprietários) e a Praça Esteves Júnior, resultado da demolição do Fortim de São Francisco Xavier. Algumas dessas áreas foram mantidas como de uso público porque, até o início do século XIX, o Ministério do Império proibia edificar nas terras da orla marítima, definindo assim

uma das primeiras normas de zoneamento urbano da Cidade do Desterro. Isso favoreceu a preservação da praia como terreno reservado ao uso coletivo da população e essa foi a configuração até a década de 1960. Os aterros e a progressiva urbanização da Avenida Beira-Mar alteraram de maneira drástica e definitiva a antiga e bucólica paisagem.

Na Praia de Fora do século XIX e início do XX, o principal ancoradouro ficava em frente à atual Praça Esteves Júnior. Mas, em toda a orla norte, havia diversos trapiches, já que esta era excelente ancoradouro, abrigado do vento sul, orientação que impedia os barcos de atracar onde era habitual, no Trapiche Municipal, na Baía Sul, em frente à Praça da Matriz Catedral. Os lotes da região da cidade que tinham fundos voltados para o mar eram vistos como locais de despejo, áreas frequentadas apenas por pescadores, barqueiros que faziam a travessia do canal ou algum raro banhista. O banho de mar era pouco usual; não era bem visto; havia praticantes esporádicos, adeptos de hábitos “modernos” de saúde. Ainda persistem alguns vestígios desse tipo de lote pequeno, cujo muro era voltado para a praia e o portão para o acesso social na Rua Bocaiuva, como nas edificações da quadra fronteira ao Beiramar Shopping.

A Praia de Fora, apesar de ser ocupada por casarões, sedes de chácaras e residências de pessoas abastadas, teve a sua orla despregiada, com pouco valor imobiliário, até o início do século XX. Esses espaços eram dedicados ao lazer, a pescarias, a brincadeiras infantis e ao desague de diversos pequenos córregos, que atravessavam as chácaras e, depois, o eixo da rua, até alcançar a Baía Norte.

As Baías Norte e Sul foram também cenário de muitas competições. O remo esportivo ganhou força com a fundação dos três clubes náuticos, Martinelli, Riachuelo e Aldo Luz,

entre 1915 e 1918, quando essas agremiações criaram uma liga oficial na Capital. Embora as águas da Baía Norte já fossem cortadas pelos primeiros yoles, as regatas mais prestigiadas ocorriam geralmente na Baía Sul.

Os terrenos da Rua Bocaiuva e de suas extensões, pontuados pelos chalés, bangalôs, palacetes e sedes de chácaras, tiveram certo prestígio, principalmente na área acima da praia, enquanto que os pequenos lotes à beira-mar passariam a ter maior valor com o aterro da Avenida Beira-Mar. Ali, com o aumento do interesse imobiliário na década de 1960, alternavam-se casas de um ou dois pisos, uma ao lado da outra, sobrados modernos, já voltados para o mar, numa visão mais arrojada. Depois, alguns edifícios de pequeno gabarito, até quatro pavimentos, como o Edifício Antônio Luiz, construído em 1960 (Rua Almirante Lamego n. 655) e o Edifício Luiz Fernando, construído em 1965 (Rua Henrique Brüggeman n. 57) começaram a incrementar o gabarito da região. Era uma nova maneira de usufruir da paisagem e de relacionar-se com a Baía Norte.

Outra linguagem que começou a despontar em vários pontos da cidade e que teve a Praia de Fora como cenário foi a modernidade de arquitetos e engenheiros como Bóris Tertschitsch, que, em 1972, projetou sua residência de formas arrojadas, construída em 1977, na Avenida Beira-Mar número 1210, também com fachada para a Rua Almirante Lamego.¹ A casa,

¹ Filho de iugoslavos, Boris nasceu em Florianópolis em 1929. Courseou Engenharia na Faculdade Mackenzie, em São Paulo especializando-se em arquitetura. Na década de 1950, voltou para Florianópolis para projetar a casa da família Gama d'Eça, entre outras inovadoras edificações, como as residências Dimatos, Evangelista, Cruz Lima e Bastos. Bóris idealizava projetos requintados e elegantes, isolando áreas íntimas e sociais. Sua marca foi a valorização e a integração dos jardins, trazendo o exterior para o interior das construções, criando jardins de inverno e floreiras. Entendendo o projeto e a execução como algo coeso, projetava, executava e decorava, proporcionando linguagens homogêneas ao conjunto “casa e mobília”. Incorporava objetos de decoração de outros lugares do país, novidades para

que foi vendida anos mais tarde, já sediou restaurantes e hoje ali funciona uma academia de musculação.

Junto com os novos sobrados, vieram prédios de 12 pavimentos, como o pioneiro Edifício Beira-Mar, construído em 1971, que foi o primeiro grande edifício de apartamentos da Avenida. Mais recentemente, o Majestic Palace Hotel foi construído com 24 pavimentos e heliponto. Também o edifício previsto para receber um hotel da rede Marriott, com 18 pavimentos, construído em 2018, está entre os marcos da verticalização da paisagem, inovação nos sistemas construtivos e na mudança de interesses, que trouxeram à importante Avenida Beira-Mar e à Rua Bocaiuva a conotação de região elitizada da cidade, com funções turísticas, comerciais e de lazer, além da residencial.

Na Rua Bocaiuva, atualmente, alguns lotes são confrontantes ou incorporaram aqueles estruturados na Avenida Beira-Mar, após o aterro da década de 1970. Nos dois tipos de lote, permite-se gabarito elevado de 12 a 16 pavimentos, estimulando construções modernas e de alto padrão, regulamentada pelo Plano Diretor vigente. Mesmo assim, graças às ações pioneiras de preservação do patrimônio arquitetônico de valor cultural, ali foram preservados referenciais históricos notáveis. Essas construções antigas e as praças são essencialmente as ocupações que humanizam a rua, espaço que agrega memória, história, tradições e arte.

uma Florianópolis ainda limitada nesse quesito. Bóris faleceu em 1991, após deixar marcas expressivas na arquitetura contemporânea de Florianópolis e região.

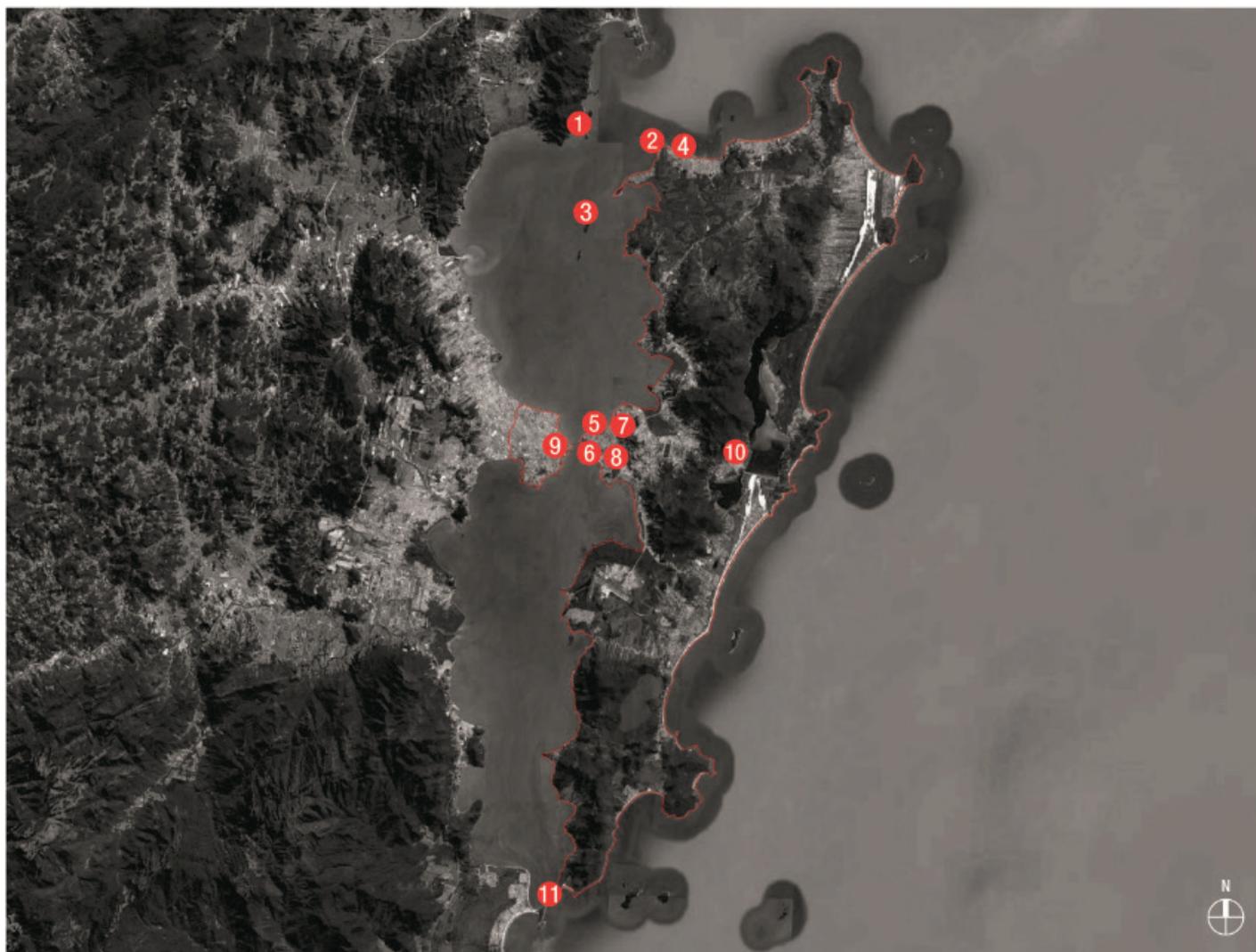


Imagem de satélite Google 2018. Adaptado por Leonardo Bertoldi Borges

ILHA DE SANTA CATARINA E CONTINENTE FRONTEIRO. INDICAÇÃO DAS SUAS FORTIFICAÇÕES / sem escala

- | | | |
|--|---------------------------------------|---|
| 1 FORTE SANTA CRUZ - ILHA DE ANHATOMIRIM | 5 FORTE SÃO FRANCISCO XAVIER - CENTRO | 9 FORTE SÃO JOÃO - ESTREITO |
| 2 FORTE SÃO JOSÉ - PRAIA DE JURERÊ | 6 FORTE SANTANA - CENTRO | 10 FORTE N. SRA. DA CONCEIÇÃO - LAGOA |
| 3 FORTE SANTO ANTÔNIO - ILHA DE RATONES GRANDE | 7 FORTE SÃO LUIS - CENTRO | 11 FORTE N. SRA. DA CONCEIÇÃO - ILHA DE ARAÇATUBA |
| 4 BATERIA DE SÃO CAETANO - PRAIA DE JURERÊ | 8 FORTE SANTA BARBARA - CENTRO | |

— LIMITE DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Figura 1 – Ilha de Santa Catarina e continente fronteiro. Indicação das suas fortificações.

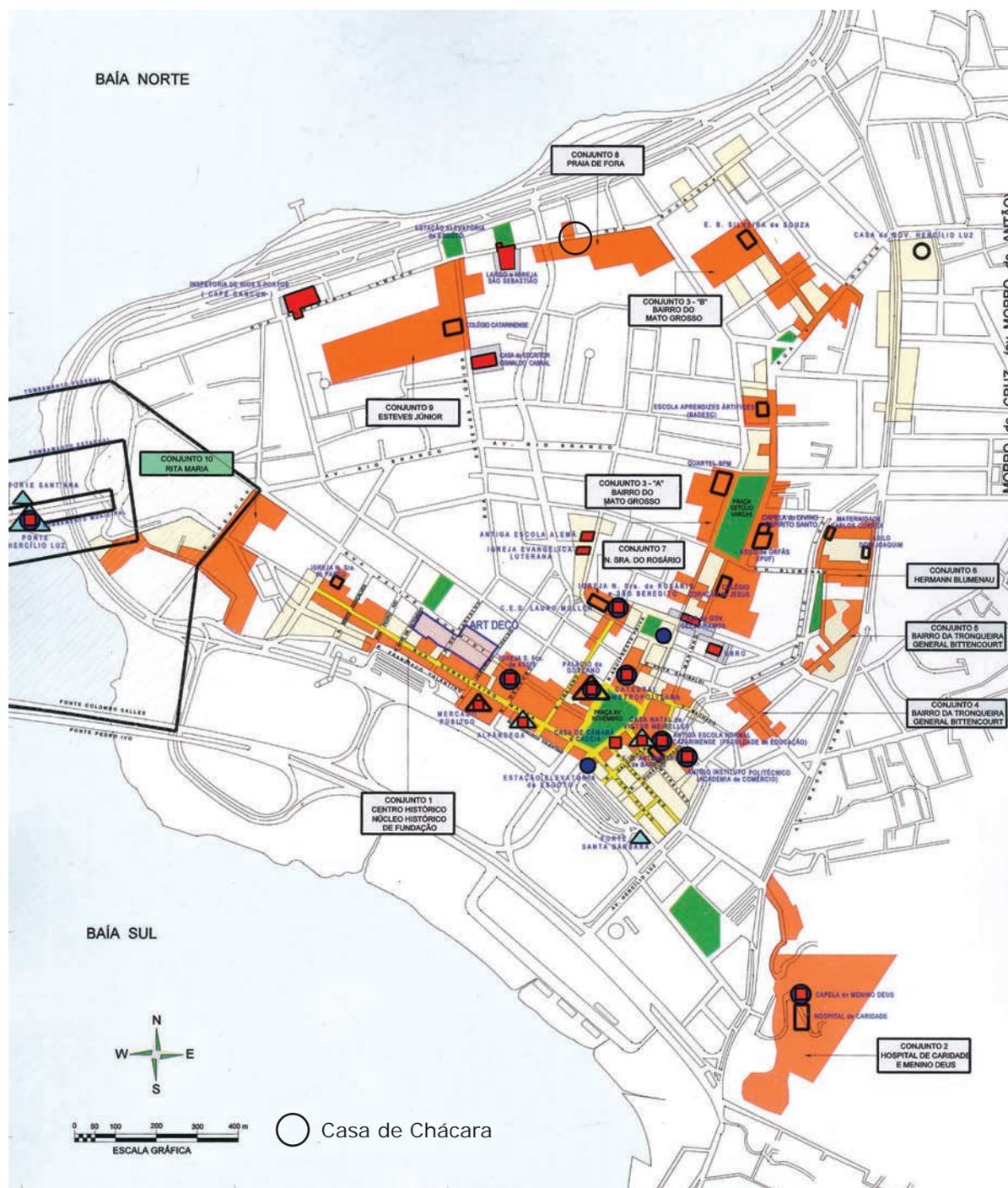


Figura 2 – Conjuntos histórico-arquitetônicos tombados no centro de Florianópolis pelo Decreto Lei n. 270/86.

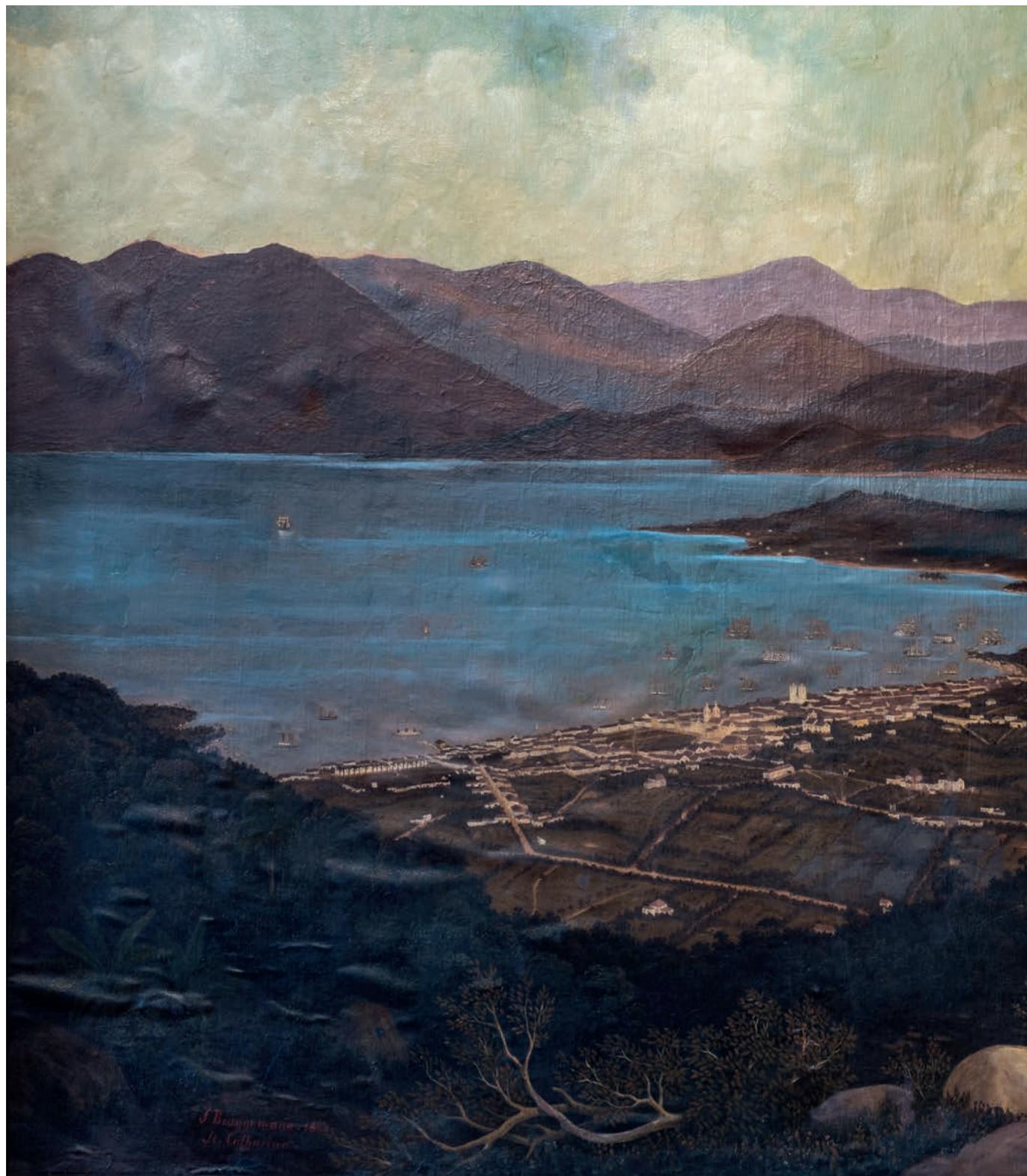




Figura 3 – Vista do Desterro no século XVIII. Óleo sobre tela, de Joseph Brüggemann, s/ título. – 2,24x1,84m. Acervo: Museu Histórico de Santa Catarina



Figura 4 – Foto aérea da área central de Florianópolis. Avenida Rubens de Arruda Ramos em primeiro plano. Cartão postal, década de 1980. s/id.



Figura 5 – Foto aérea da Avenida Rubens de Arruda Ramos e da Rua Almirante Lamego. Cartão postal, década de 1980. s/id.



Figura 6 – Vista aérea. As primeiras pistas da Avenida Rubens de Arruda Ramos já implantadas. Da esquerda para a direita: Avenida Gama D'Eça e o edifício Kastellorizon. Ao fim da rua Almirante Lamego, junto à curva, o edifício Antônio Luiz.



Figura 7 – A Casa de Chácara da Rua Bocaiuva, morada dos Souza, na década de 1970. Foto: Roseli Maria de Souza Mosimann.



Figura 8 – Avenida Beira Mar, em duplicação, década de 1980. No canto direito: residência do engo. Boris Tertschitsch.



Figura 9 – Avenida Beira Mar, década de 1980. No canto esquerdo, a esquina com a Travessa Harmonia.



Figura 10 – Foto aérea da área central de Florianópolis – 1938. A vegetação mais densa e os lotes maiores estão no centro da imagem e no quadrante Norte, está a ocupação das antigas chácaras.



Figura 11 – Foto aérea da área central de Florianópolis – 1977. Fica nítido o desmembramento das áreas verdes. Desapareceram áreas verdes das antigas chácaras, mas a rede viária é praticamente a mesma da imagem anterior. A grande mudança está no aterro da Baía Sul e na recente Ponte Colombo Machado Salles, transformando a borda sul, e ainda nas pistas internas da Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, na Baía Norte.



Figura 12 – Foto aérea da área central de Florianópolis – 2018. As sombras em toda a área fotografada sinalizam o gabarito elevado dos edifícios construídos em quase todas as regiões, salvo nas áreas a Leste e Oeste da Praça XV de Novembro, onde concentram-se edificações tombadas e de baixo gabarito. A ponte Pedro Ivo Campos, a duplicação das pistas da avenida jornalista Rubens de Arruda Ramos, na Baía Norte e a urbanização dos dois aterros são as inovações mais impactantes.

“A rua [...] é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas. [...] Sem o consentimento da rua não passam os sábios e os charlatões, que a lisonjeiam lhe resumem a banalidade, são da primeira ocasião desfeitos e soprados como bolas de sabão”.

João do Rio, 1908: A alma encantadora das ruas - Fragmento

CAPÍTULO II

A PRAIA DE FORA EM 1900

A visão de Virgílio Várzea e a memória de outros autores

O escritor Virgílio Várzea, em seu texto indispensável – Santa Catarina: a Ilha – remonta ao século XVII para descrever a Praia de Fora. Ele se refere ao fundador da póvoa, o bandeirante Dias Velho e ao seu grupo, quando atacado por piratas:

“[...] Lewis ou seus pilotos, [...] se muniram de um práctico, deram velas para a Ilha. [...] À tarde, [...], largaram de bordo com uma frota de lanchas, em direção à Praia de Fora, a assaltar a povoação. Velho Monteiro, que tivera aviso de São Francisco, os foi esperar com alguns índios, emboscado nas matas da costa, e, [...], após forte tiroteio a mosquete e a flecha, os rechaçou outra vez para o mar. [...] Mas, alta noite, os piratas tornaram, e tomando um dos atalhos da mata, caíram sobre as habitações, invadindo-as e aprisionando o colono com toda a família, bem como os padres e a Tinoco e os seus. Levaram-no para a ermida [...]. Velho Monteiro investe, furioso, contra a infame chusma [...], mas, só e único na ação, cai por fim sobre o solo, varado por um tiro de pistola que lhe disparam no crânio”. (VÁRZEA, 1985, p. 5).

Os “arrabaldes” da Praia de Fora

Referindo-se às cercanias do núcleo principal da cidade, como um subúrbio da época, Várzea usa a expressão arrabalde:

“[...] três capelas, simples e pequeninas como capelas de roça – de São Sebastião, dos Passos e do Parto, colocadas, a primeira, no largo do mesmo nome à Praia de Fora, e as outras nos dois extremos da cidade, uma na Ladeira dos Passos e a última ao fim da Rua Altino Correa, próxima à colina da Vista Alegre. [...]

Um dos mais belos arrabaldes de Florianópolis, senão o mais belo, é a Praia de Fora, porque representa para os catarinenses o que é Botafogo para a Capital Federal: ‘o bairro de linha, o bairro chique, o bairro aristocrático. Isto pelo lado de seus habitantes, do luxo e da estética e arte de suas construções; pelo lado da paisagem e quadros naturais, ainda a Praia de Fora se parece de certo modo com Botafogo, [...] terreno ora plano, ora em pequenas colinas e montes à beira-mar, de um pitoresco admirável [...].

Distingue-se tanto a Praia de Fora dos demais pontos da cidade, que até a vida catarinense dir-se-ia ter aí outro aspecto, outras tintas, outras modalidades, reve-

lando-se o bairro, na capital provinciana, como um todo à parte, mais culto, mais artístico, mais civilizado. [...] salta logo à lembrança a comparação com o esplêndido bairro de Botafogo aos que conhecem a Capital Federal. A muitos estrangeiros, em passeio à Praia de Fora, ouvimos inúmeras vezes a referida comparação formulada, sincera e espontaneamente, sob a impressão do momento. E muitos brasileiros distintos, que conheciam o Deserto, eram da mesma opinião, como o Visconde de Beaurepaire Rohan, que [...], nos perguntava frequentemente: '... Então há muitas construções novas na Praia de Fora, esse Botafogo da sua terra natal?..'. Do parecer do falecido general são quase todos os que conhecem esse pequeno arrabalde, distante menos de meia hora da cidade.

A paisagem da Praia de Fora é verdadeiramente encantadora, pelo conjunto delicado de planos, altos e encostas arborizadas, onde predominam os coqueiros silvestres, as palmeiras, as mangueiras e cedros, no meio de outras árvores frutíferas espalhadas aos milhares e das grossas moitas de arbustos, por entre as quais branquejam os frontões das vivendas e chácaras elegantes e da mais variada arquitetura, desde o chalet de modelo suíço às casas de estilo alemão, acomodadas ao clima tropical, com avarandados à frente ou ao lado.

Podemos enumerar dessas construções, cujo padrão moderno é o da maior parte das edificações da Praia de Fora, os palacetes Schutel, Fialho, Vilela, Alves de Brito, Trompowsky e Pamploña, à Rua Esteves Júnior, que começa no alto da Rua Álvaro de Carvalho e termina no Largo Lauro Müller, um dos pontos

principais de desembarque na baía do norte, onde o mar faz esplêndida enseada, e que é o ancoradouro dos navios quando sopra o vento sul, ameaçador e terrível pela quadra invernal. Como estes, salientam-se ainda, por seu luxo e valor arquitetônico, à Rua Bocaiuva junto ao litoral — o chalet Cogoy e as casas Vinhas, Hoepcke, Hackradt, Wahl e Paranhos, esta última singular pela sua forma artística, e de um grande ar histórico de castelo renano, sobrexcedendo às outras nos seus altos torreões ameaçados, com espigões em flecha. Todas essas vivendas ou chácaras têm à frente vastos jardins bem cuidados, aos cantos dos quais se veem vistosos mirantes ou caramanchões de folhagem, lembrando os opulentos palacetes de Botafogo, Laranjeiras e Tijuca na Capital Federal. E algumas das últimas acima citadas, lançando-se em puxados e quintais para a praia, que tem a extensão de dois quilômetros mais ou menos, apresentam belos terraços descobertos ou mirandas de onde se domina todo o panorama das águas, delicioso pela placidez constante das ondas ao abrigo dos vendavais e pelo recorte incomparável da costa, correndo numa alvura de areias, aqui e além interrompida por pequenas rochas, a um e outro lado do canal que separa a Ilha do Continente, desde os dois cabos do Estreito ao pórtico amplo e monumental da barra. Essa mansa enseada, limitando ao sul com a ponta Soeiro e ao norte com a de São Luís, toda bordada de pequenas ilhas verdejantes e grupos de rochas nuas, erguendo-se à superfície das vagas, faz evocar no espírito certas obras da Bretanha, cheias de menhires druídicos e de uma poesia lendária.

Tais belezas naturais, junto às feitura e construções da Arte, dão uma impressão pinturesca e esplêndida a esse lindo arrabalde, destacando-o, em primazia, entre todos os outros, na capital insular. E se não fora a existência ainda, nessa alva faixa de praia, de uma ou outra casinha antiga com fundos para o mar poder-se-ia dizer, sem exagero, que era essa parte da cidade uma reprodução perfeita, mas em ponto pequeno, da baía de Nápoles. Assim pensam muitos [...], a quem ouvimos muitas vezes comparar a Praia de Fora àquela belíssima cidade". (VÁRZEA, 1984, p. 19-22).

Várzea também cita o médico Remédios Monteiro, em carta datada de 1889: *"Se as casas da Praia de Fora, na sua parte litoral, tivessem todas a frente para o mar e não os fundos, maculando assim o padrão moderno das atuais construções do bairro – o panorama dessa praia recordaria bem o formoso golfo de Nápoles, na Itália meridional".*

Sobre os "arrabaldes" do Desterro, Várzea finaliza o capítulo com as palavras de Saint-Hilaire, no livro *Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine*, publicado em Paris em 1851:

"Nada mais lindo do que os arrabaldes de Santa Catarina ou Desterro. Os morros que, como disse, dominam a cidade do lado de leste são ainda coroados por matas virgens, em meio às quais se mostram massas de rochedos. Por toda a parte o terreno foi arroteado e oferece o aspecto de roças ou culturas. Nos pontos mais vizinhos da capital veem-se formosas casas de campo (chácaras) e mais longe um grande número de sítios

dispersos aqui e ali. [...] encontra, a cada passo, uma casinha cercada de laranjeiras, perto da qual verdeja uma plantação de mandioca. As terras circunjacentes a cada sítio são rodeadas por cercas de espinheiros, bem como numerosos caminhos que estabelecem comunicação entre os arrabaldes e a cidade, ou entre as diferentes freguesias. [...] Num perímetro de cerca de uma légua em torno da cidade, as estradas são largas e na maior parte arenosas e perfeitamente sólidas. [...] Os pontos de vista aí são muitíssimo variados: ora se descobrem, através do arvoredo, as baías e os montes longínquos; ora a cidade, ou a capela do Menino Deus, ou as colinas que bordam o litoral" E prossegue: "Algumas vezes, uma casa de campo forma uma perspectiva, que em outra parte seria um pitoresco sítio cercado de bananeiras e laranjeiras carregadas de frutos. [...] e poder-se-ia comparar a Ilha de Santa Catarina a um vasto jardim inglês.

O caminho do morro, conforme denominam essa estrada do Pau da Bandeira, é a passagem mais curta entre a capital e a freguesia da Trindade [...]. Os outros pontos de comunicação consideravelmente mais longos importam no contornamento do monte pelo arrabalde da Pedra Grande ou pelo Saco dos Limões, fazendo-se uma volta a pé ou a cavalo de mais de uma hora. [...] Às quatro horas mais ou menos, sob o dourado frio do sol desfalecendo em seu brilho, é o espetáculo pitoresco da volta à capital pelo caminho da Pedra Grande, por onde recolhem os romeiros, [...] a cavalo ou a pé, numa alegria grotesca, entre os grupos do caminho. [...] Ao fulgir da estrela d'alva são as primeiras cavalgadas romeiras

que desfilam em trotes e galopes curtos pelas ruas da cidade, e em largadas e disparadas frementes nos arrabaldes longínquos. À frente de certas casas, então, para o Mato Grosso, a Praia de Fora e as Olarias, veem-se ir chegando aos portões muitas carroças enfeitadas, com o estrado forrado de esteiras de junco e o alto dos fueiros coberto de largas colchas de chita [...]. E as famílias mais modestas embarcam, sob a vaga claridade da manhã, numa algazarra [...] secundada festivamente pelo cantar das ramagens, em volta, enxameadas de passarinhos". (VÁRZEA, 1984, p. 19-22).

E prossegue o mesmo autor:

"Ao norte da cidade, das pedras Soeiro à ponta de São Luís, estende-se a Praia de Fora, longa de dois quilômetros e a principal de Florianópolis. Magnífica por sua paisagem e panorama marinho, descritos em pontos que já percorremos, é um excelente ancoradouro abrigado dos ventos do sul e a primeira estação balnear da capital, cuja população para aí acode, em parte, na época própria, habitando as casas da beira-mar.

Daí para cima segue-se uma série de pequenas praias que bordam o litoral até ao estuário do Ratonés". (VÁRZEA, 1985, p. 63).

"Todas as embarcações, pois, mesmo as que se acham em grande distância, correm a abrigar-se no ancoradouro da barra do norte de Santa Catarina, sempre pronto a recebê-las, debaixo de qualquer tempo, a qualquer hora, e em quaisquer circunstâncias que sejam. [...] Nos ancoradouros dos Ratonés, de Sam-

baqui, das Caieiras, do Saco de São Miguel, da Praia de Fora, dos Barreiros, da Ponta do Leal, enfim, do Desterro, tudo sorri ao marinheiro! [...] Inúmeros são os navios, e inúmeras as vidas que têm sido salvas, mediante a felicíssima posição hidrográfica de Santa Catarina, sem dúvida admissível uma das melhores do mundo". Os fundeadouros da baía do norte, contidos no litoral da Ilha, e entre os quais ocupa o primeiro lugar o de Sambaqui, já foram descritos por nós [...], desde a Praia de Fora ao sul, até Canavieiras ao norte." (VÁRZEA, 1985, p. 73).

Sobre a visão da Praia de Fora e da Baía Norte, do ponto de vista marinhista, a partir de um navio a vapor, Várzea destacou:

"À proa, o Estreito oferecia ampla passagem para a baía do norte, ostentando, à direita, no alto de sua colina insular, o Cemitério Público, de um aspecto funerário na brancura dos seus túmulos, olhando o mar por entre as aleias solitárias dos ciprestes esguios; à esquerda, e em contraste bem vivo, a casaria do arraial da Passagem, com os seus caminhos animados pelo trânsito contínuo dos que demandam diariamente à Ilha [...]. Depois, a Praia de Fora, S. Luís, a Pedra Grande e toda a curva e povoados do Continente fronteiro. Mais além os Guarazes, Cacupé, Santo Antônio e os dois ilhotes dos Ratonés". (VÁRZEA, 1985, p. 73).

Além das detalhadas descrições do escritor Virgílio Várzea, a Praia de Fora ficou também registrada, com a mesma característica literária, num precioso diário de Visconde de Taunay – o mesmo Taunay que foi Presidente da Província de Santa Catarina, em 1876.

Ele subiu ao Morro do Antão, na última década do século XIX, acompanhado por seus correligionários, companheiros de viagens por Santa Catarina, durante as campanhas eleitorais entre 1890 e 1892. Entre eles, estava um dos mais eloquentes descritores da paisagem catarinense, amigo de Taunay, companheiro de campanhas políticas, Manoel Moreira da Silva – o Maneca Diabo, que foi proprietário da *Casa de Chácara* entre 1855 e 1869. O texto publicado, anos mais tarde, pelo filho de Taunay, intitula-se *Morro do Antão – panorama admirável que do seu cume se desfruta*. Destacamos as menções à Praia de Fora:

“Há nas vizinhanças do Desterro o ‘Morro do Antão’, [...] domina lindo panorama, [...] da Ilha de Santa Catarina, e suas vizinhanças, uma das mais belas regiões marítimas do mundo. [...] Na fralda do morro, no primeiro plano, víamos o Desterro, esparsa e extensa cidadezinha, [...] oito a dez mil habitantes, quando muito, obedecendo a um plano irregular imposto pela topografia local [...]. Na praia extensa, que vai da Figueira a Santa Bárbara e destas às fraldas do morro, há uma baixada [...] aproveitada para a edificação da parte principal da cidade, no seio do recôncavo do Porto outrora fundeadoiro de primeira ordem [...].

O casario do Desterro, espalhado, pouco cerrado, a não ser nos quarteirões contíguos ao Largo do Palácio, [...] visto do alto, rodeado da bela vegetação dos quintais, dava graça especial à paisagem. Voltando-nos um pouco, tínhamos [...] os lindos arrabaldes [...], Mato Grosso, Olarias e sobretudo a lindíssima Praia de Fora, sobre a baía do Norte, trecho da costa absolutamente encantador que será um dia, quando o Desterro se converter

numa grande cidade, uma das mais belas praias brasileiras. É litoral da Bahia do Norte, como se sabe, e termina na base do promontório onde há o Estreito, passagem com os seus quatrocentos metros de largo, [...]. Na praia de Fora e nas Olarias, já na época havia algumas chácaras bem cuidadas quase sempre pitorescas, como as do sr. Fernando Hackradt, esta com excelente casa, Gauthier, Ebel, Boaventura Vinhas, dando para a Rua de São Sebastião. É linda a praia de Fora! Como aliás quase todas as praias da Ilha de Santa Catharina e as do Continente que se lhe defronta.

De certo ponto em diante cessava completamente o arruamento, desde as vizinhanças de uma estrada ou caminho que, aliás, chamavam Rua de São Marcos. Caminhando em direção ao Norte passava-se por umas olarias pouco distantes do mar até as vizinhanças de uns curtumes, onde a estrada começava a subir para passar atrás do Morro do Sinal em direção à ponta setentrional da Ilha. De cima do Morro do Antão, todos estes lindos arrabaldes do Desterro, Mato Grosso, Olarias, Praia de Fora tinham encantador aspecto com as suas casas e casinhas brancas, cercadas de vegetação, rodeadas de verdejantes pomares e sebes vivas, pequenos cafezais, poteiros, tudo isto formando o mais agradável contraste de cores. O porto movimentado pelo número considerável de navios [...], velejando em diversas direções [...]. No segundo plano divisávamos o estreito que separa as águas das duas baías de Santa Catarina, a grande planície que se acha entre a praia dos Barreiros e a praia Comprida, de areias alvíssimas, Arraial do Estreito, a cidade de São José [...]. Poucas paisagens

se oferecerão no Universo realizando um conjunto como o que se desfruta do ponto de onde a observava eu, tendo ao lado o mais versado dos cicerones, a quem não escapava um único acidente daquelas admiráveis paragens. [...] Quantas belezas reunidas ali! Daquela plataforma tínhamos, sob os olhos, uma das maiores demonstrações da prodigalidade com que o Criador adornara aquela região edênica, que é o litoral catarinense...”

O Morro do Antão. Panorama admirável que do seu cume se desfruta. In: Visconde de Taunay. Registros das campanhas eleitorais e paisagens de Santa Catarina do perfil dos seus correligionários, entre 1890 e 1892 (p. 79-82)



Acervo Arquivo Público Estadual de Santa Catarina. Adaptado por Leonardo Bertoldi Borges.

PLANTA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS c. 1910 / sem escala

○ CASA DE CHÁCARA

Figura 13 – Planta da Cidade de Florianópolis, c. 1910 - s/esc. Nela a Rua Bocaiuva aparece registrada como “O. Bocayuva”, em referência a Quintino Bocaiuva. O Largo de São Sebastião, bem demarcado, tem ao fundo a igreja do mesmo nome.

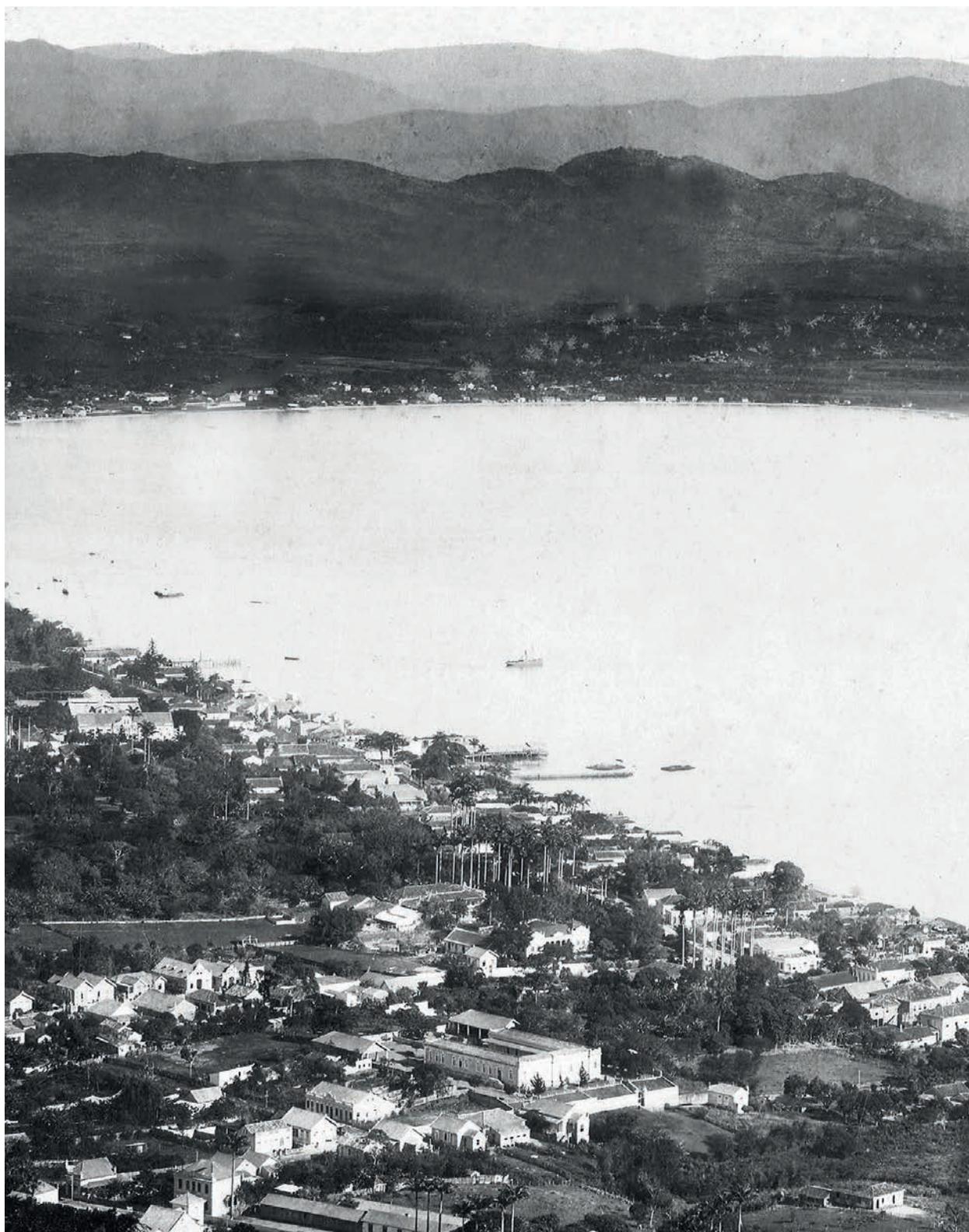
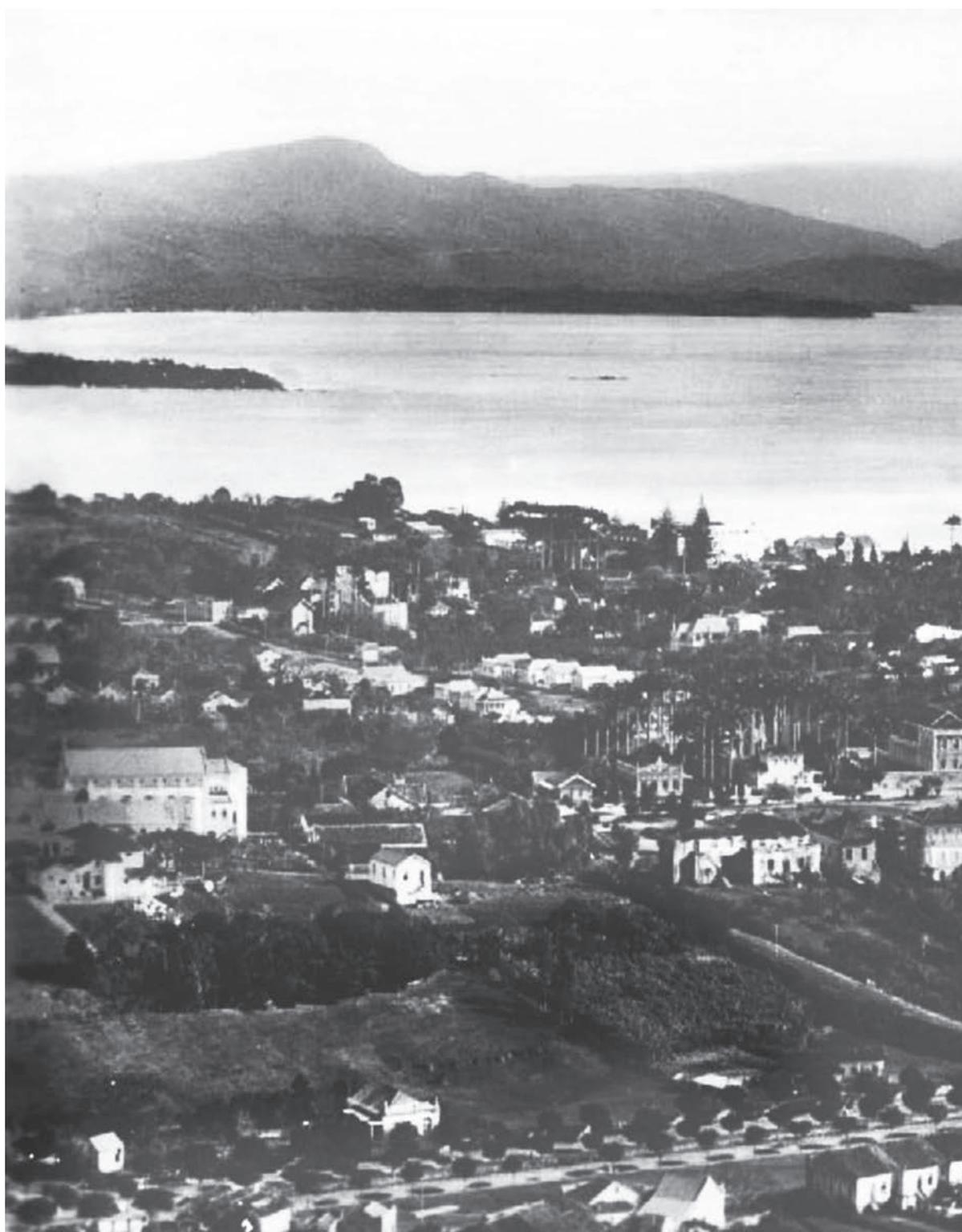




Figura 14 – O cenário da Praia de Fora, c. 1915. No canto inferior esquerdo: Rua Victor Konder, conectada com a Rua Alves de Brito. No canto inferior direito: a Rua Altamiro Guimarães. Entre as palmeiras e a densa vegetação (página da esquerda) está a casa de chácara dos Souza, na Rua Bocaiuva. Foto: José Ruhland.



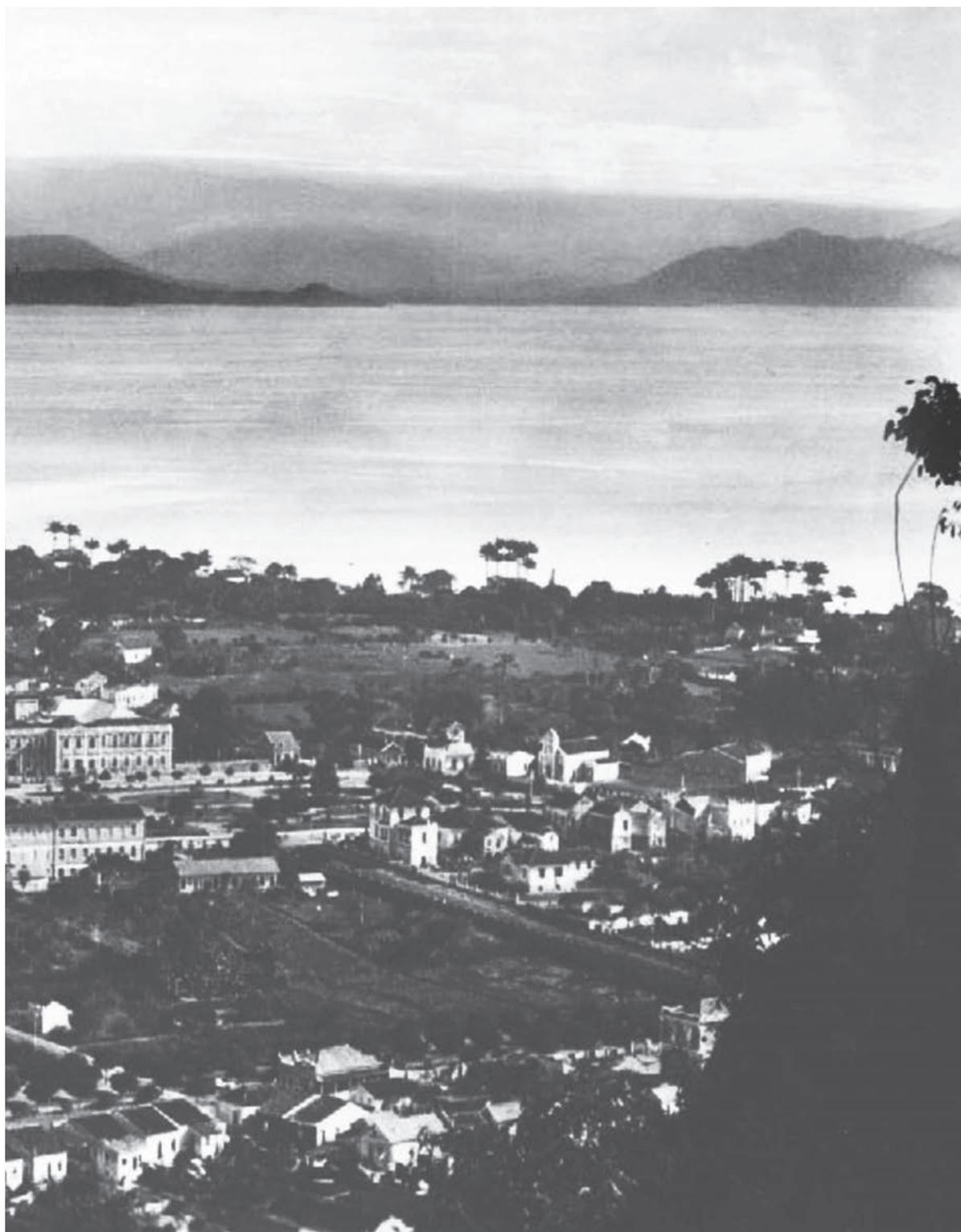


Figura 15 – Vista panorâmica da região do Mato Grosso. Ao centro, a Praça Getúlio Vargas, o antigo Quartel da Polícia, a igrejinha Nossa Senhora da Conceição e o colégio das Irmãs da Divina Providência. E ao fundo, a Praia de Fora. Década de 1920.



Figura 16 – Arrabalde da Praia de Fora, Baía Norte, c.1905. Em destaque: a antiga Inspetoria de Rios e Portos Navegáveis, construída em 1897, na Rua Almirante Lamego; prédio ainda existente. Photo Conrado Goeldner.



Figura 17 – A Praia de Fora vista do mar, entre 1910 e 1914. Os telhados mais altos, ao fundo, são do Ginásio Catarinense.



Figura 18 – Rua Bocaiuva, sem calçamento. Século XX.



Figura 19 – Rua Bocaiuva. No canto esquerdo: Jardim da Praça Esteves Júnior, na época gradeado. Início do século XX. Bem ao fundo, à direita, a localização da Casa de Chácara dos Souza.



Figura 20 – Antiga residência da família Carvalho, depois Santa Catarina Country Clube, na Agrônômica, à Rua Rui Barbosa, 49. É patrimônio cultural preservado, incorporado a um condomínio.



Figura 21 – Rua Bocaiuva, próximo à esquina com a futura Avenida Trompowsky, p.1905. Estas residências há muito foram demolidas.





Figura 22 – Vista aérea da Praia de Fora. A *Casa de Chácara* aparece na fração esquerda da página par.





Figura 23 – O Ginásio do Catarinense domina o centro da imagem que traz detalhes do casario ao longo da rua Bocaiuva e à beira mar. O antigo Ginásio Santa Catarina foi criado oficialmente com *Gymnasio Catharinense*, através da Lei Estadual no 669, de 30 de agosto de 1905. Era destinado ao público masculino; oferecia internato para estudantes de outras cidades, até 1963. Posteriormente ingressaram meninas e foi criado o Ensino Médio Noturno, projetos sociais, ensino Fundamental e Educação Infantil.



Figura 24 – Início da Praia de Fora. Em primeiro plano, carrinhos de pão. Ao fundo, a ponta de Coqueiros, no Continente. Em último plano, o Morro Cambirela. As ruas são a Almirante Lamego e a Felipe Schmidt, em esquina. s/d. Foto: Henrique Berenhauer.



Figura 25 – Rua Bocaiuva, onde se estabeleceu o Colégio Menino Jesus, hoje Centro Educacional Menino Jesus - CEMJ. O casarão mais à esquerda, foi adquirido em 1955 para servir de residência às irmãs e às Madres Ancilla e Chantal. Foi demolido em 1973.

“Para compreender a psicologia da rua (...) É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos flâneur e praticar o mais interessante dos esportes — a arte de flunar. (...) Que significa flunar? Flunar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. (...) É vagabundagem? Talvez. Flunar é a distinção de perambular com inteligência.”

João do Rio, 1908: A alma encantadora das ruas - Fragmento

CAPÍTULO III

A PRAIA DE FORA E AS RELAÇÕES ESCRAVISTAS EM DESTERRO

Mas, como era afinal a visão social da Praia de Fora nos séculos XVIII e XIX? Na exuberante paisagem natural, o que faziam e como viviam seus ocupantes? Além da beleza descrita poeticamente pelos cronistas de época, há outras faces dessa paisagem que incluem aspectos menos atraentes dessa história, como a exploração escravista de africanos e de afrodescendentes, as ocupações indevidas de terras, as negociatas, a corrupção, as desavenças, as traições e o terror no período de guerra mundial. Sem pretender esgotar assunto tão vasto, acende-se aqui o lume para outras questões que ultrapassam a paisagem natural. Transcreve-se (com ortografia atual) uma correspondência publicada no jornal *O Conservador*, em 23 de janeiro de 1855:

“Senhor Redator: ontem de manhã fui dar um passeio à Praia de Fora, e chegando ao largo da extinta Fortaleza, vi os Ilmos. Srs., Engenheiro Freitas e Capitão Fiscal armados de bandeiras e mais instrumentos, com um preto carregado de estacas e com uma foice na mão. Movido de curiosidade, dirigi-me a um amigo que aí estava; perguntei-lhe o que era aquilo. Respondeu-me: que pretendendo o doutor Moreira cercar com tabuado a sua chacinha pela parte do mar, tinha mandado prevenir o Sr. Capitão Fiscal, este é o que dava causa a tamanho aparato! Contudo parece-me que o Código de Pos-

turas não embaraça a qualquer cidadão cercar o que é seu, antes pelo contrário obriga; mas quem sabe se nas Posturas do Sr. Fiscal é que se acha determinado que cada um não deve tapar o que justamente for seu, mas sim o que ele quiser e como for da sua vontade?

Ontem alinhou ele por si, desprezando o alinhamento que a Câmara mandou proceder em 1844 [...]. Então o Sr. Capitão Fiscal recorreu ao Presidente da Câmara, por quem tudo isto é insinuado, e ele (não sei com que autorização) oficiou ao engenheiro, ei-los nos seus trabalhos.

Ao passo que isto ora se dá, não aconteceu outro tanto com Manoel Moreira da Silva que fez uma casa de pedra e cal acolá (aponta para o edifício) e não precisou de alinhamento.

Retorqui-lhe dizendo:

– Aí há engano: o Sr. Capitão Fiscal é incansável, e mui vigilante quando a Câmara tem obras e não deixaria passar essa sem o ter multado, mesmo porque o Arruador não tem ordenado, e ele (Fiscal) deve respeitar estes emolumentos que a Lei lhe dá...

– Pois saiba mais. Não foi só aquela obra que se fez neste lugar; também João Pinto da Luz, dizem, fez o mesmo; e o que vejo é que o Artigo 102 das Posturas não foi observado!...

– Pois tudo isto será possível! E a

Câmara dormindo o sono da indiferença sem chamar o Sr. Capitão Fiscal à responsabilidade!!

– É sim senhor!...

Separamo-nos; foi o que me fez acreditar, Sr. Redator em um dito que ouvi repetir há tempos:

– O presidente e o fiscal da Câmara só tratam de incomodar o povo nos arrabaldes, ao passo que na cidade é o que todos vemos!"

* * *

Por essa matéria de jornal datada de 1855, além das questões de terras e do trabalho escravo, observa-se que supostamente a dita *Casa de Chácara*, em alvenaria de pedras, já pertencia a Manoel Moreira da Silva, desde essa data.

A construção e a vida cotidiana da Casa de Chácara da Praia de Fora, que remonta à segunda metade do século XIX, fez parte do cenário de escravidão em Santa Catarina e nos Brasis colonial e imperial.

A história da *Casa de Chácara da Rua Bocaiuva* e a história dessas ruas e antigas moradas conduz infalivelmente a uma época em que Nossa Senhora do Desterro era uma das cidades brasileiras onde a exploração de negros escravos foi fato marcante. Seria, no mínimo, ingenuidade e romantismo abordar a paisagem humana construída em Florianópolis sem tratar desse importante e dramático período. Ademais, estudos de competentes historiadores e pesquisadores têm desvelado, nas últimas décadas, outras interfaces desta triste realidade.²

Desterro, com seu porto atuante, mas

² Destaca-se a contribuição da professora doutora Beatriz Gallotti Mamigonian, em seu livro: "Escravos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil" (2017), um marco historiográfico que amplia a visão sobre o tema.

menos importante economicamente em relação ao todo brasileiro, reunia, nos séculos XVIII e XIX, a elite da burguesia e da aristocracia da Capital. Na maioria eram comerciantes, políticos, aristocratas e empresários, muitos deles bastante envolvidos com a exploração escrava, atividade considerada normal, aceita, muito mais do que tolerada pelo homem branco da época. Vale pensar que, em geral, todos dependiam da escravidão e muitos lucravam com ela, pois produziam com mão de obra escravizada, se beneficiavam da circulação dos produtos, e ainda comercializavam mercadorias produzidas por escravos ou os próprios escravos. Além disso, tinham em casa trabalhadores que não eram remunerados com mais do que casa e comida. Os interesses econômicos e políticos estiveram em primeiro lugar nas diferentes fases da escravidão: importação, tráfico, venda para outros estados brasileiros, alforria e vida como sujeito livre.³

³ Em 1831, a chamada Lei Feijó proibiu a importação de escravos para o Brasil. Declarou livres todos os escravos vindos de fora do Império e impôs penas aos importadores. Seriam culpados o comandante da embarcação detida com escravos, além dos financiadores das viagens e os compradores do "produto" do tráfico. Também era direito do cativo declarar seu estado de ilegalidade. Mas essa lei, que foi promulgada sob a pressão da Inglaterra para que houvesse a extinção do tráfico negreiro, não foi efetivamente colocada em prática. Em 1850, a Lei Eusébio de Queirós, que teve por principal objetivo proibir o tráfico atlântico de escravos do continente africano ao Brasil, não surtiu efeitos imediatos. O tráfico ilegal até ganhou vitalidade e, num segundo momento, o tráfico interno de escravos aumentou, notadamente nas regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, onde se concentravam extensas lavouras de café – o principal produto do país. Somente a partir da década de 1870, com ao aumento da fiscalização, o tráfico começou a regredir. Em 1871, a Lei do Ventre Livre declarou livres os filhos de escravas nascidos após a promulgação da lei. Porém, o liberto deveria permanecer trabalhando na propriedade do senhor até 21 anos de idade. Em 1885, a Lei dos Sexagenários (ou Lei Saraiva-Cotegipe) dava liberdade aos escravos com mais de 65 anos de idade. Entretanto, dificilmente isso ocorria. Devido às péssimas condições de trabalho, a expectativa de vida de um escravo era em torno de 40 anos de idade. A Lei Áurea, promulgada em 1888, pela Princesa Isabel, aboliu definitivamente a escravidão no Brasil. Entretanto, a liberdade não garantiu aos ex-escravos melhorias significativas em suas vidas. O governo não se preocupou em integrá-los à sociedade,

Anúncios de jornal dos anos de 1856, 1859 e 1860 referem-se à venda e ao aluguel de escravos para várias chácaras na Praia de Fora. Esses negros eram propriedade dos seus senhores: geralmente escravos de ganho (vendedores ambulantes), cocheiros, trabalhadores domésticos; traziam água potável das fontes e carregavam os dejetos para esgotar nas praias; cuidavam de hortas e pomares e tratavam dos animais. As mulheres negras trabalhavam a cozinhar, lavar, engomar e como amas de leite. Outros iam para o exército (convocados mediante alforria), ou eram estivadores, carregadores e auxiliavam na construção civil. Negros escravizados também trabalhavam para ordens religiosas.

O regime escravocrata teve relativa extensão em Desterro. Não chegou a ser exclusivo, nem mesmo predominante, devido ao povoamento açoriano do século XVIII, mas foi significativo. Possivelmente metade dos descendentes de açorianos, no início do século XIX, tinham escravos, em geral de um a cinco. O censo populacional da Cidade de Nossa Senhora do Desterro no ano de 1831 contou 1.378 moradias (fogos), 4.721 pessoas livres e 2.486 escravas, segundo Piazza (1985, p. 322-323), e admite-se que alguns desses fogos eram chácaras na Praia de Fora e que nelas havia escravos. Saint-Hilaire publicou, em 1851, sua descrição de Desterro, destacando as “lindas chácaras”, nas “vizinhanças da cidade” e a população, na maioria, originária dos Açores, “poucos negros e número ainda menor de mulatos”.

Os negros possuíam devoções e cultos e realizavam rituais e festejos, à medida que os senhores lhes permitissem. A dança do Cacumbi, representação sincrética de antigas

muitos enfrentaram diversas dificuldades para conseguir emprego, moradia, educação e outras condições fundamentais de vida.

lutas entre nações africanas, persistiu em Florianópolis até a década de 1990. Duas igrejas católicas destacaram-se nas suas devoções, além de organizarem irmandade e sociedade religiosas próprias e de ajuda mútua: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos e a Capela de Nossa Senhora do Parto, mais frequentada pelos mulatos. Os negros também se expressaram nos cultos afro da Umbanda e do Candomblé, religiões que têm hoje, em Florianópolis, milhares de seguidores de todas as etnias.

O abolicionismo em Desterro, muito mais do que uma campanha social que incluiu brancos e negros, foi a mobilização que marcou a década de 1880. Essa luta radical foi marcada pela denúncia de crueldades, repercutindo em fugas, inclusive com a organização de quilombos, e nas retiradas de escravos, por venda, transferência ou alforria. Tem-se notícia de que houve negros aquilombados, por exemplo, na Lagoa da Conceição, no ano de 1822. Mas também no centro da Vila já se organizavam comunidades quilombolas.

O número de africanos cativos em uma comunidade pobre como Desterro indica que essa exploração era do interesse de grupos produtivos locais, que constituíram base econômica em Santa Catarina, durante a Colônia e o Império. Do século XVIII até a primeira metade do XIX, as embarcações vindas do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco aportavam em Desterro trazendo negros escravizados para atender gente abastada. Segundo Piazza (1975, p. 37-39), entre 1797 e 1799, desembarcaram em vários pontos do litoral catarinense quase mil escravos africanos vivos – muitos morriam durante o horroroso trajeto. A economia da Ilha de Santa Catarina era movida por mão de obra escrava, estimulada principalmente pela produção de farinha de mandioca e azeite de baleia. Em 1797, havia

350 engenhos de farinha na Ilha de Santa Catarina (cf. Vale Pereira, 2004, p. 308). E, além da farinha, o feijão, o milho e mesmo o trigo produzidos em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Sul de Minas e em algumas cidades portuguesas, constituíam a base do mercado de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e de outras no Brasil (CARDOSO, 2007, p. 21). Em 1810, afirmou Piazza (1975, p. 37-39), a Vila do Desterro alcançara a maior porcentagem de população cativa em relação à livre: entre os 5250 habitantes, existiam 1869 cativos. Esses últimos, associados aos 177 libertos ou livres de origem africana, totalizavam 35,5% da população.

Em 1822, a expedição do viajante Lesson estimou a população de Desterro em aproximadamente 6.000 almas, dividindo os habitantes em brancos, mulatos e negros, sendo estes últimos quase todos escravos. Havia um pequeno número de negros libertos pela alforria ou “arrependimento do branco”, geralmente à beira da morte, temendo a “justiça divina”. Na observação de Lesson, a população mais numerosa era a de mulatos. (ANDRADE, 1915, p. 33).

Entre os comerciantes de escravos da Praça de Desterro, os jornais registram, em 1808, Antonio José da Costa, Anacleto José Pereira da Silva, Domingos José de Mattos, Domingos Gomes da Silva, Francisco Machado de Souza, Francisco de Paula Tavares, Francisco da Costa Pereira, José Luiz do Livramento, José Pereira da Cunha, João da Costa Pereira, João Luiz Poução, Manoel da Cunha Bitencourt, Manoel Francisco da Costa e Jacintho Jorge dos Anjos. Em 1861, o comerciante e Comendador João Pinto da Luz e a senhora Francisca Carpes, moradora da Praia de Fora, aparecem em anúncios de compra e venda de escravos.

O próprio Manoel Moreira da Silva anunciava, em 11 de janeiro de 1869, nos periódicos de Desterro, que era agente da Compa-

nhia de Seguros “Feliz Lembrança”, autorizado a “efetuar o seguro de navios, carregamentos, propriedade e vida de escravos”.

Comerciantes, militares e políticos considerados ilustres no período escravocrata tiveram seus nomes adotados em logradouros públicos. Ainda assim, a abolição da escravatura transformou o modo de pensar e organizar a sociedade. As antigas elites perderam espaço, e novos personagens não atrelados à economia escravocrata passaram a se sobressair.

Parte da sociedade local combateu a escravidão em campanhas pelos jornais: *O Abolicionista*, *O Argos da Província de Santa Catarina*, *O Despertador* e *A Regeneração*, já por volta de 1856. Paradoxalmente, esses mesmos periódicos ainda anunciavam “venda e aluguel de negros e pardos”.

Pesquisar em fontes primárias sobre as populações de origem africana em Florianópolis é intento que mereceria enfrentar marcos interpretativos e digressões que não há espaço para abordar aqui. Mas cabe afirmar que, se a abolição teve motivações de ordem afetiva, emocional e religiosa, em grande parte, o discurso abolicionista foi baseado em fortes intenções políticas e em vantagens econômicas, já que os custos para manter os escravos – alguns mais velhos – incluíam multas, impostos, taxas de inscrição e de averbação, podendo, a certa altura, representar mais despesas do que vantagens. Havia interesse econômico dos brancos em alforriar, recebendo, assim, as quantias oferecidas pelos fundos de emancipação ou os recursos arrecadados em campanhas, além do prestígio social e político que o gesto representava. Cabe observar que, a partir do final dos anos 1860, antes da abolição (1888), emitiam-se procurações em Santa Catarina para comerciantes que atuavam na venda de escravos em outras praças, como Rio de Janeiro e São Paulo. Entre esses comerciantes, alguns tinham chácaras na Praia de Fora. Com as al-

forrias e, posteriormente, com a abolição da escravidão, os ex-senhores passaram a pagar salários irrisórios, ou apenas a oferecer moradia e comida aos libertos. Ademais, valiam-se do trabalho gratuito de menores de idade “tutelados”. Piazza (1985, p. 448) destaca o líder do abolicionismo em Santa Catarina, Manoel da Silveira Bittencourt, o sapateiro “Artista Bittencourt”. Outros articuladores abolicionistas foram José Henriques Paiva e José Joaquim da Veiga. Porém, a principal figura é a do Coronel Germano Wendhausen, reconhecido como o maior expoente do abolicionismo na Desterro da década de 1880. Esse movimento foi lento, visto que entre 1872 e 1882 foram alforriados apenas 518 escravos, o que equivalia a 11% do número de cativos, matriculados na Província em 1880. Apesar de a onda abolicionista avançar, havia um movimento contrário muito forte: a visão dos conservadores, que consideravam natural e economicamente necessário ter escravos. Não viam a escravidão como algo desumano e inclusive suas negociações transitaram muitas vezes pela ilegalidade, quando as leis já indicavam que a libertação dos escravos era o caminho institucionalizado.

Por isso e pelo fato de ter havido escravos e descendência em Desterro e na Praia de Fora, caberia buscar um entendimento mais amplo sobre o tema. A presença africana e a importância da escravidão na história de Desterro são assuntos relativamente recentes na historiografia, que foi enriquecida por dedicados pesquisadores, ao publicarem suas comprovações embasadas em fontes primárias. Existe atualmente uma série de teses e dissertações com reflexões profundas sobre o assunto. Antes desses novos pesquisadores, se entendia, apoiando-se especialmente em autores como Saint-Hilarie e nos registros de viajantes europeus, que, no século XIX, a população branca em Desterro era em geral muito pobre e, por conta disso, teria menos escravos. Sen-

do muito mais numerosos, os brancos exerceriam todos os ofícios, não considerando desonra cultivar a terra com suas próprias mãos. Tal afirmação é relativa, podendo incluir homens e mulheres livres de menos posses e de menor prestígio. A partir do momento em que havia abundância e poder político e social, a exploração da mão de obra escrava ou mesmo de negros livres era exercida por uma burguesia de senhores e senhoras brancos.

Em 1872, cerca de 15% da população de Desterro era escrava. Eram, sobretudo, mulheres de origem africana que transitavam pelas ruas de Desterro. Para garantir a sobrevivência de suas famílias, as mulheres brancas, quando viúvas ou solteiras, tinham de fazer uso de seus bens ou de suas habilidades domésticas – fossem terras, escravos, produtos artesanais ou renda em dinheiro (PEDRO, 1998; MORTARI, 2000). O cotidiano econômico dessas mulheres brancas em Desterro previa sua atividade associada à de escravos e de negros e negras libertos, que vendiam pelas ruas, em tabuleiros, por exemplo, os limões de cheiro (esferas de água perfumada muito populares no entrudo – o carnaval da época), fabricados no ambiente doméstico. Uma indicação dessa atividade exercida pela senhora Marianna Joaquina do Livramento é o pagamento de impostos sobre o limão de cheiro, em favor da Câmara Municipal, em 1850. Sabe-se que a família Livramento teve pelo menos três chácaras em Desterro, registradas em 1876 (VEIGA, 2010, mapa 21). De fato, a busca por escravas com habilidades para o serviço doméstico – lavar, passar, engomar, cozinhar, limpar etc. – era recorrente em anúncios de jornal, como A Regeneração, em 1868: “Precisa-se alugar uma escrava que saiba fazer todo o serviço de casa de família”.

Manoel Moreira da Silva, o antigo morador da Casa de Chácara (entre 1859 e 1869), foi um dos maiores negociantes ligados ao

comércio de escravos de sua época – por volume de encomendas, aluguel, compra e venda –, anunciando 2 compras e 5 vendas entre 1854 e 1869 (SCHEFFER, 2006, p. 103). Localizamos alguns anúncios:

“Manuel Moreira da Silva precisa de uma escrava de todo o serviço de família que seja sadia e sem vícios: quem a tiver dirija-se à casa do anunciante na Rua do Passeio para tratar”.

(p. 4 – Typ. d’O Conservador, na Cidade do Desterro, 1854).

E ainda:

“Manuel Moreira da Silva deseja comprar um preto sem vícios, embora não seja moço, para se empregar no serviço de sua chácara; quem tiver e quiser vender, dirija-e à sua residência na Rua do Passeio”. (21/09/1855).

“Quem tiver e quiser vender um escravo pedreiro dirigir-se a Manuel Moreira da Silva na Rua do Passeio, para tratar. Desterro, 5 de novembro, 1855” (p. 4 – Typ. De J. J. Lopes. Rua da Trindade, n. 1). (Jornal O Conservador, 5/11/1855).

Sobre a fuga de um escravo, Manuel Moreira anuncia diversas vezes:

“Fugiu ao abaixo assinado um escravo pardo carpinteiro (já velho) de nome Antonio, quem o apanhar e levar a seu Sr. será gratificado. Desterro, 8 de setembro de 1857. Manuel Moreira da Silva”.

Scheffer (2006, p. 103) registrou ainda em extensa lista de negociantes: Ferraz Pinto, Silva e Bastos, José Bonifácio Caldeira

de Andrade, Carlos Duarte Silva, José Eduardo Amaral, João Pinto da Luz, João de Souza Ribeiro, José da Lapa e Souza Cuentro, Bento Vianna e Formiga, José de Souza Freitas Júnior, Jorge Conceição, Faria e Filho, José Francisco de Souza Conceição, Costa Sobrinho e Motta, Jacintho Pinto da Luz, Manoel Antonio Victorino Menezes, Constantino Ferraz Pinto de S., Severo Francisco Pereira, Motta e Costa, João Pombinho da Silva, Virgílio José Vilela, José de Oliveira Bastos. Além desses negociantes, muitos eram compradores e compradoras ou alugavam amas de leite, quitandeiras, jornaleiros (vendedores de rua), carpinteiros, pedreiros, lavradores, entre outros profissionais. Portanto, pode-se concluir que, por muito tempo, o nível de tolerância dessa exploração foi generalizado.

João Vieira Pamplona, que tinha casa de chácara na Praia de Fora e casa de comércio na Rua do Príncipe (Conselheiro Mafra) anunciou que procurava alugar ama de leite “para bem criar uma criança de dois meses”, em 1863. Hubrich Haeberle, vindo da Alemanha em 1824, foi rico negociante de escravos e empobreceu; morou com André Carlos Ebel, que teve propriedade na Praia de Fora. O próprio Ulrich Haeberle apresentava o endereço da chácara na Praia de Fora número 21, ao anunciar no jornal *O Argos*, em 1859, que necessitava de “aluguel de escrava”.

Também Virgílio José Vilela (ou Zeca Vilela) é mencionado por Scheffer (2006, p. 103) com “várias compras e 3 vendas” de escravos, entre 1873 e 1883. Vale observar que, na Planta Topográfica da Cidade do Desterro, datada de 1876, consta a chácara de Virgílio Vilela. Provavelmente trata-se do Coronel Virgílio, Deputado da Assembleia Provincial (1888/1889), filho de Floriano José Vilela e Joana Bueno Vilela. A chácara de Virgílio se estendia da Rua Bocaiuva até metade da Rua Alves de Brito. A

propriedade foi depois vendida a Elízio Martins Silveira, advogado e secretário do serviço de povoamento, por volta de 1890.

Mas o negócio de escravos interessava não só para cuidar das chácaras da Praia de Fora e das atividades em geral na cidade do Desterro; também era destinado a outras cidades catarinenses e a outras províncias do Brasil. Num anúncio do jornal *Conciliador Catarinense*, em 1848, o “proprietário, Rua do Passeio da Praia de Fora n. 20, está disposto a aumentar o número de pessoas e escravos que lá tem”. Refere-se a uma fazenda em Lages.

Nesse expressivo comércio, segundo Scheffer (2006, p. 103), o maior movimento registrado foi o do negociante Manoel Antonio Victorino de Menezes, que dava nome à travessa onde atualmente é a Rua Hoepcke. Entre os anos de 1868 e 1876, constam 165 escravos negociados por ele.

Sabe-se que, desde o início do século XIX, a Inglaterra impôs restrições a Portugal e ao Brasil, ainda colônia, para o reconhecimento da sua independência de 1822. Entre elas, a proibição do tráfico negreiro da África. Mas até a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que finalmente aboliu a escravatura no Brasil, último país das Américas a fazê-lo, a prática se manteve no centro da vida econômica e política brasileira e em Desterro também. Muitas normativas e leis foram burladas e outras mesmo foram construídas, prolongando a prática da escravidão, após a proibição da entrada de escravos no Brasil, em 7 de novembro de 1831. Todos sabiam que os africanos “importados”, a partir dessa data não eram mais escravos, mas pessoas livres. Entretanto, forjavam-se provas de propriedade. Segundo Mamigonian (2017, p. 567), “o sistema de conivência com o tráfico e com a escravização ilegal dessas pessoas envolveu muita gente: de funcionários de alfândega, delegados, juí-

zes e padres a ministros e conselheiros de Estado”. Uma tabela sistematizando os registros de apreensões de embarcações com transporte clandestino de africanos livres entre 1821 e 1856 registra que o navio Bergantin “Catão” entrou no porto de Desterro em 12 de agosto de 1850 “alegando arribada forçada. Desembarcaram 889 africanos no início de agosto de 1850, possivelmente no litoral de Santa Catarina. Dos 20 africanos encontrados a bordo, não há notícia no processo”. Na coluna que registra o número de emancipados, o total é zero. (MAMIGONIAN, 2017, p. 583).

Consta que entre o início dos anos 1830 e 1850, o espantoso número de 800 mil africanos foi trazido ilegalmente para o País, “num ritmo que rivaliza com o registrado antes da proibição”. Com a ascensão do liberalismo e do sistema capitalista, havia, no século XIX, grandes interesses econômicos associados ao poder político, levando as autoridades brasileiras de então a serem tolerantes quanto ao comércio ilegal de escravos para o Brasil: “A produção de açúcar, café e algodão – principais artigos do país no comércio internacional da época – gerava grande demanda dos latifundiários por mão de obra barata”. (MAMIGONIAN, 2017, p. 233). De fato, com a proibição da importação e do comércio de escravos, havia negociantes em Desterro vendendo negros a outras praças no sudeste do Brasil. Isso ocorria por várias razões: preservação do capital investido, evitando perdas devido ao envelhecimento do negro, desobediência, desavenças, necessidade financeira e enxugamento de despesas, como pagamento de impostos e de multas.

De acordo com Mendonça (2007, p. 24), criavam-se estratégias para dar continuidade ao cativo ou para minimizar o prejuízo ao bolso dos proprietários. E, mesmo se classificados como “livres”, esses africanos chegados ao Brasil a partir do comércio ilegal só tinham a

liberdade na palavra do seu “senhor”. Isso porque a própria lei de 1831 e os tratados anteriores obrigavam-nos a trabalhar para supostamente custear sua “repatriação” para a África.

Assim, com a lei de 1831, o ex-chefe de Polícia da Corte – o Ministro Eusébio de Queirós – prestava contas dos números e dos destinos dos africanos apreendidos em operações de repressão ao tráfico, optando por não mais distribuir africanos livres entre particulares, mas apenas a instituições públicas e a “projetos de interesse nacional”. (MAMIGONIAN, 2017, p. 300-301). Os africanos sujeitaram-se a condições similares às da escravidão durante anos, servindo a famílias de comerciantes, nobres do Império, funcionários públicos, hospitais, Santas Casas de Misericórdia, nas instituições públicas como os arsenais de guerra, de Marinha, nas fortalezas e nos quartéis e em obras, como estradas e de modernização das cidades, na segunda metade do século XIX. No Hospital de Caridade, em Desterro, segundo Mamigonian (2017, p. 304), foram registrados 12 escravos, entre 1848 e 1853, e centenas deles foram destinados a outras províncias.

O Estado imperial brasileiro não os tratou como pessoas livres. Fossem eles alforriados, emancipados, libertos, livres, em geral, não aprenderam ofícios que lhes dessem autonomia. A consequência foi o aprofundamento da desigualdade social no Brasil, em especial, envolvendo os negros, com consequências na sociedade brasileira até a atualidade. Por um lado, se exerceu, de início, uma política de repressão ao tráfico e de aplicação da lei de 1831. Por outro lado, havia brancos que praticavam a apreensão ilegal de africanos para depois emancipá-los, visando receber o ressarcimento do governo. Por sua vez, a fim de proteger a economia e garantir apoio político, o Estado imperial, recém-independente, não conseguia impor medidas con-

trárias aos interesses das elites regionais, que dependiam da mão de obra escravizada: “e de 1837 em diante, com a ascensão de um gabinete composto por políticos conservadores que prometeram proteger os proprietários de terras, a convivência com o tráfico e os traficantes passou a política de Estado”. (MAMIGONIAN, 2017, p. 300).

Uma lei em 1871 regulamentava a possibilidade de o escravo comprar a sua liberdade, mediante ressarcimento ao proprietário. Ele teria de reunir, de algum modo, uma poupança, a partir de doações, heranças ou por meio do seu trabalho, consentido pelo senhor e, assim, indenizar o senhor para ter direito à alforria. Conhecida como Lei do Ventre Livre, mais do que garantir a liberdade aos filhos de mulheres escravizadas nascidos após 1871, garantia a transição lenta e gradual para a mão-de-obra livre, acontecimento que representou os anos finais do sistema escravocrata no Brasil. A prática da alforria paga já era corrente, e a lei regulamentou o uso do pecúlio. Recebiam-se indenizações do Estado ou mantinha-se o menor a seus serviços até que ele completasse 21 anos.

A década de 1880 foi das mais emblemáticas na luta contra a escravidão. Teve a força do movimento abolicionista cada vez mais presente na sociedade brasileira. Em Desterro, devido às novas adesões abolicionistas, fundou-se, em 1883, a primeira agremiação, a Sociedade Abolicionista do Desterro. Mas o ápice da campanha em Desterro foi a fundação, em 1887, da Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro, liderada por Germano Wendhausen, que, em 1887, percorreu a cidade, buscando doações para a compra de alforrias. Assim, em 1888, a Sociedade obteve da Câmara Municipal 42 cartas de liberdade. Em 24 de março de 1888, dois meses antes da assinatura da Lei Áurea, não havia mais escravos no perímetro

urbano de Desterro.

Deve-se considerar, entretanto, que muitos negros permaneceram na terra que lhes foi doada pelos antigos senhores, ao alforriá-los. Ademais, com a abolição, os ex-escravos não tinham terras, nem renda para adquiri-las, o que os obrigou a ocupar as áreas desvalorizadas da cidade, ou a continuar trabalhando na propriedade dos antigos senhores. No centro de Desterro, o primeiro grande bairro formado por negros foi a Toca, região localizada atrás do atual Imperial Hospital de Caridade.

Além disso, com a abolição, essas pessoas ficaram sem formação profissional e à margem da sociedade, em condições e oportunidades desiguais. A discriminação racial do fim do século XIX e início do XX colocou à margem trabalhadores antes integrados. Em qualquer emprego fixo, negros eram preteridos por trabalhadores brancos pobres, que por vezes se sujeitaram a ordens que ex-escravos não aceitavam. Sem se submeter a trabalhos indignos associados à escravidão, esses buscaram atividades com maior autonomia, como as de vendedores, lavadeiras e pedreiros. O preconceito histórico era evidente no início do século XX, no tratamento dos negros e mulatos nas diversas camadas sociais e na ocupação dos espaços da cidade. Dentro dessas comunidades, os descendentes de africanos logo construíram seus espaços de sociabilidade fundando clubes e agremiações, que serviam como locais de encontro e lazer para seus membros. Datam da década de 1930 duas das principais associações da sociedade negra de Florianópolis: a União Recreativa 25 de Dezembro, fundada em 1933, e a Sociedade Recreativa Brinca Quem Pode, fundada em 1935.

A descendência negra em Florianópolis na década de 1950 e 1960 foi estudada por Cardoso e Ianni (1960), que argumentam que “a concepção democrática da vida é questão

bem complexa, onde aos hábitos e expectativas de mando das antigas camadas dominantes corresponderam hábitos de subordinação e de obediência e representações que legitimaram a dominação patrimonialista em termos das tradições”. Devido à rápida mudança da realidade social, os diferentes setores da população – em todas as camadas da pirâmide social – não chegaram a adquirir hábitos plenamente novos. A consciência dessa igualdade social e democrática é uma prática que ainda não se concluiu.

Cardoso e Ianni (1960) reconheceram na Florianópolis de 1958 que “[...] negros e os mulatos ao serem libertos, encontraram por décadas, possibilidades limitadas de ascensão social e econômica. Como as condições de existência material mantiveram-se relativamente estáveis desde o passado, eles se viram impossibilitados de ascender na escala social em grande número”. Por isso, nas décadas de 1950 e de 1960, a situação social e econômica ainda guardava pontos de contato com a ordem escravocrata. A maioria dos negros estava “relativamente à margem, das estruturas econômica e social. [...]”. Apenas nas últimas décadas uma grande parte dos negros e mulatos conseguiu modificar os seus padrões de integração à ordem social, vindo a desfrutar de certas possibilidades abertas pela mudança social e pela ascensão social das camadas populares. Poucos atingiam a classe média; raros alcançavam profissões liberais”. Cardoso e Ianni referem-se aos anos 1950 e 1960, quando, pouco a pouco, negros e mulatos começavam a se integrar à estrutura econômica e social, conquistando um novo *status*. Esse processo foi lento, já que a estrutura econômica evoluiu vagarosamente. Florianópolis, em 1940, segundo o IBGE, contava 46.771 habitantes. Desses, 4.642 declararam-se pretos ou pardos, o equivalente a 10% da população e o dobro

do percentual do Estado de Santa Catarina com o maior número de negros e mestiços.

Com as repercussões da guerra de 1939 a 1945, a comunidade é levada a novos desenvolvimentos, particularmente no plano das atividades comerciais, além de alguns prenúncios de industrialização, o que acelera o ritmo das transformações. Ainda assim, afirmam Ianni e Cardoso, “mantêm-se os mesmos elementos básicos do passado e as oportunidades ainda são restritas. Por isso, eles não conseguem ascender rapidamente e em grande número. Lutam com dificuldade até mesmo para conquistar melhores posições na camada mais baixa da sociedade”. Da segunda metade do século XX, quando esse quadro social foi apresentado por Fernandes e Ianni, até o início do século XXI, muito se avançou em direção a uma sociedade mais justa, com a ascensão em todos os campos. Atualmente, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – 2015) apontam, por exemplo, que mulheres e negros (que incluem pretos e pardos) têm conquistado espaços no mercado de trabalho, mas ainda existem dificuldades e rastros de preconceitos históricos. Essa realidade pode ser transformada a partir da educação, trabalhando-se a perspectiva de que todos são iguais, portanto, têm direitos iguais. Ademais, vale ressaltar que além das recentes pesquisas dos especialistas citados, a Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-Raciais já é documento em prática nas escolas do Município de Florianópolis. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2016).

Entre os exemplos históricos que fortaleceram e empoderaram homens e mulheres negros em Florianópolis destacaram-se o grande poeta simbolista Cruz e Sousa, que morou na Praia de Fora, no século XIX. Outro destaque foi Antonieta de Barros, jornalista, professora e a primeira deputada estadual negra do

Brasil, eleita em 1934. Esses foram alguns dos precursores que romperam barreiras do preconceito e da falta de acesso às oportunidades sociais em Florianópolis.

Em termos de moradia, além das comunidades quilombolas até hoje existentes, há famílias afrodescendentes reunidas na Lagoa da Conceição e no Ribeirão da Ilha, assim como em diversos bairros da cidade. Na comunidade do Porto, no Bairro Rio Vermelho, foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, em 2013, a primeira comunidade quilombola certificada de Florianópolis: a Associação Remanescente do Quilombo Vidal Martins, um negro nascido em 1845 no Rio Vermelho, filho de mãe escrava e pai liberto, descendentes de africanos que chegaram à Ilha de Santa Catarina no século XVIII. Nessa comunidade, Vidal Martins deixou descendência.

Atualmente os quilombos guardam parte da memória e da resistência afro. Muitos buscam legalizar a propriedade definitiva dessas terras, que, mais do que refúgio de escravos fugitivos, hoje são territórios remanescentes desses agrupamentos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana. Autodefinem-se a partir das relações com a terra, do parentesco, do território, da ancestralidade, das tradições e das práticas culturais próprias, presentes inclusive na toponímia. No Centro de Florianópolis, por exemplo, há o Morro do Quilombo.

Na Rua Bocaiuva, morou uma comunidade constituída na maioria por negros, que viviam em casas de madeira, alugadas, no terreno que pertencia à família Silveira, ao lado e para trás do chalé de número 1686 (antigo número 32). Eram as famílias de Osmar e Maria, Orlando e Olindina, Sadi e Maria, Moacir e Amélia, Geraldino, Minervina, Jovina, Jeremias e Chica, Orlanda e outros mais, lembrados por Silveira (2007, p. 28). Quando essa parte da

chácara dos Silveira foi desapropriada para a abertura da Avenida Gama D'Eça (1959), essas edificações foram demolidas e alguns dos moradores foram morar noutra parte da mesma rua. Nas palavras de Cássio Silveira, que ainda reside no mesmo endereço:

“O meu pai abria as portas do nosso chalé; vinham senhoras negras que frequentavam a nossa casa. Inclusive uma [...] dona Neném (Otília). [...] Ela teve um filho, muito famoso. Ele jogou naquela grande fase do futebol em Santa Catarina – no Metropol Futebol Clube. Foi o primeiro clube a excursionar para outros países. [...] O apelido dele era Sabiá. [...] Aí até tem uma passagem interessante: ele trouxe um rádio de fora para a mãe dele. Na época era novidade esse rádio portátil e coisa. [...] Aí a dona Neném falou assim:

– ‘Ô Cássio’ – ela, para o pai, né:

– ‘Ô Cássio, agora tu vê, o Sabiá me mandou um rádio lá da... sei lá, onde ele comprou... Mas aqui não quer falar brasileiro, só fala estrangeiro. Tô até com medo de ligar’. (risos) Naquela época, a gente não tinha telefone, nada elétrico assim, como geladeira...”

“[...] aqui na frente tinha uma outra família de negros; o Xavier, que era da Marinha no Rio de Janeiro, e foi companheiro daquele cantor famoso, o Martinho da Vila. E esse Xavier vinha todos os anos, para visitar a mãe e o irmão que moravam ali. [...] O irmão dele tinha um apelido de Azeitona, aquele negro de dois metros de altura, bem fortão. Aí, esse Xavier, quando vinha do Rio para cá, ele descia do táxi [...], vinha pela Esteves Júnior. Aí, já dava o grito de guerra dele. E a vizinhança toda:

– ‘Ah! o Xavier chegou’.

Não me lembro como ele gritava, mas era um negro alegre e coisa. Aí, na época, ele veio apresentar a esposa. Se casou no Rio, com uma polonesa. [...] Frequentavam a nossa casa aqui e da vizinhança toda. Todos: pretos e brancos naquela época, jogando futebol. Eu estudei na Escola Industrial [...] e a gente jogava futebol, [...] às vezes chamava um senhor ‘querido’ (de) ‘Negão’. Negão era como se fosse querido”.

Depoimento do senhor Cássio Silveira a Leonardo Bertoldi Borges. Abril de 2018.

A história da ocupação do território de Florianópolis por afrodescendentes é uma face pouco conhecida, pois a imagem da cidade entre os séculos XVIII e XIX está muito mais evidenciada e embasada na vida dos senhores do que dos escravos. Promover e preservar a história e a cultura afro-brasileira tornará visível a contribuição social do negro, prerrogativa de todos os brasileiros.



Figura 26 – Praia de Fora, avistando-se o eixo da rua Esteves Júnior e o terreno remanescente do antigo Forte de São Francisco Xavier, demolido por volta de 1840. Ali foi traçada a praça, em 1862.



Figura 27 – Praia de Fora, acesso para barcos, chegada de mercadorias e passageiros. Ao fundo avista-se as torres da Ponte Hercílio Luz e a silhueta do território continental.

commendador Leitão, mandou vir as provisões e aprovações do compromisso, tanto do Exm. Bispo Diocesano, como do Exm. presidente da provincia, todo isto foi feito sem custar um obolo à irmandade, e assim mesmo ha homens tão infames, e clamorosos, que tendo sciencia de todos estes factos, procurão deprimir, e morder ao Dr. Santos, dizendo que o mesmo Dr. insinuou a irmandade do Santissimo para locupletar-se!!! — *Numerus stultorum infinitus est.* —

Vergonha e infamia sobre tres individuos, honra e gloria ao Dr. Santos, que não sendo natural desta cidade teve a grandiosa ideia de crear a tão util e veneranda irmandade do Santissimo Sacramento. Vnda mais fez o Dr. Santos, não sendo lagueano, sabendo que a chave do Secretario era de ferro, e sem segurança alguma, mandou fazer a suas expensas, uma chave de ouro, e offerece-o a seu respectivo parochio, como a notoriamente sabido. Enumerar os serviços e beneficios, que tem feito o Dr. Santos a este municipio, é tarefa bem difficil, talvez fássemos offender sem querer, a modestia do mesmo Dr., está convencido que a vista de factos desta ordem, so homens objectos e vis, poderão deprimir ao mui digno e illustrado Dr. Santos, mas póle o mesmo Dr. ficar certo, que os bons lagueanos ha de rão incessantemente provas do alto apreço e respeito que tributo a suas pessoas. A excrecencia do povo lagueano, não symbolisa cousa alguma na ordem das cousas; portanto pedimos encarecidamente ao mesmo Dr. que entregue ao verdadeiro despezo que merece, seus detractores, e as infâmias de que está heito o artigo publicado no *Correio Mercantil* da sua cidade, de 25 de Dezembro do anno p. passado, pois que a Lamma que sobre S. S. quizera seus inimigos ultrar lhe, não alcançou, reverto sobre elles mesmos, dignos de maiores vilanias, e torpezas. Au revoir.

A soutinella.

EDITAL.

Tendo o Ilmo. Sr. Dr. Chefe de Policia in terino determinado proceder contra os infractores dos artigos 34, 35, 36, 39, 42, 44 e 86 doCodigo de Posturas da Camara Municipal desta Capital, e artigo 1.º do Appendice do mesmoCodigo, transcrevo de sua ordem o contendo nos referidos artigos para conhecimento do publico, dando ao mesmo tempo sciencia que expello ordens á Policia para ser recolhido á prisao todo o escravo que depois do toque de recolher fór encontrado nas ruas sem licença escripta dos seus Srs. ou objecto onde mostre que vi a serçip dos mo-

24. Fica prohibido, em horas de si-
venerias, alaridos e dar gritos na
por objecto, ou motivo de necessi-
puni pena de 40000 reis de multa, e
do com que pagar, soffereço 48 horas

Todo o vendeiro, que consentir

dentro do apazem, taberna ou casa de quitanda, vadji, escravos, por mais tempo que o necessario para compra, ou venda, ou consentir nas suas cazas de negocio e quitanda, ou ás suas grías ajuntamentos delles, toques, danças ou quaisquer vicesias, em 100000 reis pela primeira vez; em 200000 reis pela segunda; em 300000 reis pela terceira, ou tantos dias cadeia, quantos forem os mil reis da mui pecuniaria.

Artigo 26. Todo o vendeiro, que não fechar as portas da casa ao toque do sino policial, cada o houver ou ás 9 horas da noite, nos meos de Ab il até Setembro e ás 10 horas nos ipis meos, será multado em 50000 reis, e prohibido nas reincidencias.

Artigo 29. Ninguem poderá alugar cazas para nella murarem escravos, independentes de seus Srs., sob pena de pagar 100000 reis de multa.

Artigo 32. Fica prohibido aos Marinheiros Nacionaes ou Estrangeiros vagar em terra de noite, desde o toque do sino, ou das horas marcadas para recolher em cidade. Os infractores serão multados pela primeira vez em 8 dias de cadeia, e na reincidencia em 30, podendo commutarse a pena de 100000 reis, por cada dia do prisao.

Artigo 34. Toda a pessoa que em sua casa fizer ajuntamento de escravos, ou vadios para danças, ou ainda mesmo que consinta ali de noite, desde o toque do sino, ou das horas marcadas para recolher em cidade, e de seus senhores, incurrirá na pena de 15 dias de cadeia e 80000 reis de multa.

Artigo 86. Fica prohibido o uso escandaloso do som mostrarem nas praças, rios ou fontes pessoas nuas. O que se encontrar desta natureza, e sendo escravo será castigado politicamente pela competente autoridade.

Artigo 1.º do Appendice aoCodigo. E' prohibido todo o qualquer jogo de cartas do parado bem como os de azar, seja qual fór a sua denominação. O contraventor será multado pela primeira vez em 300000 reis, e na reincidencia em 600000 reis além das penas em que incurrer na forma doCodigo Criminal.

Secretaria de Policia de Santa Catharina 24 de Janeiro de 1863.

O Secretario de Policia.

Augusto Galvão de Souza.

AVISO.

Os abaixo assignados tendo instituido uma SOCIEDADE PATRIOTICA DE TIPO com o fim principal de adestrar no manjeio das armas aos cidadãos que á mesma quizerem pertencer, convidão a todas as pessoas que se queirão associar a esta tão patriótica ideia á comparecer na terça-feira 27 do corrente, no Hotel do Vapor, pelas 4 horas da tarde.

Desterro 25 do Janeiro de 1863.

NOMES DAS PESSOAS JÁ INSCRIPTAS.

Guilherme Xavier de Souza, J. P. de Carvalho Raposo, T. P. de Blancourt Castrim, Alvaro Augusto de Carvalho, A. L. von Hoonholtz, T. P. Senna Pereira, Eduardo Augusto de Oliveira, J. M. Albuquerque Cavalcante Lima, Hermogenes de M. F. Santos, D. Antonio Inardi, Ernesto da Silva Paranhos, José Theodoro da Costa Sebastião de Souza e Mello, Pedro Lobo, Firmino Duarte Silva, Fortunato José Dias,

João Carlos Galvão, Antonio Joaquim Gomes, Leopoldino Machado Lemos, Gândo de Hermetegildo Pinto, João Vieira Pamplona, João Manoel de Aguiar, João Manoel de Aguiar, Paulo Manoel Lopes, Policarpo Vieira da Cunha Brasil, José Maria Garcez, João Machado de Souza, Antonio Nunes Ramos, João Baptista da Illego Barros, Cyríaco José da Silva, Camillo Henrique Martins, Frederico José Wickenhagen, Francisco Antonio de Macedo, D. Faustino José da Silveira, José Cardoso da Costa, Dr. João Ribeiro de Almeida, José Carlos Lopes da Silva, Antonio Lopes da Silva, José Theodoro de Souza Lobo, Antonio Joaquim Binkowka, Julio M. de Traupovsky, Estanislão V. da Conceição, Manoel José de Oliveira, Domingos G. da Silva Peixoto.

ANNUNCIOS.

Lyceo Provincial.

Acho-se abertas as matriculas para admissão no lyceo, e se faz publico que a abertura das aulas deve ter lugar no dia 1.º de Fevereiro proximo futuro.

O director

Amphiloquio Nunes Pires.

ANTONIO JOAQUIM BRANHOSA

Tendo de seguir para o Rio de Janeiro, por todo mez de Agosto proximo, affim de novamente fazer sortimento para seu negocio, roga a todos os seus devedores cujos delictos se acham em atraso, o favor de irem saldar suas contas.

Desterro 17 de Janeiro de 1863.

AMA DE LEITE.

João Vieira Pamplona, precisa alugar uma ama de leite com todas as qualidades necessarias para bem criar uma criança de dous mezes: para tratar na sua loja á rua do Principe.

JORNAL DAS FAMILIAS.

publicação illustrada, artistica, recreativa, &c; assignatura feita por um anno — 120 rs. — sabe um volume de elegante impressao com 32 paginas, uma vez por mez, acompanhado de muitas gravuras sobre aço, desenhos, bordados, trabalhos do crochet e com moldes d'entetes para senhores, figurinos e peças de musica: em casa de Antonio Francisco de Faria, rua do Principe n. 1.

TYP. DE J. J. LOPES, RUA DA TRINDADE N. 1.

AMA DE LEITE.



João Vieira Pamplona, precisa alugar uma ama de leite com todas as qualidades necessarias para bem criar uma criança de dous mezes: para tratar na sua loja á rua do Principe.

1-2

Figura 33 – João Vieira Pamplona (possuiu chácara na Praia de Fora) anuncia interesse em alugar escrava para amamentar uma criança de dois mezes.

“Mais do que mil palavras dos professores, mais do que mil folhas de livros que repousam nas rateleiras, os monumentos dão a lição viva às gerações”.

(GONZAGA, 1994 APUD: Martins e Gonzaga, 2017).

CAPÍTULO IV

A HISTÓRIA DA CASA DE CHÁCARA DA BOCAIUVA E OS SEUS PRIMEIROS PROPRIETÁRIOS

A *Casa de Chácara* da Rua Bocaiuva número 1792 (antigo número 52), que hoje abriga o Memorial, foi construída no século XIX. Naquele tempo, a Rua “*Bocayúva*”, no arrabalde da Praia de Fora, ainda era um caminho de terra, cortado por vários regatos e ocupado por construções esparsas, distribuídas em grandes chácaras, que posteriormente foram desmembradas em áreas menores. Esse foi o caso do lote que abriga a edificação em questão, resultante da divisão do terreno que pertencera a uma chácara maior.

A área central de Florianópolis caracterizou-se historicamente por seu formato de tendência triangular, que continha os arrabaldes, limitados pelas baías Norte e Sul, e pela encosta de um maciço montanhoso (popularmente indicado por Morro da Cruz). Esse centro da cidade (a atual Praça XV de Novembro) se ligava às bordas por eixos viários bem antigos, que hoje são as Ruas Vidal Ramos, Esteves Júnior, dos Ilhéus, Visconde de Ouro Preto, Victor Konder, Altamiro Guimarães e Felipe Schmidt. As Ruas Conselheiro Mafra, João Pinto, Avenida Mauro Ramos, Demétrio Ribeiro, Bocaiuva e Almirante Lamego faziam o contorno desse triângulo central. (figuras 34, 102 e 103)

Dezenas de chácaras se localizavam nas áreas periféricas ao antigo centro – aquilo que se entendia por “*cidade*” e que girava em torno do Largo da Matriz – a atual Praça XV de Novembro, onde está a Catedral Nossa Senhora do Desterro. Da Praça partiam alguns eixos

viários em direção aos “arrabaldes” – zonas periféricas ao Centro.

Essas vias, segundo Veiga (2010), interligavam as moradas entre si e ao centro da cidade, ao porto, aos fortes, ao quartel, às igrejas e às fontes de água, fechando um circuito, cujas vias periféricas eram basicamente as Ruas da Praia de Fora (Bocaiuva), das Orlarias (Mauro Ramos) e do Príncipe (Conselheiro Mafra), como faces do triângulo. Assim sendo, as conexões entre a *Casa de Chácara* da Praia de Fora e as demais regiões ou arrabaldes eram, no século XIX e início do XX, essas ruas que até hoje têm função destacada na mobilidade urbana.

Além de “Praia de Fora”, eram atribuídas denominações pitorescas para os demais “arrabaldes” dentro desse triângulo: Tronqueira, Pedreira, Campo do Manejo, Toca, Menino Deus, Mato Grosso, São Luiz, Pedra Grande, Estreito, José Mendes, Figueira, Rita Maria, Arataca e Canudinhos. Havia chácaras em praticamente todos os arrabaldes, exceto no Estreito, na Pedreira e na Figueira, onde se concentravam o comércio, o mercado e, no entorno da Praça da Matriz, as sedes dos poderes religioso e político. Na borda marítima, estavam a alfândega e o porto.

As terras das chácaras mais próximas à *Casa da Bocaiuva* número 1792, por volta de 1876, pertenciam aos senhores José Feliciano Alves de Brito, João Vieira Pamplona, Alexandre José de Souza Rainha, José Maria Branco,

Fernando Hackradt, H. Gantier, A. C. Ebel, Boaventura de S' Vinhas e Manoel L. do Livramento. Além desses, as terras localizadas nas Ruas Esteves Júnior e Bocaiuva pertenceram a José Maria do Vale, Duarte Schuttel, Virgílio Vilela, Manoel José de Oliveira e Domingos da Costa.

A certeza sobre a posse inicial da *Casa de Chácara* e a sua localização exata dentro de uma dessas propriedades são dados imprecisos, já que plantas e relatos antigos localizados até o momento não detalham os limites e as dimensões de três chácaras vizinhas à *Casa*. Entretanto, a Planta Topográfica da Cidade do Desterro, publicada em 1876, além de trazer os nomes citados acima e indicar a localização das tais chácaras, sugere a projeção bastante aproximada do que é a planta da *Casa de Chácara da Rua Bocaiuva* número 1792.

Essa planta topográfica foi executada por dois engenheiros – Schlappal e do Lago, na gestão de Alfredo D'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay (1843-1899), que foi Presidente da Província de Santa Catarina em 1876. Ali estão registradas as propriedades da Praia de Fora no tempo desse político, também escritor que pormenorizou, em *Paisagens brasileiras*, os recantos de Santa Catarina, elogiando as belezas da Praia de Fora.

É possível que a *Casa de Chácara da Rua Bocaiuva* antigo número 52 tenha pertencido a Fernando Hackradt, ou a H. Gantier, ou mesmo a A. Carl Ebel. A chácara ocupava uma extensa faixa de terras, chegando ao terreno da atual Maternidade Carmela Dutra (construída a partir de 1945 e inaugurada em 3 de julho 1955), numa área que pertencera a A. Carl Ebel. Já a chácara de Gautier, segundo anúncio do jornal *A Regeneração*, de 30 de setembro de 1868, situava-se na Praia de Fora, na Rua São Sebastião (antigo nome da Rua Bocaiuva), número 35, onde ocorria a venda de dalias que ali eram cultivadas. Cogita-se que a chácara da

Rua São Sebastião número 35 tenha sido uma e a da Rua Bocaiuva número 52, outra, descartando Gautier como proprietário da *Casa de Chácara* número 52, mas isso ainda não está totalmente claro a partir dos documentos consultados.

Na continuação da sua história, a *Casa de Chácara da Rua Bocaiuva* passou por diversos proprietários. Manoel Moreira da Silva (1832-1888), chamado também de Maneca Diabo, ou ainda, de Manuel Moreira, foi o primeiro, por volta de 1859 (possivelmente já em 1855). O segundo proprietário, a partir de 1869 ou pouco antes, foi Manuel José de Oliveira (1827-1891), apelidado de Pendiça. José Antonio de Souza Júnior (1873-1959), alcunha Cazuzza, que foi outro proprietário da *Casa*, adquiriu-a em 1920, deixando a propriedade como herança a seus filhos. A propriedade coube, então, às senhoras Helena Anna de Souza (1916-2005) e Maria Luiza de Souza (1909-2007), até o falecimento desta última.

O terreno e a *Casa* foram adquiridos em 2013 pela Empresa Becker Construtora, sendo posteriormente vendidos juntos com o novo prédio construído para o Ministério Público Estadual de Santa Catarina, que ali instalou sua sede. A *Casa*, então restaurada, foi reaberta em 2018, sediando o Espaço Sociocultural e de Memória do MPSC.

Manoel Moreira da Silva – o Maneca Diabo

O registro já citado do jornal *O Conservador*, de 23 de janeiro de 1855, indica uma “chacrinha” na Praia de Fora, pertencente a Manoel Moreira da Silva. Outra notícia, segundo *Prospectiva* (2013), localiza a *Casa de Chácara*, em 1859, quando o jornal *O Despertador* descreve importante evento social proporcionado por Manoel Moreira da Silva:

“Em maio desse ano [1859], na chácara de Manoel Moreira da Silva – o Maneca Diabo – oficial reformado da armada, cabo eleitoral de Jesuíno Lamego, a Assembleia Legislativa Provincial ofereceu outra festa a Brusque. [Refere-se ao Presidente de Província Araújo Brusque.] Desta vez não houve baile, mas comezai-na grossa. [...] O ágape foi preparado pelo Hotel do Vapor e foram 80 os comensais, pois além de 20 deputados havia muitos políticos e pessoal do cordão de bajuladores, correligionários e outros, especialmente convidados. Começou pelas três horas da tarde e pelo número de pratos e de brindes deve ter acabado lá pelas oito da noite, ou mais”.

Dez anos depois, em 1870, no mesmo local, a chácara de Manoel Moreira da Silva, o seu proprietário e o Dr. João Cesário dos Santos receberiam para uma soirée outro Presidente da Província, o Dr. André Cordeiro de Araújo Lima.

“Moreira, que, na sua propriedade, pelo visto, só recebia para homenagear políticos da sua cor partidária, conservadora, por essa época, abriu a sua chácara num domingo, 27 de março. Foi uma partida bastante concorrida, tendo até comparecido o Coronel Tibúrcio, que estava de passagem, vindo do Paraguai [...]. Foi um dos que levantaram brinde a Araújo Lima. A banda do seu batalhão compareceu e tocou várias músicas e, ao serem levantados os vivas ao Imperador, ao fim do baile, tocou o hino nacional. Terminou às duas e meia da madrugada, segundo narrou O Despertador de 1º de abril” (Cabral, Memória I, 1979, p. 26-27).

Convidar o Presidente da Província, Dr.

Francisco de Araújo Brusque, para um chá ou jantar era programa habitual entre os abastados das chácaras. Em 1860, Cabral (1979) registrou outra visita desse presidente, desta vez, à chácara de Boaventura Vinhas, que ficava no encontro das atuais Rua Bocaiuva e Avenida Trompowsky, pouco adiante da *Casa de Chácara* de Maneca Diabo.

Manoel Moreira da Silva foi oficial reformado da armada e também político, sendo cabo eleitoral e deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina da 12ª à 15ª legislaturas, como suplente convocado. Segundo Prospectiva (2013), “as festas eram um chamariz de pessoas influentes da sociedade e nelas muitas discussões e conchavos políticos eram empreendidos”.

Faz-se aqui uma observação sobre a figura de Manoel Moreira da Silva, homem influente e da confiança de Alfredo Escragnole Taunay (1843-1899), acompanhando-o em 1881, em sua campanha política por toda a parte. Taunay havia sido Presidente de Província de Santa Catarina, em 1876.

Moreira da Silva também foi colaborador e figura de destaque na atuação política de Jesuíno Lamego da Costa (1811-1886), que foi Deputado-Geral e Senador do Império do Brasil (1872-1886), Comandante da Divisão do Rio da Prata (1852-1856), nomeado Barão da Laguna em 1871 e chegou a Almirante, em 1876. É em sua homenagem o nome da Rua Almirante Lamego, antes chamada Rua de Santana, em continuação à Bocaiuva.

Taunay, que, em 1889, recebeu de D. Pedro II o título de Visconde, foi considerado partidário da abolição da escravatura, entretanto, num tempo em que se faziam vistas grossas ao comércio de escravos, tentando coibir o de negros livres, desde 1831. Consta em anúncios de jornais que seu amigo Manoel Moreira negociou 7 escravos entre 1854 e 1869. Portanto, é plausível que houvesse escravos na *Casa de Chácara* nesse período.

Entre os homens envolvidos com Taunay, que era do Partido Conservador, vários nomes são referenciados em seu diário das viagens, registrando as campanhas políticas. Alguns residiam em Desterro, nas chácaras da Praia de Fora.

Além do próprio Manuel Moreira da Silva, Trompowsky, Agostinho Flores, Júlio Melchior, Lídio Livramento, José Feliciano Alves de Brito, Taunay, Pitanga, Duarte Schutel e Hackradt eram moradores da região e foram contemporâneos das pelepas eleitorais de Taunay. Por isso, Taunay comentou e reproduziu em 1890 o poemeto heroico-cômico de Ferreira de Araújo, referindo-se à campanha de 1884, cuja eleição Taunay perdeu, cabendo a vitória a Duarte Schutel:

“Que dias terríveis 1º e 2 de dezembro de 1884! Que dias penosos, longos, intermináveis até que pude embarcar para o Rio no vapor Rio Grande, 7 daquele mês! Em Paranaguá embarcou triunfante o Manuel Eufrásio. Com ele vinha o Tadeu, que nos fez bem boa companhia. Em Santos li com legítimo prazer o belo e generoso trecho [...] reminiscência dos tempos alegres:

*De célebre campanha eleitoral
Que no ano da graça oitenta e quatro
em reboição pôs o povo todo
Do belo litoral catarinense
eu canto as peripécias e façanhas
se a tanto me ajudar engenho e arte.
Do José Brito eu canto a macieza,
O savoir faire, a elegância inata.
Do Lídio Livramento o comodismo,
Do Trompowsky a contínua distração
Os olhos azulados do Hackradt
Do Moreira a suprema direção.
Esforçados heróis por toda a parte*

*Ou de dia, ou de noite, a toda hora
molhados pelas chuvas como pintos
Ou sofrendo sem queixas ardentes sóis
Valentes cabalavam o eleitorado
Com penas de pavão armados todos.
Oh! Quanta valentia demonstraram
Debaixo dessa ação estimulante!
Batalhavam, conquistavam, derrotavam
e, cumprindo o dever que a pátria impõe,
Com seus roncos medonhos abalavam
as casas em que iam se hospedar.
Que valente apetite! Quantos brindes!
Quanta história engraçada, que pilhérias!
ao Taunay respondia o José Brito
e no Itapocu, qual tigre ingente
Urrava sem cessar o João Sami
aterrando o mingote em sua toca!
Qual vítima pacata e inocente,
Com tímidos gemidos abafados
O Lídio Livramento se queixava
Dos trancos e pinotes do cavalo
E zeloso lavava com cachaça
as carnes anafadas e moídas.
Alegrias, porém, soube fruir
ao perceber do Júlio as ovações
Foguetes, flores, vivas e discursos
Pão-de-ló, bolachinhas e mães-bentas
Com que o esperavam em Barra Velha
O Trompowsky e mais manifestantes.
O Taunay candidato d’alta popa
La à frente de todos, sempre avante
E fazendo valer a imigração
Mitingando nos matos e choupanas,
Tomava para si os bons cavalos
e comia por três ou mais ainda...”
Diário de Taunay, caderno de apontamentos
de 1890 a 1892. (A. de E. T.) (p. 42-44).*

E assim Taunay registrou curiosidades sobre os seus contemporâneos, alguns deles, gente que convivia nas chácaras da Praia de Fora e do Desterro.

Detalhando ainda mais a personalidade e o modo de ser de Maneca Diabo, interessa conhecer o relato de Taunay sobre o retorno da campanha eleitoral de 1881, por todo o norte da Província de Santa Catarina, onde haviam percorrido a cavalo e em navio a vapor São Francisco, Joinville, São Bento, Itapocu, Barra Velha, Itapocorói, Itajaí, Camboriú, além de Gaspar e Blumenau, fazendo conferências e visitando, casa a casa, cada um dos eleitores:

“Vinha eu, [...] entre os mais companheiros [...] ansioso pela viagem marítima que devíamos fazer de Itajaí ao Desterro [...]. Terrível decepção nos esperava [...]. Por manobra eleitoral, os adversários[...] haviam apressado [...] a partida do tal vaporzinho. Que fazermos em tão penosa contingência [...]? Manuel Moreira, para quem se voltavam todos [...], estava de cara amarrada, [...] silencioso. Numa dessas passadas apareceu-nos radiante de alegria.

– Está tudo arranjado, exclamou; amanhã ou depois, quando muito, chegaremos todos ao Desterro. [...].

– Mas como, Moreira? indaguei surpreso.

– Acabo de alugar uma boa baleeira e vamos abrir a vela ao vento. [...] quem quer os fins, quer os meios. Fiquem em terra os medrosos, que daqui a pouco parto eu aí! Isto é certo: eu não fico em Itajaí...

Que fazer-se com um homem desses? Não houve remédio, e dali a pouco, eu, o Coronel Domingos Costa, [...], o Capitão Amorim Caldas e Moreira, ao leme, como intrépido piloto, demandávamos a remos, com enorme risco, a barra do Rio Itajaí, [...] os quatro remadores [...], guiados pela voz segura e animadora

do hábil timoneiro [...]. Que ondas, que vagalhões! A cada momento parecia que íamos ser tragados [...], enquanto Moreira, Maneca Diabo, seu apelido de longa data, assoviava ao leme. Em certo trecho [...], temerosa nuvem pairava, sobre as nossas cabeças.

– Então, sr. Moreira, há perigo? perguntei.

– Boa dúvida, confirmou ele, mas que importa? Ninguém há de ficar nesta terra para semente. Mal dissera estas consoladoras palavras arrebentou a nuvem num tremendo aguaceiro [...]. Íamos a vela, bordejando longa e morosamente com vento rijo contrário.

– De nada serve, disse por fim Moreira, estarmos a dar destas guinadas. Hoje não faremos nada. Mais vale tocar para a enseada de Camburiú. Foi o que se fez, não sem custo, até alcançar-se suspirado abrigo [...]. Quando ali chegamos, deitamos a poita em formoso recôncavo de mar sereno [...]. Que comemos naquela noite? Sardinhas de lata com umas roscas duras como calhaus, que Moreira – sempre o Moreira – fora buscar em terra e comprar numa vendinha, nem de propósito, de eleitor nosso, que lhe hipotecou o voto. [...] De madrugada [...], acordou-nos a voz triunfante do nosso piloto.

– Vento nordeste! exclamou. Às 6 horas estaremos desembarcados no Desterro. Ah! que boa peça pregamos aos liberais!

E, com efeito, lá fomos tangidos por favônio sopra. [...] Moreira, todo contente e ancho, apontava-me os menores cabos e pontas e ilhas e rochedos, que tudo aquilo conhecia ele como a palma da leal e rugosa mão.

– Repare nos Ganchos, disse-me

em certo trecho; ali temos eleitores, fique sabendo. Vamos agora dar costas à Ilha do Arvoredo, onde está o farol, e entrar no canal... [...]. E repetia consigo mesmo:

– Que bela peça preparamos aos srs. liberais.

Com efeito, pouco antes até da hora por ele indicada, saltávamos na praia Rita Maria [...], soube-se logo no Desterro da chegada dos intrépidos navegantes e valentes lidadores. Fora Maneca Diabo quem tudo fizera! Na outra proeza a que me forçou Manuel Moreira, [...] não foram pequenos os incômodos suportados.

Em certo dia, à noite, anunciou-me peremptoriamente.

– Vamos amanhã aos Ganchos.

Olhei-o estupefato.

– Aos Ganchos?

– Sim, àquela ponta que lhe mostrei, ao virmos de Itajaí. Há ali quinze eleitores do colégio de São Miguel, e é preciso fazê-los ir votar.

– Você, porém, não veio antontem de lá?

– Por isso mesmo. Os homens não se querem incomodar, sem que o Dr. vá lá fazer uma falação, além de outro acordo...

– É uma loucura...

– Qual! Há outras bem piores.

Amanhã vento sul para nos tocar até lá e, mais que provavelmente, vento nordeste depois de amanhã [...].

Fez-se o que ele determinara e ei-nos na madrugada seguinte, partidos do Desterro e viajando pelo canal, correndo para o norte. [...] só chegamos aos Ganchos às 6 horas da tarde.

Levâramos foguetes e fomos os próprios que festejamos um tanto ruidosamente a nossa chegada e presença. À

praia, alguma gente, [...] agrupamento de casinhas e ranchos, morada de pobres e acaipirados pescadores. [...] fiz a tal falação, conferência a que me referi, como de rigor, à grande naturalização e a outros assuntos que o auditório acolheu perfeitamente indiferente a tudo. Os argumentos de Moreira os impressionavam muitíssimo mais. No fim, houve, entretanto, suas palmas. E fui dormir estrompadíssimo [...].

Às 4 horas da manhã seguinte, acorda-me Moreira.

– Não lhe disse? exclamou; temos alguns nordestes, que lá pelas onze horas há de refrescar. Deus ajuda a quem trabalha. E pouco depois das 6 da tarde, desembarcamos no Desterro.

Os eleitores dos Ganchos foram, com efeito, votar em São Miguel. Quanto se me representa aos olhos esse formoso e variado panorama que se desdobrava de um e de outro lado do canal! E Moreira ia me apontando o que nele havia mais saliente.

‘Olhe a Ponta Grossa, a velha fortaleza, o cabo de Canavieiras, a ilha de São Francisco; olhe, ali deságua o Biguaçu, aquilo é o morro da Cambirela’, e mais isto e mais aquilo, num enumerar sem fim”.

Visconde de Taunay. 2007. 120 p. (Edições do Senado Federal v. 89 – p. 67-70).

Taunay fez quase um relato biográfico sobre a personalidade de Maneca Diabo, que também o apoiou como seu cabo eleitoral na campanha para a eleição pelo primeiro distrito de Santa Catarina, em 1886:

“Manuel Moreira da Silva, o meu valente braço direito, habilmente se aproveitava dos menores incidentes, queixas, desenganos e projetos de vingança, enquanto eu me ralava de impaciência e inquietação na minha presidência do Paraná. Momentos houve, e muitos, em que me supus, sem remissão, perdido, derrotado! O que seria então da minha carreira confirmado o insucesso do ano anterior, arredado, talvez para sempre, da Câmara enfraquecida, cada vez mais, a minha força moral perante o meu círculo e aos olhos dos chefes do Rio de Janeiro! [...] O meu impertérrito cabalista era o único que me alentava as esperanças. [...] passava-me telegramas, que não acabavam mais. Um deles, bem me recordo, custou mais de cento e cinquenta mil réis, pois a linha do governo não lhe merecia confiança e só se servia do telégrafo inglês, submarino. Em contínuas viagens, incansável, indiferente às intempéries, fazia prodígios de atividade, atento a todos os sintomas de esmorecimentos ou calculada frouxidão nos meus eleitores e acudindo ao caso com admirável energia e argumentos de toda sorte, [...]. No pleito de janeiro de 1886 [...] muito; graças a ele obtive assinalado triunfo sobre o poderoso adversário [...]. Enfim estava eleito!

Antes de voltar à Câmara ocorreu o falecimento de meu nobre e distintíssimo amigo, o Barão da Laguna, em 16 de fevereiro de 1886. E os meus correligionários catarinenses, ainda em muitos colégios instigados pelo zelo, a afeição, a dedicação extraordinária do bom Moreira, haveriam de dar-me esplêndida votação no pleito de 14 de junho desse mesmo ano de 1886. Nele me apresentei candidato a um lugar na lista tríplex de onde o

monarca deveria escolher um substituto para a vaga, no senado, do dedicadíssimo servidor do país, que fora o Barão da Laguna [...], que tanto honrara a Marinha Brasileira [...]. Correspondeu o eleito-rado de Santa Catarina aos desejos dos últimos dias do venerando e ilustre almirante. Apesar das manobras da Câmara Municipal de Desterro, toda ela liberal [...]. A 6 de setembro de 1886 escolhi-me o Sr. D. Pedro II senador pela Província de Santa Catarina. Tinha eu atingido o vértice de minha carreira política parlamentar [...]. Isto graças aos bons e dedicadíssimos amigos da bela província que me honraram com o seu amparo e simpatia. [...]. Pode o meu bom Maneca Moreira ver cumprida a sua profecia. Pouco depois, desaparecia do mundo, exatamente quando fazia dois anos de minha escolha pelo imperador para o senado! Eis porque, sempre que me recordo daquelas admiráveis paisagens marítimas de Santa Catarina [...]. Não posso rememorar-las sem ver aquela fisionomia leal, aberta, inteligente, animada, desse amigo extraordinário, aqueles olhos fuzilantes que, a 6 de setembro de 1888, para todo o sempre se cerraram...” (Diário de Taunay, Caderno de Apontamentos 1890-1892, p. 42-44/76-79).

Manoel José de Oliveira – o Pendica

O proprietário seguinte da *Casa da Chácara* foi Manuel José de Oliveira, mais conhecido por seu apelido, Pendica. Deve tê-la adquirido por volta de 1869. É possível especular que ele também tivesse escravos. Fazia parte da alta sociedade da época e era filho de José Luciano de Oliveira e de Florisbela Rosa de Oliveira. Foi advogado, político e militar, re-

formado como Tenente do 8º Batalhão de Infantaria da Vila de São Francisco, em 24 de dezembro de 1852. Em Desterro, ele foi chefe do Partido Conservador (também chamado Partido Cristão) e Deputado, na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, entre 1850 e 1887.

Um cunhado de Pendica, Inácio José da Silveira Jr., doou terreno (100 braças de terra) para a construção da Igreja Católica da Vila de Nossa Senhora da Glória, em São Francisco. Ali perto tinham terras Jordão Silveira e outros da mesma família, que se estendeu principalmente para a parte continental de São Francisco do Sul, para o centro da cidade e para a localidade de Laranjeiras.

Em 1865, Pendica era suplente de Vereador, quando a Praia de Fora ganhou destaque na Câmara de Vereadores de Desterro. O jornal *O Despertador*, em 20 junho de 1865, publicou o assunto – a aprovação da denominação de ruas, praças e largos da cidade, que ainda não as tinham e substituições de outras “que nada exprimem”. Na sessão, estavam presentes, sob a presidência do Vereador Eleuterio Francisco de Souza, os Vereadores Joaquim Duarte Silva, José Feliciano Alves de Brito, João de Deos Gaignette, Wenceslao Martins da Costa e Antônio Mancio da Costa. Alguns deles moravam na Praia de Fora.

Eles definiram:

“Que a Rua da Bica, seja denominada Rua de S. Martinho; a Rua da Toca, Rua de São Pedro; a da Tronqueira, Rua da Imperatriz; a da Cadeia, Rua da Constituição; a do Governador, Rua do Imperador; o Largo da Palhoça, Largo de Bragança; a Rua de Bragança, Rua Sete de Setembro; a praça junto ao Liceu, Praça Municipal; a Rua do Alecrim, Rua de Santa Izabel; a do Mato Grosso, Rua da Prin-

cesa; a Rua junto à chácara da viúva Formiga, Rua do Presidente Coutinho; a Rua do Passeio, Rua Formosa; a Rua da Praia de Fora, Rua de São Sebastião; o largo da Praia de Fora, Largo dos Navegantes; a Rua da Praia de Fora beira mar, Rua da Praia de Fora; a Rua Bela do Senado, Rua do Senado”.

Alves de Brito fez, na ocasião, proposições quanto à ausência de Manoel José de Oliveira a essa sessão, ele que era suplente de Vereador, para que, no caso das suas escusas não serem aprovadas pela Câmara que “fosse juramentado outro em seu lugar”. (Cf: Jornal O Despertador, 27 de maio de 1865).

Manoel Pendica, assim como fizera o anterior e primeiro dono da *Casa de Chácara*, também oferecia festas de caráter político em sua residência. Em 1869, ele realizou naquela morada um evento social, relatado por Cabral (1979, p. 27):

“[...] outro baile, mais uma vez de cunho político, oferecido por Manoel José de Oliveira, na sua chácara da Praia de Fora, ao Dr. Manoel da Fonseca Galvão, 2º Vice-Presidente da Província, por ter sido nomeado Juiz de Direito da Comarca de Lages.

Pendica faleceu em 1891. Não se tem informação sobre os seus herdeiros ou sobre a propriedade da chácara nesse intervalo de tempo. Já no século XX, um novo contexto político e social brasileiro é o cenário para a *Casa de Chácara*, então adquirida por José Antônio de Souza Júnior, conhecido por Cazuzza (ou Jacaré), sendo duas gerações dessa família as últimas a residirem no imóvel.

A Casa de Chácara de José Antônio de Souza Junior – os felizes tempos da Família Jacaré

“Família Jacaré” foi apelido herdado do bisavô, o Comandante Souza, que era da Marinha Mercante e tanto vivia em terra, como no mar (como um jacaré). Em entrevista à Prospectiva, feita pela historiadora Verônica Orlandi, com a senhora Roseli Maria de Souza Mosimann, neta de Cazuzza, esta afirmou que o avô adquiriu a casa em 1920.

A senhora Roseli Mosimann⁴ relatou que, na sua infância, a Casa já apresentava as mesmas características das divisões internas encontradas em 2016, porém com funções diferentes. Segundo o desenho da empresa Prospectiva (2013), a parte frontal da Casa (cômodos 1, 2, 3, 4, 6 e 7) era de uso dos avós de Roseli (José e Anna), das meninas (Helena e Maria Luiza) e da avó Julinha (Julia Viegas). Julinha não era da família Souza, porém morava com a família, pois foi quem criou a avó Anna, quando esta ficou órfã. Na parte de trás (cômodos 12, 13 e 14), ficavam os meninos, o quarto de empregada e a cozinha.

A Casa tinha, então, uma sala de receber, de frente para a Rua Bocaiuva, mas com entrada pela lateral do lote, por meio de uma pequena escada semi-circular de dois degraus. Havia um quarto com janelas voltadas para a rua, resultante da divisão da antiga e ampla sala frontal, por uma parede em alvenaria de tijolos assentados a cutelo (na espessura mais fina). Este novo cômodo era ocupado pela tia

4 Texto embasado no referencial técnico: Histórico, análise tipológica, estado de conservação, intervenção emergencial e proposta de intervenção para a edificação tombada à Rua Bocaiúva, 1792 (antigo número 52). Referencial produzido pela empresa Prospectiva – Arquitetura, Restauro e Consultoria Ltda. / Arquiteta Lilian Mendonça. Para: Becker Construção Civil Ltda. Florianópolis, junho de 2013. ed. dig. 90 p. il. Entrevista e texto revisados e complementados em 2018 por Veiga e Mosimann para esta publicação.

Maria Luiza. Na parte posterior da Casa, conforme a senhora Roseli, seguiam: sala de costura e quarto dos avós, a sala de jantar (varanda) e os quartos da tia Helena e da avó Júlia Viegas.

A área transversal – que corre ao fundo, em linha paralela à rua – provavelmente construída numa segunda etapa, continha sala de banho, sanitário, despensa, cozinha, quarto de empregada, copa, quarto dos filhos, “casa de Jorge” e depósito; este último sem conexão com o resto da casa. De acordo com a senhora Roseli, antes de ser um depósito, esta foi a casa de Jorge José de Souza e sua família. O cômodo se estendia aos fundos, acréscimo construído em madeira, demolido após 1952.

Em 1950, foi realizada uma grande comemoração, o aniversário de casamento dos avós da senhora Roseli, que recorda que a festa aconteceu no espaço da “varanda”, onde havia pinturas murais, assim como na sala da frente. A varanda, onde existia uma grande mesa de almoço, foi a sala de convivência maior da família Souza. Ali eram recebidos os seus convidados.

Entretanto, é importante destacar que, no século XIX, quando a casa pertencera aos outros dois proprietários anteriores, as festas aconteciam na sala da frente, que ocupava toda essa área de destaque do edifício, usufruindo das três janelas em arco pleno, voltadas para a Rua Bocaiuva.

A partir do depoimento da senhora Roseli, conclui-se que a divisão dessa sala da frente com parede sem sapatas, de alvenaria de tijolos assentados na sua face mais estreita gerou o cômodo 2 – o quarto de sua tia Maria Luiza. As demais paredes divisórias internas, originais da casa, eram de taipa tipo pau-a-pique e estuque.

Segundo Roseli, “o terreno era bem mais extenso, como uma fazenda” e era cortado por um riacho, que aparentemente tinha nascente nas imediações da atual Rua Esteves Júnior.

Ao longo dos anos, foram realizadas sucessivas reformas e adaptações, porém, a edificação nunca sofreu uma obra completa de restauração. A primeira referência, datada de 1876, mostra, na projeção da planta da *Casa*, uma reentrância que caracteriza um “vazio” na fachada lateral (figuras 39, 40 e 41). Esse espaço foi preenchido com a construção de um dormitório, um banheiro e uma despensa. Na década 1970, ocorreu a substituição do portão frontal, de madeira, por outro, metálico.

Internamente, uma modificação significativa que ocorreu foi a supressão de pinturas murais na sala frontal e na “varanda”. Segundo a *Prospectiva*, relatos orais sugerem que havia pinturas murais decorativas no primeiro cômodo do tipo “frisos” no teto e à meia altura.

No segundo cômodo, teriam pinturas que imitavam colunas de mármore e sobre elas a pintura de uma trepadeira – de acordo com a memória da senhora Roseli Mosimann, trata-se de “uma leve lembrança, lembrança de infância, muito, muito tenra”. (*Prospectiva*, 2013, p. 14).

O jardim da *Casa* era um espaço bastante valorizado pela família de José Antônio, especialmente por sua esposa Anna, que o preservava com cuidado, sem modificar o desenho, de autoria de seu filho Aguinaldo.

Conforme relatou a senhora Roseli, neta de Anna e José, na entrevista à *Prospectiva* (2013), o desenho central “remetia a um corte transversal de um botão floral, com órgão reprodutores, pétalas e sépalas”. As roseiras eram o destaque do jardim e aparecem em fotos antigas da família.

Dona Anna passou a cuidar da *Casa* em 1959, quando seu marido José Antônio de Souza Junior faleceu. Com o passar do tempo, os filhos homens saíram da residência e constituíram suas próprias famílias, mas as suas irmãs, as filhas de Anna e de José – Helena Anna de Souza e Maria Luiza de Souza – permaneceram.

Dona Anna faleceu em 1967. Ocorrendo a partilha, as suas duas filhas, Helena e Maria Luiza, passaram a cuidar da propriedade.

O tombamento desse imóvel, a *Casa de Chácara da Rua Bocaiuva* número 1792, antigo número 52, ocorreu em 1986, junto a outras unidades no entorno. Nesse conjunto de bens tombados, as edificações são classificadas como P2, pelo Decreto Municipal n. 521/89, o que significa que cada um desses imóveis é “[...] parte da imagem urbana da cidade e se constitui num patrimônio valioso, digno de perpetuar a história de Florianópolis. Isto não altera o valor econômico do imóvel, que continua na propriedade do seu titular. Poderá ser alugado ou vendido, se o proprietário assim o desejar.

O imóvel classificado como P2 não pode ser demolido. São necessárias a manutenção e a restauração das fachadas e da volumetria em suas formas originais. São admitidas adequações internas, desde que não interfiram no exterior do imóvel”.

O título de edificação de valor histórico e cultural trouxe orgulho às proprietárias do imóvel, que se manifestaram em 1990, enviando ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) uma carta de agradecimento, correspondência que foi publicada em jornal impresso:

“II. Sr. Presidente do IPUF.

Prof. Dr. Rodolfo Pinto da Luz

Em atenção ao ofício enviado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, como herdeiras do imóvel n. 52 da Rua Bocaiuva e nele residentes desde sua aquisição por nosso pai em 1921, sentimos deveras gratificadas pelo tombamento do mesmo, consentindo plenamente nesse ato.

Florianópolis possui um patrimônio histórico bastante rico que precisa ser

conservado para que a cidade não se descaracterize totalmente.

Com a preservação de nossa casa poderemos deixar aos nossos familiares, que também por aqui passaram uma lembrança muito viva de nossa família, e ao município, uma contribuição da gente que sente um amor por sua terra.

Atenciosamente,

*Maria Luiza de Souza
Helena Anna de Souza"*

Em 2004, dona Helena e dona Maria Luiza deixaram a casa, devido às idades avançadas e à degradação do imóvel, o qual ficou abandonado durante nove anos, período em que o processo de deterioração avançou. Em 2013, a empresa Becker Construção Civil Ltda. adquiriu o terreno, que mede 2.363,40 m², e a *Casa de Chácara*.



Mapa elaborado por Leonardo Bertoldi Borges. Base cartográfica: Geoprocessamento Prefeitura Florianópolis 2018. Adaptado de Veiga (2010 - Mapas 12 e 21)

DIVISÃO DOS "ARRABALDES" E LOCALIZAÇÃO DAS ANTIGAS CHÁCARAS - DESTERRO. SÉCULO XIX / sem escala

⊙ CASA DE CHÁCARA

-- ANTIGO LIMITE DO MAR

A ESTREITO

E PEDRA GRANDE

B RITA MARIA E ARATAÇA

F MATO GROSSO

C PRAIA DE FORA

G CANUDINHOS

D SÃO LUIZ

1 JOÃO VIEIRA PAMPLONA (1876)

2 ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA RAINHA (1876)

3 DR. JOAQUIM DA Sª RAMALHO (1876)

4 J. FELICIANO ALVES DE BRITO (1876)

5 NÃO IDENTIFICADO (c. 1929)

6 MANOEL FRANCISCO PEREIRA NETO (1876)

7 JOSÉ MARIA BRANCO (1876)

8 FERNANDO HACKRADT (1876)

9 H. GANTIER (1876)

10 A. C. EBEL (1876)

11 BOAVENTURA DA Sª VINHAS (1876)

12 NÃO IDENTIFICADO (c. 1929)

13 MANOEL BRANCO (c. 1929)

14 NÃO IDENTIFICADO (1929)

15 COM. M. L. DE LIVRAMENTO (1876)

16 NÃO IDENTIFICADO (c. 1929)

17 NÃO IDENTIFICADO (c. 1929)

18 NÃO IDENTIFICADO (c. 1929)

19 ATENEU PROVINCIAL (c. 1876)

20 Mª FRANCISCA DE PAULA BRAGA (1876)

21 JOSÉ JOAQUIM DA VEIGA (1890)

Figura 34 – Mapa da Divisão dos “arrabaldes” e localização das antigas chácaras. Desterro século XIX. s/esc.



Figura 35 – Manoel Moreira da Silva, o Maneca Diabo. Sem imagem conhecida.

Figura 36 – Retrato de Manuel José de Oliveira, popularmente conhecido como Pendica.

Figura 37 – José Antonio de Souza Junior nasceu em Itajaí, SC, em 23/12/1873. Faleceu a 18/09/1959 em Florianópolis – SC. O apelido “jacaré” foi herdado do seu pai, o comandante José Antonio de Souza, que o associava ao animal anfíbio, que tanto vive em terra, quanto no mar, já que a sua profissão era na Marinha Mercante.



Figura 38 – A *Casa de Chácara* nos anos 1990.

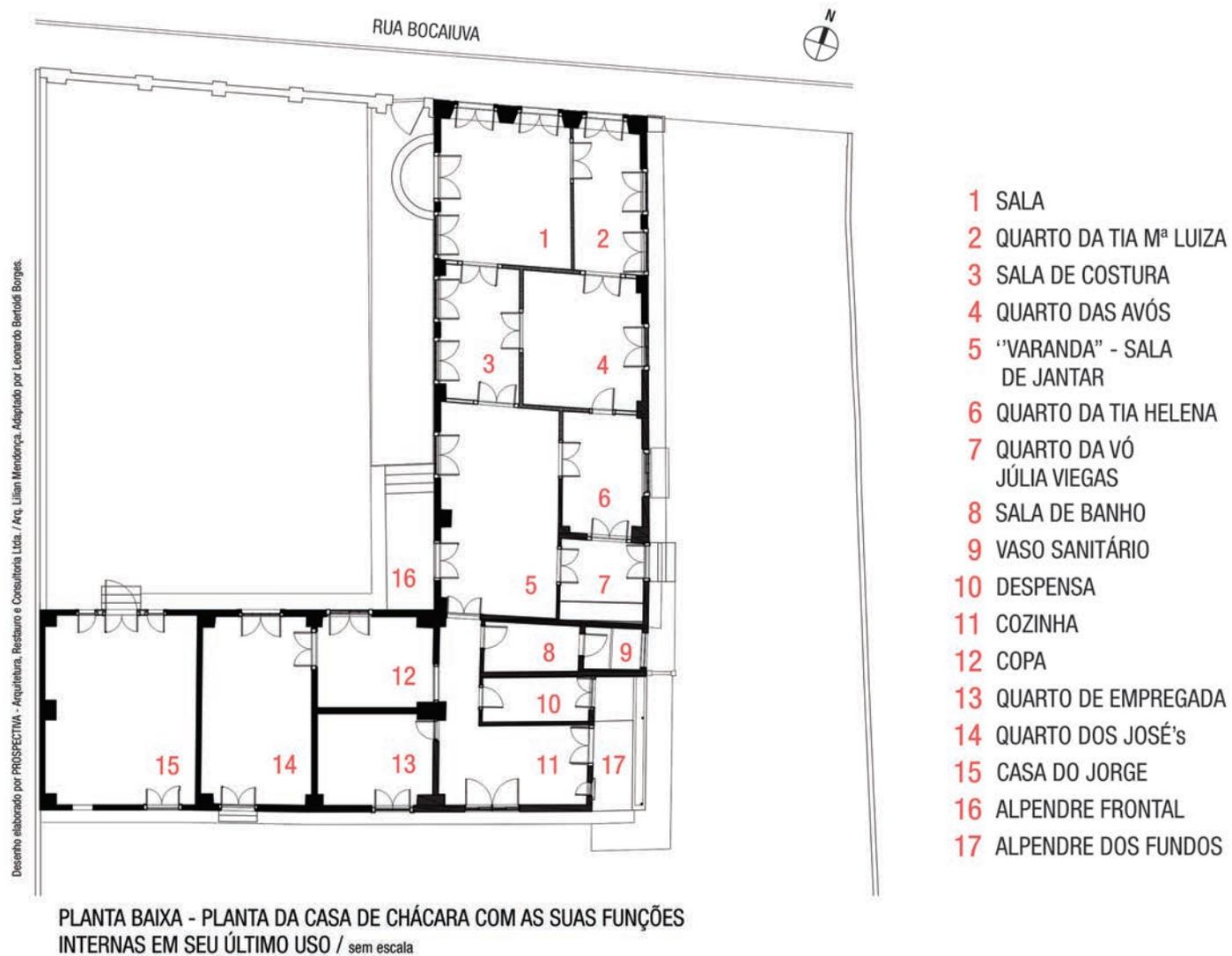


Figura 39 – Croqui da casa com as funções internas

"Investir na qualificação de centros históricos pode parecer um tanto saudosista para alguns, no entanto, tem muito mais a ver com a qualidade de vida urbana e com o futuro".

Lilian Mendonça

CAPÍTULO V

A RESTAURAÇÃO DA CASA DE CHÁCARA DA BOCAIUVA⁵

A Becker Construtora executou o edifício Sede do Ministério Público de Santa Catarina nos fundos do lote, comprometendo-se a restaurar a *Casa de Chácara* e lhe dar um tratamento compatível com o bem tombado.

Foi contratado, então, o projeto de restauro, pela Empresa Prospectiva – Arquitetura, Restauro e Consultoria Ltda., cuja equipe técnica responsável pelo projeto de restauro e acompanhamento da sua execução é composta pelos arquitetos Lilian Mendonça, Peter Widmer, Juliana Ramos, Nicole Porto Balen e pela Bacharel em História Verônica Orlandi.

Essa obra, sob a responsabilidade geral do MPSC, não só envolveu a recuperação da unidade tombada, mas ensejou toda a pesquisa, o resgate de informações e a valorização da memória local, mediante a divulgação da história secular tanto da *Casa de Chácara*, quanto da Rua Bocaiuva e da região.

O restauro da *Casa de Chácara* foi estimado para um prazo de dois anos, sendo as obras iniciadas em 2016 e finalizadas em 2018.

A arquitetura da *Casa de Chácara*

Construída em meados do século XIX, a *Casa*, contendo 251 m², apresenta características das edificações luso-brasileiras, ou seja, traz influências da arquitetura portuguesa, valorizando as salas de receber, voltadas para a via pública, e os ambientes reservados à família, na fração intermediária da planta. Os

⁵ Por: Lilian Mendonça e Eliane Veras da Veiga.

fundos do edifício eram dedicados às atividades de trabalho, ao quarto de banho, à cozinha e aos serviços.

O estudo de evolução da primeira planta (figura 40) recompõe a provável planta existente em 1876. O estudo de evolução da segunda planta (figura 41) sintetiza as prováveis ampliações e alterações sofridas ao longo do tempo, evidenciando aspectos importantes acerca da autenticidade dos cômodos da edificação.

A planta em “L”, que organiza dois volumes, sofreu alterações ao longo de um século e meio, conforme indicam os desenhos das fases hipotéticas. Destaca-se um recorte entre a edificação principal (longitudinal) e a dos fundos do lote (transversal), o qual foi preenchido posteriormente por um banheiro, um quarto e uma despensa. Há um alpendre com arremate de lambrequins, na frente da casa, entre a sessão longitudinal e a sessão transversal da planta, e outro alpendre menor, na fachada posterior.

Segundo a Prospectiva (2013), “trata-se de edificação térrea, de alvenaria autoportante”, com fundação rasa, construída em alvenaria de pedra, que sustenta paredes erguidas em alvenaria de tijolos maciços, sobre barrotes, na base e frechais, no seu coroamento. Está levemente elevada do solo, composta de corpo principal recoberto com telhado em quatro águas, com terminação em beiral com cimalha, e “anexo” lateral de serviços, recoberto por duas águas, com terminação em

beira-seveira, caracterizando uma planta em “L”. Edificada em meados do século XIX, em data ainda imprecisa (a.1855), a Casa apresenta tipologia característica das edificações luso-brasileiras da época, marcada por cunhais salientes de arremate dos cantos da fachada frontal com portas e janelas dotadas de grossos requadros maciços em madeira e caixilhos quadriculados, sendo o quadro central na diagonal. A fachada da edificação junto à rua passou por poucas alterações, preservando suas principais características de casa de três eixos com jardim lateral. A construção tem cerca de 251 m² e 15 cômodos.

A fachada frontal do volume aos fundos e que fazia o jardim foi alterada, principalmente no último cômodo, à direita, que foi transformado em residência, com acesso independente, tendo janelas e portas modificadas para atender ao novo programa de necessidades. Tanto a solução de planta, quanto o modelo de janelas são recorrentes em diferentes locais do Brasil onde houve predomínio de edificações de influência portuguesa.

A edificação está alinhada ao muro na lateral direita, onde há um acesso ao lote. Na lateral esquerda, havia um portão duplo com acesso para veículos. O acesso principal à antiga residência dava-se pela lateral direita, onde há dois lances de degraus, em meia circunferência e pequeno pátio. O volume principal, com cobertura em quatro águas e telhas capa e canal está alinhado com a calçada e a Rua Bocaiuva.

A fachada principal apresenta discreta elegância, proporção de cheios e vazios, cunhais largos e salientes nos dois vértices, sóculo na base e três janelas simétricas. Essas aberturas frontais são janelas com bandeiras em arco pleno e caixilhos em leque, sistema de guilhotina e caixilhos quadriculados, internamente dotadas de escuras (tampões) em madeira, com tábuas encaixadas.

Nos ambientes internos, os pisos em tabuado de madeira apoiam-se nos barrotes. As portas internas, algumas em duas folhas, revelam grande riqueza de caixilhos, mesclando quadriculados de vidro e escuras de madeira; possuem bandeiras com desenhos variados, em quadrados ou em losangos, sendo algumas bandeiras móveis e outras, fixas.

Toda a edificação apresenta – interna e externamente – reboco alisado. Pinturas murais artísticas nas paredes de alguns ambientes internos foram evidenciadas, nas prospecções executadas pela restauradora Laís Soares Pereira, cujo laudo técnico de fevereiro de 2015 descreve:

“A partir do levantamento feito nas alvenarias internas da sala 01 e do dormitório 02, as prospecções revelam vestígios de pinturas decorativas, presentes no barrado inferior, com técnica de estêncil, que remete a ideia de um papel de parede, já que a aplicação da cor sobre o molde vazado resulta na imagem contínua de um mesmo padrão gráfico. Além desses elementos gráficos, foi possível encontrar outros acabamentos que estruturam as paredes com um esquema visual de módulos, compostos por frisos e pintura simulando mármore”.

Na retirada das tábuas do assoalho, foi evidenciada a antiga escada de acesso à fachada dos fundos, que poderia ter sido temporariamente protegida por uma cobertura simples que fazia a conexão entre os dois blocos separados, a saber, a parte social e íntima da casa e a área de serviços, solução relativamente comum à época para dotar de abrigo às intempéries. Destaca-se que, na base da escada, há um contrapiso de cimento alisado, estabelecendo a continuidade de piso entre os dois blocos.

O conceito do projeto de restauro da *Casa de Chácara*

O conceito dessa intervenção de restauro levou em conta o princípio da autenticidade, preservando ao máximo os elementos originais do edifício e “propondo intervenção com novos usos nos quais não haja descaracterização do todo” (Prospectiva, 2013, p. 67). Incluiu, além da recuperação física dessa importante edificação histórica, o compromisso de lhe dar um uso compatível com o bem tombado, mantendo-o preservado, conservado, acessível e capaz de atuar como agente de valorização da memória local, promovendo o resgate e a divulgação da memória e da história da *Casa de Chácara*, da rua e da cidade onde ela se insere.

“Em se tratando de uma edificação civil ‘do cotidiano’, representativa da arquitetura tradicional característica de uma determinada época, o interesse em restaurá-la com esmero contribuirá para a preservação da memória cotidiana do patrimônio histórico-arquitetônico e da paisagem urbana” (PROSPECTIVA, 2013, p. 22).

Criar um memorial significa provocar a evocação dos elementos essenciais do bem viver, que incluem afetividade, evocação da história, da identidade e da singularidade do ser humano, além do estímulo à sua capacidade intelectual e de deleite estético.

Para isso, é indispensável seguir os princípios gerais de restauração em voga na atualidade, os quais recomendam reconduzir os dados espaciais do sítio ao estado o mais próximo possível dos originais, sem incorrer em cópias, mas distinguindo os elementos desaparecidos, valorizando a unidade potencial da obra e cada fase da sua história.

Em síntese, são três as proposições fundamentais da teoria do restauro contemporâneo. A primeira é admitir que “o restauro é um ato crítico, dirigido ao reconhecimento da obra de arte; voltado à reconstituição do texto autêntico da obra; atento ao ‘juízo de valor’ necessário para superar, frente ao problema específico das adições, a dialética das duas instâncias, a histórica e a estética”. A segunda afirma que “por tratar de obras de arte, a restauração deve privilegiar a instância estética”. Por fim, a terceira propõe que “a obra de arte é entendida na sua totalidade mais ampla e, por conseguinte, o restauro é considerado como intervenção sobre a matéria, mas também como salvaguarda das condições ambientais que assegurem a melhor fruição do objeto e, quando necessário, como forma de resolver a ligação entre espaço físico, em que tanto o observador quanto a obra de arte se inserem, e a espacialidade própria da obra” (Brandi, 2004, p. 12-13).

Uma obra de restauro do porte da que se executou na antiga *Casa de Chácara* inclui o levantamento arquitetônico e de patologias, a elaboração de diagnóstico (mapeamento de danos e análise do estado de conservação), a elaboração de projeto arquitetônico de recuperação e restauro (inclusive os complementares). Contém o estudo preliminar, o projeto básico de intervenção e o projeto executivo, observando especialmente o saneamento das patologias encontradas, o resgate da estabilidade da estrutura autoportante e da estrutura do telhado, a inclusão de mantas, calhas e descidas pluviais, a estanqueidade de peitoris e esquadrias (internas e externas), o projeto de drenagem externa (galerias de drenagem das águas pluviais), além do orçamento e do cronograma físico-financeiro detalhados para a execução das obras, bem como para o desembolso dos recursos. Inclui, ainda, projetos complementares – elétrico, de comunicação e

lógica, luminotécnico, de climatização, estrutural, hidrossanitário e preventivo contra incêndio – e orçamento e cronograma detalhados da execução geral, bem como cronograma de desembolso dos recursos. Por fim, exige o gerenciamento da obra com visitas periódicas para acompanhamento dos serviços executados conforme as especificações previamente discutidas e aprovadas pelos órgãos municipais competentes.

O restauro da *Casa de Chácara*

Antecedeu ao início do projeto de restauro propriamente dito a produção de um amplo levantamento histórico e físico sobre a *Casa de Chácara*, empreendido pela *Prospectiva*. Essa ação é importante rotina, padrão que embasa as decisões a serem adotadas nos projetos de restauração. A etapa inclui levantamentos de informações e dados históricos, urbanísticos e arquitetônicos, prospecções arqueológicas, artísticas e arquitetônicas, levantamentos fotográficos e análises de imagens antigas, graficações detalhadas dos elementos físicos do edifício e de seu lote. Os levantamentos servem de base para a execução mais fidedigna das restaurações, evitando falseamentos, promovendo adequada preservação da matéria original, mantendo as principais características e a integridade do bem, respeitando o limite da intervenção, dentro do que é recomendado técnica e eticamente no restauro contemporâneo.

Sobre as condições da *Casa de Chácara*, o relatório técnico da *Prospectiva* (2013) constatou que a edificação apresenta-se, de modo geral, bastante íntegra. As sucessivas reformas e adaptações feitas pelos seus moradores ao longo de aproximadamente 160 anos não configuraram danos significativos a sua estrutura. Com exceção dos aspectos relacionados à co-

bertura da edificação e à estrutura do cômodo 15, que exigiram medidas emergenciais logo de início, como o escoramento da cobertura e de todos os vãos internos, para a estagnação da instabilidade e de suas causas, prevenindo-se contra eventuais arruinamentos.

Efetuada a limpeza geral, a seleção e a guarda de material de interesse, bem como a retirada de entulho, foram providenciados o escoramento de toda a cobertura e os apoios para os vãos do interior da edificação, de modo a conservar a geometria existente.

Havia um problema generalizado de desnivelamento dos panos de telhado das coberturas, indicativo de madeiramento subdimensionado, danificado ou mesmo corrompido. Essa situação gerava a entrada e o acúmulo de águas pluviais pelos telhados, causando danos à edificação, por exemplo, infiltrações nas alvenarias, enfraquecimento e apodrecimento de peças estruturais, como os frechais, e acúmulo de umidade nos forros, degradando a madeira (PROSPECTIVA, 2013, p. 24).

Essa degradação era visivelmente mais acentuada no cômodo 15, indicada pelo colapso da estrutura de cobertura e telhado, razão pela qual a cobertura foi refeita emergencialmente, a fim de proteger os demais elementos e estagnar o processo de arruinamento. Também no cômodo 15 foi identificada uma fissura vertical, próxima ao pilar de tijolos maciços, para o qual se previu injetar argamassa, visto que poderia incorrer em ruína a curto prazo.

Nos demais cômodos, os problemas eram de menor impacto, podendo aguardar o restauro propriamente dito. Entre os danos, destacavam-se o assoalho em madeira extremamente degradado, com sinais de afundamento, esquadrias danificadas e descaracterizadas, com necessidade de restaurar, consolidar, nivelar, realinhar folhas, recuperar bandeiras, ou ainda, vãos com esquadrias espúrias, onde se

optou por instalar vidros neutros.

Nas esquadrias, por exemplo, o relatório técnico da Prospectiva (2013) registrou estarem preservadas muitas das características originais, “[...] a maioria em regular estado de conservação, apenas com a inserção de elementos indevidos, como grades e trincos diversos, devendo ser restauradas em pontos específicos. Algumas apresentam folhas em alumínio, que serão retiradas e substituídas por madeira, conforme modelo original”.

Uma tabela ilustrada detalhou cada esquadria graficamente e descreveu textualmente suas características físicas – materiais, dimensões – propondo ações de conservação e restauro, tais como a remoção de materiais espúrios (a exemplo das grades pantográficas) e a reinserção de vidros – inclusive nas delicadas bandeiras internas de caixilhos em losangos – e a limpeza de antigas maçanetas de porcelana, por exemplo. O uso de vidros temperados foi adotado para a substituição de fechamento de novos vãos.

A restauração arquitetônica da *Casa de Chácara* ocorreu entre os meses de outubro de 2017 e abril de 2018, envolvendo um grande número de profissionais, entre pedreiros, mestres de obras, artesãos, marceneiros, engenheiros e arquitetos.

O programa de necessidades proposto foi sendo adaptado aos cômodos pré-existentes, evitando-se alterações significativas ao leiaute da antiga casa. Recuperou-se a totalidade da sala da frente, removendo-se a parede de alvenaria de tijolos a cutelo e sem sapatas que a dividia. Foram inseridas novas instalações sanitárias, considerando a acessibilidade plena e a instalação de um espaço sociocultural do MPSC no bloco frontal da edificação. No cômodo 7, foi instalado um *shaft*, isto é, dutos, concentrando todas as instalações técnicas, elétricas e de comunicações do Memorial,

de modo a centralizar os comandos de forma isolada. Na continuidade do volume lateral, mantendo-se a divisão básica dos cômodos, foi prevista a instalação de uma cafeteria com livraria, sanitários e copa/cozinha da cafeteria, qualificando os ambientes e mantendo, em parte, os usos tradicionais da edificação.

A entrada de veículos ficou solucionada pelo lado esquerdo da *Casa*, mediante um acesso ao estacionamento do novo empreendimento, o edifício que abrigará a Sede do MPSC, com 16 pavimentos, erguido no fundo do lote, a uma distância de 10 metros da *Casa* tombada, dando acesso também ao Memorial ali instalado.

Quanto ao jardim, as roseiras que fizeram parte do cotidiano da última família a residir na *Casa*, como foi observado em fotos antigas, serviram de inspiração ao novo paisagismo: um espaço de estar, com grande canteiro central de forma ovalada, em meio a roseiras e palmeiras, além de um banco ao redor. A acessibilidade universal, exigência legal contemporânea, foi prevista pela implantação de suaves rampas de acesso às edificações.

* * *

A restauração da *Casa de Chácara* é exemplo de prática qualificada e criteriosa que deve nortear a intervenção no documento histórico – matéria física que é o edifício e o seu conteúdo simbólico. Para isso, serve de inspiração a argumentação de Lúcio Costa, histórico defensor do patrimônio cultural:

“O problema da recuperação e restauração de monumentos [...] é extremamente complexo. [...] depende de técnicos qualificados, cuja formação é demorada e difícil, pois requer, além do tirocínio de obras e de familiaridade com

os processos construtivos antigos, sensibilidade artística, conhecimentos históricos, acuidade investigadora, capacidade de organização, iniciativa e comando e, ainda, finalmente, desprendimento. [...] implica providências igualmente demoradas, como o inventário histórico-artístico do que existia na região, o estudo da documentação recolhida, o tombamento daquilo que deve ser preservado, a eleição do que mereça restauro prioritário, a apropriação de verbas para este fim, a escolha de técnicos, o estudo preliminar na base de investigação histórica e das pesquisas in loco, a documentação e o registro das fases do bem recuperado. [...] no acervo de cada região, há obras significativas e valiosas cuja preservação escapa à alçada federal; é pois chegado o momento de cada Estado criar o seu próprio serviço de proteção [...] para que assim participe diretamente da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos deste passado que é a raiz do que somos — e seremos”.

Lúcio Costa, em abril de 1970.

Compromisso de Brasília – Encontro dos Estados Brasileiros para a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Figura 40 - Provável planta da Casa de Chácara, no século XIX (Cf: Planta Topográfica de Desterro - 1876).



Figura 41 - A planta da Casa de Chácara com ampliações e alterações prováveis.

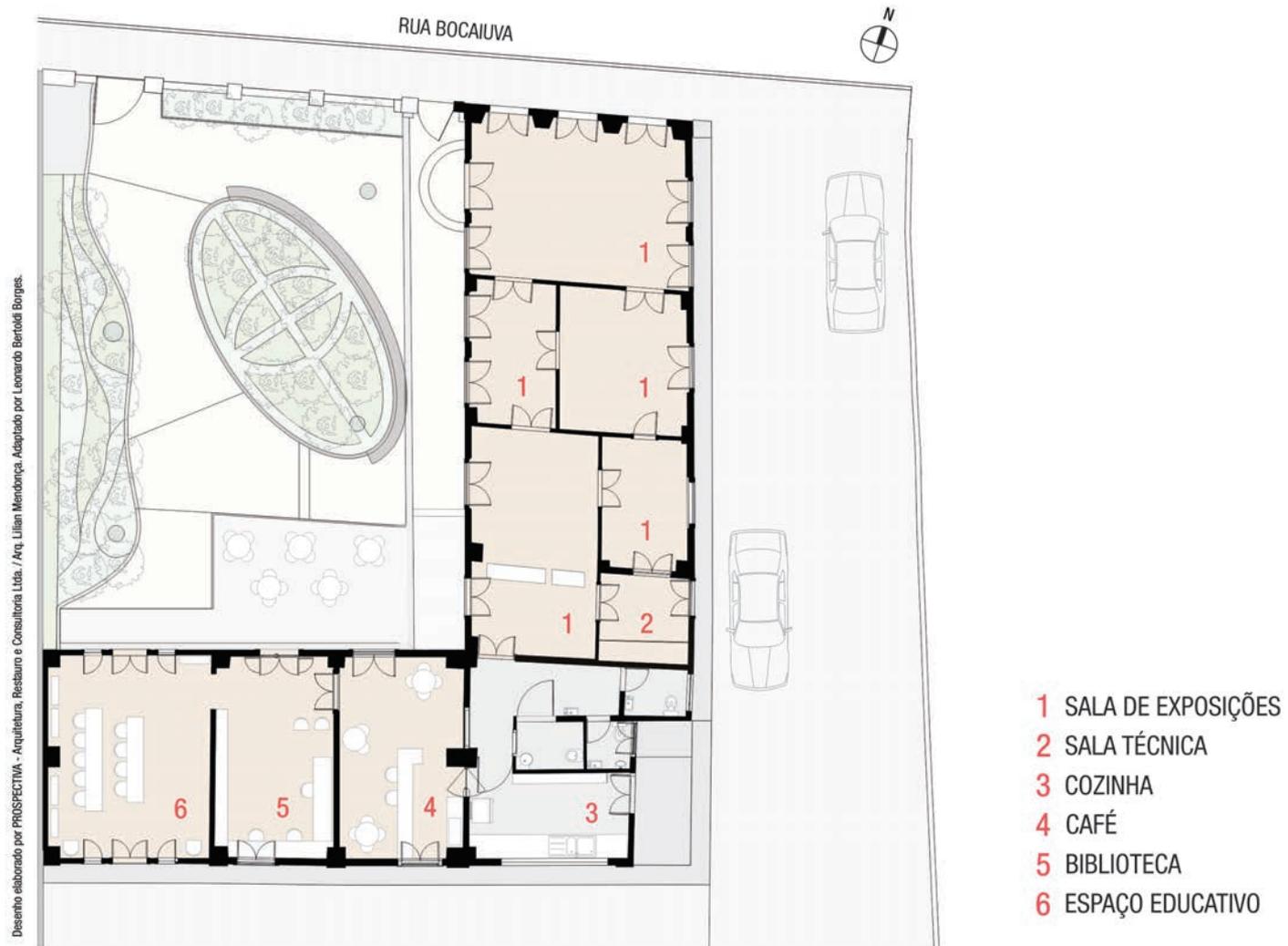


Figura 42 - Projeto paisagístico para a Casa deChácara - 2018.



Figura 43 – Degraus descobertos abaixo do tabuado. Indicam final da primeira fase da construção do século XIX.



Figura 44 – Detalhe da abobadilha em tijolos maciços, argamassados com massa de barro, cal e areia, localizados abaixo do tabuado indicam solução de estrutura construtiva utilizada no século XIX.



Figura 45 – Obras civis na área externa e jardim. 2018.



Figura 46 – Obras civis e canteiros executados na área externa e jardim. 2018.



Figura 47 – Prospecção de pinturas artísticas murais nas paredes internas. Evidenciados pela restauradora Taís Soares Pereira, em 2015.



Figura 48 – Obras de recuperação do barroteamento na sala frontal. 2018.



Figura 49 – Obras de recuperação do tabuado. 2018.



Figura 50 – Obras de recuperação do madeiramento do telhado. 2018.



Figura 51 – Retelha em capa e canal. 2018.



Figura 52 – Detalhe de beiral do tipo beira-seveira. 2018.



Figura 53 – Restauro da cimalha. 2018.



Figura 54 – Recuperação de esquadrias de janelas em madeira do tipo guilhotina. 2017/18.



Figura 55 – Recuperação de esquadrias. As portas do tipo duas folhas, com vedação mista em madeira e vidros. 2017/18.



Figura 56 – Esquadrias em madeira. Janelas tipo guilhotina com caixilhos mantendo perfis e desenhos originais. 2017/18.



Figura 57 – Ambiente da sala principal durante o restauro. 2017/18.



Figura 58 – Tratamento dos forros em madeira do tipo saia e camisa. 2017/18.



Figura 59 – Tratamento dos forros em madeira do tipo saia e camisa. 2017/18.



Figura 60 – Detalhe do topo das fundações originais. São baldrames em alvenaria de pedras argamassadas em barro, cal e areia. 2017/18.



Figura 61 – Recomposição dos barrotes em madeira sobre os baldrames. 2017/18.



Figura 63 – Fachada principal voltada para a Rua Bocaiuva durante as obras de restauro. 2017.



Figura 64 – Escoramento de paredes em 2017.



Figura 66 – Janelas da sala frontal com esquadrias em guilhotina e bandeiras semi-circulares. 2018.



Figura 67 – Detalhe de consolidação de alvenarias. 2017.



Figura 65 – Recuperação das alvenarias de tijolos em 2017.



Figura 68 – Recuperação de emboço, reboco e taipa de mão de parede interna. 2017.



Figura 69 – Obra finalizada. Agosto, 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 72 – Obra finalizada. Agosto, 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 71 – Obra finalizada. Agosto, 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 70 – Obra finalizada. Agosto, 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 73 – Obra finalizada. Agosto, 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges

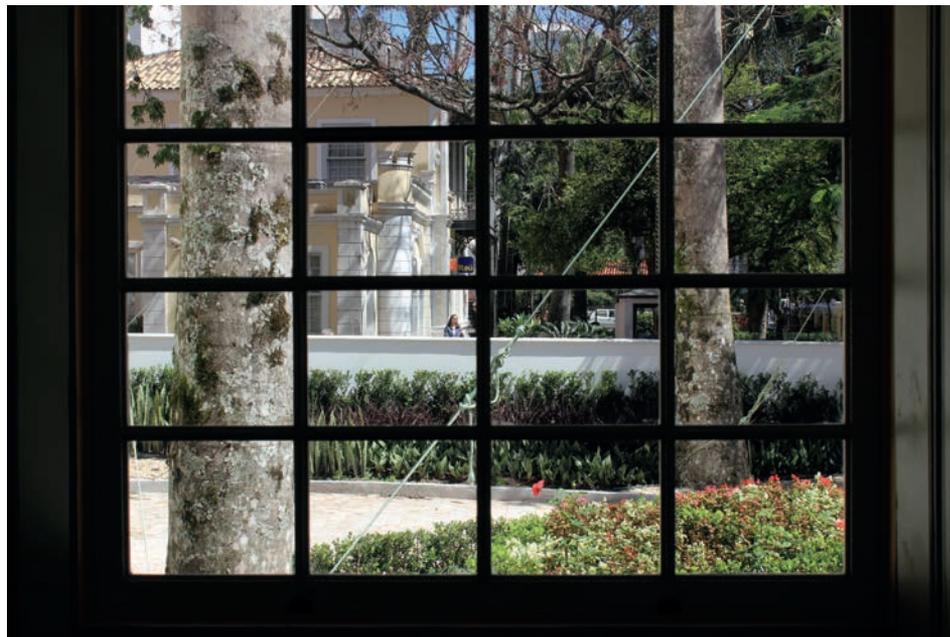


Figura 74 – Obra finalizada. Agosto, 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 75 – Obra finalizada. Agosto, 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 76 – Obra finalizada. Agosto, 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 77 – Obra finalizada. Agosto, 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 78 – Obra finalizada. Agosto, 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges

“Hoje, fala-se tanto em criatividade... mas, onde estão as brincadeiras, os jogos, os cantos e danças de outrora? As lembranças dos velhos aparecem e nos surpreendem pela sua riqueza. O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com seus coetâneos, em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa, confronta esse tesouro de que é guardião. De outro lado, recupera o tempo que correu e aquelas coisas que, quando as perdemos, nos fazem sentir diminuir e morrer”.

(BOSI, 1994, p. 83).

CAPÍTULO VI

A CASA DE CHÁCARA DA BOCAIUVA: RECORDAÇÕES DA ALEGRE CASA DOS SOUZA

A *Casa de Chácara* dos dias de hoje é a moldura que resume cenários das experiências vividas na Rua Bocaiuva, sobre o dia a dia de gerações de moradores, vizinhos e das pessoas que transitaram por ali. Recordar esses fatos, muito mais do que ato nostálgico, é uma atividade necessária ao ser humano, que o ancora a um lugar com o qual se identifica, em que se sente seguro e a que está conectado.

Assim foi o processo de Maria Celeste da Silva Carvalho, sobrinha de José Antonio de Souza Jr., o Cazuza. Ela nasceu em 1915, em Florianópolis, e, em 1980, publicou a descrição da sua convivência na *Chácara da Bocaiuva*, por volta de 1925 a 1930:

“Logo voltávamos ao Sul, ao meu Sul, à minha terra bonita. Lá no Sul, estava a acolhedora casa dos meus tios, com seu jardim perfumado e o pomar repleto de frutos, com os pássaros trinando livremente.

Como guiada pelo fantasma da Saudade, vou abrindo de mansinho seu portão de ferro que range alegremente a me reconhecer. No jardim há tanta variedade de flores, e um perfume tão suave que me envolve a alma. Olho as roseiras. Um beija-flor irrequieto corteja um botão entreaberto. Os lírios, os cravos, as madressilvas, as violetas humildes e o amor-perfeito deslumbrante, e as minhas

saudades, umas roxas como separação, outras claras como raios de bonança.

Entro na sala de visitas como se penetrasse num santuário, tal a minha emoção. Fico contemplando os retratos de meus antepassados, sorrindo para mim com tanto carinho, que sofro.

No jardim de inverno, junto ao piano de Maria Luiza e o violino de Jorge, revivo as bodas de prata de meus tios, casa repleta de amigos e nós dando tudo de nossa inteligência com bailados e poesias alusivas ao ato, cestinha com pétalas de flores jogadas em meus tios queridos. E tanto dançamos, e tanto pulamos, que o assoalho afundou.

A casa de meus tios parecia a Arca de Noé. Havia de tudo. Gato, cachorro, passarinhos, macaco, papagaio, tartaruga, bicho da seda, abelhas, cobra, e até Moleque, o cavalo mais manso do mundo.

Como não recordar com alegria aquela casa, onde vivíamos numa eterna primavera, no jardim, no pomar, mãos repletas de frutos colhidos nas árvores, verduras saindo da horta para as nossas refeições, que Yayá fazia com carinho, os favos de mel das colméias de Jorge, das diabruras do nosso batelão, mar afora, dos banhos noturnos com tia Aninha comandando a família Jacaré, apelido herdado do nosso avô, o inesquecível lobo do

mar, comandante Souza, água da praia tão fria, cheia de fosforescências azuladas, e Nero, o cão d'água, amigo fiel de nossas travessuras, latindo loucamente.

Depois, a deliciosa ceia com pão feito por minha tia, tão gostoso, untado com mel de abelhas das colmeias de Jorge. E o vinho amassado por suas mãos maravilhosas, tão puro como sua alma, bebido em datas especiais.

Os trotes que dávamos no Pé de Anjo, Maria Cabrinha, Chica Canivete e Rato Branco.

Os blocos de sujo, com máscaras feitas por nós mesmos, invadindo a casa do Sr. Bitibá, velho ranzinza.

Os retratos dos álbuns de Dona Quitéria, com fotos de pessoas mortas e o medo de dormirmos sós.

Sinhá Catarina, preta velha, gorda e bonachona, nos benzendo contra os maus olhados, e José, fazendo tantas caretas que ríamos loucamente.

Frei Evaristo nos jogando água benta e lambando de leve nossas pernas com o cordão de São Francisco.

Helena, tão levada, caindo dentro da sepultura do Padre Topp, entre lágrimas e risos mal contidos dos amigos e religiosos, cara suja de terra, o vestidinho de veludo uma lástima.

Maria Luiza, linda, vestida de Santa Bárbara, Ranulpho, de Senhor dos Passos, dando de cruz em todo mundo. Depois, os cartuchos de amêndoa açucarada, que ganhávamos na Sacristia da Igreja de São Sebastião.

Recordar o aniversário de Helena, justo no dia de São Cosme e Damião, com minha devoção trazida da Bahia, batendo nas portas de ricos, dizendo: 'Minha pedida para os santinhos'.

A figura boníssima de meu tio Cazuzo, carregado de bugigangas, encomendas de amigos e compadres, toda vez que chegava do Rio.

Tia Aninha, alegre, dinâmica, ajudando meu tio na formação de Aguinaldo, Jorge, Maria Luiza, Ranulpho e Helena, seus filhos queridos.

Minha mãe, tão diferente, verdadeira flor de estufa, com seus lindos bordados e livros de orações, tão carente, talvez por ter sido orfã aos quatro anos, seus irmãos a cercassem de tantos cuidados e amor.

Ah! meu Sul! Mundo fantástico de doces ilusões, dos ovinhos de Páscoa escondidos nos canteiros perfumados, das promessas feitas com o pão de mel para as festas do Divino Espírito Santo, que chegavam à Igreja tão roídas que minha mãe arrematava logo nos leilões, dos pinheirinhos que plantávamos para o Natal, do presépio enfeitado com 'barba de velho' e conchinhas brancas, numa apoteose de nosso amor ao Deus Menino, tudo feito por nós.

Se Deus me desse o dom de contar em prosa e verso essas tão santas recordações, eu faria um livro tão puro como o maravilhoso céu azul de minha terra natal".

Maria Celeste da Silva Carvalho publicou "... Aquela Menina" em seu livro de crônicas, numa edição datilografada, em 1980, em Belém do Pará. E lá viveu; não retornou a Florianópolis, pois queria preservar intactas as imagens daquelas memórias.

Memórias sobre a Casa de Chácara⁶

Roseli Maria de Souza Mosimann, neta de José Antonio de Souza Júnior, é graduada em Farmácia e Bioquímica e membro do Instituto de Genealogia de Santa Catarina (INGESC). Além do seu interesse por história e genealogia, Roseli traz para o presente vívidas memórias da infância na Rua Bocaiuva e nas imediações. Além disso, ela teve um rico convívio com as tias Helena Anna e Maria Luiza, as últimas moradoras da Casa, o que lhe permitiu relatar em detalhes o cotidiano da antiga chácara.

A compra da Chácara da Bocaiuva

“José Antonio de Souza Júnior, vulgo Cazuzza, era o meu avô. [...] Ele adquiriu essa casa em 1920. Essa casa até tem uma história. [...] Ela foi adquirida dos herdeiros do [...] Manoel José de Oliveira, vulgo Manoel Pendica. [...] Manoel Pendica tinha uma filha, a Bola [...], a Dona Bola.

Quando o avô comprou essa casa, foi quase que de ‘porteira fechada’, porque a Dona Bola veio junto. [...] Quer dizer, ela de manhã cedo estava na casa da avó, tomava café, passava o dia inteiro lá. Final da tarde, quando anoitecia, ela ia para casa dela”.

(A Dona Bola ficou morando na casa, até que em idade avançada, mudou-se para um asilo).

⁶ Fragmentos da entrevista concedida pela senhora Roseli Maria de Souza Mosimann, realizada e transcrita pela historiadora Verônica Orlandi, em 8 de fevereiro de 2013. IN: Anexo 01 do Referencial - Histórico, análise tipológica, estado de conservação, intervenção emergencial e proposta de intervenção para a edificação tombada à Rua Bocaiuva, 1792 (antigo n. 52) produzido pela empresa Prospectiva – Arquitetura, Restauro e Consultoria Ltda. Para: Becker Construção Civil Ltda. Florianópolis, junho de 2013. ed. dig. 90 p. il. Texto editado: revisado e complementado em 29 de março e 18 de junho de 2018, com a colaboração da senhora Roseli, especificamente para esta publicação.

Os vizinhos

“Aqui era o quarto da Maria Luiza; eu conheci assim, ela que era madrinha da Maria Aparecida. Por isso que eu digo a Maria Aparecida convivia muito, porque morava na frente, onde hoje é a Bela Casa. Bem em frente, aquela casa era do meu tio, do pai da Aparecida. [...] E, inicialmente eles moravam nessa parte aqui. [...] Eu tenho uma mala que a Cida me deu, que eu já selecionei as cartas que estão ali naquela outra caixinha ali em baixo. [...] As cartas de mais de cem anos... Achei: esse era o pai do José Antonio de Souza Júnior que morava aqui [...] era o meu bisavô. [...] Ele era comandante da Marinha Mercante Brasileira”.

A rua

“A Bocaiuva chamava-se antigamente Rua São Sebastião. [...] Ela era sinuosa [...] acompanhava a orla marítima. Eu ainda peguei a Travessa Harmonia, essa Rua em frente à casa, sem calçamento e cheia de voçoroca, no final. Eu nasci em 1945”.

A Chácara da Bocaiuva e seus proprietários

“[...] eles usavam a Praia de Fora, como era chamada essa região aqui, [...] como hoje nós fazemos, como região balneária. O pessoal morava no centro e quando tinha aquelas epidemias e, no verão, eles usavam as casas. E essas casas todas que tinham aqui na Bocaiuva eram chácaras. Eles mandavam os empregados na frente com as carroças, com as tralhas todas e depois, os donos vinham. [...]

Para nós era residência mesmo [...] meu avô comprou em 1920. Esse Manoel José de Oliveira, Manoel Pendica, comprou de um outro sujeito chamado [...] Manoel Moreira da Silva [...] tinha o apelido de Maneca Diabo. [Risos] Ele era oficial reformado da armada e era cabo eleitoral”.

A Segunda Guerra Mundial

“Aqui, na época, eles contavam... a casa fazia extrema com a casa do Barrão, então descia aquele bando de gente... Aí, a Dona Edla chamou minha avó, e por trás, sobre o muro ela passou os cristais, as porcelanas e pediu para minha avó guardar e esconder ali em casa. Como era casa de brasileiros, ninguém ia fazer nada. E assim ficou, até que passou todo o perigo, aí devolveram... Aí, ela então, em agradecimento, deu à minha avó um aparelho de cristal de copos e isso está com uma das minhas primas. A tia Maria Luiza deu para a Cida e esta deu para a sua filha, Miriam Cristina”.

As desapropriações do terreno

“Depois é que essas chácaras passaram a ser residência. [...] Elas tinham nascente de água, tinham coisa... Esse terreno da avó, assim como o do Barrão e do lado, que era a do Molenda, que foi da Reitoria e hoje é do Exército, isso ia até onde hoje é a Maternidade Carmela Dutra. Eu ainda peguei isso, e a Cida também pegou. A gente brincava ali na chacara. [...].

O governo foi desapropriando. [...] quando foi para a construção da Maternidade Carmela Dutra, eles desapropriaram um pedaço. Depois, quando foi para

a construção do Hospital Celso Ramos, eles pagaram uma mixaria pela desapropriação e ficou. Eu me lembro que essa última que eles fizeram, a da construção do Hospital Celso Ramos, eu me lembro: 900 cruzeiros, valor que coube a cada um dos cinco herdeiros e à minha avó”.

As festas e as cortininhas de crochê

“[...] Várias festas ocorreram nessa casa, porque as minhas tias contavam. Antes de eu começar a juntar isso aqui, as minhas tias contavam: ‘Ah, Rose, sabes que aqui nessa casa foram dadas muitas festas?’ Por isso que eu imagino e calculo que as três janelas da sala correspondessem a uma sala só. [...] Então, aqui nessa janela tinha – ainda peguei no tempo da minha avó – umas cortininhas de crochê [...] dessa metade, para baixo. Era uma graça. Eu devo ter uma foto delas aqui, mas não mais com crochê, no tempo das minhas tias, umas já de tecido. Isso era bem característico da época, eles colocavam... para manter a privacidade da parte íntima da casa. [...] Essa aqui é a tal da ‘étagère’. E a cama da avó Julinha era aqui, e aqui (no cantinho da varanda, junto ao quarto dela) tinha uma cadeirinha de balanço. Ela era cega [...]”.

Os degraus da “cocada”

“[...] As pessoas ou entravam por aqui, na cocada, como a gente chamava [...], aquele negócio redondo nós chamávamos de cocada, nós crianças: ‘Ah, vamos ali, sentar na cocadinha da avó!’ [...] É aquela calçadinha ali arredondada. Nós que chamávamos de cocada. Então, aqui morava, junto com a minha avó, uma se-

nhora chamada avó Julinha: Júlia Viegas de Amorim. [...] Essa senhora, todos nós tínhamos ela como avó, ela na verdade não era [...]; quando a minha avó ficou órfã – ela ficou órfã com 14 anos – [...] ela foi morar na casa da avó Julinha. E quando a avó Julinha ficou viúva e os filhos já tinham casado, ela veio morar com a avó. E a gente a conheceu a vida inteira como avó Julinha; ela estava no lugar de bisavó e tanto é, que meu pai e minhas tias a chamavam de vovó”.

O piano

“Tinha um piano aqui (aponta a sala da frente), e a gente tinha que estudar piano. Eu não tinha piano ainda; eu tinha seis, ou sete anos e a Cida... e o irmão ficava chamando para brincar. Eu ia lá, cachorro para dentro e cachorro para fora... E eu ia lá e tocava o primeiro e o último compasso. E a avó Julinha ia lá:

– ‘Rose, volta.’

– ‘Não avó, já acabei!’

[...] Imagina, a mulher que morreu com 103 anos, ela devia ter uns 90 e poucos anos nessa época. [...] A avó Julinha vinha de lá. Imagina quanto ela não estava cansada de ouvir a gurizada tocar. Eu não gostava de tocar piano; então, estudava piano, aquela lenga, lenga igual... Aí, eu tinha que tocar tudo de novo, para depois ir brincar”.

Os móveis e a banheira de pezinho

“E os móveis ficavam todos de canto; eu não sei se era moda na época, mas eram todos de canto; imagino que era por causa do tamanho da casa [...].

Aqui tinha uma pia nesse cor-

redor. [...] O banheiro privado era aqui separado aqui tinha uma banheira. [...] Aquelas banheiras antigas de pezinho. [...] Aqui havia uma cristaleira; na verdade eles chamavam ‘étagère’, [...] uma base como se fosse um balcão, com quatro pezinhos a base de mármore e uma cristaleira bem alta, era lindo”.

Os Josés

“Os filhos [...] todos tinham José: Jorge José, Aguinaldo José [...] e Ranulpho José, que era meu pai. [...] Era farmacêutico. Ele foi um dos fundadores da antiga Faculdade de Farmácia, lecionava Botânica. O Jorge era o pai da Cida. [...] O tio Jorge foi o primeiro veterinário de Santa Catarina, e o consultório dele, na verdade, foi o precursor dos pets de hoje. [...] Era em frente, na loja ‘Bella Casa’, nos fundos. [...] E o Aguinaldo José era Engenheiro Agrônomo”.

(Explica-se: o canil e o consultório ficavam no lado oposto da Rua Bocaiuva, fazendo extrema, na época da entrevista, com a Sorveteria La Cigalle, localizada na Travessa Harmonia. Ambas – loja e sorveteria – não ocupam mais aquelas casas.)

A Casa

“Isso aqui [...] (aponta a planta) existia. Não sei te dizer o que era antes, porque eu achei uma carta [...] da avó Anninha para o meu avô; meu avô ainda morava no Rio, nessa época da carta, tratando da aposentadoria dele. E eu achei uma carta da avó, dizendo que o Jorge ia casar e que estava pedindo autorização dele para construir um acréscimo. Então, eu peguei isso aqui assim: aqui era a sala

e, daqui para trás, era um espaço comprido que ele fez de madeira e era residência do pai da Cida. A Cida ainda morou aí. Depois o tio saiu dali e eles demoliram tudo. [...] ele saiu e comprou aquela casa (do outro lado da rua). [...] Quer dizer... o tio Jorge casou em 1931, então, é mais ou menos dessa época a carta da avó pedindo autorização para o meu avô – 1930. [...]”.

A barbearia do seu Accácio e a abertura da Avenida Professor Othon Gama D’Eça

“Porque aqui havia um aglomerado de casas, onde hoje está a Gama D’Eça. [...] Vou fazer de um jeito melhor, riscando... [pega papel]. Aqui a casa do Molenda, da avó, do Barão, aqui tem aquela casinha antiga do seu Accácio. [...] Aqui tinha um monte de casinhas. [...] O seu Accácio era barbeiro e numa das salas, ele fez a barbearia. [...] Eu cortei muito cabelo aqui com o seu Accácio, eu peguei isso aqui. [complementando] Casa do Barão, comunidade e casa do seu Accácio, havia também uma padaria e ao lado, uma sorveteria. Estas casas ainda existem ali A sorveteria pertencia à família Santos – do pai do ciclista famoso na época – o Samuel Santos. Em seguida, o Largo São Sebastião.

A Othon Gama D’Eça foi aberta usando parte do terreno do Barão, da comunidade que chamavam de ‘chácara do seu Accácio’, e parte do terreno do mesmo.

[...] E eles abriram a Othon Gama D’Eça bem aqui, onde tinha essas casas, as palmeiras – uma parte aqui nas palmeiras – e a outra, até aqui, nesse terre-

no aqui. Então, isso aqui é a Othon Gama D’Eça. [...]

Nesta área havia uma comunidade pequena. Moravam ali porque trabalhavam nas chácaras”. [Algumas empregadas domésticas, inclusive a dona Francisca, que trabalhava para dona Anna, na Casa de Chácara, moravam ali.]

“Sim, eu peguei isso aqui ainda, só quando abriram [a Avenida Gama D’Eça] é que eles saíram daqui, só ficou a casa do seu Accácio, o cantinho aqui, e esse pedaço aqui se modificou. Então eles pegaram um pedaço do terreno do barão. Que fazia parte e esse terreno aqui das pessoas [desta comunidade]. É [memória] recente, se você levar em consideração que eu tenho 68 anos...

O rio chamado Carreirão

“[...] passava por trás da Casa do Barão e era canalizado numa calha de cimento. Havia uma espécie de comporta ali. Outra parte era na área do exército, porque quando o exército foi para aquele local, também construiu uma calha de cimento. Então, restava um trecho de rio entre as duas propriedades, justamente atrás da Casa de Chácara, mas que permitia o curso normal das águas para o mar. Após a construção do Centro Executivo Casa do Barão e depois, com algumas obras que a prefeitura fez nestes canais, entre 1993 e 1996, ocorreu a concentração das águas, e, numa ocasião, transbordou e inundou o terreno da Casa de Chácara”.

As bodas dos avós e o rio com peixinhos

“Lembro, eu era pequenininha, mas lembro. Não podia esquecer, eles (os meus primos) me deram um banho, eu toda bonita, ‘chicquinha’. [...] Eles me deram um banho, me jogaram dentro do rio! Sim. Neste rio nós pescávamos lebiste.

[...] Em 1970, quando nós nos mudamos, a Faculdade de Farmácia saiu daqui e foi para Trindade, lá para o Campus. A Botânica foi para o Campus. E eu peguei um aquário, que eu achei na casa da avó também. [...] Era uma caixa de vidro, uma coisa maciça, comprido, eu enchia de água e botava os peixes ali. Eu tinha um aquário na minha mesa, na Botânica.

Esses peixes eram lebistes que eu pegava ali no rio. Nós brincávamos pescando. Brincávamos muito ali naquele rio. Aquilo ali era uma água limpa. Tu vê que tinha peixe. Lebiste é um peixe muito sensível, usado até para medir poluição, esse tipo de coisa. E tinha lebiste ali. O César, irmão da Cida, que é médico, ele catava piava e abria a barriguinha com uma Gillette [...] para tirar os peixinhos de dentro. Os filhotinhos, né? E hoje aquilo ali está se transformando. Em 1970, ainda peguei peixe ali. Mudou, mudou rápido”.

A festa das bodas dos avós

“Essa festa veio gente... a vizinhança toda. Eu me lembro que foi uma festança. Eles usavam aqueles tabuleiros de madeira grande que as baianas tinham. Tabuleiros de doces, salgadinhos e foi uma coisa. Isso era uma festa de porta aberta. Portão aberto. [...]

Não tinha convite. Quem sabia que tinha festa de bodas de ouro da Dona Anninha e do seu Cazuza entrava”.

As tias

“Helena Anna e Maria Luiza – era a mais velha, a Helena era a mais nova [...] mais nova do que o meu pai. Tia Helena era de 1917. Ela, a tia Helena era a mais católica. Era ligada à ação católica, ela trabalhava muito com jovens, jovens mães solteiras que não tinham orientação, que não sabiam o que fazer com os filhos, ela dava orientação. [...] A filha da Aparecida, a Miriam Cristina [...] foi quem cuidou; essa menina cuidou das minhas tias. As minhas tias criaram ela. Ela se criou na casa das tias, porque a Cida era anestesista. [...] Tinha três filhos, dois meninos, e a Miriam Cristina; e trabalhava o dia inteiro. Como médica anestesista ela trabalhava, e o marido idem, a mesma coisa; então, a Mirinha ficou na casa das tias e as tias é que criaram a Miriam. [...] A Ana Karina foi outra menina que as tias criaram também, junto inclusive, na mesma época da Miriam Cristina. Essa menina, a mãe dela foi adotada pelo tio Jorge e quando a mãe dela morreu, as tias ficaram com essa menina. [...] A Helena e a Maria Luiza continuaram morando na casa, após feita a partilha. Quando meu avô morreu, a avó e estas duas filhas ficaram na casa. E quando a avó faleceu, em 1967 [...], foi feita a partilha ideal, entre os filhos, cada um ganhou um quinto e foi feito um acordo entre eles: Então vocês moram na casa – as tias né – e pagam todas as despesas. Acharam por bem não tirá-las da casa. [...] Vocês preservam a casa, impostos, tudo é por

conta de vocês, e vocês ficam na casa. Assim foi feito. Quando a última fechou os olhos então... Foi a coisa mais acertada porque [...] a minha tia, a mais moça, a tia Helena era muito apegada à casa”.

As reformas da Casa

“O meu avô foi velado aqui, minha avó morreu aqui... Nessa casa morreu muita gente que foi velada aqui, nessa sala exatamente, que eles chamavam a tal da “varanda”. E aqui o assoalho estava bambo [...]. Me lembro que meu pai ficava apavorado, com medo de que o assoalho cedesse. Depois, mais tarde eles trocaram o assoalho. [...] O assoalho da varanda, ele é todo apoiado em sapatas. [...] Elas [as tias] andaram trocando o telhado, a cobertura não é a mesma das anteriores.

Ah, essa casa tem uma característica que eu não posso deixar de falar, não posso esquecer. Aqui na varanda, nessa parede aqui, ela tem, tinha umas colunas... Eu tenho uma leve lembrança disso. [...] lembrança de infância, muito, muito tenra. Mas as minhas tias, principalmente a tia Helena, um dia eu cheguei e disse:

- Tô sonhando, ou é verdade?*
- Não, era assim mesmo!*

Ela tinha uns desenhos, como se fazia nas paredes antigamente, umas colunas e nessas colunas, enrolado [...] pintadas, como se fossem colunas de mármore, nessas colunas enrolado uma trepadeira. [...] Era uma pintura. E nesta sala (onde ficava o piano), toda a parte de cima, acho que talvez um metro, do teto para baixo [...] ela tinha ao redor, em torno dela todinha aquelas faixas pintadas. [...] Mais ou menos de um metro para cima. Até encontrar o teto. Eu

lembro que tinha alguns tons de verde, eram essas pinturas antigas, tinha nas casas antigas isso. [...] A gente às vezes visita museu e as casas têm aquelas pinturas a óleo. Era assim, lá em cima. Aí, a tia Helena mesmo que começou a mandar pintar. Bom... Eu acho que até 1959, quando a tia Helena entrou na Universidade, [...] ainda tinha isso. E aí, ela chamou um cara e pintou. Ela tinha a mania de pintar tudo com tinta a óleo. Então, se vocês tirarem com cuidado, de repente, a pintura dessa parte aqui em cima, isso aqui tudo era aqui da sala e me lembro dessas colunas [...] é uma vaga lembrança, [...] a varanda, nessa parede daqui. Isso eu tenho uma vaga lembrança, mas da pintura aqui em cima eu lembro bem. Ficava estudando piano olhando para cima, enrolando. Então... Se tirarem com cuidado talvez cheguem lá”.

O pedido de tombamento

Eu tenho uma coisa para te mostrar. As minhas tias pediram, não foi tombamento feito assim, aleatoriamente. A tia Helena, que era muito conservadora, pediu o tombamento dessa casa. [Faleceu em 2005.] Foi assim: o Edison Andrino foi quem começou com esse negócio de tombamento. A tia logo ficou sabendo e [...] ela ofereceu a casa para tombamento. O medo dela era que, mais tarde, quem comprasse fosse derrubar”.

O diário do bisavô e as lembranças das tias

“Eu achei o diário do meu bisavô... Eu cresci vendo aqui no quarto deles, aqui no canto [...] tinha uma penteadeira. A

gente brincava de esconder, e os móveis eram todos de canto. Então aqui tinha um guarda-roupas [...], a cama do casal ficava aqui.

Mas tinha uma história, na casa da avó: Antigamente, a gente não podia abrir nem a porta da geladeira para tomar água. 'Avó quero água'. Ela ia e pegava para gente. Era dessa forma. Era educado assim. Eu via essa coisa, e eu sou muito curiosa; e eu via aqueles três tubos – antigamente guardavam os documentos nuns tubos feitos de metal. [...] uns tubos mais grossos, com uma tampa e de metal. Eu via aquilo ali, a vida inteira, sentava em cima daquilo, para me esconder da Cida. Curiosa para saber o que era aquilo... mas imagina se eu ia pedir para mexer?!

Um pouquinho antes das minhas tias morrerem, eu estava lá e também porque o cabelo branco já me deu um pouquinho de direito: 'Tia, posso mexer nesses?'

Eu via atrás da penteadeira, na mesma posição, pouco mudaram, o piano estava sempre na mesma posição [...] Eu sentei no chão, coloquei as coisas no meio, e achei um diário, de 1893; eu achei uns dois anos antes de elas falecerem. Eu babei, fiquei louca, tirei do tubo [...] já começou a craquelar, guardei no tubo e está ali. Achei outras coisas, esses documentos do meu avô [...]. Peguei as tias e fui catar fotos antigas que elas tinham:

– Vocês têm fotografias?

– Temos.

Aí, peguei as tias, identifiquei todas as fotos com elas, foi divertidíssimo. Porque duas velhinhas; uma dizia:

– Maria, esse aqui não é o vovô?

– Deixa ver.

Pegava os óculos e olhava:

– Esse é o vovô e essa é a vovó.

Foi muito gostoso. Gente... olha... eu passei horas deliciosas, agora, no fim da vida delas, fazendo esse tipo de coisa. Eu sempre gostei disso”.

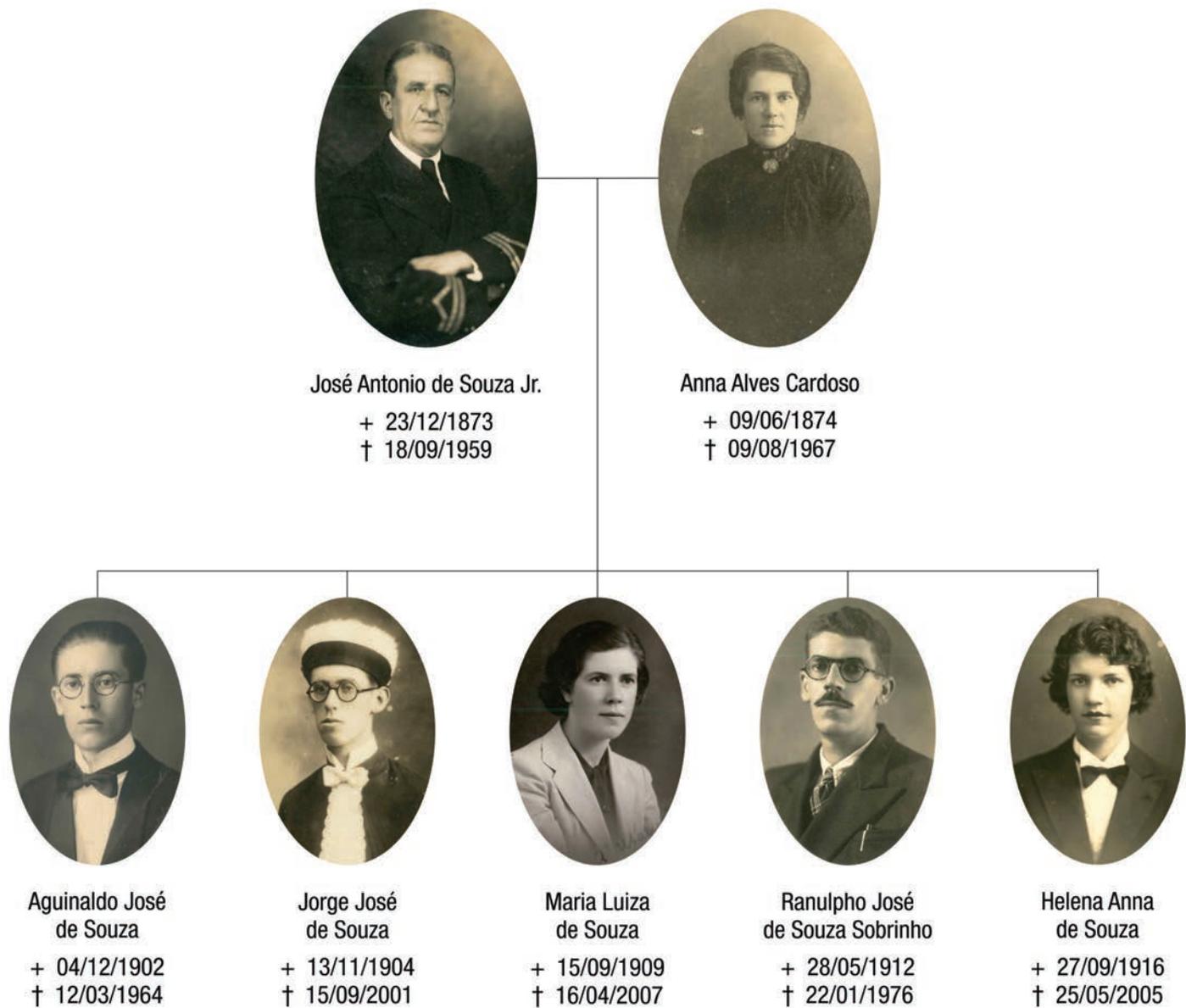
* * *

A Casa de Chácara do seu Cazuzza nas lembranças da tia Ame

A Casa, a família e o ambiente da sua vizinhança estão também perpetuados nas Lembranças de Tia Ame, onde Carmen Maria Silveira recorda:

“Tinha também a família Souza, seu Cazuzza e dona Ninha. Eles tinham muitos filhos, todos eram formados. Jorge era veterinário e professor; Ranulpho era bioquímico; Helena era professora e Maria Luiza, muito educada, trabalhava no Correio. Eles eram muito católicos. Morava com eles um senhor muito engraçado, seu Porporato [irmão do Cazuzza]. Ele era um freguês antigo do meu pai [Accacio Silveira]. Dona Helena dava aula de música para nós, no Grupo Escolar Silveira de Souza. Era muito enérgica, tocava piano muito bem, tinha mãos de fada.

Naquela época não tínhamos telefone, quando precisávamos telefonar pedíamos à família Souza. Dona Ninha era muito querida, uma velhinha bondosa; mandava-nos entrar e usar o telefone à vontade. Sua casa parecia um antiquário, os móveis eram muito bonitos e o telefone era bem antigo. Gostávamos de olhar tudo, parecia que estávamos dentro dum museu. Seu quintal era bem florido”. (SILVEIRA, 2007, p. 27).



Árvore Genealógica da Família Souza.

Elaboração e Acervo de fotos: Roseli Maria de Souza Mosimann.

Desenho: Leonardo Bertoldi Borges

Figura 79 – Árvore Genealógica da Família Souza.



Figura 80 – Travessa Harmonia - Emilia Bolsoni de Souza.
Ao fundo, casa de chácara.



Figura 81 – Dona Aninha; Aguinaldo José (filho); Elina (neta); Ana Lúcia (bisneta) - 1964.

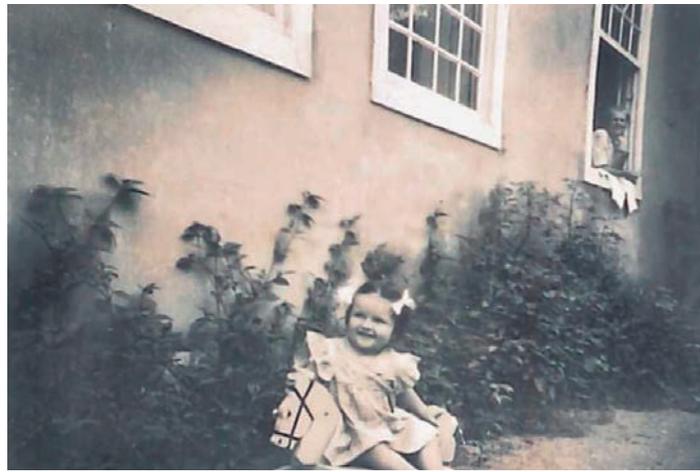


Figura 82 – Jardim da Casa de Chácara. Roseli (criança) e na Janela Dona Aninha - 1946.



Figura 83 – Rua Bocaiuva - Casa de Chácara. Dona Aninha com a bisneta Ana Lúcia - 1960.



Figura 84 – Jardim da Casa de Chácara. Roseli e Marco Antônio de Souza - 1952.



Figura 85 – Fundos da Casa de Chácara - Família Souza. Helena Anna; Maria Luiza; Emília com Marco Antônio e Roseli. Acréscimo de madeira da casa do Jorge ao fundo - 1952.



Figura 86 – Jardim da Casa de Chácara. Dona Aninha com Roseli ao colo - 1945.



Figura 87 – Jardim da Casa de Chácara. Dona Ana Cardoso de Souza e netos: César e Jorge José Filho.



Figura 88 – A família Souza, em frente à Igreja de São Sebastião – José Antonio de Souza Junior e Anna Cardoso de Souza, ao centro. Helena (à esq.), Maria Luiza (à dir). Aguinaldo, Ranulpho e Jorge (atrás, da esq. p/ dir.). ano: 1950.



Figura 89 – A família Souza, em frente à Igreja de São Sebastião. Bodas de Ouro do Casal José Antônio e Anna.



Figura 90 – Festa das Bodas de Ouro de Dona Anninha e seu Cazuzu. O filho do casal, Aguinaldo, com Abigail Melchiades de Souza e seus filhos. A avó, o avô e alguns políticos que prestigiaram a festa.

“As palavras têm grande poder na criação de lugares. [...] Os moradores das cidades estão constantemente ‘fazendo’ e ‘desfazendo’ lugares à medida que falam sobre eles. [...] Uma rede de comentários pode elevar uma loja às alturas e destinar outra ao esquecimento. [...] num certo sentido, um lugar é a sua reputação.

(TUAN, 1991, p. 6).

CAPÍTULO VII

MARCOS AFETIVOS E LEMBRANÇAS DO SÉCULO XX⁷

Fragmentos de memória surgem de todos os lados, quando se trata da Praia de Fora. São registros despretensiosos de pessoas que vivem ou viveram em Florianópolis. Eles ultrapassam os limites familiares e contribuem para a preservação da identidade do lugar, um espaço carregado de afetos, de referências a personalidades e a eventos, que conversam entre si.

A Rua Bocaiuva do início do século XX era um lugar onde o tempo transcorria num ritmo bem mais lento do que o do centro comercial da cidade. Tão pacato, que há quem recorde – verdade, ou lenda – que o gado trazido do Continente atravessava a ponte Hercílio Luz e passava pelas Ruas Almirante Lamego e Bocaiuva, em direção ao Matadouro, localizado no Saco Grande. Os bois chegavam mesmo a entrar nos bares, tumultuando a rotina de adultos e crianças que circulavam ou brincavam por ali. Havia quitandas e vendas, como a do Manoel Veras, nos anos 1940, quase na esquina com a Travessa Abílio de Oliveira, onde nos anos 1970 foi o bar do seu Virgílio, entre outros pequenos comércios, residências e pequenas fábricas.

A *Casa de Chácara da Bocaiuva* do tempo do seu Cazuza e da dona Aninha fez parte dessa vizinhança amiga, onde todos se conheciam e partilhavam da mesma atmosfera. Uma das moradas mais próximas era o chalé da família Silveira. Sua infância nesse chalé (à esquina da atual Avenida Professor Othon Gama

D'Eça, que ainda não existia), Carmen Silveira perpetuou nas *Lembranças de Tia Ame*, onde descreve aquela forma de viver partilhada entre vizinhos na Praia de Fora:

As plantações e as criações da chácara dos Silveira

“[...] Nossa casa tinha uma grande chácara. Minha avó gostava de plantar, criar galinhas e possuía muitas casas para alugar. Ela também fazia doces para fora, e meu pai, junto com seus colegas, vendia em bauzinhos. Meu pai ainda lembra das cocadas, do pão-de-ló, das amêndoas, dos cartuchos que minha avó fazia. Meu avô tinha uma vendinha onde se comprava a melhor farinha e manteiga [...].

Nossa casa [...], no tempo da vovó, era muito bonita, bem arrumada e tinha até piano. [...] Chalé com três janelas na frente, pintado de rosa. Meu pai costuma dizer: ‘O meu rosa!’. [...] Ele nasceu no chalé, assim como seus oito filhos: Ayrton Accácio, Anilton Anézio, Idalina Maria, João Adalberto, Carmen Maria, Pedro Paulo, Cássio Roberto e Regina Maria”. (SILVEIRA, 2007, p. 13).

O barbeiro da Praia de Fora

“O ‘seu Accácio’, o nosso querido papai, era o barbeiro mais popular

⁷ Por: Leonardo Bertoldi Borges, Eliane Veras da Veiga e Aline Steinheuser.

da nossa querida Bocaiuva, ou melhor, da grande Florianópolis. Sua freguesia era bastante diversificada, composta de pessoas humildes, como também de pessoas milionárias, tais como o alemão Molenda, dr. Djalma, dr. Valdir Busch e tantos outros. [...].

Uma vez por semana papai reservava uma tarde para ir ao Ginásio Catarinense [...] para cortar o cabelo dos padres e dos internos. [...] Nessa tarde o seu 'Salão para Todos' era fechado, reabrindo no dia seguinte". (SILVEIRA, 2007, p. 15).

A vizinha Casa do Barão, suas palmeiras gigantes e as frutas raras

"Outra família antiga da nossa querida Bocaiuva era a do Barão, como nós chamávamos. Eles eram alemães; sua casa era como as de cinema, parecia mais um museu. Possuía árvores centenárias, as palmeiras altas parecendo um gigante furando o céu e seu pomar de frutas raras. Dona Hedla [sic] presentearva meu pai todos os anos com frutas 'sapoti'. Meu pai gostava muito dessa fruta". (SILVEIRA, 2007, p.19).

Hostilidade e medo no tempo da guerra

Na Segunda Grande Guerra Mundial, começaram as perseguições aos alemães e aos seus descendentes, principalmente depois que alguns navios mercantes brasileiros foram atacados por submarinos alemães e que o Brasil declarou guerra à Alemanha. Hickel (2003, p. 37) recorda que de vez em quando, algum grupo de "arruaceiros" vinha pela Rua Bocaiuva

gritando slogans contra os moradores alemães:

"Naquele dia a turba já veio mais numerosa do centro da cidade. Eram estudantes de Direito, alguns membros do Clube Operário, desocupados, sindicalistas que haviam se ajuntado na Praça XV para fazer um comício. O motivo da reunião era a aprovação da declaração de guerra contra a Alemanha. Era agosto de 1943, clímax da II Guerra Mundial. A Alemanha [...] vinha em campanha vitoriosa pela Europa. Seu poderio ameaçava conquistar todo o mundo e eles deveriam acabar com os alemães, a começar pelos que residiam em Florianópolis e que controlavam o comércio local. Acreditava-se que eram "quinta-colunas, espíões que enviavam mensagens secretas pelo rádio-amador para os submarinos alemães que rondavam as costas do Brasil. Os discursos iam se inflamando [...] convidavam os ouvintes a reagir. Deveriam ir para a Praia de Fora que era o reduto dos imigrantes e seus descendentes. Ao final, aquela multidão descontrolada foi seguindo pela Rua Esteves Júnior em direção à Rua Bocaiuva [...] parando em frente às casas de famílias alemãs, gritando desaforos [...] ameaçando... Estes moradores se trancavam, apagavam as luzes, amedrontados. Na Rua Bocaiuva, seguiram para a Casa do Barão, que era o cônsul da Alemanha em Santa Catarina. Arrombaram o portão da mansão, forçaram as grades da frente, mataram os cachorros e invadiram a casa. O barão ficou no alto da escada, enfrentando a turba. [...] Sua esposa estava trancada num dos quartos com os dois filhos. [...] Os manifestantes quebraram o que havia nas salas de baixo, inclusive um piano. [...] Depois saíram

da casa e se dirigiram à Rua Almirante Lamego [...] para a casa do Dr. Gottsmann, invadiram o jardim e a casa à procura do rádio transmissor que diziam que ele possuía. Remexeram nos armários da casa, quebraram objetos de adorno e louças finas. Frau Gottsmann ficou bastante perturbada quando viu as lembranças e presentes de seu recente casamento serem quebrados e destruídos. [...].

Na passagem pela fábrica de balas de Rodolpho Hickel, fizeram uma parada. [...] Rodolpho trancara a família em casa e [...] quando a turba se movimentou, ele os enfrentou dizendo com calma:

– O que vocês querem aqui? Sou tão brasileiro quanto vocês. [...] Não tenho nada a ver com esta guerra, que até me prejudica os negócios [...].

Outro transtorno causado pela guerra foi com a produção de balas Hickel, que tinham uma estampa com bandeiras, as quais estavam estocadas e misturadas. Não puderam ser utilizadas as da Alemanha, da Itália e do Japão. (HICKEL, 2003, p. 38-39).

Carmen Maria Silveira também recorreu os tempos da guerra e o medo partilhado entre vizinhos na Praia de Fora:

“Certo dia, à tardinha, minha mãe já com quase nove meses de gestação foi à casa de minha tia Paulina [...]. A casa dela ficava na Rua Almirante Lamego e mamãe foi lá para prestar conta dos aluguéis das casinhas existentes na chácara atrás da nossa casa, pois era o tio quem fazia a contabilidade dos mesmos.

De repente, os brasileiros começaram a invadir as casas dos alemães locais e meu pai ficou apavorado, pois minha mãe estava fora de casa. Papai

fechou às pressas a sua barbearia, que ficava na nossa própria casa e foi buscar mamãe. Na volta, bem em frente da igreja de São Sebastião, os policiais não quiseram deixá-los passar. Meus pais, preocupados com as crianças que ficaram em casa, insistiram em passar. Então um dos policiais apontou a baioneta bem na barriga da mamãe. Ela levou um grande susto, pois temeu pela vida do seu nenê [...]. Um vizinho, o Sr. Arnaldo Dutra presenciou a cena e intercedeu por eles junto aos policiais, alegando que eram moradores da casa número 32 [hoje, número 1.686].

Assim os policiais acompanharam meus pais até em casa. No dia seguinte, 12 de novembro, às quatro horas da manhã, nascia uma menina lourinha com os olhinhos bem pretinhos. [...] Esta menina foi chamada de Carmen Maria, mais tarde “Tia Ame”, para escrever suas lembranças”. (SILVEIRA, 2007, p. 1).

A Praia de Fora: cenário dos hidroaviões

“Quando éramos bem pequenos, no dia em que o mar estava bem mansinho, por volta de meio dia, pousava um avião perto do trapiche do jardimzinho [Praça Esteves Júnior].

Saíamos correndo de casa para ver o avião [hidroavião Catalina] pousando na água. Ficávamos extasiados, vendo os passageiros saltarem no trapiche. Lindo mesmo era quando o avião levantava vôo na água. Era um espetáculo!”. (SILVEIRA, 2007, p. 32-34).

Vento sul, ruídos da cidade, mar manso e comércio nos trapiches da Praia de Fora

"[...] No trapiche perto do esgotinho, hoje 'Praça dos Namorados', aportavam os 'botes' embarcações vindas dos sítios (Enseada do Brito, Santo Antônio, Sambaqui, Forte do Jurerê) carregados de frutas fresquinhas, ovos, verduras e lenha para vender na cidade. Tinha uma frutinha chamada tamarinha que era vendida em canecos de lata. Como nós gostávamos de ir ao trapiche cheio de embarcações comprar tamarinha, abacaxi, melancia, jambo, araçá, galinha e ovos! [...]"

Nós, quando éramos crianças gostávamos do vento sul. [...] O céu ficava bem mais azul, os passarinhos voavam alegres no céu perto de nossa rua. De longe, escutávamos o sino da Catedral bater ao meio-dia e às 18 horas, a hora da Ave-Maria. [...] Escutávamos também a banda da Polícia Militar que tocava no quartel, na Rua Visconde de Ouro Preto. De manhã cedinho se ouvia o toque da alvorada [...]". (SILVEIRA, 2007, p. 32).

Pescarias, brincadeiras e piqueniques nas areias da Praia de Fora

"– A 'bença', mãe! Nós vamos ali na praia brincar de soldadinhos. Saíam, um por um, todos contentes, para brincar na praia. Chegando lá, construíamos um forte de areia e enfiávamos pedacinhos de pau em lugares diferentes, como se fossem soldados de verdade. [...]"

Depois de brincar de soldadinhos corríamos para brincar de pega-pega, de

bandeira salvar, de esconde-esconde, de bate-manteiga. [...]"

Quando a maré estava cheia, brincávamos de casinha, em cima das pedras que existiam perto do esgotinho e do jardinzinho.

Com as folhas de bananeiras, gostávamos de pescar piavinha e peixinhos bem pequeninos. Colocávamos os peixinhos dentro de latinhas ou garrafas com água, areia e um pouquinho de limo para eles comerem. Era o nosso aquário. O lugar que tinha mais piavinha era perto do riozinho [Riacho Carreirão].

[...] No inverno, [...], nos dias de vento sul, mamãe nos levava para brincar na praia. Ela levava uma cesta com laranjas, bananas, pinhões e amendoim, para comermos. Como era bom, todos brincando contentes e nossa mãe olhando-nos feliz! [...]"

As vezes, quando a maré estava baixa, 'seca', como costumávamos dizer, saíamos de casa com um saco ou lata para a praia em busca de ossos, cacos de vidro e pedaços de ferro para vender. (Silveira, 2007. p. 34).

[...] Quando já era mocinha, estudava no Ginásial. Eu pegava um livro e dizia que ia estudar na praia, às vezes eu levava minha irmãzinha mais moça comigo. Ela tinha uma cestinha onde eu colocava pão, banana, bolacha e algumas forminhas para ela brincar de fazer bolinhos de areia. E lá íamos contentes! Eu não estudava, ia mesmo era para olhar o mar, as gaivotas, os barcos. [...] Mostrava à minha irmãzinha as coisas maravilhosas que nossos olhos podiam ver: as montanhas, as ilhas, as gaivotas gritando, os peixinhos que pulavam lá fora. [...]"

Quando chegava em casa, não sa-

bia a lição para a prova que faria na escola, pois nem tinha aberto o livro na praia.

Oh! Como tenho saudades daquele tempo: da nossa praia querida onde tanto gostávamos de brincar. Hoje é uma linda avenida, com lindos prédios. Desapareceram: o riozinho em que pegávamos piavinha, os trapichinhos e a areia com as quais fazíamos lindos castelos". (SILVEIRA, 2007, p. 34).

Domingueiras, praias, futebol e conversas na calçada

"Aos domingos, minhas primas [...] vinham passar o dia conosco. Eu e minha irmã mais velha levantávamos bem cedo para ir à missa das seis e meia na igreja de São Sebastião, e depois arrumávamos a casa para esperar as primas. Como nos divertíamos! Íamos até a casa da tia querida pela praia, às vezes até a Praia do Müller. Corríamos pela praia, andávamos descalças para deixar as marcas dos nossos pés na areia [...]". (SILVEIRA, 2007, p. 35).

* * *

Os vizinhos e as cadeiras na rua

"Naquela época os vizinhos se conversavam com as cadeiras, aquelas cadeiras de madeira, de palha, tudo assim na boca da rua. E ali, a casa ficava aberta, se tu ias ali para Praia de Fora – ali onde é a Beira-Mar agora – tu ias e deixavas a casa toda aberta, não tinha perigo de ladrão, de nada disso. [...] Agora é assim: cadeado, as basculantes... com grade por fora".

(Depoimento de Cássio Silveira transcrito por Leonardo Bertoldi Borges. 2018).

* * *

"Eu me lembro da Casa de Chácara da Bocaiuva; ali moravam as irmãs solteiras do dr. Jorge José de Souza. E ele morava em frente, numa casa onde hoje é um salão. A Ana Cecília de Souza fez o ginásio comigo, no Colégio Coração de Jesus, entre 1948 e 1950.

Eu também lembro que ali onde já foi o Pizza Hutt – hoje tem um edifício, em construção – ali para cima, em direção à beira-mar, morou a minha vó Amélia. Toda noite um dos netos ia dormir com ela. E em frente, onde foi aberta a Avenida Gama D'Eça, era um tipo de pátio, com várias casinhas.

Mas tenho uma lembrança mais antiga, da minha infância – eu era bem pequena, lá por 1938 – ia a pé com as minhas tias pela Bocaiuva, até uma fábrica de arminhos e de acolchoados de penas de ganso, justo onde hoje é o Hotel Majestic na Rua Heitor Luz. Eu gostava de ir só para olhar a vitrine de uma loja de brinquedos de madeira, que havia ali. Era do seu Cazuzza, casado com a dona Benta; a nora era a Haimeé".

(Depoimento de Yvone Veras da Veiga, 2018).

Roseli Maria de Souza Mosimann complementou a lembrança de Yvone: Haimeé era casada com Oswy. Essa casa, na Rua Bocaiuva número 221, foi demolida, onde foi construída a Casa da Estudante Universitária (CEU II), e depois se fez o hotel.

Segundo Szpoganicz (2010, p. 100-102), a fábrica de Cazuzza era uma construção grande, com dois andares, cinco janelas e

uma ampla porta central no térreo. Já estava arruinada em 1993, mantendo apenas as paredes externas e foi demolida em 1998. Esse Cazuzo era o José Renato de Souza, professor e funcionário de loja, que depois passou a ter seu próprio negócio, onde seus sobrinhos também trabalharam. Bem-humorado, tocava violão acompanhado no acordeon pelas netas Adalgisa e Stela. Casado com sua prima Benta Pia Pereira de Souza, tiveram um único filho, Oswy. Com esse filho, Cazuzo iniciou a produção de artefatos de madeira, no porão da casa em que moravam. Depois adquiriu o prédio da Rua Bocaiuva, 221 – hoje Heitor Luz – onde instalou a firma *JR Souza & Filho*, para a fabricação dos brinquedos de madeira, cujo nome fantasia era Indústria de Brinquedos Oswy Souza (IBOS). Trabalhava também com a fabricação de acolchoados e a confecção de delicados artefatos para o toucador, distribuídos para as *Lojas Brasileiras*. Esse ramo dos negócios era gerenciado pela esposa Benta. Com o advento dos materiais plásticos, a fábrica mudou de ramo e passou a produzir móveis.

* * *

Outras referências na região são lembradas. Muitos recordam da loja *Comercial Medeiros*, quase em frente ao *Campo da Liga*. Vendia produtos importados, peles, perfumes e joias até os anos 1980. Mas a vocação comercial da Bocaiuva se consolidou com a *Macaronada Italiana*, da década de 1980, que iniciou numa pequena casa do outro lado da Rua Bocaiuva, quase em frente de onde está ainda hoje, na antiga morada do Desembargador Medeiros. Essa casa foi ampliada e está alugada há décadas para esse restaurante. Houve o *Restaurante Don Pepe*, as *Boates Bacarat* (hoje no local está o *Restaurante Mirantes*), o *Solitário Kid* e a *Dizzy*, uma das primeiras boa-

tes, famosa nos anos 1980. Hoje, no local onde foi a *Dizzy*, há uma farmácia. Existiram também o *Restaurante Prayon*, o primeiro especializado na comida oriental em Florianópolis, a famosa *Sorveteria Cocota*, do pacato senhor Didi, que servia, num pequeno balcão a melhor banana-split da cidade, ali quase em frente ao “coleginho” – hoje Centro Educacional Menino Jesus (CEMJ) – instituição fundada em 1955 e que é referência desde então nessa rua. A *La Cigale* foi outra sorveteria famosa, quase na Beira-Mar, na Travessa Harmonia. A *Barbearia Vargas* (que ainda se mantém com filiais), a *Alfaiataria do Didico* e tantas outras lembranças são fragmentos do passado desse bairro.

Tudo isso contribuiu para transformar a Rua Bocaiuva, que já se atrelava à Avenida Beira-Mar, no eixo viário onde se desenvolvia o lazer, o novo *footing* – a paquera, aquilo que se entendia por “vida descolada” da classe média, no último quartel do século XX.

As casas da Rua Bocaiuva e da Almirante Lamego rodeadas por quintais e pomares, davam as costas para o mar. A partir da década de 1970, com o aterro da Baía Norte, praticamente toda a extensão desse eixo viário assumiu novo *status* – endereço residencial dos mais nobres de Florianópolis, com sobrados modernos, moradas amplas que, aos poucos, foram cedendo lugar aos edifícios de apartamentos, alguns comerciais, institucionais e também hoteleiros.

O número 2272 da Avenida Beira-Mar era a casa do doutor Isaac Lobato. Nos anos 1980, no lugar desse sobrado, foi construído o Edifício Residencial Isaac Lobato Filho. Na outra quadra, o Edifício Beira-Mar – no número 2192 – foi inaugurado em 1971, sendo o primeiro prédio de apartamentos da avenida. Estes fazem parte da memória mais recente, especialmente das décadas de 1970 e 1980.

Os estabelecimentos comerciais, es-

pecialmente restaurantes e bares, também ocuparam o espaço de pequenas residências, vendas e armazéns que antes se estabeleciam na Praia de Fora. Entre os exemplos, estão os caramelos Dalva e a fábrica de caramelos Hickel, cujo movimento de distribuição comercial era acompanhado da *Casa de Chácara*:

“Na Travessa Harmonia moravam seu Joca e dona Zuza. O filho deles, senhor Ademar Garcia, tinha um caminhãozinho fechado. Ele comprava bala queimada, os doces do Hickel e o doce de coco em tabletes Dalva e levava para Itajaí”.

(Depoimento de Roseli Maria de Souza Mosimann. 2018).

A fábrica de balas e caramelos de Rodolpho Guilherme Hickel, filho de imigrantes alemães, começou em Florianópolis, em 1926, quando ele veio de Porto Alegre para abrir sua própria empresa de doces, continuando o ofício que aprendera com seu irmão, Oscar Bruno Hickel.

A Travessa Harmonia, bem próximo da *Casa de Chácara*, foi o primeiro local escolhido por Rodolpho para estabelecer sua residência. E foi ali também que iniciou sua fábrica, em um barracão adequado aos seus objetivos. O terreno era próximo do mar e de residências de diversos outros descendentes de alemães. Era conveniente, pois existiam bares e armazéns pela região, onde ele podia vender seus produtos.

“Construiu ele mesmo um fogão maior e instalou os tachos. Procurou botes no trapiche da Praia de Fora e comprou a lenha de que precisava. Os botes vinham ou do norte da Ilha ou de Biguaçu ou ainda de Ganchos e Zimbros, de onde traziam os produtos para comercializar na

cidade. Rodolpho tornou-se freguês destes carregamentos de lenha e sua indústria de balas foi abastecida pelos botes desde essa época, até que foram substituídos por caminhões. Com a construção da Avenida Beira-Mar Norte o velho trapiche foi aterrado e os barcos sumiram de vez”. (HICKEL, 2003. p. 25).

Quando a fábrica começou a prosperar, Rodolpho mudou sua sede para uma casa na Rua Esteves Júnior, quase na esquina da praça e posteriormente, para uma outra, que pertencera à sua sogra, Julieta Garcia; ficava na Rua Almirante Lamego, um pouco acima da esquina com a Rua Duarte Schutel.

“Julieta era filha de Antonio Rodrigues Garcia, proprietário da orla marítima da Praia de Fora, que ia do Arroio Carreirão, subindo a colina até a propriedade dos Müller. Aquele riozinho, hoje canalizado sob a Rua, nascia na descida do Convento dos Franciscanos, hoje Av. Rio Branco, passava pelos fundos da propriedade dos jesuítas, hoje Rua Arno Hoeschel e chegava até a praia, desaguando junto à repartição das dragas”. (HICKEL, 2003, p. 31).

Em 1935, Rodolpho comprou nova casa na Rua Almirante Lamego, então número 25, atual 1376, que foi dele até sua morte: *“Era uma casa pequena, mas com bom terreno ao redor, todo plano, que confinava com o muro do Colégio Catarinense. Este terreno pertencia a Alice Meyer, que era menor de idade, por isso a escritura foi assinada por seu irmão”.* Neste ano nasceu a terceira filha de Rodolpho e Dinah. *“Por isso reformaram a casa, acrescentando mais dois quartos e duas salas, que foram utilizadas como jantar e estar, e ainda*

um varandão, que deu à casa um aspecto de bangalow". (HICKEL, 2003, p. 32).

Por volta de 1938, Rodolpho construiu um prédio baixo, ao longo da extrema direita do terreno da sua residência, eliminando parte do jardim e do pomar. Ali fez sessão de empacotamento, depósito e escritório. Noutra etapa, construiu um anexo, ocupando a extrema dos fundos do lote, em paralelo ao muro do Colégio Catarinense. Instalou a fábrica, dois fogões e depósito de lenha. Por fim, fez um pequeno prédio de dois andares, com garagem e depósito para os estoques. *"Assim, instalada a indústria, junto à sua moradia, Rodolpho podia controlar e proteger, bem como vistoriar continuamente o movimento de seus negócios". (HICKEL, 2003, p. 35).* Ele importava essências da Holanda e da Alemanha, estampava os rótulos em Blumenau, e o açúcar vinha de Tijucas. Com a empresa prosperando, iniciou também a produção de massas alimentícias e bolachas. A década de 1950 marcou o apogeu da empresa de Rodolpho, com 52 funcionários, dentre mestres e auxiliares de fabricação, embrulhadoras, quatro veículos, motoristas e contador. A produção diária da fábrica, de 300 quilos de caramelos e 480 quilos de bolachas, era distribuída para todo o Estado de Santa Catarina. E mesmo com a fábrica ali, a rua era tranquila:

"Os moradores e vizinhos da Rua Almirante Lamego eram, àquela época, muito unidos, fraternos e solidários. Todos se conheciam e participavam de atividades em comum. As senhoras apreciavam trazer, à tardinha, depois do jantar, suas cadeiras para a calçada, para conversarem enquanto as crianças brincavam no meio da rua. [...] Os carros da firma estacionados na garagem ou no quintal, eram praticamente os únicos a transita-

rem regularmente naquela via. [...] Orita Sabino trazia, às vezes, um grande banco do quintal da sua casa para que todas se sentassem... Algumas vezes puxavam as cadeiras para a sombra da casa de Anastácio Katcipis para que Dona Ida também participasse das conversas à janela.

No verão, a família ia até o Boqueirão, que era uma saída para o mar, ladeando o muro da família Gil, onde às vezes se estocava lenha, que depois era trazida para a fábrica de carroça [...] sentavam-se à beira-mar, durante os dias quentes de verão, para tomar 'uma fresca' e apreciar os lindos ocasos que os raios do sol coloriam [...] iam sentar-se na Praçinha da Rua Esteves Júnior, [...] aquele jardim sombreado pelas árvores [...] aberto para o mar e continuado pelo trapiche, era animado e buliçoso, com o movimento do bar do Katcipis e da sorveteria do Garofalis [...] o gostoso 'beijo-frio'. [...] Muita gente vinha de outras partes da cidade para tomar sorvete ali. As crianças podiam andar de bicicleta ao redor da praçinha, ou de patins nas calçadas e mesmo de 'bandeira' nas ruas laterais, porque o movimento de carros era pouco e o ônibus circular, único a trafegar por ali, passava sempre nos horários determinados, subindo a Rua Esteves Júnior". (HICKEL, 2003, p. 46-47).

Na década de 1960, Rodolpho sentiu as transformações da paisagem onde morava e trabalhava. *"... a sua velha Praia de Fora estava ficando diferente, com o aterro para a construção da Avenida Beira-Mar Norte. Seu bairro passava por grandes transformações, perdia sua tradicional tranquilidade, os vizinhos se mudavam, tudo mudava. As ruas próximas comportavam um trânsito agitado, o barulho aumentava, o*

sossego desaparecia. [...] Achou que era hora de parar, precisava se aposentar”.

Rodolpho percebeu que a recessão, que atingia a economia, a inflação, a desvalorização do Cruzeiro –moeda da época – afetou o país inteiro e a sua empresa. Havia novos conceitos de modernização da indústria, que incluíam investir em infraestrutura física e na atualização das relações trabalhistas, e o momento era de crise. Então, a Indústria de Balas e Bolachas Rodolpho Hickel entrou num impasse, optando por encerrar as atividades. Em 1964, Rodolpho vendeu máquinas e equipamentos para Edy Medeiros, empresário de São José, que depois os revendeu a uma firma de Jaraguá do Sul.

Na Rua Almirante Lamego, a “casinha da vó Julieta”, sogra de Rodolpho, foi desmanchada. O terreno passou para Dinah, filha e herdeira de Julieta e ali Rodolpho construiu “uma bela, espaçosa e moderna residência”, que depois foi alugada. Ali residiu a família do professor Caspar Erich Stemmer. A antiga fábrica de balas deu lugar à construção de três apartamentos. Já o prédio grande, onde fora a fábrica de bolachas, foi alugada para a Sauna Brasília. (HICKEL, 2003, p. 52-53).

Rodolpho mudou-se para Canasvieiras. Ele faleceu em 1983, e dona Dinah, em 2001. Essa história, com tantos detalhes de memórias afetivas, reunindo empreendimentos e registros sobre famílias da Rua Almirante Lamego, é contada por Maria do Carmo Rodrigues Hickel, que escreveu um livro sobre a vida do sogro Rodolpho, em comemoração ao centenário do seu nascimento.

* * *

Outro estabelecimento comercial histórico na Rua Almirante Lamego, antigos nú-

meros 59 e 61, atual n. 1246, é a fábrica de *Tabletes Dalva*, criada por Alberto Henrique Schütz. O doce de coco em tabletes Dalva existe há quase 80 anos na mesma família, mantendo a receita original de sua fabricação. Teve diferentes apelidos: bala paulista, quebra queijo, torrão de coco, balinha do papel amarelo e doce de coco, entre outros.

Além dos tabletes Dalva, outro doce fabricado pelos Schütz era a bala queimada, produzida com melado, açúcar, amendoim e água, e que representava 10% do faturamento da empresa. A produção da bala queimada encerrou em 2018.

Alberto Henrique Schütz começou profissionalmente muito jovem, com cerca de 20 anos, quando trabalhou na fábrica de alimentos de propriedade de Rodolfo Hickel. Operário aplicado e pontual, Alberto foi subindo na hierarquia da empresa, até chegar ao cargo de mestre de produção na fabricação de balas. Tempos depois, em 1940, ele montou o próprio negócio. Na sua fábrica ele produzia os tabletes Dalva, a partir da receita da sua família, já que a sua mãe foi quem criou inicialmente os quadradinhos de coco, que agradavam ao paladar brasileiro e que ela comercializava em sua venda, no continente.

Ali na rua Almirante Lamego números 59 e 61 Alberto Henrique morou com sua família e tornou-se referência com a sua fábrica, que liberava diariamente o característico aroma de coco queimado pelas redondezas. O produto que conquistou o mercado tem, até hoje, a mesma embalagem criada na época, nas cores amarelo e vermelho.

Nos anos 1980, Alberto, já mais velho, vendeu a fábrica, junto com o maquinário e a receita dos tão famosos caramelos, para a geração seguinte. O seu filho, Alberto Schütz Júnior, o Nêne, deu sequência e modernizou a produção. Tendo começado a atuar na fábrica

em 1962, com 19 anos de idade, Nêne enfrentou diversas dificuldades para manter a produção, tendo também providenciado a troca da denominação do tablete. De “Bala de Coco Dalva” passou para “Doce de Coco em Tabletes Dalva”, mas sem alterar a fórmula original de fabricação.

Segundo Alberto Schütz Júnior inicialmente a produção dos tabletes Dalva era totalmente artesanal. A sua irmã Dalva Schutz Camillo lembra que seu pai desenvolveu um ralador de coco, junto com o eletricitista e assim conseguiram modernizar o processo de cortar e ralar a fruta. O coco ralado era colocado em uma caldeira, alimentada com lenha e mantido assim por cerca de uma hora e meia, a alta temperatura. Depois, a massa era espalhada manualmente sobre uma mesa - uma plataforma de ferro sobre quatro pilares - onde permanecia por 15 a 20 minutos para esfriar e ser cortada em pedaços - os tabletes. Mais tarde, as balas passaram a ser embaladas uma a uma. A situação mudou também com a troca de fogão a lenha, por fogão a gás. Depois foi adquirido um equipamento para embalar os tabletes. Outros maquinários foram sendo comprados com o passar dos anos, como a máquina para cilindrar ou prensar a massa, que já corta os tabletes no tamanho padrão de 3,5 centímetros de comprimento. Esta veio de São Paulo. O passo seguinte foi a embalagem automática, registra o funcionário mais antigo da fábrica, Israel Florindo, desde 1981 na atividade. Atualmente, a fábrica consegue produzir cerca de 300 quilos diários de tabletes, podendo chegar a até 700 quilos com a mesma infraestrutura.

A fábrica de balas Dalva permaneceu no mesmo endereço, na rua Almirante Lamego, até 2001. As atividades no local começavam às 7 horas, quando os equipamentos eram ligados, gerando os ruídos e aromas ca-

racterísticos. A esta altura, o antigo espaço da redondeza já estava bem mais adensado, sendo predominantemente residencial e de alta valorização imobiliária. Assim, após 59 anos, fábrica encerrou as atividades na Rua Almirante Lamego e foi transferida para Biguaçu. E lá é Augusto Schütz (Guto), da terceira geração da família, quem hoje dirige o empreendimento, produzindo os famosos tabletes, que são distribuídos em centenas de pontos de venda da Grande Florianópolis e em cidades do Sul do Estado.

“Nossos tabletes são feitos de coco puro e têm o mesmo sabor, desde que a fábrica foi criada pelo meu avô”, salienta Guto. Estamos com a mesma fórmula de quando a atividade iniciou. Confiante na qualidade do produto e nas vantagens dessa receita, além da entrega aos distribuidores, a fábrica realiza vendas diretas, recebendo pedidos através de cartas, e-mails e ligações telefônicas. “As pessoas pedem dois ou três quilos, mas não podemos enviar”, observa Augusto. Entretanto, dezenas de pessoas com parentes em outros Estados aparecem na fábrica de balas Dalva antes de viajar para adquirir os tabletes e levá-los de presente.

O fundador da fábrica, Alberto Henrique Schütz assistiu a todas as transformações (maquinários) e permanências (fórmula), além de acompanhar os esforços do filho Nêne e depois, do neto. Com a morte de Alberto Henrique em maio de 2004, com 92 anos de idade, os terrenos à rua Almirante Lamego foram inventariados e os herdeiros trocaram por metragem quadrada, no edifício de apartamentos, o Residencial Dalva Schütz, que ali foi erguido.

Hoje, além do site da empresa, que divulga a famosa bala e de matérias dos jornalistas Larissa Linder e Celso Martins, a senhora Dalva Schütz (ela nasceu em 8 de dezembro de 1941), filha de Alberto Henrique Schütz

lembra-se da bonita história da origem do seu nome, o mesmo da bala:

“Meu pai e outros comerciantes iam todas as quartas-feiras ao mercado, com carroça e a cavalo, antes do sol nascer. Ali enfileiravam as carrocinhas no Largo do Mercado, pertinho do mar e negociavam até o meio dia. Certo vez, eles avistaram a estrela Dalva especialmente brilhante. Consideraram isto um sinal de que o novo ano seria próspero. Então, meu pai, quando voltou para casa, disse à minha mãe Dalila Ramlow - que estava grávida - que se nascesse uma menina, lhe dariam o nome Dalva, que passou também às balas.”

Ela recorda que de tão gostosos, os tabletes, eram exportados de navio para a Alemanha. E destaca que em 1991, foram muitos os pacotes levados para a Itália, quando o Papa João Paulo II e sua comitiva visitaram Florianópolis. (Depoimento de Dalva Schütz a Eliane Veras da Veiga, novembro, 2018).

Até hoje, os mais antigos na cidade, ao transitarem pela rua Almirante Lamego, ainda recordam o o aroma adocicado que predominava na calçada da antiga fábrica de tabletes Dalva, esse produto que já faz parte da memória e da cultura gastronômica da cidade de Florianópolis.

Tantas outras referências comerciais nesta rua são lembradas: Anastácio Katcipis e João Cristakis, na Praça Lauro Müller; Arno Brincas, Domingos Gonzaga, no *Rio do Carreirão*, da Rua Bocaiuva; Firmino João Raffe e Gustavo Santana, na Rua Rui Barbosa; Spyros Borderis, na Rua Bocaiuva (Campo da Liga); Jair Lisboa, na Rua Almirante Lamego (Forno de Lixo); João Arcênio de Oliveira, na Rua Frei Caneca (Rua Rui Barbosa); Lázaro Bartolo-

meu, na Rua Rui Barbosa; Nenen Valente, na Rua Frei Caneca; e Waldivino Brasil, no Morro São Luiz. Muitos destes são citados pelo memorialista Adolfo Nicolich (SILVA, 1995), nas suas lembranças do século XX.

As pensões familiares, salientou Nicolich, eram denominadas em sua maioria, pelo nome das esposas dos proprietários, a saber: Dona Dulce Ternes, a pensão na Praça Lauro Müller e a da Dona Mila Cheren, na Rua Almirante Lamego.

Ainda sobre as pequenas praias existentes na Baía Norte da cidade, frequentadas pelos moradores do local, Adolfo Nicolich (SILVA, 1995) enumerou várias delas:

A Praia do Nenen Valente: “exclusividade da turma da Rua Nova Trento e parte da Frei Caneca, era a pior das praias”, segundo Nicolich; a Praia do Iate Clube, “utilizada pelos sócios e suas famílias, mas, com pouca frequência”; a Praia do Carvalho, “com a assiduidade de Elza, suas irmãs e pessoas amigas, inclusive Alcenor Melquiades de Souza”; a Praia do Índio Costa, “particular, utilizada, simplesmente por suas filhas Gessen, Helusa, India, Nazareth, Lourdes Maria e respectivas amigas. Posteriormente passou a chamar-se do Abrigo de Menores”; a Praia do Patacho, “defronte ao Forno de Lixo, pouco usada devido à sua profundidade”; a Praia do Colombo Sabino, “localizada ao lado da Praça Lauro Müller (Jardim da Praia de Fora), com assiduidade de: Abelardo e Lauro Rupp, Almir Pereira Baixo, Moacir Pavan, Victor Luiz Borja, Ademir Nunes Pires, Benito Freitas, Osny Silva, Zoraide Sabino e a juventude do local”. A Praia de Cherighini, frequentada pela família Borges: Maurílio, Marília, Mauriti e Mauri; e por Carolina Manara e suas primas. E da família Chierighini: Dona Laura e seu filho Lauro Chierighini. A da família Wenhäusen: Anita, Dora, Iná e, Yolanda. A Praia do Boos, descreve Nicolich, era “anterior à do

Chierighini e situada defronte ao Largo São Sebastião, tinha os frequentadores: Artur Boos, Bruno Boos, Hilda Boos, Nely Boos e amigos”. E Cássio Silveira complementa:

“Tomávamos banho na praia. Jogávamos futebol. Ali onde hoje é a Pracinha dos Namorados. Ali era o campo de futebol da rapaziada da Bocaiuva, [...] Almirante Lamego, Esteves Júnior, Trompowsky”.

(Depoimento de Cássio Silveira, transcrito por Leonardo Bertoldi Borges, 2018).

Silva (1995) inclui ainda a Praia do Álvaro Ramos. Era “a mais frequentada” por Ademar Grijó e Alba Grijó; Ariel Bottaro; Bebe Ramos; Carlos Riegenbach; Dario Pederneiras; Ernesto Riegenbach; Haroldo Calado; Haroldo Pederneiras; Haroldo Vaz; Henrique Stodieck; Honorina Lunardelli; Hugo Barbato; Iná Vaz; Ivone Ramos; João Carlos Gonçalves; Jorge Barbato; Lidio Calado; Marcilio Medeiros; Maria da Conceição Lopes Fernandes; Maria Helena Grijó; Maria Lopes Fernandes; Mariazinha Gonçalves; Marília Lopes Fernandes; Marina Guimarães; Mario Guimarães; Marisa Lopes Fernandes; Marucia Ramos; Nami Ramos; Nenete Ramos; Neusa Grijó; Odete Tavares; Orlando Medeiros; Osmar Nunes; Oswaldo Nunes; Paulo Tavares; Penha Grijó; Rui do Valle Pereira; Silvia Trompowsky; Silvio do Valle Pereira; Tabita Gonçalves; Vera Grijó; Walmor Salomé Pereira; Wilmar Salomé Pereira; e Zizi Trompowsky.

A Praia do Müller, na memória de Adolfo Nicolich (SILVA, 1995, p. 140), era “... a melhor, porém, perigosa, devido à correnteza e profundidade. Os primeiros a usá-la em grupo foram os padres e os internos do Ginásio Catarinense, quebrando o tabu do pudor e dos

banhos noturnos. Eram frequentadores assíduos: Abelardo Ferrari, Aldo Nunes, Alfredo e Silvio Caldeira Becker, Altamiro da Silva Dias, Ari Mafra, Cacilda Ribeiro, Carmem Moellmann, Danilo Ribeiro, Francisco Assis, Gualter e Oswal Baixo, Guilherme Chaplin, Hamilton Lopes Vieira, Hélio Blum Hélio Wendhausen, Hilda Moritz do Rego, Iná Chaplin, Jandira Dalember, Joel Moura, Jorge da Luz Fontes, José da Luz Fontes, Judith Vianna, Leatrice Moelmann, Lia Tolentino de Souza e suas irmãs, Ligia Moelmann, Lourdes e Bia, Mário Goeldner, Moacir Sutel, Nelson Carpes, Orlando Chaplin, Oscar Tolentino de Souza, Rubens Sabino, Saul e Jonas Amorin, Silvio Barbosa Born; Sonia Moelmann, Tito Tolentino de Souza, Vera e Dalva Born, Walter Bello Wanderley, Walter Kuenzer e moradores da vizinhança”.

Já a Praia de Ernesto Vahl era uma praia quase particular, mas usada por descendentes de alemães, independentemente da família Vahl. Era frequentada por: Ecila Gil; Gisela Busch e irmãs; Helin Rupp; Ingebord Sippel; Wanda Goulart; e Zenaide Brüggmann.

São tantos os referenciais construídos, marcos afetivos, personagens e lembranças dessa região que permanecem resistentes às mudanças: a antiga *Casa de Chácara*, a imponente Casa do Barão von Wangenheim, a antiga Inspetoria de Rios e Portos Navegáveis, os “castelinhos” – estações elevatórias de saneamento –, e a Capela de São Sebastião, bem como a sede da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada e a residência da Família Silveira. Desapareceram as barbearias, os botecos, as quitandas, os sapateiros, as costureiras, as residências, os mercadinhos e as feiras, que entremeavam vistosos chalés e imponentes moradas ecléticas de porão alto e acesso lateral. O primeiro galpão do Clube de Regatas Aldo Luz foi na Rua Frei Caneca, no antigo *Bar Rio Branco*.

Na Agronômica, na Rua Rui Barbosa, além do antigo *Santa Catarina Country Club*, onde até a década de 1970 os associados ainda frequentavam e usavam a piscina em dias de verão, logo em frente, na esquina da Rua São Vicente de Paula, permanece até hoje a *Padaria Lorenzi*, criada por Ely Lorenzi em 1960.

Acompanhar a procissão de São Sebastião, tomar sorvete na Cocota, participar das movimentadas festas juninas do Colégio Menino Jesus, das gincanas do Colégio Catariense e assistir aos jogos de futebol no Campo da Liga estão entre as memórias, algumas desaparecendo totalmente; outras, ligadas ao patrimônio cultural imaterial de Florianópolis, registradas em textos, fotografias e exibidas em espaços museais.

O memorialista Sebastião Ramos também traz para a atualidade uma visão nostálgica sobre a Praia de Fora:

“Lourdes morava na Rua Rafael Bandeira, com seu marido e seu primeiro filho, nascido há pouco. Eu fui morar com eles.

Meus pais e meu irmão solteiro ainda estavam morando na pensão, que estava sendo extinta. Ainda estavam lá em oitenta e nove, velhas e maltratadas.

Ficavam perto do Campo da Liga, onde jogava o Avaí, com Loló, Beck, Mizeta e Saulzinho, enfrentando o Paula Ramos e o Figueirense nas tardes de domingo. [...]

Dona Pudica, eu achava tão engraçado aquele nome, era uma velhinha muito magra e alta, que morava na frente, em um barraco. Era a lavadeira local.

Estendia aquele monte de roupas muito brancas, muito limpas, nos varais compridos.

E coaravam os lençóis sobre um

pequeno pasto, na frente da casa. Era tão brilhante todo aquele branco no sol. [...]” (RAMOS, 1993, p.27-28)

A pé pela cidade, Sebastião Ramos considerou as construções novas “... frias, retas, maciças, em contraste com as antigas, nostálgicas, com tanta história e poesia.

Para aqueles que têm memória, eu reforço suas lembranças e, para os outros, eu faço lembrar coisas que já existiram e ainda existem. [...]

Chalés da Frei Caneca, da Esteves Júnior, da General Bittencourt, Bocaiuva, Benjamim Constant, Almirante Lamego, Duarte Schutel. Aquelas casas antigas [...] onde brincávamos. [...] Casas mal-assombradas da Bocaiuva, Esteves Júnior e quantas outras pela cidade, assombrando a gente.

Igrejas de São Sebastião da Praia de Fora [...]. O castelinho da Praça Celso Ramos. [...] Casarões da Esteves Júnior, [...] antigos solares, como o dos Gama d’Eça. Casas com ameias da Almirante Lamego. Casas da escadaria do Jardim da Polícia. Casas de parede-meia, beira de calçadas, em quase todas as Ruas da cidade. [...]

Toda vez que vou a Florianópolis, faço questão de caminhar a pé pela cidade, confrontando o passado e o presente, vendo o presente já passado, repassado, com expectativa do futuro que o espreita. Geralmente me assusto, quando não encontro mais aquela pequenina casa, de tanto passado, desaparecida.

Acho que poderia haver um meio termo, a preservação maior do antigo patrimônio e a construção de novos edifícios em áreas vazias, sem demolir o

passado, ou misturá-lo com o presente, descomedidamente, mostrando um aspecto demais chocante”. (RAMOS, 1993, p. 50-52).

E num passeio circular, pelas ruas mais conhecidas da cidade, Ramos (1993, p. 49-50) lembra as reuniões boêmias, que passavam pela Praia de Fora:

“Nos reuníamos na sala de bilhar da Felipe Schmidt, jogávamos algumas partidas de sinuca e, depois, saíamos a pé pela cidade, fazendo o mesmo trajeto do ônibus circular.

Atravessávamos a Praça Quinze, entrávamos no Bar do Felinto. [...] Assim, conseqüentemente, em todos os bares que estivessem abertos.

Seguíamos pela Rua dos Ilhéus, até o Jardim da Polícia, cantando, batucando em caixas de fósforos. Muito animados, continuávamos pela Almirante Alvim, Trompowsky, Bocaiuva, Almirante Lamego, Esteves Júnior, até chegarmos na Álvaro de Carvalho, Conselheiro Mafra, passando pela antiga agência da Panair e voltando até o nosso ponto de partida, na Felipe Schmidt.

No trajeto encontrávamos outros lugares [...] cada vez mais alegres. Bar do Gentil, do Tarzo, do Alemão, do Príncipe, Bebe Água, Katcipis, venda do Seu Lisboa, Universal, terminando no Café do Comércio, no Mercado, para tomar o café da madrugada. [...]

Revivíamos todos os cantos e recantos, dormidos e adormecidos, guardando tantas histórias, tantos segredos, atrás daquelas portas cerradas. O passado ficou lá, bem no passado”.

* * *

Em sua crônica *Balas Rococo e o Menino da Rua*, Álvaro de Carvalho recorda, na Rua Bocaiuva, um personagem especial, dos anos de 1940 a 1950 – um vendedor de balas:

“Era um negrinho paupérrimo e magrinho, esquálido, miúdo, com cara de esfomeado. [...] criança de uns sete ou oito anos, mercando balas Rococo e Uva do Norte pelas portas dos cinemas, na entrada dos colégios, nas proximidades do campo de futebol do Avaí, na Rua Bocaiuva. [...]

Morei uns tempos na Bocaiuva, em frente à casa do advogado Telmo Ribeiro, ilustre figura da vida jurídica da terra. Ali este menino passava todos os dias vendendo suas balas Rococo. Gosto de coco queimado, docinha, todo mundo comprava aquelas balinhas para chupá-las enquanto esperava o ônibus para ir à cidade. [...]

Nunca soube que fim levou o menino das balas Rococo. O tempo passou, a cidade cresceu, a vida aqui hoje é inteiramente outra, a população aumentou de forma assustadora. Florianópolis não é mais aquela cidadezinha de outrora”. (CARVALHO, 2011).

Outros lembram dos tempos em que se brincava nos terrenos arenosos da região da Praia de Fora, ainda cortada por estrada de terra batida. Referem-se a pescarias nos regatos que atravessavam os terrenos das chácaras, onde se colhia frutas direto das árvores – ameixa, goiaba, manga. A poetisa Leatrice Moellmann nasceu e morou na Rua Esteves Júnior. O casarão da família Moellmann está associado à figura de Egberto da Costa Moellmann, sendo que Leatrice faz parte da 5ª ge-

ração da família, que veio da Alemanha, em 1860. Da sua época de menina, ela recordou, em 2009, “... as chácaras da rua, habitadas principalmente pelos descendentes germânicos, que trabalhavam duro e conseguiam juntar um ‘bom tutu’. Naquele tempo, as famílias todas se conheciam, e as crianças brincavam no trapiche da Praça Esteves Júnior, cantando músicas folclóricas e jogando amarelinha”.

Até o final da década de 1960, do casario da parte final da Esteves Júnior se alcançava o mar, que batia na praça. Ali quase na esquina, morou a família Ferrarezi e a família de Narbal Alves de Souza. E também havia, nos anos 1970, uma quitanda, um sapateiro e alguns bares. O antigo *Bar Katcipis* – hoje uma padaria, é um dos lados da esquina preservada, restaurada e com as edificações todas recicladas para lojas e espaços *gourmets*.

Bem mais adiante, noutra esquina importante da Rua Bocaiuva número 1901, no encontro com a Rua Alves Brito, foi aberta em 1989 a padaria *Pão Família*, o primeiro negócio do empresário Vitor Gomes, na altura muito jovem – tinha 17 anos. A propriedade herdada do seu pai permaneceu com a família até 1994. Depois, quando iniciou o *Emporium Bocaiuva*, o nome mudou para *Emporium Panificação*. Na época, o fluxo de automóveis era tão pequeno, que se podia estacionar com tranquilidade dos dois lados da rua, que só foi asfaltada após 1996. Senhor Vitor recorda (2009) que “Era um bairro residencial, só de casario. Eu ando na rua e conheço todo mundo. Tem gente que eu vi nascer. Mas mudou muito nos últimos 20 anos”. O *Emporium Bocaiuva* ficou conhecido como lugar tradicional e aconchegante, para encontrar os amigos, ouvir música. O bar, instalado próximo à Avenida Beira-Mar, tem clima de *happy hour* todos os dias, num espaço descontraído, assim como outros restaurantes,

barzinhos e alternativas *gourmets* ao seu redor.

Também o jornalista Fernando Mansur tem as memórias da Rua Bocaiuva. Ali na esquina com a Avenida Professor Othon Gama D´Eça, na década de 1980, Mansur tinha uma loja especializada em surfe a *Captain Blue*. O prédio pequeno, térreo, de esquina boleada, tinha sido antes uma loja funerária, depois uma loja de roupas, a *Marrocana*, e até permaneceu fechada por certo tempo. Depois do fechamento da *Captain Blue*, a pequena construção foi demolida. Foi construída uma farmácia, a Panvel, depois foi Pizza Hut, e, em 2018, está prestes a inaugurar um arrojado edifício hoteleiro, que definitivamente criou nova referência para a esquina com sua impactante altura e linguagem contemporânea, nas imediações da *Casa de Chácara*.



Figura 91 – Os fundos do chalé dos Silveira, as palmeiras da Casa do Barão e a rua Bocaiuva, na Praia de Fora. Década: 1960.



Figura 92 – A praia antes do aterro na Baía Norte. Em destaque: palmeiras da Casa do Barão, Hospital Celso Ramos e o chalé dos Silveira. Década: 1960.



Figura 93 – Família Silveira em banho de mar: Idalina, Cassinho e Dode. Ao fundo: o trapiche da Praça Esteves Júnior. Década de 1960.



Figura 94 – O antigo trapiche da Praça Esteves Júnior, popular trampolim de mergulhos. Desapareceu, com as obras de implantação da Avenida Rubens de Arruda Ramos.



Figura 95 – Esquina da Avenida Gama D’Eça com Rua Bo-
caiuva. O Hospital Governador Celso Ramos ao fundo.



Figura 96 – Senhor João Accácio e senhora Anézia
na abertura do trecho final da avenida Gama D’Eça,
derrubada de árvores, junto à praia. Hospital Gover-
nador Celso Ramos ao fundo. Década de 1960.



Figura 97 – As águas da Baía Norte alcançavam a frente do chalé dos Silveira. João Accácio, Cássio, Carmem e João Adalberto. Década de 1960.

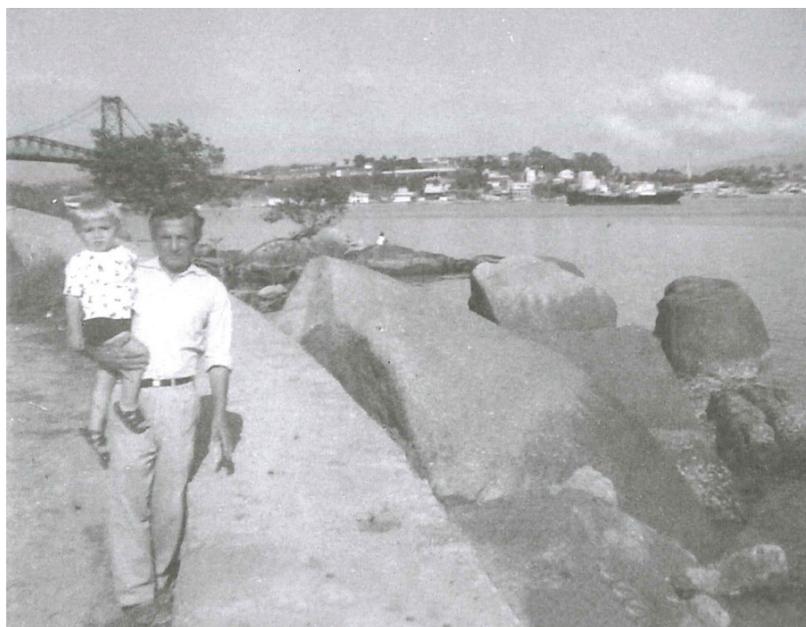


Figura 98 – Senhor João Accácio Silveira e o neto Victor Hugo. Final da década de 1960.



Figura 99 – João Acácio Silveira e seus filhos, na esquina da rua Bocaiuva com avenida Gama d'Eça, recém-aberta. Década de 1960.

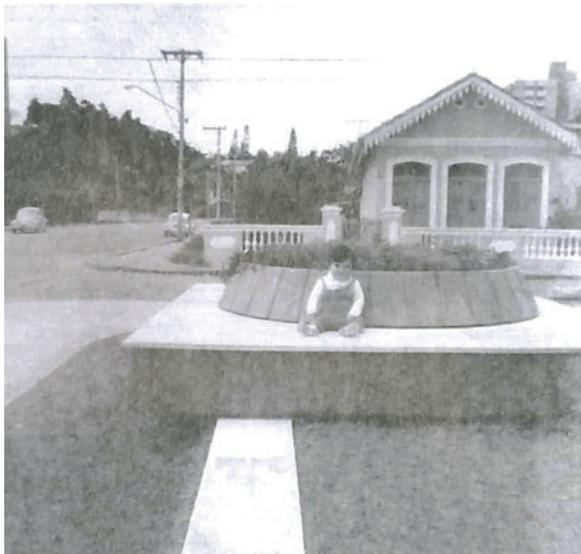


Figura 100 – Chalé dos Silveira e perspectiva da avenida Gama d'Eça, esquina com rua Bocaiuva. Em primeiro plano, a floreira do edifício Solar de KastelORIZON. Década: 1960.



Figura 101 – Família Silveira, posa em frente à casa que existiu no lote atualmente ocupado pelo edifício Solar de KastelORIZON. Chalé dos Silveira.

“A rua é a eterna imagem da ingenuidade. Comete crimes, desvaria à noite, treme com a febre dos delírios, para ela como para as crianças a aurora é sempre formosa, para ela não há o despertar triste, quando o sol desponta e ela abre os olhos esquecida das próprias ações, é, no encanto da vida renovada, no chilrear do passaredo, no embalo nostálgico dos pregões — tão modesta, tão lavada, tão risonha, que parece papaguear com o céu e com os anjos...”

João do Rio, 1908: A alma encantadora das ruas - Fragmento

CAPÍTULO VIII

RUA BOCAIUVA: A PAISAGEM, AS CHÁCARAS E OS MORADORES⁸

A planta da cidade do Desterro, em 1876, é um dos melhores registros sobre a localização das chácaras da Praia de Fora no século XIX e algumas delas ainda persistem.

Além de relatos orais, textos impressos e outros mapas, essa cartografia, em especial, mostra o triângulo central da cidade dividido em dois distritos – a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro e a Freguesia de São Sebastião da Praia de Fora, o que denota a importância da igreja de S. Sebastião, próxima da *Casa de Chácara*.

A população registrada nessa planta refere-se a 8.608 habitantes, não distinguindo livres ou escravos, brancos ou negros. Os principais edifícios e logradouros são indicados por números ou letras. Também há indicação de pontes e córregos.

Fez-se um recorte desta planta (figura 102) (seções 01 e 02) destacando toda a extensão da Baía Norte. Ali, a última propriedade registrada a Nordeste em direção à Trindade é a de Alexandre Gaignette (s/n), à margem do “Caminho para atrás do Morro e Norte da Ilha”. Um curtume à beiramar e uma olaria estão situados próximos à “Estrada das Carreiras”. Além disso, estão representadas uma praia, a seguir, outra olaria e diversas projeções de construções. Arrimos ou muros parecem estar indicados na estrada em direção ao Forte de São Luís, onde deságua um córrego. A extensa projeção de uma olaria aparece na Rua de São Marcos

(44) (atual Altamiro Guimarães). A Rua de São Sebastião (45) segue com a sucessão de projeções de edifícios fronteiros a ela, sendo que uma ponte identificada sobre o Rio Carreirão (suposto) situa-se logo ao lado da sede da chácara de H. Gautier (81). Esse rio corta áreas que correspondiam às chácaras de André Carlos Ebel (77) e Ferdinand Hackradt (78), e ainda à *Casa de Chácara da Bocaiuva* (s/n) que pertencera a Manuel Moreira da Silva (claramente identificada pela projeção característica da planta em L). Esse rio prossegue para as cotas mais altas do triângulo central, havendo outra ponte, aproximadamente sobre a Rua Presidente Coutinho (entre a Rua Esteves Júnior e a Avenida Professor Othon Gama D’Eça). Observe-se que a Rua Presidente Coutinho já existia (ela era caminho entre chácaras, inclusive a de José Maria Branco (z’). Era cortada por dois córregos. Recebeu o nome do VicePresidente da Província, após a sua morte, em 1868).

A Rua de São Sebastião abre-se no largo de mesmo nome, fronteiro à igreja desse padroeiro. Ela segue paralela à Praia de Fora tendo à margem oeste o Largo da Rua do Senador Mafra (5) em frente à Rua do Senador Mafra (51), (atual Rua Esteves Júnior), que já contém diversas edificações lindas a ela, entre elas, as chácaras de João Vieira Pamplona (m’), de José Feliciano de Brito (n’), de Alexandre José de Souza Rainha (80) e de Joaquim José S^a Ramalho (74), esta última com acesso exclusivo para a Rua do Senador Mafra. A partir da Rua

⁸ Por: Aline Steinheuser. Eliane Veras da Veiga e Leonardo Bertoldi Borges.

do Senador Mafra, a Rua de São Sebastião passa a se chamar Rua de Sant'Anna (46), justamente em virtude de o Forte de Santana estar situado no fim desse caminho, num nível mais baixo, em frente ao Canal do Estreito.

Na planta de 1876, a Rua de Sant'Anna é provida de duas pontes, por ser cortada por mais dois riachos, um deles possivelmente na altura do atual Edifício Fontainebleau, na Rua Almirante Lamego, número 830, e o outro riacho segue quase paralelo à atual Rua Henrique Brüggemann. A Rua de Sant'Anna prossegue até cruzar com a Rua do Senado (10) e, em seguida, se prolonga numa sucessão de curvas suaves, paralelas às enseadas do Arataca e Rita Maria, indo ao encontro da Rua Vitorino Menezes (atual Rua Hoepcke) e da Rua do Príncipe (9) (atual Rua Conselheiro Mafra), onde finda.

A chácara de Hackradt

O detalhe da planta de 1876 (figura 103) apresenta a sede da propriedade de Ferdinand Hackradt (A), no terreno onde hoje se situa o Centro Empresarial Casa do Barão, anteriormente de propriedade da família Scheele e von Wangenheim. De acordo com Piazza (1985), o político brasileiro Fernando Hackradt Júnior foi vice-cônsul dos Países Baixos em Desterro e cônsul do Brasil em Dresden. Esse oficial da Imperial Ordem da Rosa era catariense, nascido em São Miguel da Terra Firme, em 1852. Morreu na Alemanha, Wiesbaden, em 1914. Era filho de Ferdinand Ernst Friedrich Hackradt e Maria Haendchen Hackradt. Foi Deputado da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina em três legislaturas, entre 1876 e 1887. Foi também Deputado da Assembleia Legislativa do Império na 20ª legislatura (1887-1889), filiado ao Partido Conservador.

O moinho de arroz de Hackradt e Ebel

Localizado na Praia de Fora, entre o Largo São Sebastião e a Avenida Professor Othon Gama D'Eça e defronte à Igreja de São Sebastião, junto ao mar (B), havia um moinho de vento, destinado ao beneficiamento de arroz, do qual Hackradt e Ebel eram sócios, em 1868. (Ao observar a Planta de 1876, consta apenas na legenda o número 79 como "engenho a vapor de secar arroz", sem indicação do nome correspondente ao proprietário. Não consta esse número impresso na planta, possivelmente uma falha de execução do desenho.) Segundo Reis, Oliveira e Klug (1999, p. 60-61), dessa sociedade com Ebel constavam um moinho de arroz e uma venda de fumo, à qual Hackradt acrescentou, em 1857, um estabelecimento comercial adquirido de Ulrich Haeberle. Ebel desligou-se da firma de Hackradt e fundou uma fábrica de artigos têxteis, com filial em Itajaí.

A antiga chácara de Ebel

A Rua Bocaiuva, atual número 60 corresponde provavelmente à projeção indicada na Planta Topográfica de Desterro, publicada em 1876, onde situava-se a chácara de André Carlos Ebel (C). Depois, foi a morada dos Hoepcke, a dos Molenda, a sede da Reitoria da UFSC, até ser adquirida pelo Exército, no século XX.

Segundo Reis, Oliveira e Klug (1999, p. 60-61), Ebel se associou a Ferdinand Ernst Friedrich Hackradt, alemão que anteriormente teve sociedade com Dr. Blumenau, com quem, em 1848, montou uma serraria e fundou o povoado que seria depois a cidade de Blumenau, no Vale do Itajaí. Posteriormente, desfeita a sociedade, Hackradt veio para Florianópolis,

então chamada Desterro, onde já residia, desde 1863, atuando nas atividades comerciais.

O terreno da chácara de Ebel é onde se situa atualmente a 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, desde 1973. Nesse mesmo terreno, existiu um palacete que pertenceu a Carl Franz Albert Hoepcke. Após a morte de Hoepcke, em 1924, a casa já pertencia a sua filha, Meta Luise Hoepcke, a qual passou a seus descendentes (de sobrenome Molenda). Essa casa foi incinerada e demolida, em 1930, devido à infestação de cupins, e uma nova foi construída com projeto de autoria do arquiteto Tom Traugott Wildi, um dos pioneiros profissionais da construção civil em Florianópolis. Entre 1962 e 1973, essa casa, de dois pavimentos e pórtico, pertenceu à Universidade Federal de Santa Catarina, que lá tinha instalada a Reitoria da UFSC. Também havia, no mesmo lote, parte do Curso de Engenharia, numa construção de madeira, apelidada de “casa do Tarzan”, por estar cercada por densa vegetação. Por fim, a área foi assumida pelo Exército e permanece como sede da Brigada Silva Paes. (Reis, Oliveira e Klug, 1999, p. 336).

As moradas dos Hoepcke e de outros alemães na Praia de Fora

Weineck, Hackradt, Zipser, Alperstedt, Franzke, Putzmann, Heldrunen, Oldisleben, Schillinger, Molenda, Comelli são alguns dos sobrenomes que se cruzam com a genealogia dos Hoepcke; alguns deles residiram na Praia de Fora. Mas sem dúvida o nome Carl Franz Albert Hoepcke é o destaque maior, por ter sido um pioneiro e grande empreendedor, responsável por um dos mais expressivos conglomerados empresariais do Sul do Brasil. Sua trajetória e obra se confundem com o próprio desenvolvimento do Estado de Santa

Catarina, destacadamente nas indústrias e na empresa de navegação.

Reis, Oliveira e Klug (1999, p. 333), em referência às propriedades dos Hoepcke na Praia de Fora, registram que foi ali que Carl Hoepcke “fincou raízes”. A primeira residência do casal Anna e Carl (antes de 1880) era na Rua Bocaiuva, 44 (correspondendo provavelmente, ao local do atual edifício *Solar de Kastelorizon*), na esquina com a atual Avenida Professor Othon Gama D’Eça, número 975 (D).

Carl Hoepcke comprou a propriedade (C) que havia sido de André Carlos Ebel (falecido em 1889), localizada na mesma rua, próximo à sua primeira moradia. Segundo Reis, Oliveira e Klug (1999, p. 335), “a bela mansão, situada no meio de imensa área verde, com muitas palmeiras, era das mais belas da cidade, com suas alamedas cheias de sombra e muita tranquilidade. [...] O local era um paraíso para a época”. Era cortado por um córrego – o “Rio Carreirão”. O riacho vinha por trás das chácaras da Rua do Passeio (atual Esteves Júnior) e corria para o Norte, em direção à Rua São Sebastião (hoje Bocaiuva), atravessava várias chácaras, inclusive a de Carl Hoepcke, chegando ao mar.

Observando a antiga planta de 1876, confirma-se que o “Rio Carreirão” vinha por trás das chácaras da Rua do Passeio (atual Esteves Júnior) e cortava a atual Rua Presidente Coutinho sob um pontilhão. Um pequeno trecho desse riacho, hoje muito poluído, ainda é visto a céu aberto, passando por detrás dos edifícios Presidente e Granemann (correspondendo estes dois à Avenida Professor Othon Gama D’Eça, 525 e 569, respectivamente).

Possivelmente o riacho passava também pela chácara de Marcos Antonio da Silva Mafra (o Senador Mafra), pois havia um caminho que atravessava do arrabalde do Mato Grosso até perto da então chamada “ponte da Rua da Praia de Fora”, e esta área de terras

junto à ponte foi determinada em 1846, pelo Presidente da Província que fosse desapropriada ou comprada de Silva Mafra. Posteriormente esse militar e político deu seu nome à Rua do Senador Mafra, que depois passou a chamar-se Rua Esteves Júnior.

No inventário de Carl Hoepcke, consta a descrição da sua propriedade na Rua Bocaiuva, indicando, entre seus vizinhos confrontantes, os herdeiros de Manuel José de Oliveira, proprietários da *Casa de Chácara da Bocaiuva* (E). Ainda: "... pelo lado oeste, Guilherme Busch e outros; lado leste, Carlos Hoepcke Júnior, Antonieta Mafra Caldeira, Antonio Tavares do Amaral, Elysio Di Bernardi, Max Hoepcke, Joaquim Romão Júnior, herdeiro de Cristóvão Nunes Pires e outros, tendo a casa de moradia duas portas e quatro janelas de frente, com diversos cômodos, e anexos garagem, estrebaria e cômodos para criados, uma casa construída para o jardineiro que dá para a Rua Presidente Coutinho...". (Reis, Oliveira e Klug, 1999, p. 96).

Quando Carl Hoepcke se instalou em Desterro, já havia diversos comerciantes estabelecidos, como Ulrich Haeberle, von Feuerbach, Johann David Dilleberger, Eduard Gottlieb Otto Horn, André Carlos Ebel, Ernesto Beck, Gustav Kirbach, Ernesto Vahl (cônsul do Império Austro-Húngaro) e Ferdinand Hackradt, alguns deles residindo na Praia de Fora. Ainda, registra-se na região as moradas de Riggerbach, Gustav Schwartz, Lídio Barbosa e Vidal Ramos. Outra residência importante na mesma quadra era a de Aderbal Ramos da Silva, genro de Hoepcke, a qual fica voltada para a atual Avenida Trompowsky, número 355.

A Praia de Fora foi, seguramente, o bairro de Desterro preferido pelas famílias de alemães que ali se estabeleceram, com suas chácaras, pequenas fábricas e oficinas e engenhos, além das requintadas residências, no século XIX e início do XX. "Ainda hoje, os mais

velhos habitantes do bairro recordam-se das conhecidas famílias que por lá moravam, criaram filhos e netos. Muitas famílias vão sumindo na história por falta de descendentes que mantenham o nome e assim vai-se perdendo, cada vez mais, a memória da cidade, dos bairros, das gentes que ajudaram a fazer Florianópolis". (REIS, OLIVEIRA E KLUG, 1999, p. 333).

A antiga chácara de Edmundo Luz Costa

Na Rua Bocaiuva, esquina com a Avenida Trompowsky (F), havia a chácara de Edmundo Luz Costa. Ali foi construída, em 1901, a residência do casal Carlos Hoepcke Júnior e Anna von Wangenheim. Depois de ter sido propriedade de Hans von Wangenheim (irmão de Dietrich – o Barão), passou aos seus sobrinhos, Aldo e Udo von Wangenheim. (REIS, OLIVEIRA E KLUG, 1999, p. 337). Hoje pertence a Marina e Henrique Lins von Wangenheim e ainda é uma das mais belas moradas que inaugurou a modernidade nas residências de Florianópolis.

Outras moradas e chácaras na Praia de Fora

Segundo Reis, Oliveira e Klug (1999, p. 96) o nome de Ulrich Haeberle, originário de Württemberg, chegou ao Brasil em 1824, com uma tropa de mercenários alemães contratados pelo major Georg von Schaeffer, e esteve associado ao período escravocrata. "Era um rico senhor de muitos escravos. Por problemas financeiros, passou a residir na casa de André Carlos Ebel, vindo a falecer totalmente empobrecido". Os mesmos autores destacam, numa fase mais recente, que o comerciante Feuerbach, possuía uma padaria e uma venda na Praia de Fora, onde também tinha sua residência,

mandada construir com traços do castelo de sua família na Baviera. O “castelo de Feuerbach” foi depois residência da família Katcipis, que lá morou até sua demolição.

Outros autores como Renato Barbosa, que inclusive também residiu na Rua Bocaiuva, numa casa já demolida, dão testemunhos sobre a passagem do tempo na Praia de Fora. Ele escreve as suas memórias no livro *O Garoto e a Cidade* e comenta sobre as chácaras dos Vilela, dos Vinhas, dos Silveira e sobre a beleza das residências dos Hoepcke nos anos 1920. Refere-se a essa chácara “coalhada de imensos e arroxeados volumes de sombra, situada à Praia de Fora, cortada, mais tarde, pela abertura da Avenida Trompowsky, onde o Boaventura Vinhas, elegantíssimo e correto, e que sempre se constituía numa das figuras centrais das atenções femininas, destacava-se nas festas magníficas, realizadas naquela antiga mansão dos seus”.

Também da Rua Bocaiuva até metade da Rua Alves de Brito estendia-se outra chácara (G), com jardim, pomar e horta, que Elízio Martins Silveira (Advogado e Secretário do Serviço de Povoamento, por volta de 1890) adquiriu de Zeca Vilela para ali construir a sua residência, o seu “solar”, como dizia.

A casa de Elízio é descrita por Barbosa (1979, p. 59-62) como “excelente chácara” localizada na Rua Bocaiuva, esquina da Alves de Brito, e tida como “das mais confortáveis da cidade”. A casa, para “agasalhar mulher, nove filhos, cunhadas e tias solteiras e sobrinhos órfãos, vivendo a expensas suas, dispunha de onze quartos, distribuídos pelos dois pavimentos”. Diz ainda que Elízio “... não tinha tempo para gozar de férias, ou licença, de sorte que, ao terminar sua bela mansão na Bocaiuva, estava esgotado”.

Vale observar que na Planta Topográfica da Cidade do Desterro, datada de 1876,

consta a chácara de Virgílio Vilela. Provavelmente trata-se do Coronel Virgílio José Vilela (ou Zeca Vilela), Deputado da Assembleia Provincial (1888/1889), que era filho de Floriano José Vilela e Joana Bueno Vilela.

Também foram localizados, numa planta datada de 13 de janeiro de 1933, lotes na encosta do morro, entre o Arataca e o Rita Maria, abaixo do cemitério (desativado em 1925) e o último alcançava a Rua Hoepcke (registrada na planta como Duarte Schutel). Esses lotes variavam entre 7 e 50 mil m². Pertenciam a Estefano Kotzias, à viúva Müller, a Hoepcke e Cia. (2 lotes), aos herdeiros de Nunes Pires, a Cantalício de Araujo Roslindo e a Heloiza Nunes Pires (2 lotes).

Fritz Müller na Praia de Fora

Na Praia de Fora, em uma casa pequena e simples, residiu o famoso pesquisador Fritz Müller (Johann Friedrich Theodor Müller) durante o tempo em que viveu em Desterro. Segundo a historiadora Ana Maria Ludwig Moraes (2018), esse intelectual e pesquisador nato utilizou o tempo de que dispunha para andar pelo litoral e possivelmente pelas areias da Praia de Fora, observando a vida marinha e dando continuidade a pesquisas iniciadas ainda na Alemanha. Mais tarde, a partir desses estudos, em 1864, ele comprovou a Teoria da Evolução das Espécies, de Charles Darwin, tornando-se internacionalmente conhecido.

Em 19 de maio 1852, Fritz Müller, sua esposa e a filha de um ano de idade imigraram da Alemanha para o Brasil, indo morar em Blumenau. Vieram para a Capital, Desterro, em 1856, a convite do Presidente da Província João José Coutinho. Em 1857, Fritz foi professor de Matemática, Física e Química no Liceu Provincial, cujo prédio existiu na Chácara do Mato Grosso (onde hoje está a Praça

Getúlio Vargas). Em 1864, o Liceu Provincial fechou. No seu lugar, no mesmo prédio e no mesmo ano, fundou-se o Colégio Santíssimo Salvador, entregue aos jesuítas. Fritz Müller, professor concursado e ateu, ficou apenas com disciplinas avulsas e poucos alunos, e quatro anos depois, solicitou à Assembleia Provincial seu aproveitamento como pesquisador da flora catarinense, o que lhe permitiu voltar para Blumenau. Em 1874, retornou a Desterro para assumir atividades no então Ateneu Provincial. Desligou-se como funcionário concursado da Província, em 1876. No período em que lecionou em Desterro, Fritz Müller teve inúmeros admiradores, inclusive ilustres, como dois Presidentes da Província: Gama Rosa (que estimulou o movimento literário Ideia Nova, reunindo a elite intelectual catarinense) e João José Coutinho, que assistia a aulas de Fritz Müller e lhe proporcionou meios para desenvolver suas atividades, como a criação de um pequeno jardim botânico.

O poeta Cruz e Sousa, morador do Largo de São Sebastião

Várzea (1923, p. 3) registrou que o grande poeta simbolista, seu amigo Cruz e Sousa, morou na Praia de Fora:

"O bairro mais pitoresco e fidalgo de Florianópolis – num largo que abre para o mar, onde há uma ponte sobre um ribeirão, ou riacho que vem por um vale costeando entre colinas, e que tem ao fundo, sobre um pequeno outeiro arborizado, a capelinha de São Sebastião. Nesse largo, fechado junto ao mar por duas vivendas fidalgas de ricos negociantes alemães e atravessando pela Rua Quintino Bocayuva, ficava, além da ponte a 'meia-água' rústica (H) desse meu queri-

do e ilustre companheiro de infância e de letras.

Ali, pela tarde, quase diariamente, Carvalho, Santos Lostarda, Carlos de Faria (belo poeta que morreu muito moço na Laguna) e Araújo Figueiredo, em palestras e leituras literárias inolvidáveis.

Era à sombra de uma grande árvore que à margem daquele riacho se debruçava alegremente e que, uma vez fechando o pequeno desagudouro ou embocadura, pela época das marés baixas ou pequenas marés espalhava n'água em comum a sua larga fronte rendilhada, que dançava e zoeirava no vento.

Os que passavam olhavam-nos curiosamente, pasmos da nossa algazarra incessante, dentre a qual subiam para o céu, em esfuziadas, como flechas de ouro ou foguetes de gala, os nomes dos prosadores e poetas que mais amávamos e nos eram supremos guias – Flaubert, Zola, Eça, Ramalho, Guerra Junqueiro, Anthero de Quental, Macedo Papança, Oliveira Martins e outros, em Portugal.

O público ficou chamando, desde então, a tal árvore, para assinalar convenientemente ou, quem sabe? pejorativamente – a 'Árvore dos Poetas'.

Ela deve ainda lá estar, enxameada de pássaros, batida de sol, a espelhar-se no seu ribeiro querido, já esquecida, talvez, do estudioso grupo de juvenis sonhadores e poetas que tanto e tanto amaram, e que hoje, já velhos e desiludidos de tudo, morto o seu companheiro adorado, o grande Poeta Negro, só a vêm pela imaginação, pela lembrança branca através a névoa da sua saudade".⁹

⁹ João da Cruz e Sousa (1861-1885) morou com seus pais e irmão na casa do Coronel Guilherme Xavier de Sousa, em Desterro. Sua mãe era liberta, e o pai foi alforriado pelo Coronel em 1864.

A descrição de Várzea sobre a região onde Cruz e Sousa morou, na Praia de Fora refere-se a “duas vivendas fidalgas de ricos negociantes alemães” que fechavam o Largo junto ao mar. Entretanto, sabe-se que o terreno daquele largo foi ocupado a partir de 1856 para a construção da Capela de São Sebastião. Para isso, pelo menos quatro cidadãos doaram terrenos: o Deputado José Maria da Luz tinha “uma porção de terreno na Rua da Praia de Fora em frente ao mar”; o terreno contíguo ao seu era de José Maria Pinto; já os senhores José da Silva Paranhos e João Moreira da Silva tinham porções de terrenos em frente ao sítio da futura capela. Fica, portanto, imprecisa a identificação dos lotes e das propriedades naquele trecho da rua, na época em que Cruz e Sousa e seus pais residiram no local. O fato é que após a morte do Marechal Guilherme, em 1870, os pais de Cruz e Sousa, que trabalhavam para o Marechal, construíram a sua própria casa na Praia de Fora, graças a algum recurso que haviam reunido e aos ofícios de pedreiro e construtor que seu pai exercia.

O jovem poeta Cruz e Sousa trabalhou em arquivos e jornais, viajou com companhia teatral, conviveu com intelectuais de várias regiões do país e interagiu com moradores ilus-

Em 1876, aos 15 anos, João, que recebeu educação refinada e o sobrenome do então Marechal, concluiu o curso no Ateneu Provincial. Aluno exemplar, aprendeu inglês, francês, latim, grego e ciência. Cruz e Sousa inseriu-se na vida literária e cultural aos 20 anos, fundando com Virgílio Várzea e Santos Lostada, em Santa Catarina, o jornal semanal Colombo, periódico crítico e literário de viés parnasiano. Participou do grupo Ideia Nova. Notabilizou-se como grande poeta simbolista, destacando-se entre outros literatos de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com quem conviveu e teve amizade. Em 1881, ele dirigiu o jornal Tribuna Popular, no qual combateu a escravidão e o preconceito racial. Ele partiu para o Rio de Janeiro, em 1882, aos 21 anos, contratado por uma companhia teatral, na função de secretário da companhia. Por dois anos, João circulou por diversas províncias do Império. Retornou a Desterro. Em 1885, lançou o primeiro livro, Tropos e Fantasias, em parceria com Virgílio Várzea. Dirigiu e foi redator do jornal O Moleque, de viés crítico, contrário ao discurso conservador da época. Colaborou no jornal republicano e abolicionista Tribuna Popular, a mais notável folha catarinense do período. (SANTA AFRO CATARINA, 2018).

tres da Praia de Fora, como Duarte Schutel e José Artur Boiteux, republicanos e positivistas, que, por longo tempo, participaram da vida intelectual catarinense. (CASA DO BRUXO, 2018).

Como professor, Cruz e Sousa deu aulas particulares e também organizou um curso noturno para adultos, que mantinha em casa. Muitas vezes, Cruz e Sousa caminhou da Praia de Fora até o mercado ou a tipografia do suíço-alemão Dr. Schuttel, onde se imprimia seu jornal liberal, que acolheu muitos versos do poeta. Em 1880, dedicou alguns deles a José Artur Boiteux.

A mãe de Cruz e Sousa, Dona Clarinda Fagundes, viveu até 1891, e seu pai, Guilherme, até 1896. É possível que seus pais tenham permanecido, portanto, na casa da Praia de Fora entre 1875 e 1896 (aproximadamente), embora em 1890, Cruz e Sousa tenha se mudado para o Rio de Janeiro.

Referenciais arquitetônicos da Rua Bocaiuva e ícones históricos da Praia de Fora

A Rua Bocaiuva começa na esquina com a Avenida Mauro Ramos e termina na Praça Esteves Júnior, de onde continua, até os altos da Rua Felipe Schmidt, com o nome de Almirante Lamego. No sentido oposto, em direção à Agrônômica, a Rua adota o nome Heitor Luz, depois, Frei Caneca e por fim, Rui Barbosa.

A partir de 1988, ocorreu em Florianópolis a renumeração imobiliária, que alterou todos os endereços, por meio da Lei n. 3.173/1988 e da Lei Complementar n. 3.697/1992. Segundo o setor de cadastro do IPUF, responsável por coordenar esse ajuste, em 1997, os imóveis da Rua Bocaiuva já assumiam a nova correspondência numérica.

No trajeto da antiga Rua da Praia de Fora, entre a Avenida Trompowsky e a Rua Esteves Júnior, estão presentes testemunhos im-

portantes da memória: a Igreja de São Sebastião, a requintada propriedade da família von Wangenheim, a sede da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada – antiga Chácara Molenda, a *Casa de Chácara da Bocaiuva* – restaurada em 2018 – e a Casa do Barão, conjunto arquitetônico que tem acesso também pela Avenida Gama D’Eça, bem como o chalé da família Silveira.

Esses locais e edificações estão entre os referenciais históricos resistentes às mudanças na paisagem dessa rua, que já teve nome de santos (figura 104). São Sebastião, nome da igreja construída no fundo do Largo, e Santana, por ser caminho em direção ao Forte que guarnece a parte mais estreita do canal Ilha-Continente. Um percurso por esse eixo histórico permite reconhecer as persistências da memória cultural e afetiva de uma coletividade, onde vale, sem dúvida, o pensamento de Maurice Halbuschs: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”.

Forte de Santana

O Forte de Santana do Estreito (1) deu nome à Rua Almirante Lamego (antiga Rua de Santana, ou de Sant’Anna, derivada da grafia antiga do nome do forte). Hoje ele tem acesso pela Avenida Beira-Mar Norte, sob a Ponte Hercílio Luz, Centro de Florianópolis. Foi construído entre 1761 e 1765, pelo Engenheiro Militar José Custódio de Sá e Faria, um dos mais destacados e controversos personagens das fortificações catarinenses, autor e construtor também do Forte de São Francisco Xavier (1761-1765), que existiu na Praia de Fora.

Como a Ilha de Santa Catarina e o Continente fronteiro estão separados por um estreito de mar de apenas 400 metros, apro-

ximadamente, o objetivo do Forte de Santana era cruzar fogos com o Forte de São João, construído no lado continental (do qual restam hoje apenas ruínas). O nome Estreito, que hoje denomina o bairro continental do Município de Florianópolis, era, no século XVIII, atribuído à região da Ilha onde o Forte foi construído, por ficar justamente em frente a um canal estreito.

O Forte de Santana preserva suas formas originais. Na fachada, destacam-se o ritmo e a proporção das aberturas com molduras de pedra, alternando vergas retas e em arco abatido. Percebe-se também a preocupação em identificar modestamente, a entrada do Forte através de uma portada de granito. A delicada inclinação do telhado reproduz um aspecto da arquitetura oriental.

Santana foi erguido sobre um único terraplano. Abrigou inicialmente 10 canhões, sendo seis de ferro e quatro de bronze. O projeto original compreende um conjunto de edificações térreas e lineares que se abrem para o pátio: Quartel da Tropa, Paiol da Pólvora, Casa da Palamenta, Casa do Comandante, Portada, Cozinha e uma única guarita de vigia num dos vértices da muralha. Originalmente, o Forte possuía os parapeitos das grossas muralhas em formato de pentágono irregular sem canhoneiras. Os recortes dentados foram abertos em 1893, para possibilitar o emprego dos canhões Krupp, que eram montados sobre reparos mais baixos.

Ao longo do tempo, passou por vários usos e reformas, até sua restauração definitiva em 1969, que lhe devolveu as formas originais. Um episódio marcante de sua história ocorreu em 1893, por ocasião da Revolução Federalista, quando trocou tiros com a esquadra rebelde. Em 1938, foi tombado como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, abrigando, desde 1975, o Museu de Armas da Polícia Militar de Santa Catarina.

Forno de Lixo

Ao contornar a Almirante Lamego, paralela à Rua Jornalista Assis Chateaubriand, em direção à Ponte Hercílio Luz, deve-se prestar atenção na ponta de uma chaminé de tijolos que se destaca entre a vegetação. Trata-se de um símbolo do patrimônio da arqueologia industrial, um marco quase esquecido da memória do saneamento da Capital. Esse galpão foi construído em 1907, na Rua Almirante Lamego, no seu trecho final, próximo à ponte Hercílio Luz. Atualmente, funciona no local uma entidade filantrópica, o Grupo Integrado de Obras Sociais (GIOS), e o acesso, ainda precário, se dá pela Rua Almirante Lamego. É difícil imaginarmos que algumas décadas atrás, Florianópolis tinha seus resíduos recolhidos por carrocinhas puxadas a burro.

Diariamente elas faziam seu costumeiro itinerário pelas pacatas ruas da cidade, recolhendo o lixo e conduzindo-o para um galpão de dois pavimentos, onde ele era descarregado em alçapões, indo direto para as duas câmaras de combustão no térreo. O prédio, a longa chaminé e as câmaras de combustão, construídas com tecnologia italiana para suportar altas temperaturas, ainda existem. O Forno de Lixo (2) foi oficialmente desativado em 1958, com o início do aterro sanitário no Bairro do Itacorubi, mas funcionou ainda precariamente até o início dos anos 1960.

Apesar do sistema de coleta existente, lançar lixo em lugares impróprios já era prática antiga, como mostra uma curiosa notícia publicada pelo jornal *O Estado*, em 17 de fevereiro de 1925: “A Travessa Triunfo, à Praia de Fora, está carecendo de uma capinação urgente, tal a abundância de mato que ali vegeta. O despejo é tal, que os moradores da dita travessa entendem lançar à rua objetos imprestáveis, como uma cama velha que há muito ali perma-

nece, arrimada a um muro, atestando o desca-so dos senhores fiscais...”.

A antiga Inspetoria de Rios e Portos Navegáveis da Capitania de Santa Catarina

A construção imponente, com uma face voltada para a Avenida Rubens de Arruda Ramos e outra para a Rua Almirante Lamego, ocupando quase toda a pequena quadra, foi construída em 1897 para sediar os escritórios dos Serviços de Engenharia de Rios e Portos de Santa Catarina (3). Tinha as funções de regular o corte de madeiras na Ilha e no litoral da Província, controlar o porto e o suprimento dos navios, cuidar da construção de pontes e atracadouros, coordenar a fiscalização da navegação costeira, fazer observações meteorológicas e o levantamento marítimo da costa e dos rios catarinenses e, ainda, desenvolver projetos topográficos e de engenharia. Abrigou, até a década de 1980, um expressivo conjunto de relatórios sobre as condições de circulação nas águas catarinenses, apontando as condições de batimetria e a necessidade de dragagem, entre outras obras.

Num trapiche, junto a esse prédio histórico que ficava rente à praia, atracaram as dragas, do canal do antigo Porto de Florianópolis (desativado no fim da década de 1960). Construído na época em que o Porto de Florianópolis era mola propulsora do desenvolvimento econômico do Estado, o prédio foi tombado em 1992. Ele conservou o aspecto exterior de inspiração neoclássica e é o único testemunho físico da existência da Praia do Müller, emprestando uma nota histórica à Rua Almirante Lamego e à atual Avenida Beira-Mar. Curiosa é a descrição de Virgílio Várzea (1985, p. 74-75) ao tempo da sua criação:

“... a comissão de melhoramentos do

porto, que trabalha sob a direção competente do engenheiro Dr. Fausto de Sousa [...] dispõe, para os reparos de todo o material flutuante, de uma pequena mas bem montada oficina, funcionando conjuntamente com o escritório em um próprio federal, novo e de moderna construção, sito no arrabalde da Praia de Fora, à Rua Almirante Lamego”.

A oficina que havia no interior do prédio possuía: “... 1 motor a vapor, 2 tornos, 2 aparelhos de furar, 1 de aplainar, 1 de atarraxar, 1 serra circular, 1 forno para fundição de ferro, 1 dito para fundição de bronze, 2 forjas e grande quantidade de outros pequenos instrumentos”.

O prédio dá fundos para o mar: “... sobre a linha do cais de onde parte *um trapiche de 50 m de longo*, com trilhos e vagonetes para o embarque e desembarque de peças de ferro ou volumes, e destinado ao serviço das embarcações. Nesse trapiche acha-se colocado o marégrafo”.

Forte de São Francisco Xavier

Na Praça Esteves Júnior existiu o antigo Forte de São Francisco Xavier (4), hoje assinalado pela presença de dois canhões e uma placa. As Baías Norte e Sul foram ancoradouros cobiçados por navegadores, desde o século XVI, sendo que o marco mais significativo dessa importância é o conjunto de quatro grandes fortalezas que guarnecem os canais de acesso às baías Norte: Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Rationes; e Sul: Nossa Senhora da Conceição, construídas entre 1738 e 1744. Porém, tentando proteger a Vila Capital de eventuais ataques piratas, contrabandistas ou invasores, a Coroa Portuguesa mandou construir outras defesas, pequenos fortins, para o fortalecimento da borda insular Norte e Sul do centro da Vila de Nossa Senhora do Desterro. Dois deles não

foram os únicos, mas sim os mais expressivos dentre as pequenas baterias instaladas na Praia de Fora: o de São Francisco Xavier e o Forte de São Luís. Eles estimularam a consolidação dos primeiros acessos terrestres à Praia de Fora, pelas Ruas Altamiro Guimarães, Esteves Júnior e Bocaiuva.

O de São Francisco foi projetado pelo Engenheiro Militar José Custódio Sá e Faria, figura bastante conhecida na história militar do Sul do Brasil. Também é dele a autoria do Forte de Sant’Anna (1761-1763), hoje apenas de Santana, próximo à Ponte Hercílio Luz, o qual deu nome à Rua Almirante Lamego. A planta do pequeno baluarte São Francisco, construído entre 1761 e 1765, era uma poligonal irregular. Típica muralha de cinco pontas, a face curva era voltada para o mar, e um portão era voltado para a terra. Pela sua portada, através de um corredor abobadado, alcançava-se o pátio central, onde estavam localizados os edifícios da fortificação: Quartel dos Soldados, Paiol da Pólvora, Quartel dos Oficiais e Cozinha. Contornando esse pátio central, numa plataforma elevada, acessada por um único lance de escadas, encontravam-se as baterias de canhões.

Segundo Veiga (2010, p. 309), o Forte desapareceu em 1841, sendo leiloado, em 31 de agosto, por um custo inferior ao valor da cantaria de seus portões. No terreno, a municipalidade traçou uma praça, por volta de 1862, atendendo à antiga reivindicação do povo, que criticava a ausência de qualquer árvore nas proximidades. Chamada na época de Praça Lauro Müller, hoje a Praça Esteves Júnior localiza-se exatamente no eixo do final do caminho da Rua Formosa (depois, Rua do Passeio e do Senador Mafra; hoje Esteves Júnior), que ia dar na Praia de Fora – junto ao batente do mar – no chamado “Porto da Praia de Fora”, mais tarde, dotado de um trapiche onde atracavam muitas lanchas. Esse eixo era a direção mais

curta para o centro da cidade.

A pracinha foi descrita por Virgílio Várzea, em 1900: “[...] em frente à Rua Esteves Júnior, chamada outrora Formosa. Posto que pequeno, é esse sítio um dos mais pitorescos da cidade, não só pelo bairro onde se acha, como pelo seu elegante jardim, de estreitas Ruas areadas e minúsculos canteiros verdejantes. Cercado de um gradil em retângulo, como o do Largo Quinze de Novembro, torna-se, como este, aos domingos e feriados um belo ponto de distração”.

Ali está o busto de Esteves Júnior, o que levou à mudança de nome para Praça Esteves Júnior. E Lauro Müller, o antigo agraciado, teve seu nome associado a outra praça, localizada em frente ao atual *Hotel Majestic*, onde se encontra sua estátua.

O Forte de São Francisco teve 19 canhões, todos suprimidos após 1777; foi novamente armado, mas todos os canhões se perderam com o tempo. Um foi desenterrado, entre 1970 e 1975, durante obras nas imediações da praça (talvez tenha pertencido a uma das baterias menores daquela praia). Ele foi levado para o Departamento de Botânica e, depois, para outro forte (o de Santana ou o de Ratonés). Entre 1998 e 1999, durante obras promovidas pela Companhia de Águas e Saneamento (CASAN), no entorno da Praça Esteves Júnior, foram localizados mais canhões. Um deles teria sido enterrado de pé nesse local, em 1907, servindo para amarrar barcos, ou as rédeas dos cavalos, e ali foi esquecido. Outros dois “estavam um sobre o outro e com as duas bocas apontadas para sentidos inversos”, descreveu a repórter Lara de Lima, do jornal *A Notícia*. Dois deles foram incorporados ao jardim da Praça Esteves Júnior, inclusive com uma placa indicativa da história do forte, um trabalho de Educação Patrimonial, parceria entre a Secretaria Municipal de Obras e a Funda-

ção Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes. O outro canhão foi exposto no pátio do antigo Forte de Santa Bárbara (atual Museu Naval), onde permanece. Esses achados indicam que uma pesquisa arqueológica nessa área poderia evidenciar muito mais sobre a história dessa pequena fortificação e conscientizar sobre o valor do patrimônio cultural.

Bar de Agapito Katcipis

Na esquina da Rua Esteves Júnior com a Bocaiuva, justamente onde essa rua passa a se chamar Almirante Lamego, há, de um lado, um conjunto de pequenas casas geminadas, térreas e de fachadas ecléticas, e, do outro, o casarão que ficou conhecido por *Bar Katcipis*, ou Bar do Agapito (5). Esse foi um personagem lendário da região da Praia de Fora, que comandou por mais de 40 anos o bar que fora aberto em 1923 pelo seu pai, o imigrante grego Anastácio Katcipis. Agapito arrendou o bar em 1979, mantendo-o em funcionamento até 1990, quando fechou.

Segundo Caldas Filho (2006), o estabelecimento nasceu como loja de secos e molhados (com o nome de *Casa Venizellos*) e boteco (*Bar Náutico*), administrados por Anastácio e pelo irmão Antônio Katcipis, gregos da ilha de Kastelorizon que vieram para o Brasil em 1911, fixando-se no Rio de Janeiro e se mudando para o Sul, depois da morte de um terceiro irmão, Agapito, em 1917. Para várias gerações de frequentadores, o *Katcipis* foi o mais duradouro e antigo bar da cidade e também o mais tradicional ponto de encontro e de venda de aperitivos da Capital, como registraram na imprensa Carlos Damião e Paulo Clóvis Schmitz (2017), homenageando o carismático Agapito, que faleceu em 2017, aos 89 anos.

A sequência de portas distribuídas nas duas fachadas do casarão de esquina favore-

cia a entrada de todos – trabalhadores, intelectuais, artistas, empresários, professores e políticos. Em diferentes épocas, passaram por ali figuras como Nereu Ramos, Jorge Lacerda, Adolfo Konder, Aderbal Ramos da Silva, Leoberto Leal, Rubens de Arruda Ramos, Martinho de Haro, Meyer Filho, Salim Miguel, Oswaldo Rodrigues Cabral, José Malusale Comelli, Antônio Bulcão Viana, Delfim Peixoto Filho e Esperidião Amin. Também estudantes do Colégio Catarinense, localizado na vizinhança, ali chegavam para comprar refrigerantes e salgados.

Raul Caldas rememora os tempos do *Bar Katcipis* e da figura carismática de Agapito, um dos dez filhos de Anastácio, que, em 1940, aos 12 anos de idade, passou a trabalhar ali:

“Durante quase quatro décadas, ele usou seu temperamento franco para administrar a índole nem sempre pacífica dos frequentadores, aguentando o barulho, as altercações sobre política e os fregueses que não faziam menção de ir embora, achando que podiam beber até de manhã. [...] Ele anotava os pedidos e as contas dos clientes em papel rústico de pacotes de cigarros e nunca esquecia as dívidas que alguém eventualmente fingisse ignorar. [...] A cidade era uma vila e andávamos à noite por ruas calmas sem receio algum”, refere-se ele, sobre a Bocaiuva e a Trompowsky. “O bar reunia gente de todas as tribos”, ressalta. “As discussões políticas envolviam até mesmo gente que não dominava o assunto. E, para melhorar, o Agapito era um grande gozador”.

Segundo Schmitz, (2016) “[...] quando a casa estava lotada, os mais descolados abriam mão das mesas do bar, sentavam-se sobre os sacos de feijão da venda anexa e gritavam para o atendente Agapito, filho do proprietário: ‘Anota aí mais uma cerveja com linguiça’. A bebida era a mais gelada da cidade, na avaliação de bebedores de todos os calibres, e o salame costumava vir dentro de um

apetitoso pão de trigo. [...] O bar atravessou mais de seis décadas e marcou época como ponto de parada de incontáveis ilhéus de boa cepa”.

Preservou-se em 1986 o casarão e toda a esquina da Rua Esteves Júnior com o seu tombamento como patrimônio cultural da cidade. E o índice construtivo do seu terreno foi acrescido ao edifício de apartamentos que envolve o casarão, onde funciona hoje a *Padaria Padoka*, que mantém o volume externo, o telhado típico, as aberturas e duas fachadas voltadas para as ruas.

Colégio Catarinense

O antigo Colégio dos Jesuítas (6) em Florianópolis constitui, ao lado de alguns prédios de destaque levantados no início do século XX, matriz arquitetônica das obras de porte em Florianópolis. O terreno que ele ocupa era propriedade do Governador Vidal Ramos, que o doou, em 1905, para o estabelecimento desta instituição de ensino, criada nos moldes do Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro. A aprovação do projeto ocorreu em 1924 e em 1942 passou a chamar-se Colégio Catarinense. Aos poucos, os padres adquiriram toda a área onde ainda está, na Rua Esteves Júnior, com face e acesso também para a Rua Almirante Lamego. O conjunto colégio e igreja é tombado como patrimônio histórico da Capital. Testemunha da resistência à mutação da paisagem que acontece à sua volta, era visualizado de vários pontos da Praia de Fora, até os anos de 1960. Atualmente, estudam no Colégio Catarinense 2718 alunos, nos diferentes ciclos de ensino. A movimentação dos jovens no ir e vir do colégio ainda é rotineira nas imediações da Rua Almirante Lamego e da Rua Bocaiuva, em frente à *Casa de Chácara*.

Centro Educacional Menino Jesus

O acesso pela Rua Bocaiuva identifica o *Menino Jesus*, que se tornou conhecido por mais de quatro décadas como “Coleginho” (7). A escola católica mantida pelas irmãs franciscanas de São José é, há quase meio século, um referencial importante no bairro. A partir de 1998, passou a identificar-se mais como CEMJ (Centro Educacional Menino Jesus). Oferece ensino regular, de berçário até o 9º ano do Ensino Fundamental. Com o tempo, o CEMJ se expandiu e seu terreno alcança a Rua Bocaiuva e mesmo o Largo de São Sebastião.

Essa tradicional escola católica de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Florianópolis pertence às Irmãs Franciscanas de São José, congregação fundada na Alemanha, em 1867. Em 1955, as irmãs Madre Ancilla e Madre Chantal compraram uma casa, voltada para a Rua Bocaiuva. Essa foi a primeira residência das irmãs em Florianópolis, onde começaram a dar aulas particulares, sendo a casa demolida em 1973. Desde então, mudou bastante a paisagem da quadra. Roseli Maria de Souza Mosimann recorda: *“em 1956, ou 1957, eu tive aula particular com Madre Chantal, numa casa antiga, pequena, localizada bem em frente à sorveteria Cocota. Esta casa, segundo lembro, pertenceu à família Dornbuch; ao lado morou Delfim Peixoto”*.

Em 1958, foi inaugurado o primeiro prédio da escola, que recebeu o nome de Menino Jesus, referência ao Menino Jesus de Praga. Em 1965, após a aquisição de outros imóveis, a escola aumentou sua estrutura física. A grande mudança foi em 1999, com a construção do prédio de quatro andares, voltado para a Rua Bocaiuva. Outro destaque é o Memorial do CEMJ. A “Casa Tombada”, na Rua Esteves Júnior, 696, assim chamada carinhosamente pela comunidade escolar, desde a sua restauração

em 1999. Ela já foi residência da antiga Rua do Passeio e integra o conjunto histórico constituído por edificações do início do século XX, próximas da esquina com a Rua Bocaiuva. São todas térreas, geminadas, tombadas pela Lei n. 1202/1974 e pelo Decreto n. 270/1986, e hoje têm uso comercial. Também o centenário Colégio Catarinense e sua igreja fazem parte desse conjunto tombado.

Capela de São Sebastião

Essa capela (8) foi o primeiro templo católico construído fora do centro da Cidade do Desterro. Devoção portuguesa antiga, São Sebastião, o santo protetor dos doentes, foi padroeiro de uma infinidade de bairros, vilas e cidades do Brasil. Segundo Wehling (2013, p. 60-62), São Sebastião é além de padroeiro da cidade do Rio de Janeiro, desde a sua fundação, em 1565, também de localidades mineiras e inclusive foi o santo mais venerado na região do Contestato, em Santa Catarina. Sua imagem como um jovem martirizado, crivado de setas, está presente em altares domésticos brasileiros há muito tempo, bem como, em altares da Umbanda carioca e do Xangô pernambucano.

Na época em que a Capela de São Sebastião da Praia de Fora foi construída, a Cidade do Desterro assistia ao declínio do trabalho escravo e também a um período tenebroso, em que o seu porto, ao Sul do Atlântico, era destino fácil das doenças epidêmicas. A maior ameaça de contágio era proveniente daqueles desembarcados dos navios. Assim, as epidemias eram as grandes e constantes ameaças temidas por todos os que residiam em cidades portuárias.

As doenças mais devastadoras na primeira metade do século XIX foram o sarampo, a tifo, a malária e a varíola. No início dos anos 1850, a febre amarela que se abateu sobre a Ilha, levou à morte oito professores da escola

dos padres jesuítas, a qual praticamente fechou as portas. Em 1855, o brigue hamburguês Charles Ross atracou próximo à fortaleza de Santa Cruz com a suspeita de febre amarela.

A higiene pública era reforçada mediante a campanha de caiação das casas, uma política empregada em várias províncias do Império. O Secretário de Polícia, em 1855, chegou a sugerir aos Vereadores que a Câmara criasse uma postura obrigando a todos a caiarem suas casas por dentro e por fora, e ainda, que autorizasse as visitas domiciliares, a fim de verificar o asseio das moradias. Em 1856, fez-se uma “linha de quarentena” entre as fortalezas para conter as embarcações vindas das regiões onde ocorria o cólera. As doenças geravam pavor entre as populações civis e militares. Apesar das tentativas higienistas da época, muitos preferiam tratar-se em casa a “misturar-se a presos, escravos, soldados ou pobretões”, o que era considerado ainda mais arriscado, registrou Cabral (1972).

A divisão da cidade em sete distritos sanitários foi outra medida, ato administrativo divulgado pelo jornal *O Despertador*, em 12 de janeiro de 1866, para evitar uma epidemia de cólera. O 7º Distrito incluía “a Rua Formosa [atual Esteves Júnior] e a de São Sebastião, desde o Estreito, até a Pedra Grande”.

Segundo Balz (2008), em 1880, as doenças mais citadas nos relatórios oficiais do Governo de Santa Catarina referem-se à febre amarela, também à varíola e à cólera. A situação era muito alarmante. A canhoneira italiana Seyla, vinda do Rio de Janeiro, com uma suspeita de caso de febre amarela a bordo, foi negligenciada, e a consequência veio em 1881, com o registro de 230 casos de febre amarela e 41 mortes. Em 1882, foram 81 os casos de varíola, com 10 falecidos. Na ausência de ondas epidêmicas, os lazaretos (isolamentos para os doentes) fechavam. Em caso

de novas epidemias, eram reabertos nas fortalezas e reequipavam-se essas enfermarias em constante clima de tensão. De acordo com Cabral (1979, p. 208), o surto de 1884 foi muito violento. Enterravam-se os mortos à noite para evitar pânico. As ameaças podiam vir de longe: em 1885, era o “*chólera mórbus*” em Valência, na Espanha; depois, em Marselha e Toulon, na França; e ainda em Parma, Palermo e Sicília, na Itália. Exigia-se que esses navios fizessem a quarentena no Rio de Janeiro. Mas ainda assim havia riscos. Em 1886, ocorreram 81 mortes por febre infecciosa em Desterro. O controle das doenças foi lento e dependeu da tomada de medidas higienistas que, a partir dessa década, passaram a ser reforçadas. Outra quarentena em navios e fortalezas foi registrada em 1889, por ocasião de uma nova onda epidêmica.

Um dos doentes, isolados na Fortaleza de Anhatomirim, em 1895, foi José Boiteux, conforme registrou *A República*, de 8 de março, jornal do qual era o proprietário. Boiteux, que morou na Praia de Fora aos 32 anos, estaria então com 35 ou 36 anos.

Assim, a paisagem da Praia de Fora foi influenciada por conta da enorme crença popular no santo considerado protetor nas epidemias, na fome e nas guerras. Segundo Veiga (2010), no século XIX, a devoção a São Sebastião levou o Deputado José Maria da Luz a defender, na Câmara Municipal, a fundação da Capela de São Sebastião. Em 22 de janeiro de 1856, o jornal *O Argos* divulgou que o deputado doou “uma porção de terreno que possuía na Rua da Praia de Fora em frente ao mar e [...], conseguiu do ilustríssimo sr. José Maria Pinto a cessão do terreno contíguo do seu [...] bem como aos ilustríssimos senhores José da Silva Paranhos e João Moreira da Silva que espontaneamente doaram uma porção de terreno em frente ao sítio da capela”. E a comunidade

de arrecadou os fundos para construí-la.

A devoção era muita, divulgaram os jornais, quando da solenidade de benção da pedra fundamental da capela, do seu terreno e de seu adro, com livre vista para o mar, em 20 de janeiro de 1856. O pesquisador Franklin Cascaes registrou em seus manuscritos: “No local fora construído um barracão, coberto com o velame de alguns navios, ornado de flores e iluminado por velas, tendo sido armado no seu centro um altar e o púlpito. O jornal *O Argos*, em 22 de janeiro, calculou: “... mais de 3.000 pessoas de todas as classes e idades [...] se não fosse a tarde ameaçar chuva, por certo que a concorrência seria duplicada. [...] desde a rua, até o alto, onde se vai edificar o templo que medirá mais de 50 braças [equivalente a 91,44 metros], estavam guarnecidos seus flancos de palmeiras e profusão de bandeiras”.

Meses depois, em agosto de 1856, a imagem do santo chegou a Nossa Senhora do Desterro. Foi guardada na casa de Maria da Luz, mãe do Deputado José Maria, no Largo do Palácio, “canto da Rua Augusta”, que ficava sempre aberta para os devotos do santo. A capela foi benta em 21 de dezembro de 1856 e a imagem trasladada para ela, na semana seguinte, em pleno Natal. Os jornais *O Mensageiro* e *O Argos* comentaram a solenidade em que a imagem saiu da Igreja Matriz, no centro da cidade, após o *Te Deum* (hino de ação de graças), seguiu pela Rua do Príncipe, da Palma, do Passeio (Esteves Júnior), até sua capela, na Praia de Fora.

Em outra grande festa, em 19 de julho de 1857, registra Reis (2006, p. 22-23), uma procissão marítima saiu do Trapiche da Alfândega, na Baía Sul, em direção ao *porto da Capela*, na Praia de Fora (atual Praça Esteves Júnior), conduzindo até a capela de São Sebastião a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes, que, segundo Franklin Cascaes, foi a

primeira trazida para a Ilha, ainda em 1857). A imagem da santa foi embarcada em um “iate”, acompanhada de “anjos e ministros do altar”, seguido de numerosas embarcações que levavam autoridades e comissões de irmandades. Dois jornais informaram sobre o evento. *O Mensageiro* registrou, com antecedência, o rito dessa festa, que incluiu no cortejo marítimo música tocada pela Sociedade Filarmônica. O estandarte da santa foi conduzido pelos principais fundadores da Capela de São Sebastião. “Seguiam-se os mestres pedreiros e carpinteiros e seus oficiais e os demais que trabalharam na edificação da capela; os calafates e carpinteiros de ribeira; os oficiais da Marinha Mercante; os chefes das repartições públicas e seus empregados; as autoridades judiciárias e policiais; os oficiais da Imperial Armada; as autoridades militares e oficiais do Exército; representantes da Câmara Municipal da Capital; os membros da Assembleia Provincial; as Comissões da Irmandade; o Presidente da Província, seu Secretário, o Chefe da Polícia e o Capitão do Porto; a Guarda de Honra; o povo, enfim”. O jornal *O Argos*, nos dias 23 e 25 de julho, também fez uma descrição da procissão: “[...] em frente ao Forte de Santana, o cortejo recebeu continências, notando-se muita gente no outro lado do Estreito, junto ao Forte de São João. Após desembarque na Praia de Fora, houve *Te Deum* e Ladainha cantados pelo Comendador doutor Coutinho e pelo Sr. Leoni”. A entoação do Hino a São Sebastião é conhecida até hoje:

*“A ti, santo, hoje damos louvores,
grande mártir, São Sebastião.
Que da morte afrontaste os horrores,
indo à glória reinar em Sião.
Protetor desta terra querida,
livra-nos de flagelos mortais.”*

*Dá-nos paz e plena, santa vida
para a glória gozar imortais.*

*Tu, válido dos reis deste mundo,
não te deixas da honra embair;
antes dás-lhe desprezo profundo,
para a glória de céu possuir.*

*Tu, no cimo da humana fortuna,
de delícias cercado e de bens,
olhas só para a graça divina,
para a glória do celeste eden.*

*Três batalhas tremendas vences-
te:
a abastança, a grandeza, o prazer.
Três triunfos que tu mereceste,
tripla glória que sempre hás de ter.
Duras setas em ti se cravaram,
a teu corpo ferindo, mortal.*

*Mas em vez da morte,
o que deram, foi da glória a coroa imor-
tal.*

*Grande santo, alcança-me, da
glória
força contra as más inspirações,
de mim mesmo, constante vitória,
a vitória das minhas paixões.*

*Dá-me sempre eu feliz evitar
deste mundo em que vivo, os perigos.
Põe minha alma em seguros abrigos,
lá na glória, sem fim, descansar”.*

O hino, com o refrão “Glorioso mártir, São Sebastião, dai a seus devotos firme proteção!”, teve a letra composta por Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, mais conhecido como Arcipreste Paiva.

Das janelas da Casa de Chácara da Bocaiuva e das casas vizinhas, quase tudo se avistava e se ouvia: desde o mar, em al-

vorozado nordeste, à mansidão, nos dias de vento sul, quando as lanchas atracavam nos trapiches, trazendo pessoas, frutas, pescado e lenha. Havia os hidroaviões – sensação da modernidade – as carroças chiando as rodas, os bondes, com seus burrinhos trotando, e a multidão devota, seguindo a procissão de São Sebastião, nos dias quentes de janeiro do século XX. Muita gente enfeitava as janelas com toalhas e mantas para esperar o santo passar. A festa de São Sebastião era evento muito concorrido e que movimentava toda a cidade; não só a Praia de Fora. A cerimônia era antecedida por novenas e, dois dias antes da procissão, à noite, ocorria a trasladação da imagem do santo da sua capelinha até a catedral, acompanhada de grande multidão, empunhando velas acesas. Descreveu o jornal República, em 31 de janeiro de 1920, numa quarta-feira:

*“Anteontem à noite [...] a ima-
gem velada por uma cortina encarnada,
seguia em artístico andor, carregado por
seis fiéis católicos. As famílias residentes
nas Ruas por onde passou o préstito ilu-
minaram as fachadas de suas casas com
lâmpadas multicores e, quando a imagem
passava, fervorosas orações eram dirigi-
das ao santo mártir [...] a procissão deu
entrada na Catedral ao som de um hino
sacro, entoado pelo povo. A imagem foi
então exposta à veneração dos fiéis [...].
A igreja permaneceu aberta até tarde, fe-
chando-se somente muito depois das 23
horas [...]. Ontem pela manhã houve mis-
sa solene em homenagem a São Sebas-
tião, cuja imagem foi visitadíssima duran-
te o dia. À tarde, teve lugar a soleníssima
procissão com extraordinária afluência do
povo, sendo a linda imagem retransporta-
da da Catedral para a sua capelinha. E
as mesmas e sinceras homenagens foram*

tributadas ao santo [...] advogado contra a peste e a fome, [...] neste momento em que a peste negra nos ameaça, espalhando o terror...".

Assim, ao longo do século XX, a devoção ao santo e a solene procissão continuou sendo praticada, passando em frente à Casa de Chácara da Bocaiuva e de outras residências, conforme registrou Carmen Maria Silveira, em Lembranças de Tia Ame:

"No dia 18, depois da novena, eles desciam o santo do altar para lavá-lo com perfume – operação que era de responsabilidade da família Vaz. [...] A voz que mais se destacava era a de dona Iná Vaz. [...] Tinha uma zeladora, a dona Miriam [...].

As crianças ficavam todas alvoroçadas para ver e ganhar água benta. Às vezes ganhávamos um pito das zeladoras, pois atrapalhávamos as pessoas que estavam armando o andor para o santo sair em procissão. No dia 19, era a procissão. O santo ia todo coberto no andor, até a Catedral, passava no sábado pela frente de nossa casa (o chulé dos Silveira) e subia a Avenida Trompowsky. Voltava pela Esteves Júnior, no domingo.

Meus irmãos e colegas carregavam as lanternas na procissão [...] era seguida pela banda de música, crianças vestidas de São Sebastião, moços, velhos, todos acompanhando com muito respeito e devoção até a Catedral. [...]

Hoje, quando passo às segundas-feiras pela igreja de São Sebastião, sinto uma saudade tão grande do tempo das doutrinas. Lembro-me das crianças que brincavam contentes comigo e das nossas queridas professoras. [...] Todas as

segundas-feiras tinha doutrina para as crianças na igreja de São Sebastião.

No domingo nós gostávamos de ir à missa para que, na segunda-feira, ao invés de responder 'presente' respondêssemos 'missa'.

Eram duas senhoras que davam a doutrina para as crianças: dona Lúcia dava para as crianças maiores na igreja, e dona Maria dava para os menores, na sacristia.

Era com alegria que assistíamos à doutrina. Gostávamos de chegar mais cedo para poder brincar de 'passo' na escadaria da igreja. Como era divertido! Brincávamos também de 'um, dois, três – estátua!', etc. Brincávamos contentes, até a hora da entrada, então formávamos fila e entrávamos na igreja cantando 'Mãezinha do Céu', 'Meu anjo da Guarda', entre outras. [...]". (SILVEIRA, 2007, p. 39/41-42).

* * *

Outro amplo percurso da procissão de São Sebastião foi descrito no jornal *A Gazeta Catharinense*, em 19 de janeiro de 1909. Refere-se às Ruas Demétrio Ribeiro, Almirante Lamego, Largo Dezesete de Novembro (hoje Praça Getúlio Vargas), Artista Bitencourt, 16 de Abril (*sic*) e Praça XV de Novembro, chegando à Catedral.

No dia seguinte, em 20 de janeiro, edição 308, o jornal registra o retorno do santo à sua capela, na Praia de Fora: percorria a Praça XV de Novembro, as Ruas Tiradentes, Treze de Maio, Altino Correia (atualmente, João Pinto e Conselheiro Mafra), Sete de Setembro, Beco da Rua da República (supostamente a Rua Felipe Schmidt), Jerônimo Coelho, Vinte e Oito de Setembro (hoje Vidal Ramos), Esteves Júnior e

Bocaiuva, até a igreja de São Sebastião.

A devoção ao santo protetor persistiu, ao longo das décadas, recorda Roseli Maria de Souza Mosimann: *“Era crença, aqui em Florianópolis, quando havia uma epidemia, como a de poliomielite, que aconteceu em 1945, levar para a Igreja de São Sebastião uma fita, com a altura da criança e depositar aos pés da imagem. Acreditavam que assim a criança estaria protegida”*.

Atualmente, a procissão de São Sebastião ainda é um destaque na agenda de solenidades católicas em Florianópolis, embora com o trajeto restrito à Praia de Fora e voltando para a capela na mesma noite:

“Havia o tríduo, com seus três dias de orações e celebrações religiosas, o que já não ocorre. Hoje em dia reza-se o terço, celebram-se missas. Os mais devotos e envolvidos com o evento chegam cedo e preparam o santo, enfeitam com flores, colocando-o sobre o andor. Cerca de mil pessoas vêm de bairros, alguns mais afastados, além de ministros da eucaristia e devotos de outras crenças. O centenário hino de São Sebastião é entoado, assim como cânticos em louvor de Nossa Senhora. Nos últimos anos, o cortejo resumiu o percurso, que sai da igreja com o santo sobre um andor, e as pessoas, cantando, rezando e empunhando pequenas velas acesas, percorrem o Largo de São Sebastião, chegam à Avenida Beira-Mar, prosseguem por quatro quadras, retornam pela Travessa Abílio de Oliveira e Rua Bocaiuva, passando em frente à sede do Batalhão Silva Paes, onde até pouco anos, havia uma parada para o toque de corneta e estouro de fogos de artifício. A procissão segue passando justo em frente à Casa de Chácara da Bocaiuva, depois

alcança a igreja, onde ocorre a missa festiva, seguida da distribuição de pães e de água benta”.

(Depoimento da sra. Rosângela da Costa Diniz, aos autores, em abril de 2018).

A singela capelinha de São Sebastião foi muito alterada. Sucessivas reformas, patrocinadas pela comunidade com o auxílio da comunidade, da Igreja e do Estado, substituíram as características arquitetônicas luso-brasileiras por elementos neo-românicos (rosácea, no frontão, aberturas em arco pleno e portada com arquivoltas). Isso é resultado da sua primeira reforma, supostamente do projeto de Theodoro Gründel, a qual ocorreu entre 1928 e 1929. A obra teve o apoio de doações populares e o patrocínio do arcebispo Dom Joaquim de Oliveira Paiva. Segundo Veiga (2010, p. 325), a fachada foi reconstruída, “obedecendo ao estilo romano”, feito um telhado e um teto completamente novos em estuque, bem como o assoalho de tijoleiras, e foi instalada a luz elétrica. O teto pintado de azul, o assoalho ladrilhado e instalados três lustres, oferecidos pelo Governador Adolpho Konder. O altar-mor foi decorado pelo “hábil pintor catarinense”, Eduardo Dias (cuja pintura já não existe mais). Refez-se ainda a escadaria com 13 degraus e a torre sineira.

Em 1956, no centenário do templo, afixaram placa comemorativa no seu interior (1856-1956). A capela sofreu reformas posteriores (1968) que alteraram a fachada frontal. Parte da sua volumetria mantém-se preservada, muito embora um anexo lateral, construído nas últimas décadas, tenha descaracterizado profundamente o templo, prejudicando a sua visualidade. Ainda assim, o edifício tem valor histórico e arquitetônico. Além da ambiência interna muito singela, possui um acervo sacro, mobiliário e bibliográfico interessante e preser-

va naquele largo o eixo de um cenário secular, que inclusive foi povoado por figuras de destaque na história catarinense, como o poeta Cruz e Sousa, que morou na sua vizinhança. Na visita ao templo, pode-se admirar a imagem de São Sebastião, esculpida em madeira e policromada. Juntamente com o Colégio Catarinense, a *Casa de Chácara*, a Casa do Barão, os chalés, as estações elevatórias, o prédio da antiga Inspetoria de Rios e Portos e o Grupo Escolar Silveira de Souza, esse prédio configura o grupo de referenciais históricos principais do bairro, preservados por Decreto Municipal de tombamento, desde 1986.

A antiga Estação Elevatória de Esgoto e a Praça dos Namorados

A Estação Elevatória de Saneamento (9), o chamado “Castelinho” da Praça dos Namorados, é construção em estilo mourisco, destinada a abrigar as máquinas que bombeavam os esgotos da primeira rede pública de saneamento da Capital, inaugurada em 1916. Essa obra arquitetônica e o assentamento das bombas e motores custou três mil contos de réis, de acordo com a mensagem de governo de Felipe Schmidt, datada de 14 de agosto de 1916.

Ela foi erguida na mesma época que as outras duas que ainda existem nas Praças Fernando Machado e Celso Ramos e fazem parte do acervo tombado como Patrimônio Cultural de Florianópolis. A Praça dos Namorados, que era a continuidade do Largo São Sebastião, em direção à praia, teve sua urbanização adaptada às obras da Avenida Beira-Mar, ganhando a aparência atual no último quartel do século XX.

O chalé da Família Silveira

O chalé da Rua Bocaiuva número 32 (esquina com a Avenida Professor Othon Gama D’Eça), que corresponde ao atual número 1686, é moradia da Família Silveira há três gerações (10). Foi sede da chácara de Idalino Marcolino da Silveira, cujas terras se estendiam no sentido sul, possivelmente até as imediações da Rua Presidente Coutinho. Aquela esquina era um terreno ocupado por muitas árvores e pequenas casas registradas em fotografias. O chalé sobreviveu à desapropriação de parte do terreno, ocupado pela Avenida Professor Othon Gama D’Eça, aberta em 1959, e foi tombado em 1986. É uma edificação térrea, de alvenaria de tijolos, com pé direito alto, que mantém as características originais da arquitetura da época – o chalé eclético. Várias portas e as amplas janelas são as mesmas do século XIX. O assoalho foi recuperado, mantendo a semelhança com o material retirado.

No chalé viveram, no século XIX, os proprietários, Idalino Marcolino da Silveira (falecido em 1939), casado com Maria Olímpia da Silveira (professora do Instituto Coração de Jesus em 1945). Eram pais de Antônio (nascido em 1905) e de João Accácio da Silveira, que nasceu nessa casa em 14 de março de 1908. José Acácio, filho de João, trabalhou nesse endereço com a sua barbearia, frequentada por políticos, empresários, religiosos e jornalistas conhecidos na cidade. Ele casou-se com Anézia Moreira da Silveira em 1936, com quem teve oito filhos (Ayrton Accácio, Anilton Anézio, Idalina Maria, João Adalberto, Carmen Maria, Pedro Paulo, Regina Maria e Cassio Roberto, atual proprietário), todos nascidos nessa casa. Dona Anézia Moreira da Silveira, morreu aos 101 anos, em 2013. A quarta geração – Cassio Roberto e Carmen Maria – conserva o imóvel com capricho, trazendo na fachada uma placa

alusiva à memória da família nesse endereço especial. Eles recordam que pescavam e tomavam banho nas águas da Baía Norte, onde o mar ainda era limpo. Também se referem às brincadeiras com bola, no largo que partia da Igreja de São Sebastião, atravessava a Rua Bocaiuva e se estendia até a praia. Com o aterro e a urbanização da Avenida Beira-Mar, parte desse espaço transformou-se na atual Praça dos Namorados.

A senhora Carmen Maria lembra:

“A rua era silenciosa, quase não passava carros. [...] Eu e meu irmão levantávamos cedo e íamos à missa na Igreja de São Sebastião”. (SILVEIRA, 2007, p. 13).

“Meu pai dizia que podia levar uma hora sem que um carro passasse na nossa rua”. E algumas famílias mais abonadas construíam casas para alugar nas chácaras da área em torno da Casa do Barão. Além da presença do mar, com seu cheiro característico, as famílias da redondeza brincavam no carnaval do bairro e frequentavam a Igreja São Sebastião, que, além da procissão anual do padroeiro, realizava quermesses.

Ao observar que a numeração dos imóveis nas ruas de Florianópolis mudou entre as décadas de 1980 e 1990, verifica-se um fato curioso. Em 1898, José Artur Boiteux residia na Rua Bocayuva, número 32. Essa informação consta no pedido de ingresso à Ordem Terceira de São Francisco da Penitência em Florianópolis, texto manuscrito assinado por Boiteux, em 4 de setembro de 1898. Sobre esse fato, recorda o professor Nereu do Valle Pereira: *“Coli em roda de amigos, por volta do Congresso da História Catarinense de 1948, que a primeira morada de José Artur Boiteux teria sido na*

Praia de Fora. Veja que foi uma informação que a minha memória guardou”. Também a doutora Maria Tereza Santos Cunha confirma que a caligrafia e a assinatura no documento de 1898 são mesmo de Boiteux. É provável que uma edificação anterior tenha existido no mesmo endereço; ou seria o mesmo chalé? Os herdeiros de Idalino afirmam que foi seu avô quem o construiu. Porém, há um lapso de tempo, em que Idalino, muito jovem, provavelmente ainda não teria tal autonomia. O chalé tem uma rica trajetória e agrega valor quando se confirma que no local residiu a ilustre figura da história de Santa Catarina – o jornalista, historiador e advogado José Artur Boiteux, considerado o patrono do ensino superior em Santa Catarina. Em 18 de agosto de 1898, o jornal *República* anunciou que o Deputado José Artur Boiteux passara a residir na Rua Bocaiuva, n. 32, na Praia de Fora. Boiteux deve ter deixado esse endereço em 1902, quando comunica a seus parentes e amigos, pela imprensa escrita, que *“mudou provisoriamente sua residência para a Rua Bocayuva, 15”*. De fato, já em 1903, o mesmo periódico, edição 119, à página 3, anunciou *“aluga-se uma excelente casa, à rua Bocayuva, 32 (Praia de Fora), com os seguintes cômodos: sala de entrada, sala de visita, sala de jantar, três quartos, dispensa e cozinha. Tem jardim e pequena chácara. Água potável e tanque coberto para lavar. Para tratar com seu proprietário, à rua Jeronymo Coelho 3”*. Não dita o nome do proprietário.

A Casa do Barão

Na Rua Bocaiuva número 1764, em esquina com a Avenida Professor Othon Gama D’Eça, aberta em 1959, destaca-se a imponente Casa do Barão (11), uma das construções históricas mais significativas da Praia de Fora.

A data da edificação é imprecisa, porém, a Planta da Cidade do Desterro publicada em 1876 representa a projeção de edificação nessa posição, na Praia de Fora. Essa morada eclética, que pertenceu à família von Wangenheim, estima-se ter sido construída em 1905, mas pode ter sido antecedida por outra, construída no século XIX. O núcleo da casa é muito antigo, do século XVIII, aproximadamente 1780. Pode ter sido feito por algum proprietário anterior aos Hackradt (talvez a família Livramento), mas o estilo arquitetônico barroco centro-europeu sugere descartar uma origem portuguesa. Já os adendos (arcos da entrada, salinha de estar que havia à esquerda) remetem ao estilo neogótico, de gosto duvidoso, em voga no fim do século XIX – não se sabe se feito por Hackradt ou, depois, por Scheele.

Bastante imponente, a casa é dotada de requintado alpendre central, marcando o segundo pavimento. Ao lado, um arco de alvenaria e o edifício da cavalaria, completam o conjunto, que era rodeado por jardins. Muros gradeados e gazebos em ferro, produzidos na Europa, contornam as esquinas e chamam a atenção até os dias de hoje. A arquitetura é especial pela raridade regional, mescla romântica de influências germânicas e francesas. O conjunto ostenta rica decoração em massa, colunas elegantes e leves, bem ornamentais, lambrequins, elementos de *art nouveau* e detalhes metálicos rendilhados, inovações da arquitetura, promovidas pela Revolução Industrial, cujas soluções em ferro foram propagadas e consumidas em todo o mundo ocidental. Ao longo do tempo, algumas adaptações foram necessárias, como a instalação de luz elétrica, água encanada e cozinha equipada com eletrodomésticos contemporâneos.

Em 2 de janeiro de 1931, a herdeira da casa, Edla Scheele, casou-se com o Barão Dietrich Freiherr von Wangenheim, imigran-

te alemão, nascido em Berlim, em 1901, que veio para o Brasil em 1920 para trabalhar nas empresas do tio, o empresário Carl Hoepcke. Como as pessoas da cidade tinham dificuldade em pronunciar seu nome – Dietrich Wangenheim –, a alcunha “Casa do Barão” passou a ser a identidade da residência do casal, que teve dois filhos: Ivo Constantin von Wangenheim e Udo Renatus von Wangenheim. Na realidade, Dietrich tinha, na Europa, um título nobiliárquico de Cidadão Livre, para o qual não havia correspondência na nobreza brasileira, tendo assim adotado o termo Barão, que seria o mais aproximado.

Ao lado da casa, funcionava o Consulado Alemão, sendo que o Barão foi Vice-Cônsul da Alemanha em Santa Catarina, por muitos anos. Em 1938, com a morte do último herdeiro masculino de Carl Hoepcke, o Barão assumiu o cargo de Diretor-Presidente da Empresa de Navegação Hoepcke. Nesse período, o casarão abria suas portas para festas e recepções frequentadas pela sociedade local.

A Casa do Barão ficou marcada, no século XX, não só pelas festas que ali ocorriam, mas também pela insegurança gerada durante a Segunda Guerra Mundial. Conforme chegavam as notícias sobre bombardeios alemães na Europa, ocorriam intimidações aos alemães e descendentes no Sul do Brasil. Em Florianópolis, os atos de vandalismo promovidos por grupos contrários aos nazistas, convocados pelas autoridades ou por instituições, como a Liga de Defesa Nacional visaram à antiga Escola Alemã, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, os clubes de caça e tiro da cidade e também a Casa do Barão, que foi apedrejada e invadida. Seu portão de ferro foi colocado abaixo e do andar térreo foram quebrados ou roubados móveis e objetos de decoração. Dona Edla pediu ajuda aos vizinhos brasileiros mais próximos, portanto, no centro da região que sofreu

as represálias e manifestações de repúdio à guerra e ao nazismo. Os Souza da *Chácara Bocaiuva* e dona Ruth Hoepcke, vizinha também, guardaram objetos de valor da família Wengenheim enquanto durou o tumulto. A família do Barão se refugiou no segundo andar da casa, até que os vândalos se dispersaram. Esse episódio ainda é lembrado pelos mais idosos.

Em 1974, Dietrich faleceu; sua esposa Edla, em 1998. A Casa do Barão foi usada pela família de Edla até 1986. Foi então vendida para um empresário de Rio do Sul e permaneceu fechada por alguns anos. Na segunda metade da década de 1980, um empresário, R. Peters, de Balneário Camboriú, teve interesse em comprá-la, pois pretendia construir um hotel. Mas foi em 1986 que, por sugestão de ilustre historiadora de Florianópolis, a edificação foi tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN), reconhecendo sua singularidade e seus valores arquitetônico, artístico e histórico e assim foi preservada.

A empresa Bautech, de Florianópolis, adquiriu a edificação e a restaurou externamente, reformando o seu interior. A cozinha e as dependências de empregada, dispensa, depósito e outros ambientes mais simples, sem estilo definido, foram demolidos. No terreno, a vegetação foi suprimida, preservando-se as palmeiras imperiais, parte dos muros, gradis e os gazebos.

Duas torres foram erguidas, criando-se o *Centro Executivo Casa do Barão*, promovendo a integração à movimentada esquina da cidade, embora sacrificando a variedade de plantas exóticas, que representavam o gosto eclético do século XIX, além das árvores e arbustos que ali haviam, do pomar da residência. Foram poupadas palmeiras imperiais, agora bastante altas, e que podem ser observadas ainda pequenas, em fotografias antigas. A casa atualmente sedia uma agência do Banco Itaú.

Sobre a figura de Edla Scheele von Wa-

ngenheim, (1901-1998), cabe o destaque. Foi fotógrafa pioneira, que revelou sensibilidade notável para a paisagem da cidade, num tempo em que poucos percebiam a importância de preservar nas imagens esses contextos naturais e construídos. Pode-se afirmar que foi uma das poucas mulheres do seu tempo, em Florianópolis, a ultrapassar os limites das tarefas e lazeres associados a seu gênero.

Edla Scheele nasceu em Itajaí, em Santa Catarina, filha de imigrantes alemães que vieram para o Brasil no final do século XIX. Ela aprendeu a filmar e a fotografar quando passou a adolescência na Alemanha, entre escoteiros. Lá, em Mainz, entre 1910 e 1920, ela estudou o equivalente ao ensino médio, seguindo o modelo feminino alemão, que, no período entre guerras, estimulou certa independência da mulher, sem abrir mão do papel tradicional de casar e ter filhos.

Mas foi em Florianópolis, no período da Segunda Guerra Mundial (entre 1939 e 1945) que Edla e seu esposo, impedido de exercer cargo público no período de guerra, aproveitaram a oportunidade para fazer as expedições fotográficas em que registraram Florianópolis e o Estado catarinense, deixando importante legado imagético. Os negativos de vidro foram recuperados pelo neto, o professor Aldo, que os disponibiliza por meio da UFSC.

Uma curiosidade é o depoimento da arquiteta Jeanine Mara Tavares sobre sua infância e adolescência vivida na Rua Frei Caneca, nos anos 1970. Via-se o mar, ia-se à praia por ali. Ela recorda de caminhar por aquele eixo extremamente agradável, percorrendo a Rua Bocaiuva. Sentia o cheiro das flores, já que havia muitos alemães morando ali, os quais tinham o hábito de plantar belos jardins. Da Casa do Barão ela tem vívida memória do aroma das flores e das frutas.

Quartel General da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada do Exército – Brigada Silva Paes

Localizada na Rua Bocaiuva número 1858, está a 14ª Brigada de Infantaria (12), também conhecida como Brigada Silva Paes, subordinada à 5ª Divisão do Exército Brasileiro, sediada em Curitiba (PR). Nessa quadra, dentro do terreno que está sob a jurisdição do Exército, estão várias edificações antigas. A casa sede é da década de 1930 (projeto do arquiteto Tom Wildi) e as demais, no mesmo lote, são dessa época, ou mais recentes.

Em 1962, essa área era ocupada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Ali teve início a Imprensa da UFSC (IU/UFSC), em 1964. Quando inaugurada, em 1965, na gestão do Reitor João David Ferreira Lima, tinha 330 m² de área construída, maquinário e 14 funcionários. Executava serviços de tipografia, impressão e encadernação, além da edição de livros didáticos, técnicos e científicos, teses, trabalhos de pesquisa, boletins informativos e publicações de divulgação da UFSC. O primeiro funcionário a ocupar a chefia da IU/UFSC foi o professor Carlos Alberto Silveira Lenzi, por um curto período, quando passou ao cargo de Instrutor da Cadeira de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da UFSC. Assumiu, então, a chefia da IU/UFSC o senhor Teodoro Rogério Vahl, cuja família teve e tem presença marcante no bairro, sendo a residência do Cônsul da Áustria-Hungria, senhor Ernest Vahl, na Rua Almirante Lamego.

Em maio de 1973, com a transferência da UFSC para a Trindade, a área passou ao Exército, que ali permanece.

A casa da Família Hoepcke

Na mesma quadra onde está a *Casa de Chácara da Bocaiuva*, porém com acesso voltado para a Avenida Trompowsky número 355, confrontando, ao fundo do lote com a área da *Casa de Chácara* e com o terreno da Casa do Barão, foi construída, na década de 1930, a residência do Governador Aderbal Ramos da Silva e de sua esposa Ruth Hoepcke, filha de Anna e Carlos Hoepcke.

Aderbal Ramos da Silva, advogado, jornalista e político brasileiro foi Governador do Estado de Santa Catarina entre 1947 e 1951. Genro de Carlos Hoepcke e casado com Ruth Hoepcke da Silva, veio a residir na Avenida Trompowsky, número 355, onde hoje está o Instituto Carl Hoepcke/Centro Cultural Ruth Hoepcke da Silva (13), um centro cultural composto de casa-museu, arquivo histórico, biblioteca especializada, galeria para exposições, curso livre de língua alemã e a sede física do Instituto Carl Hoepcke. Ali se disponibiliza aos pesquisadores objetos, fotos, documentos e livros do acervo do Instituto Carl Hoepcke, que se divide em três vertentes principais: a história da imigração alemã no Brasil e em Santa Catarina, a trajetória da família e das empresas Hoepcke e o acervo político ligado a Aderbal Ramos da Silva.

Essa casa foi especialmente projetada *pela empresa Keller e Cia. de Joinville, com orientação e supervisão de dona Ruth e de dona Anna, sua mãe, ficando a execução da obra a cargo do arquiteto Tom Wildi. Na década de 1930, foi construída para servir como residência do casal Aderbal e Ruth, a qual era a única filha de Anna von Wangenheim Hoepcke e Carlos Hoepcke, e herdeira do poderoso conglo-*

merado econômico-industrial Hoepcke. Aderbal, por sua vez, que era neto de governador e jovem advogado, também seria Governador do Estado. Nessa casa, mobília, *parquets*, revestimentos de parede, cozinha de época, com fogão a carvão, sala de jantar com sistema de iluminação moderno, sem lustre central, mas adornada por uma sanca periférica, além de objetos de arte, fazem parte do acervo de bens móveis e integrados que o consagram como um monumento de grande valor cultural.

Dona Annita recorda-se da infância naquela área: das brincadeiras e pescarias nos riachos e de situações dramáticas, no tempo da guerra, quando a vizinha senhora Edla Wanghenheim pediu à dona Ruth para guardar objetos domésticos de valor, ao perceber a ameaça de invasão da casa dos Wanghenheim. Passado o susto, dona Edla recebeu de volta os objetos e presenteou dona Ruth com cristais, num gesto de gratidão.

Em novembro de 2007, quando dona Ruth faleceu, as filhas Silvia e Annita decidiram preservar a casa onde residiu a família Hoepcke Ramos. Ela é patrimônio histórico conservado, abrigando, desde 7 de junho de 2013, o Centro Cultural que as duas filhas criaram. Ali preservam o mobiliário, obras de arte e objetos pessoais do apreço de dona Ruth, inclusive objetos dos séculos passados, que foram usados ou pertenceram à família materna de dona Ruth – os von Wangenheim – acervo que ela reuniu e manteve, além dos artesanais, feitos por ela. A casa, que é referência em pesquisa, permite a visita da comunidade e dispõe de arquivo histórico num centro cultural dinâmico, sob a orientação de profissionais especializados.

O campo do Avaí ou Pasto do Bode

Na esquina da Rua Bocaiuva com a Avenida Mauro Ramos, localiza-se, o Beiramar

Shopping, o primeiro da Capital, instalado na Ilha na década de 1990. O espaço anteriormente era ocupado pelo mais popular campo de futebol da Ilha de Santa Catarina – o chamado Campo do Avaí (14). Aquele gramado, ora rasteiro, ora mais alto, teve vários nomes: Campo da Liga, Campo do Avaí e o apelido Pasto do Bode. Localizado no antigo Bairro São Luiz, entre as Ruas Brusque (atual Altamiro Guimarães), Heitor Luz (atual Rua Bocaiuva) e o que hoje é a Rua Rafael Bandeira (na época, ainda inexistente), jogaram em 1915 o *Sport Club Palmeiras*, recém fundado, impulsionando a rivalidade com o *Club Sportivo Florianópolis* (ex-Anita Garibaldi, fundado em 1912). Ali ocorria a maioria dos jogos de futebol da cidade, até que surgiu, em 1915, o Ginásio Santa Catarina (atual Colégio Catarinense, na Rua Esteves Júnior), oferecendo outro espaço para competições esportivas.

No terreno do Campo da Liga, foi inaugurado o Estádio Dr. Adolfo Konder, sede inicial do Avaí Futebol Clube, em 1930. O Estádio Dr. Adolfo Konder era conhecido por *Campo da Liga*, haja vista o futebol catarinense ter sido comandado por uma liga, depois pela Federação Catarinense de Desportos (FCD) e, por fim, pela Federação Catarinense de Futebol (FCF). A FCF realizava os campeonatos regionais e as competições estaduais, em que jogaram não só o Avaí mas também outras equipes da Capital, como o Figueirense Futebol Clube, que jogou nesse campo até os anos 1960, quando passou para o seu Estádio – o Orlando Scarpelli. Em 1972, a Lei n. 4.781/1972 autorizou a alienação do imóvel, denominado *Estádio Adolpho Konder*, em favor do Avaí Futebol Clube. Nessa tradicional praça desportiva, jogaram nomes famosos do futebol nacional e internacional e aconteceram momentos históricos, como o jogo do dia 31 de março de 1971, entre o Avaí e o Santos, de Pelé, que terminou com vitória

do time paulista, por 2 x 1 e com público recorde no estádio: 19.985 pessoas. Também a partida com maior número de gols da história do futebol catarinense ocorreu ali, em 13 de maio de 1945, com placar Avaí 21 x 3 Paula Ramos. Num canto da antiga quadra, ficava a *Toca do Leão*, um barzinho à sombra de frondosos eucaliptos, localizados atrás das traves. O Avaí Futebol Clube foi proprietário daquele estádio, até ser demolido em 1982. E a área foi permutada pelo terreno da Ressacada, onde hoje é o Estádio Dr. Aderbal Ramos da Silva, do Avaí Futebol Clube. As árvores foram cortadas, quando o Beiramar Shopping foi construído, ocupando toda a área do antigo gramado onde ocorreram tantas partidas memoráveis.

Álvaro de Carvalho, em seu livro *Aconteceu em Floripa*, recorda os anos 1940 e 1950:

“Pasto do Bode das minhas andanças longínquas nesta terra amável onde encontrei muitos amigos. Ali em frente ia tomar sorvete na sorveteria Topázio, chupar picolé de coco. Ia jogar dominó numa casa amiga de gente da Marinha que ali morava. Conheci e fiz amizades com a família Polli e tantas figuras tradicionais de Floripa daqueles tempos.

Minha casa de duas janelinhas e uma porta, onde morei um ano como médico da Marinha. Amizades com diversas famílias residentes como Senhor Ganzo, Dona Albertina, gente fidalga no trato. O professor Martins, cearense, homem do mar, amigo sincero”. (CARVALHO, 2001, p.29).

Este autor registra que, fundaram naquelas imediações um outro clube de futebol, chamado Bocaiuva Futebol Clube, também nos anos de 1940 a 1950: *“Seu fundador era o meu conhecido Agapito, figura popular, ali residen-*

te com sua família. [...] A paisagem esportiva [...] torcedores fanáticos de ambos os lados, levando, nos dias de jogo decisivo, muita gente que abarrotava o pequeno Campo da Liga. Além do Clube Paula Ramos, a rivalidade maior já existia entre Avaí e Figueirense. Ambiente o mais popular possível movimentava o primitivo canto da cidade, aquele fim de Rua chamado Heitor Luz”. E destaca um detalhe: “a frequência era noventa por cento masculina”.

O radialista Fernando Linhares da Silva, no seu livro *Pasto do Bode: uma tradição inesquecível*. Lembra as pequenas e velhas arquibancadas de madeira; tinha a geral, mais barata, dava diretamente nas ruas que passavam em sua frente e a de degraus em cimento, só apareceu mais tarde. O também chamado “estádio da Bocaiuva” tinha capacidade para cerca de três mil pessoas, “sem contar os garotos de dez a quinze anos que pulavam o muro, apesar do policiamento feito a cavalo, pela polícia militar”. Por volta de 1947, a Rádio Guarujá – uma das emissoras de rádio pioneiras de Florianópolis – começou a transmitir para a cidade os jogos de futebol do Avaí, do Figueirense, do Paula Ramos, do Tamandaré, do Íris, do Caravana do Ar e do Colegial.

Toda a aparelhagem de transmissão, numa época em que não existia televisão, era levada rotineiramente para a cabine de jornalistas – uma sala de madeira, apelidada galinheiro que “comportava no máximo 8 pessoas da imprensa e assim permaneceu durante muito tempo”. Quando o torcedor não gostava da locução dos radialistas instalados na frágil cabine, apoiava-se nela e começava a sacudi-la como sinal de protesto. Outra curiosidade é que o apelido *Pasto do Bode* virou piada, pois os torcedores do Figueirense, time adversário, brincavam: “Avaí só ganha porque conhece todos os buracos do pasto”. Os jogos até os anos 1950 eram disputados no período da tar-

de, visto que o estádio não possuía sistema de iluminação. Há quem diga que, nessa época, alguns funcionários públicos deixavam o paletó em sua cadeira na repartição pública, onde justificavam ausência “por motivo de doença” ou “de força maior”, e iam ao Adolfo Konder. Por isso, os jogos à tarde foram apelidados de “jogos do paletó”.

Há muito a resgatar sobre a história do lugar e do futebol na Ilha. O hino do Avaí foi composto por Fernando Caldeira Bastos ex-presidente do Avaí, irmão do também presidente do clube, José Caldeira Bastos, e pelo doutor Jorge de Souza Filho.

Na vizinhança do campo *Pasto do Bode*, próximo à esquina com a Rua Altamiro Guimarães, a tradicional *Barbearia Vargas* (hoje em mais dois endereços pela cidade) acompanhou o movimento esportivo. Também por ali foi a “venda da grega” e havia uma comunidade de lavadeiras, a sapataria do seu Valdemar Coelho e a venda do seu Maneca.

Quem passa pela Rua Bocaiuva, na esquina movimentada do Beiramar Shopping, já não reconhece o lugar que um dia movimentou tantos torcedores do futebol catarinense. O grupo econômico Kobrasol Empreendimentos Indústria Ltda. (formado entre as empresas Koerich, Brasilpinho e Cassol) adquiriu o terreno para a edificação do shopping, em troca da construção do Estádio da Ressacada para o Avaí, um campo inaugurado em 1983, quase oito vezes maior que o antigo *Pasto do Bode*. O antigo campinho do Palmeiras, depois Campo da Liga e Estádio Adolpho Konder, ficou na memória e na história do futebol Florianopolitano. Naqueles 15 mil m² de terreno, ergueu-se o primeiro shopping center da Ilha de Santa Catarina.

O Forte de São Luís

As quatro grandes fortalezas de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa, Ratoões e Araçatuba, guarneciam as barras, nas entradas dos canais Norte e Sul, entre a Ilha de Santa Catarina e o Continente fronteiro, mas pressupunha-se, no século XVIII, que elas não seriam suficientes para guarnecer a Vila do Desterro. Por isso, foram projetados pequenos fortins, próximos ao centro da pequena cidade, a maioria deles na Baía Norte.

Na Praia de Fora, entre os Fortes de São Luís (15), de São Francisco Xavier e de Santana, que foram as defesas mais conhecidas, há desenhos antigos que indicam a localização de outras pequenas estruturas militares, chamadas “Estacada Oeste da Praia de Fora, Bateria da Praia de Fora, Estacada Leste da Praia de Fora, Trincheiras da Praia de Fora e Trincheiras de São Luís”.

O Forte de São Luís, erguido em 1771, foi projetado pelo Sargento-Mór Francisco José da Rocha. Era pequeno, consistia apenas numa bateria de nove canhões, ficando o quartel da tropa, o quartel do comandante e a cozinha interligados num único bloco edificado. A Casa de Pólvora era isolada e mais próxima da praia. Sua função, junto ao Forte de São Francisco Xavier, era defender a Praia de Fora e o acesso para o Norte da Vila.

Ele teve curta existência. Segundo Veiga (2010, p. 309-310), o Forte aos poucos se arruinou. O local já era cogitado, em 1828, para ser transformado num largo, construindo-se uma fonte pública, aproveitando-se o concorrido riacho que por ali passava. De fato, ali havia um regato onde acorriam muitas lavadeiras do centro da Vila do Desterro e dos ar-

rabaldes da Praia de Fora e de São Luís (região ao longo das Ruas Antônio Luz e Frei Caneca, antecedendo à Agrônômica). Em 1839, o Forte de São Luís da Praia de Fora foi vendido em leilão público “por um preço menor do que valia a cantaria dos seus portões”, criticaram à época, e desapareceu completamente.

O local cobiçado do extinto Forte de São Luís, quase no final da Praia de Fora, já fora requerido para uso particular em 1837 (provavelmente não pela primeira vez), sendo o pedido negado pela Câmara Municipal, por considerar ilegal e inadequado favorecer o proveito particular, em detrimento do livre uso público que existia “desde tempos imemoriais”. A Câmara entendia o valor dessa fonte de água e a importância da sua conservação.

Como as terras à beira-mar eram, no século XIX, reservadas para o uso público, alguns terrenos de marinha, situados na Praia de Fora entre os Fortes de São Luís e Sant’Anna tiveram de ser regularizados. Em 1840, a Tesouraria da Província determinou que a área fosse novamente medida e demarcada e reservou-se para a Câmara apenas a posse de dois pequenos trechos da extensa marinha, “nos lugares do extinto Forte de São Francisco, ponte do ‘Sisnando’ e, na praia do Estreito, de um e outro lado do forte de Sant’Anna [...]”.

Assim, na Baía Norte, o primitivo caminho da Praia de Fora, que corria paralelamente ao mar, teve seu arruamento e suas cercas autorizados pela Assembleia Legislativa Provincial, em 1848. Não se sabe ao certo se os recuos necessários exigidos pela Câmara Municipal foram feitos até a chácara de um alemão, o senhor Ubirico Hachberli, ou até a do cidadão Joaquim Luiz do Livramento, mas se sabe que a Câmara mandou limitar as obras até a chácara do primeiro.

Adaptou-se uma fonte pública, onde

era o antigo Forte, transformando o local em um largo e, depois, numa praça. Posteriormente, o arroio ali existente foi retificado, quando se abriu o último trecho da Avenida Mauro Ramos, ligando-a à Avenida Beira-Mar. É possível que a praça se estendesse até onde se encontra o busto de Lauro Müller.

O Forte de São Luís não deixou vestígios à superfície, quando da abertura e urbanização da Avenida Mauro Ramos. Nas proximidades da área do Forte, foi inaugurado, em 1922, um pequeno jardim, com um obelisco, em homenagem a Francisco Dias Velho, fundador da cidade. A retirada deste monumento, que permaneceu num depósito, ocorreu na década de 1970, quando foram feitas as primeiras pistas da Avenida Beira-Mar. Em 1972, por reivindicação de Aldo Nunes e Oswaldo Cabral, o obelisco foi reinstalado, exatamente no eixo do trecho final da Avenida Mauro Ramos, onde um guarda-corpo protegia o canal daquele antigo regato que outrora foi tão concorrido. E em dezembro de 1999, o obelisco em homenagem a Dias Velho foi transferido para a ciclovia da Avenida Beira-Mar, e o último trecho do canal foi coberto.

Quanto à área do antigo Forte de São Luís, o terreno sob a jurisdição do Exército Brasileiro foi cedido para a prefeitura de Florianópolis em 2016. Ele é objeto de discussão entre, de um lado, os que entendem seu valor arqueológico e histórico e, de outro, aqueles que defendem novos usos para o local. O Beiramar Shopping, na Rua Bocaiuva atualmente é fronteiro a este terreno, que já foi área de feiras, estacionamento e se mantém sem construções até a atualidade, sendo cogitada a sua prospecção arqueológica, antes de qualquer ocupação.

É importante considerar que espaços como a Praça dos Namorados e a Praça Governador Celso Ramos tiveram origem posterior,

quando a orla foi urbanizada, no século XX. Esses e outros acrescidos de marinha foram gerados pelo aterro da Baía Norte, nos anos 1970, e ampliados com a duplicação da Avenida Rubens de Arruda Ramos, gerando ainda a Praça de Portugal e a Praça Sesquicentenário da Polícia Militar. Hoje, quem transita pela Avenida Beira-Mar, paralela à Rua Bocaiuva, dificilmente se dará conta de que ali chegavam pequenos barcos, onde havia trapiches, praia, ocorriam pescarias, passeios de fim de tarde, cavalgadas em direção à Agrônômica e brincadeiras infantis.

Obelisco bandeirante Francisco Dias Velho

O marco dedicado à fundação da cidade, referência ao bandeirante Francisco Dias Velho (16), está hoje na calçada da Avenida Beira-Mar, que segue paralela à ciclovia e às faixas de rolamento. O monumento de pedra, monolítica e vertical, de base quadrangular, que vai diminuindo progressivamente para formar no ápice uma pirâmide, tem um formato recorrente, empregado no Brasil no período positivista, refletindo o espírito marcante do início da República. Está na região desde 1922, porém sua localização anterior era outra, no eixo do canal da Avenida Mauro Ramos. Sua localização mudou por volta de 1998, quando, com a reurbanização daquele trecho da rua, ele foi deslocado e alojado em local mais visível, junto aos pedestres e não entre as pistas da Avenida Mauro Ramos, como esteve, anteriormente.

A Praça Lauro Müller

Na Praça Lauro Müller (17), está o monumento a Lauro Müller, obra em corpo inteiro, junto a um monolito horizontal de mármore.

Essa figura representa o Governador provisório de Santa Catarina (1889-1890), Lauro Severiano Müller, militar, engenheiro, político e diplomata brasileiro. A obra já esteve na Praça Esteves Júnior, sendo posteriormente removida para o local atual, que foi valorizado posteriormente, com reintegração à nova praça, executada pelo *Hotel Majestic*, inaugurado em dezembro de 2004.

A praça é moderna, mas no século XIX ainda era a continuação da área onde, no século XVIII, existiu o Forte de São Luís, a qual era dividida por um riacho muito concorrido por lavadeiras. Esse riacho, que passava no eixo da Avenida Mauro Ramos – partia do chamado Morro do Antão e desembocava no Largo São Luiz –, só foi canalizado efetivamente em 1920, após contrato assinado em 15 de julho.

Prospecções arqueológicas poderão identificar no terreno localizado na esquina das atuais Avenidas Mauro Ramos e Jornalista Rubens de Arruda Ramos, entre o *Hotel Majestic Palace*, número 2746, e a frente ao Beiramar Shopping, vestígios do Forte que protegia a região central da então Vila de Nossa Senhora do Desterro, na sessão final da antiga Praia de Fora.

Portanto, o espaço em frente ao shopping é um sítio arqueológico, e a definição do seu uso futuro tem sido alvo de especulações. Em sua defesa, estão os especialistas, arquitetos, historiadores e arqueólogos, interessados em preservar um patrimônio de interesse coletivo ainda a ser investigado.

Um projeto de lei prevê a revisão do zoneamento do atual plano diretor para a antiga classificação da área: Área Verde de Lazer (AVL), ou seja, praça sem edificações – além de pesquisa e recuperação arqueológica e projeto paisagístico e urbanístico do local, permitindo recuperar a história sobre os vestígios das construções remanescentes mais antigas que estão na origem da fundação da cidade, mas são praticamente desconhecidas pela população.

A Praça Governador Celso Ramos e a Estação Elevatória

No final da Avenida Mauro Ramos com a Beira-Mar está uma praça alongada, limitada entre a avenida e a Rua Frei Caneca (18). Nessa última, encontra-se um pequeno edifício, em estilo mourisco, onde funcionou uma das quatro estações de elevação mecânica de Florianópolis (três delas eram localizadas no Centro e essa, na Agrônômica).

A antiga rede de esgotos, bombeada pelas máquinas dessas estações, foi a primeira rede da cidade, implantada entre 1913 e 1914, no governo de Vidal Ramos. Coube ao Governador Felipe Schmidt, em 1916, a construção da Estação Depuradora de Esgotos e das Estações Elevatórias, os “castelinhos”.

Na praça, está a estátua de Celso Ramos, o Governador responsável pelo incremento na rede de abastecimento de água, com a Construção da Segunda Adutora dos Pilões, em 1961.

A praça ganhou um projeto de urbanização na década de 1980 e outro em 2001, de autoria do IPUF, executado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM). Em 2010, com o apoio da iniciativa privada e da Associação de Moradores e Amigos da Praça, ela ganhou novo paisagismo, preservando as árvores antigas e incrementando o mobiliário.

O antigo Santa Catarina Country Club

Na Agrônômica, na Rua Rui Barbosa número 49, estão preservados um majestoso casarão (19), sede de antiga chácara, de esmerada arquitetura platense, e a extensa área verde, atualmente bem menor do que a original, que confrontava com o mar.

A construção foi iniciada em 1879 pelo português Joaquim Manoel da Silva, que a encomendara a operários provenientes do Uruguai, onde foi feito o projeto da casa. O operário-mestre era Gervásio Cúneo, encarregado posteriormente pelo Governador Hercílio Luz de reformar o antigo Palácio do Governo.

Quando estava quase pronta, a casa foi vendida para o abastado comerciante Luiz de Oliveira Carvalho.

No século XIX, a mansão de 900 m² era uma referência estética importante na cidade. A imponente arquitetura de inspiração neoclássica era objeto de interesse nas visitas cotidianas que as pessoas do centro da cidade faziam, a pé ou a cavalo, ao bairro onde atualmente fica o Agrônômica. Seus amplos cômodos, terraços e varandões, bem como o jardim em estilo inglês encantavam a todos que a visitavam.

Foi habitada até 1965 pela família Carvalho. Vendida, passou a sediar, até a década de 1970, o Santa Catarina *Country Club*, que promovia festas e bailes glamourosos. Sucederam-se ocupações temporárias, tais como confeitaria, restaurante e mostra de arquitetura.

Tombada pelo Município desde 1979, a antiga mansão já foi desprovida de parte de sua área verde. No ano 2000, foi recuperada e incorporada ao Condomínio Residencial *Country Club*, servindo como salão de festas.

Virgílio Várzea, em 1900, descreve a bela mansão da época:

“Depois a extensão da rua principal e sua amplitude conferem uma certa feição de Avenida campestre a toda Pedra Grande, tornando-a um verdadeiro paraíso para as excursões e cavalgatas.[...] Devem ser mencionadas aqui, entre os prédios artísticos do local, a “villa” Sohn, propriedade de um rico industrial alemão, e a de Joaquim Manoel, catarinense. [...]

de arquitetura platense, alta e com platabandas ornadas de vasos, é um perfeito palacete uruguaio, talhado em lances belíssimos e várias seções caprichosas, com escadas cheias de balaústres em troncha e feitas de cimento e de mármore. Com o seu frontão aberto em labores de colunas e ornatos, três balcões espaçosos e salientes cercando as janelas com os seus frisos de grande arco, que espalham volutas elegantes saindo de remates estéticos de bocas de cariátides — esta casa é a primeira do bairro e a mais bela de Florianópolis. Toda murada no espaço de mais de quinhentos metros de frente, possui um jardim colossal, ostentando pavilhões interessantes sob abóbadas de folhagem e alargando imensa chácara para os fundos, por uma espécie de península artificial rodeada de um longo cais de cimento, onde espuma e bate o mar”.

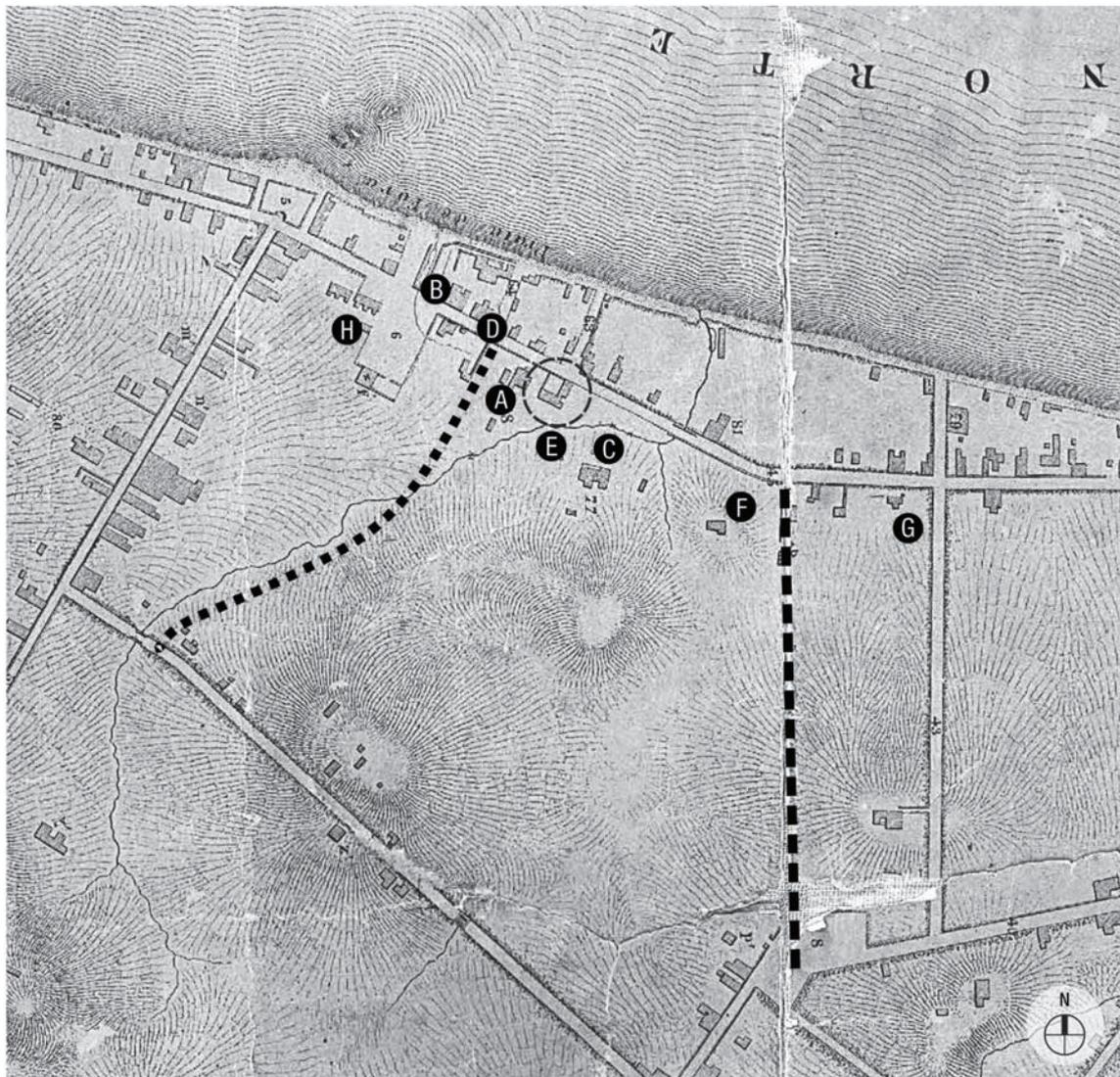


Arquivo IPIF. Adaptado por Leonardo Bertoldi Borges.



- 78 CHÁCARA DE FERDINAND HACKRADT
- 80 CHÁCARA DE ALEXANDRE DE SOUZA RAINHA
- 81 CHÁCARA DE GAUTIER
- m CHÁCARA DE JOÃO VIEIRA PAMPLONA

- n CHÁCARA DE JOSÉ FELICIANO DE BRITO
- o CASA DE CHÁCARA



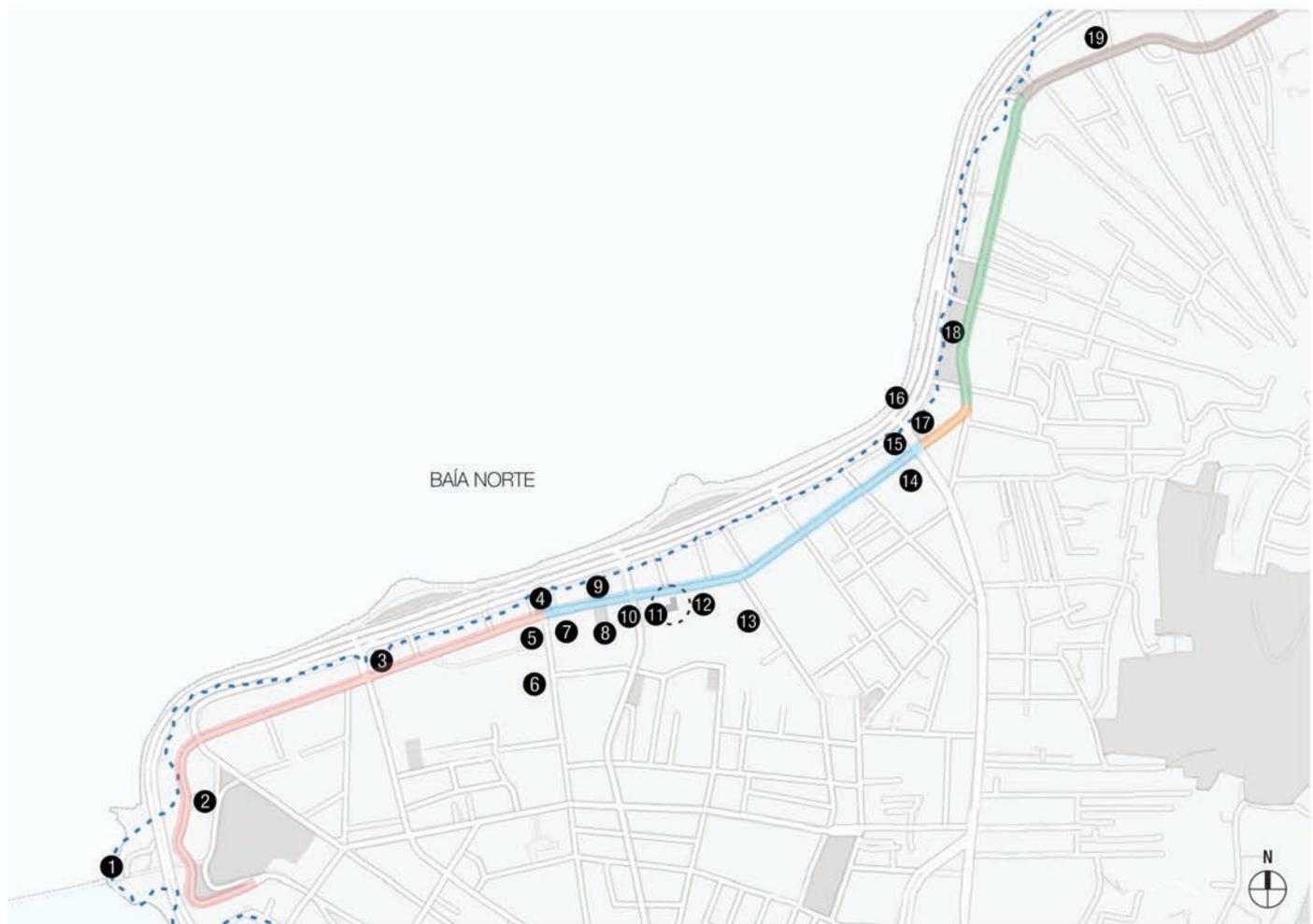
Acervo IPUF. Adaptado por Leonardo Beroldi Borges.



RECORTE DA "PLANTA TOPOGRAPHICA DA CIDADE DO DESTERRO" - 1876 / sem escala

- | | | | | | |
|-----|--|----------|---|----------|---|
| ○ | CASA DE CHÁCARA | A | CHÁCARA DE FERDINAND HACKRADT | E | CASA DE CHÁCARA MANOEL JOSÉ DE OLIVEIRA |
| ⋯ | AVENIDA PROFESSOR OTHON GAMA D'EÇA
(aberta em 1969) | B | MOINHO DE ARROZ DE HACKRADT E EBEL | F | CHÁCARA DE EDMUNDO LUZ COSTA |
| --- | AVENIDA TROMPOWSKY
(aberta em 1909) | C | CHÁCARA DE EBEL | G | CHÁCARA DE VIRGÍLIO JOSÉ VILELA |
| | | D | PRIMEIRA RESIDÊNCIA DE CARL E ANNA HOEPECKE | H | "MEIA-ÁGUA" RÚSTICA DE CRUZ E SOUZA |

Figura 103 – Detalhe ampliado das quadras, a partir da "Planta Topographica Cidade do Desterro em 1876".



Mapa elaborado por Leonardo Bertoldi Borges. Base cartográfica: Geoprocessamento Prefeitura Florianópolis 2018.

REFERENCIAIS HISTÓRICOS DA ANTIGA PRAIA DE FORA / sem escala

- | | | | |
|----------------------|---|--|--|
| CASA DE CHÁCARA | 1 FORTE DE SANTANA | 8 CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO | 15 FORTE DE SÃO LUÍS (demolido) |
| ANTIGO LIMITE DO MAR | 2 ANTIGO FORNO DO LIXO | 9 ANTIGA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA E PRAÇA DOS NAMORADOS | 16 OBELISCO DIAS VELHO |
| RUA ALMIRANTE LAMEGO | 3 ANTIGA INSPETORIA DE RIOS E PORTOS | 10 CHALÉ DOS SILVEIRA | 17 PRAÇA LAURO MULLER |
| RUA BOCAIUVA | 4 FORTE DE SÃO FRANCISCO XAVIER (demolido) | 11 CASA DO BARÃO | 18 PRAÇA CELSO RAMOS E ANTIGA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA |
| RUA HEITOR LUZ | 5 BAR DO KATCIPS (atual Padoka) | 12 QUARTEL DA 14ª BRIGADA | 19 SC COUNTRY CLUB (atual salão de festas do Condomínio Country Club) |
| RUA FREI CANECA | 6 COLÉGIO CATARINENSE | 13 CASA HOEPCKE | |
| RUA RUI BARBOSA | 7 CENTRO EDUCACIONAL MENINO JESUS | 14 CAMPO DO AVAÍ (atual Shopping Beiramar) | |

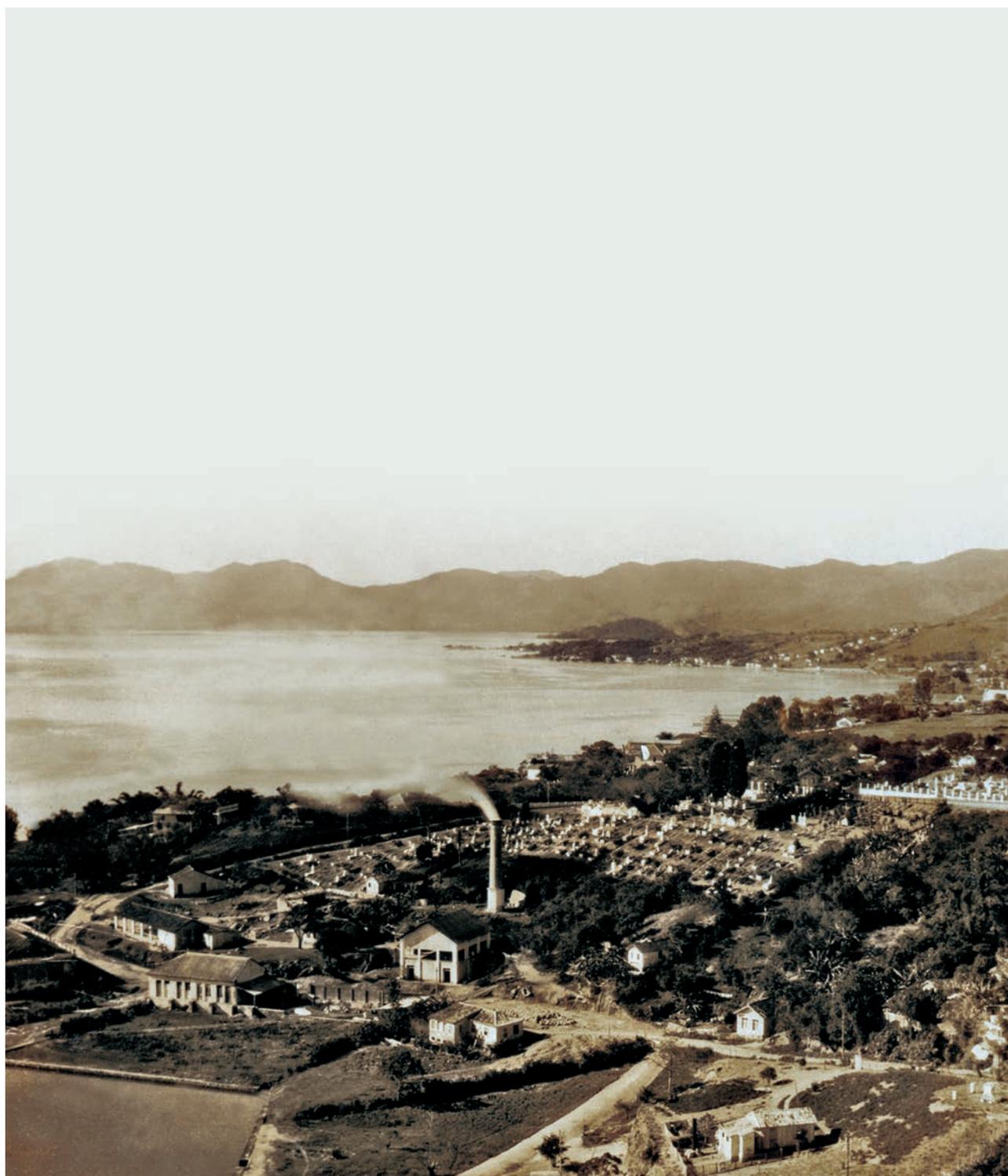
Figura 104 – Referenciais históricos da antiga Praia de Fora. s/esc. Base cartográfica atual.



Figura 105 – Forte de Santana e o topo do terreno do antigo cemitério da cidade.



Figura 106 - Forte de Santana e Parque da Luz ao fundo.



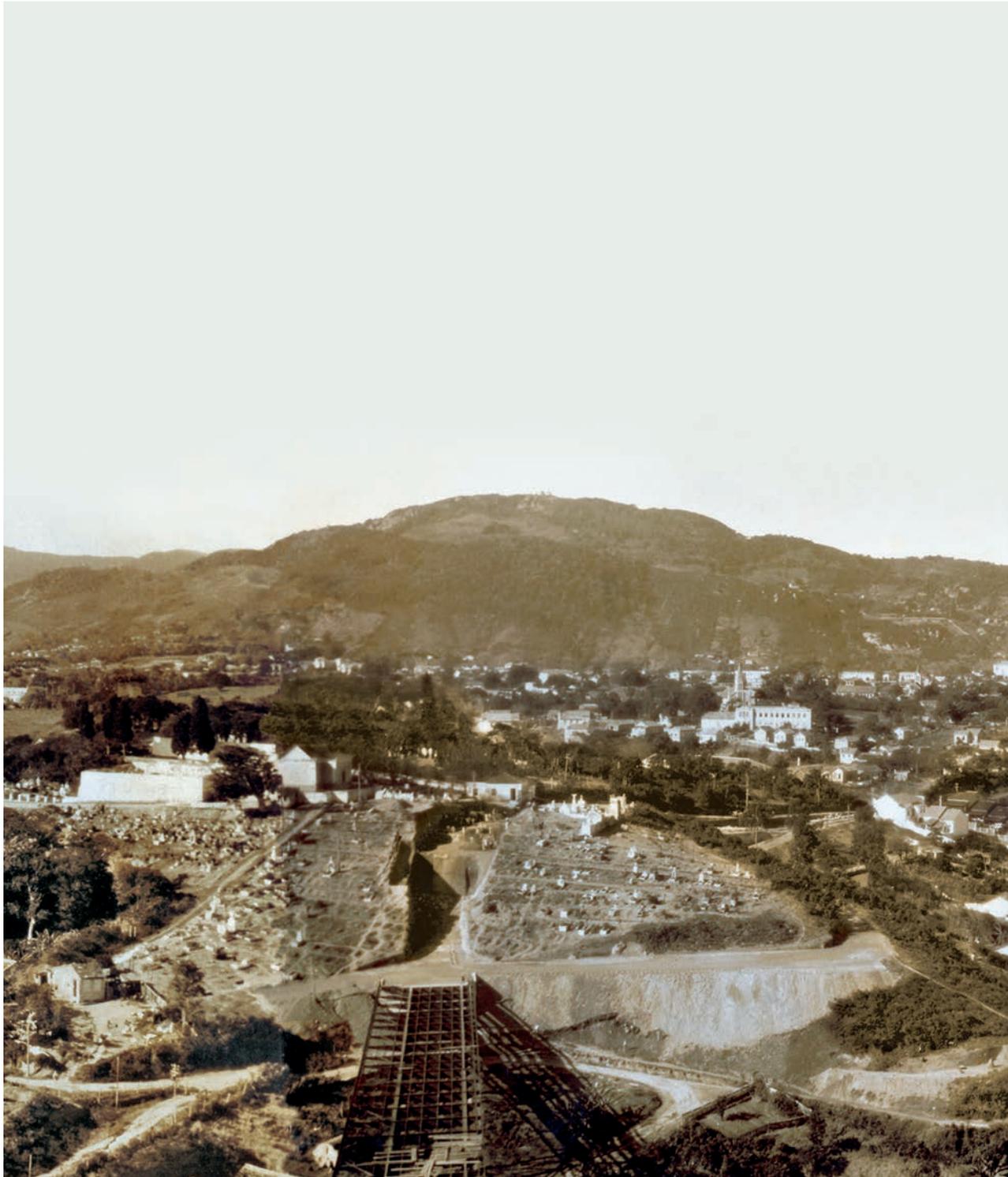


Figura 107 – Praia de Fora, na Baía Norte. c. 1924. Em destaque a Rua Almirante Lamego. À esquerda, o antigo Cemitério Municipal (hoje região do Parque da Luz). A fumaça é da chaminé do antigo Forno Incinerador de Lixo. À direita, no canto inferior, andaimes da construção da Ponte Hercílio Luz. – recorte da foto original.

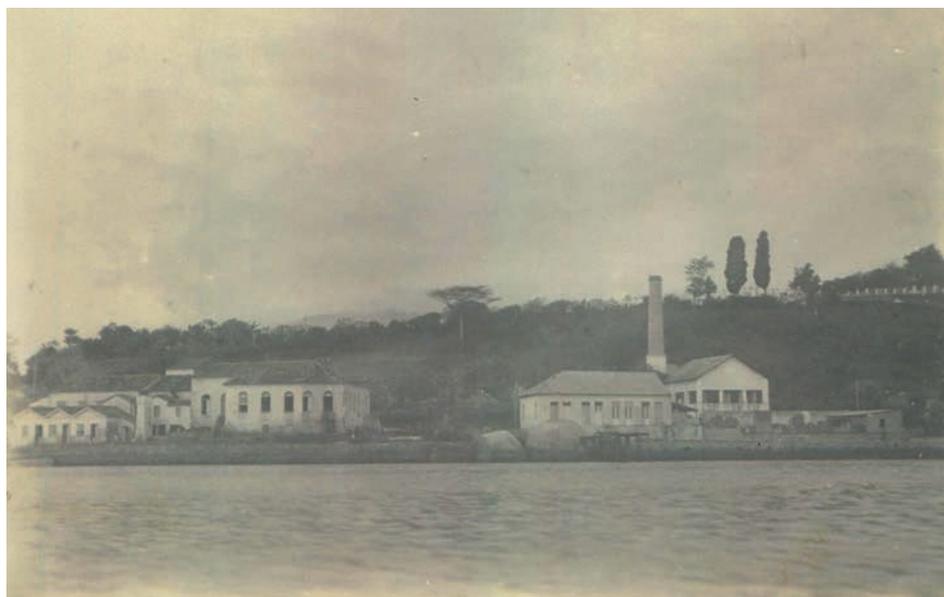


Figura 108 – Rua Almirante Lamego. Em destaque a chaminé e o galpão do antigo Forno Incinerador de Lixo.



Figura 109 – Chaminé e galpão do antigo Forno Incinerador de Lixo. Sede do GIOS – Grupo Integrado de Obras Sociais. Foto: Raulino José Zimmermann Neto



Figura 110 – Rua Almirante Lamego. Antiga Inspetoria de Rios e Portos Navegáveis (“Dragas”), construído em 1897. Foto da década de 1980.



Figura 111 – Antiga Inspetoria de Rios e Portos. Prédio tombado, atualmente usado como restaurantes. Fachada voltada para a Beira Mar Norte. 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges

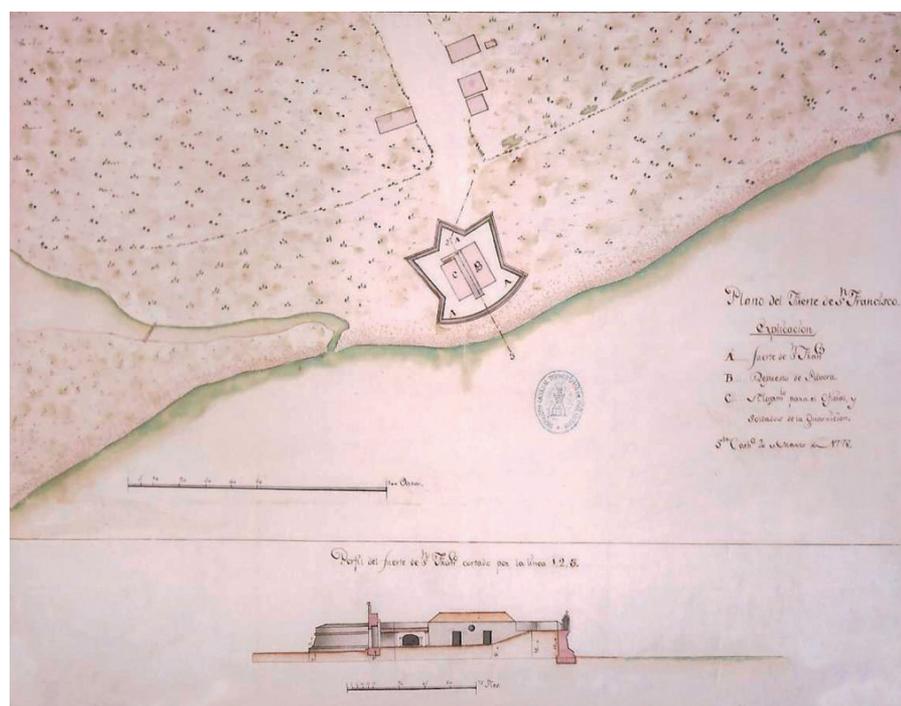


Figura 112 – Implantação e elevação do Forte de São Francisco Xavier, 1778



Figura 113 – Praça Esteves Júnior com antigos canhões integrados. 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 114 – O antigo Bar Katcipis, na década de 1970. Fachada voltada para a Rua Esteves Júnior, na esquina com ruas Bocaiuva e Almirante Lamego, ainda pavimentada com paralelepípedos.



Figura 115 – O Bar Katcipis, na rua Almirante Lamego, esquina com Rua Esteves Júnior. Fachada voltada para a Praça Esteves Júnior. Década de 1970.



Figura 116 – Esquina das ruas Esteves Júnior, Bocaiuva e Almirante Lamego.



Figura 117 – Esquina das ruas Esteves Júnior, Bocaiuva e Almirante Lamego, 2018. Foto: Eliane Veras da Veiga

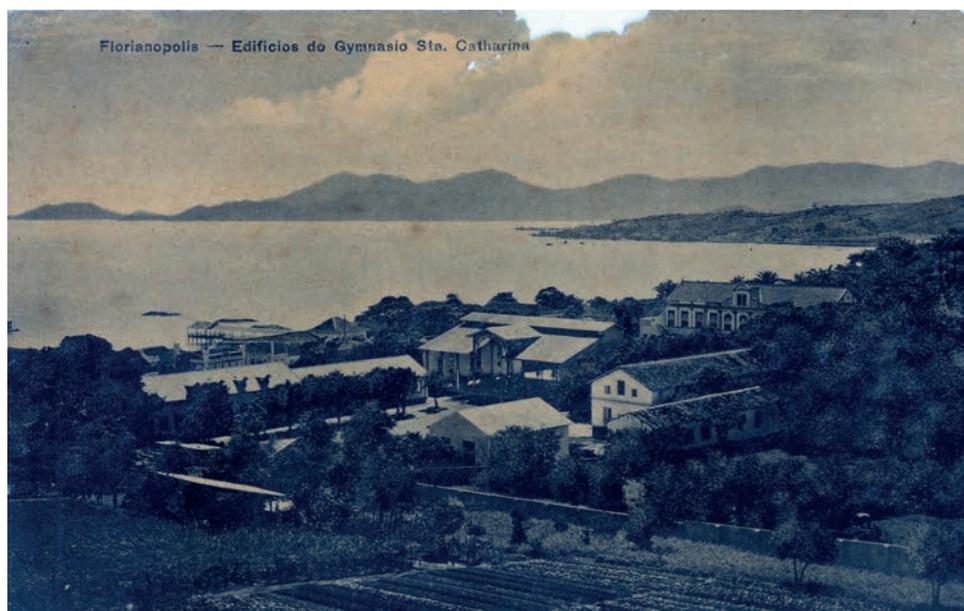


Figura 118 – Panorâmica da Baía Norte. Destacam-se o trapiche na Praça Esteves Júnior e o conjunto de edificações do Colégio Catarinense, em 1916.



Figura 119 – Estudantes do Colégio Catarinense e curiosos observando uma regata, em 1919.



Figura 120 – Fachada do Colégio Catarinense, em 1952.



Figura 121 – Colégio Catarinense, no século XXI.



Figura 122 – Em 1955 Madre Ancilla e Madre Chantal compraram esta casa, a primeira residência das Irmãs, na rua Bocaiuva. Em 1973 ela foi demolida. Em 1958 o governador Jorge Lacerda inaugurou o prédio do Colégio, atrás da residência. E em 2000 foi construído o ginásio.



Figura 123 – Pátio do antigo Curso Elementar Menino Jesus, ao lado e atrás da antiga residência das Irmãs, na Rua Bocaiuva. Década de 1970.



Figura 124 – Largo São Sebastião, vendo-se ao fundo o prédio do Curso Elementar Menino Jesus. Em 1975 foram adquiridas duas casas voltadas para o Largo, dando acesso à creche do “Coleginho”. Elas foram demolidas e em 2000 foi realizada a grande reforma e ampliação do Centro Educacional Menino Jesus.



Figura 126 – Instalações do Curso Elementar Menino Jesus no Largo de São Sebastião, em 1994.



Figura 125 – Instalações atuais do Centro Educacional Menino Jesus no Largo de São Sebastião. Século XXI.



Figura 127 – Rua Esteves Júnior. A casa tombada em 1986, como patrimônio cultural, foi restaurada e nela instalado o Memorial do Colégio. Ao lado, a recepção e acesso principal ao CEMJ. Século XXI.



Figura 128 – Capela de São Sebastião da Praia de Fora, no século XIX. O nome Rua de São Sebastião deveu-se à esta capela, construída em 1856.



Figura 129 – Largo São Sebastião, em 2018. A igrejinha que ainda existe, localizada no fundo do Largo São Sebastião, já bastante alterada, perdeu a capela-mor. Ainda conserva paredes originais numa lateral e nos fundos. Foto: Eliane Veras da Veiga



Figura 130 – Procissão de São Sebastião em 20 de janeiro de 2018. Foto: Lucas Medeiros Zunino



Figura 131 – Procissão de São Sebastião na escadaria da sua igreja, em 2018. Foto: Lucas Medeiros Zunino



Figura 132 – Praça dos Namorados em obras. Década de 1980.



Figura 133 – A antiga Estação Elevatória de Saneamento com a Praça dos Namorados ao fundo. Ano: 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 134 – A família Silveira em frente à capela de São Sebastião. Década: 1960.



Figura 135 – Sala da frente do chalé da família Silveira. Acervo família Silveira. 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 136 – Do chalé da família Silveira, acesso para a rua Bocaiuva, em 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 137 – Chalé dos Silveira, na esquina da rua Bocaiuva e avenida Gama d’Eça, em 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 138 – Consulado Alemão na Praia de Fora, Rua Bocaiuva, n. 42. À direita, o Consulado da Suíça, com bandeira hasteada. Pintura de Joseph Brüggmann, c. 1866.



Figura 139 – Consulado Alemão em Nossa Senhora do Desterro. Desenho original publicado no jornal ilustrado “Über Land und Meer”, n. 51, out, 1878-79.



Figura 140 – Jardim frontal da Casa do Barão.



Figura 141 – Vista para a Baía Norte, a partir do jardim da Casa do Barão.



Figura 142 – A antiga Casa do Barão, atual agência do Banco Itaú, 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges

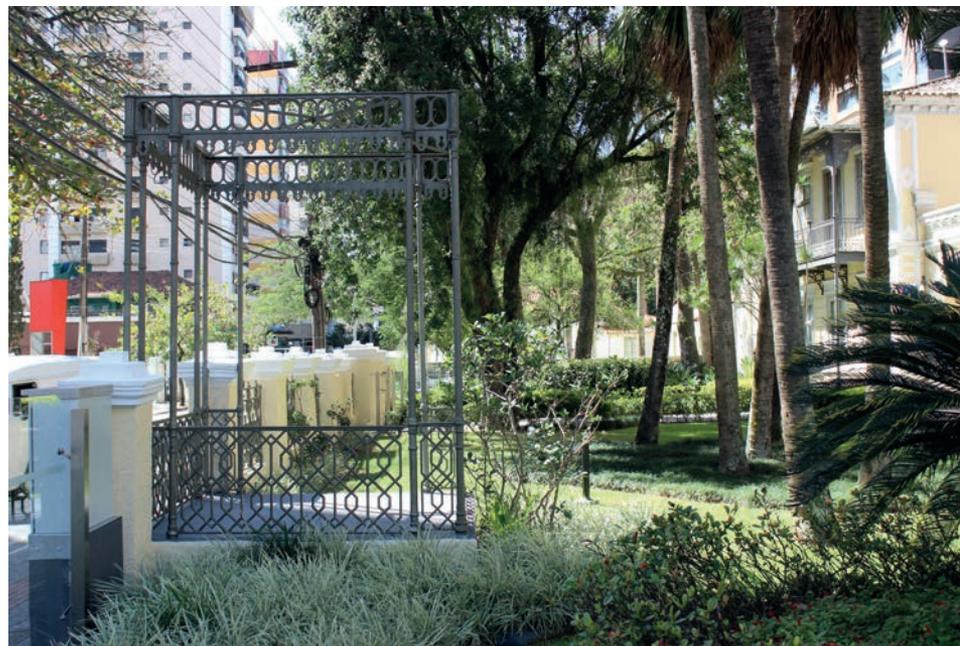


Figura 143 – Os jardins e o gazebo da antiga Casa do Barão. 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges

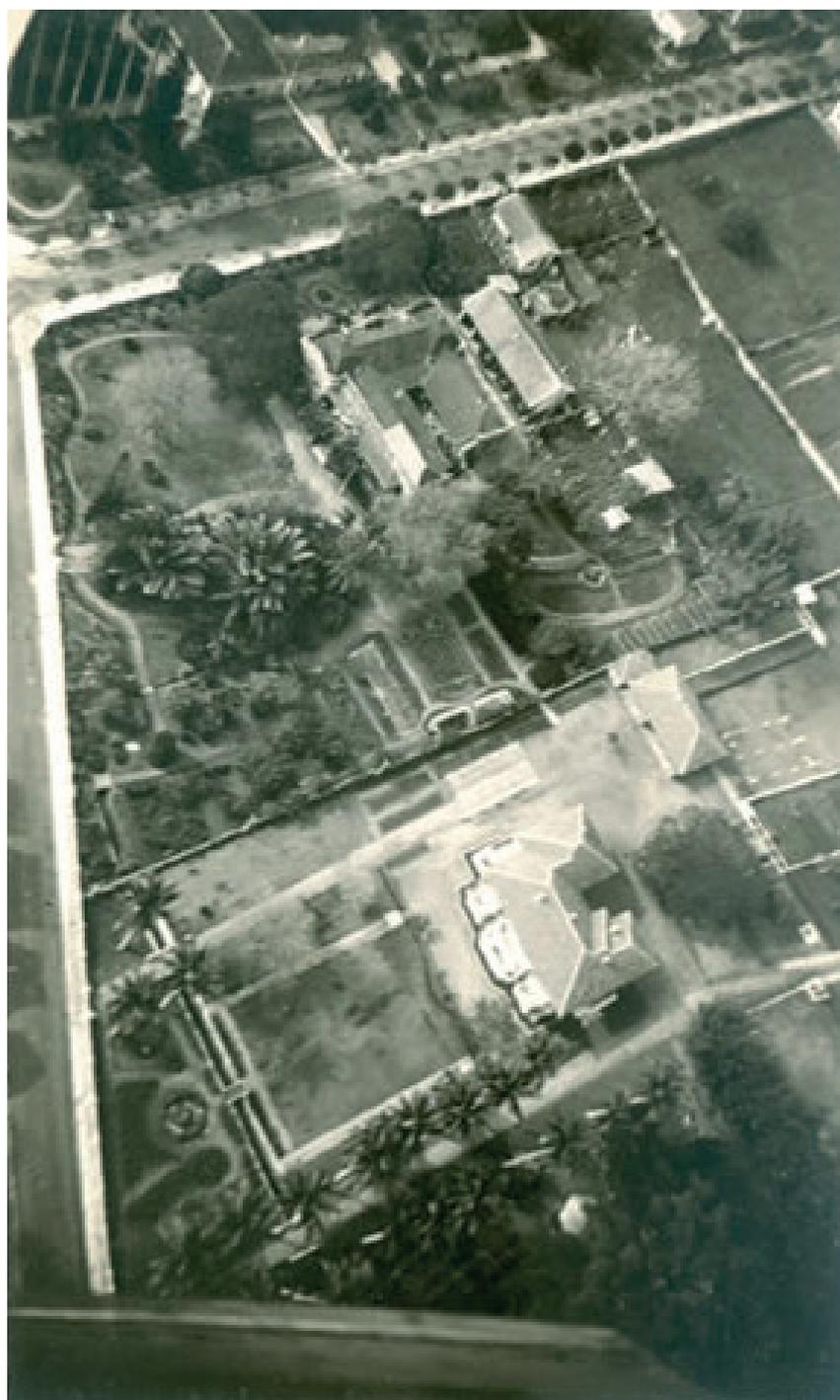


Figura 144 – Vista aérea e parcial da quadra limitada pelas Avenida Trompowsky e Rua Bocaiuva.

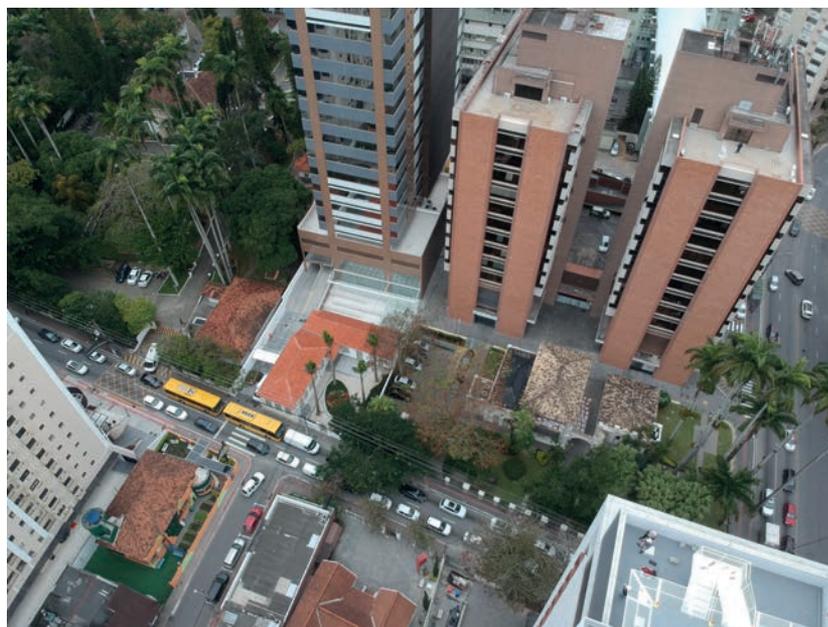


Figura 145 – Vista aérea da Rua Bocaiuva, entre a Travessa Harmonia e a esquina com Avenida Othon Gama D'Eça. Ago./2018. Foto: Thiago Guedes Willecke



Figura 146 – Vista aérea da Rua Bocaiuva, esquina com Travessa Harmonia, em frente à antiga Casa de Chácara restaurada. Ago./2018. Foto: Thiago Guedes Willecke



Figura 147 – Brigada Silva Paes, em 2017. Foto: Eliane Veras da Veiga



Figura 148 – Centro Cultural Ruth Hoepcke da Silva, em 2017. Foto: Eliane Veras da Veiga



Figura 149 – Imagem aérea da esquina das ruas Bocaiuva e Altamiro Guimarães. O antigo Campo Esportivo da Liga de Futebol ainda não era cercado.c.1922.

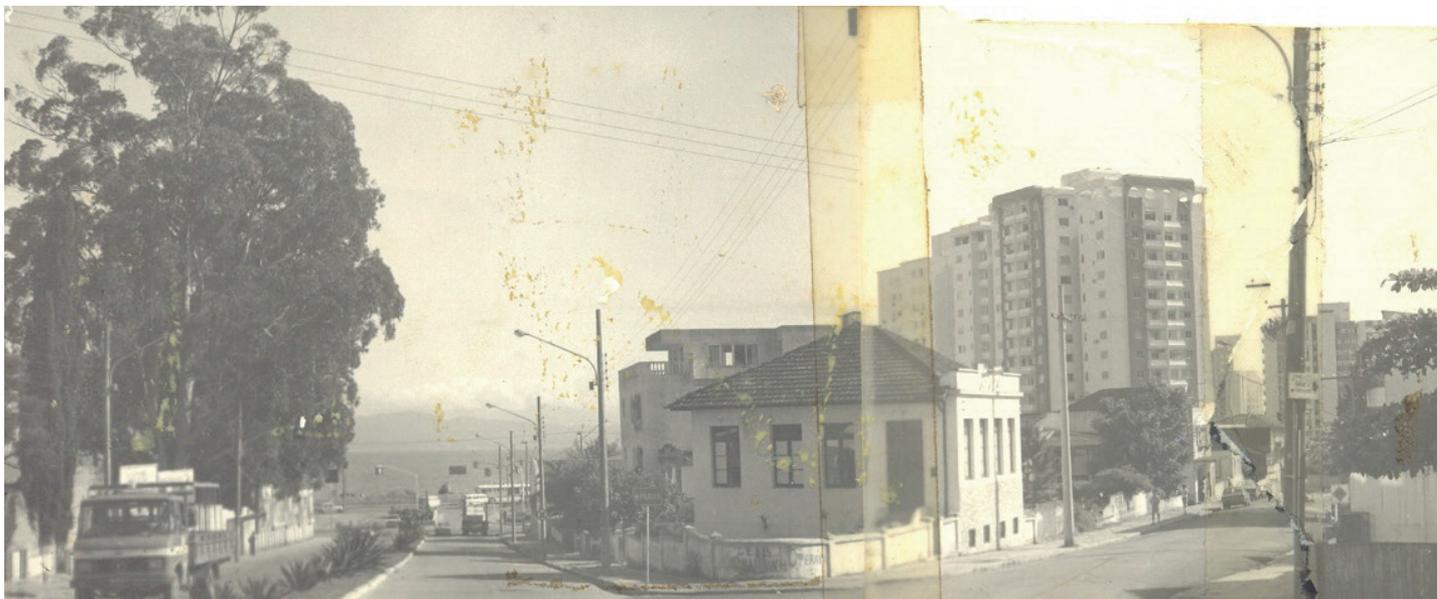


Figura 150 – Avenida Mauro Ramos, esquina com rua Demétrio Ribeiro. Ao fundo, a Baía Norte e o Continente.



Figura 151 – O terreno onde existiu o Campo da Liga, hoje ocupado pelo Shopping Beiramar. A via lateral é a Avenida Mauro Ramos, com um antigo abrigo no ponto de ônibus, ainda usual. Mais abaixo, a feira semanal, no terreno do antigo Forte São Luiz. Datada entre as décadas de 1970 e 1980.



Figura 152 – Antigo campo do Avaí Futebol Clube. Ao fundo, os primeiros edifícios da avenida Beira Mar. Década de 1970.



Figura 153 – Shopping Beiramar, na esquina das avenidas Mauro Ramos e Bocaiuva, dez. 2018. Foto: Eliane Veras da Veiga



Figura 156 – Antigo Campo do Avaí Futebol Clube, na esquina entre as Ruas Bocaiuva, Altamiro Guimarães e a Avenida Mauro Ramos. E as primeiras pistas da Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, na década de 1970. Vista aérea.



Figura 157 – Shopping Beiramar em construção e a feira no Largo São Luiz. c. 1996.



Figura 158 – Obelisco Dias Velho sobre a pedra, no local inicial. Espaço de fotos memoráveis. Yvone e Décio Veras, em 1949.



Figura 159 – Obelisco Dias Velho, incorporado ao canteiro central da avenida Mauro Ramos. Década de 1990. À direita, o Shopping Beiramar.



Figura 160 – Obelisco Dias Velho, relocado para a calçada à margem da ciclovia, na avenida Rubens de Arruda Ramos. 2012.



Figura 161 – Rua Bocaiuva, pavimento de paralelepípedos em 1930. Ao fundo, obelisco Dias Velho sobre a pedra, no seu local inicial.



Figura 162 – Feira semanal sobre o terreno do antigo Forte São Luiz. Ao fundo o muro do Campo do Avaí, paralelo à rua Bocaiuva. Década de 1970.

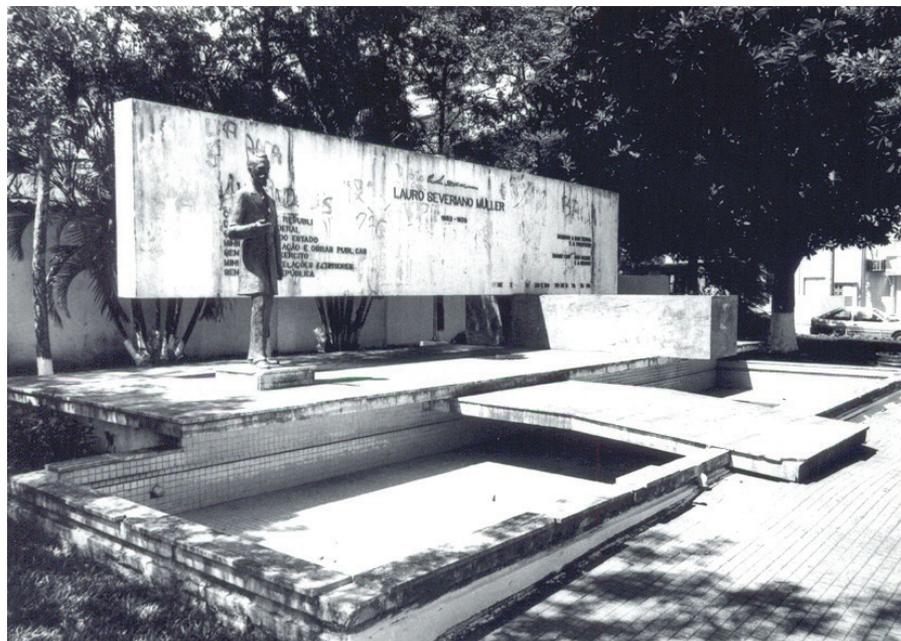


Figura 163 – Praça Lauro Müller nos anos 1990.



Figura 164 – Praça Lauro Müller, 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 165 – Encontro das avenidas Jornalista Rubens de Arruda Ramos e Mauro Ramos e Ruas Bocaiuva e Heitor Luz. A Praça Lauro Müller renovada, incorporada ao Hotel Majestic. 2018. Foto: Eliane Veras da Veiga



Figura 166 – Praça Governador Celso Ramos e Rua Frei Caneca. Década de 1970.

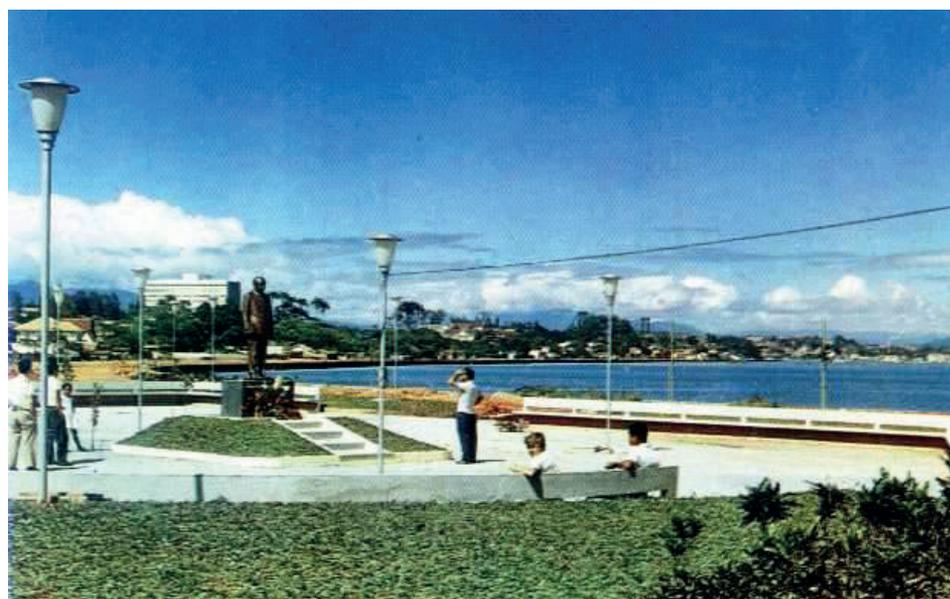


Figura 167 – Praça Governador Celso Ramos Década de 1970.





Figura 168 – Baía Norte, Praia de São Luiz, c. 1920. Ao fundo, Praia de Fora. No detalhe, a planta da década de 1930, registra a mesma localização. A imagem mostra o obelisco ali instalado em 1922. A área em torno do obelisco pertenceu ao antigo forte de São Luiz. A foto sugere a silhueta de uma guarita, porém, a iconografia de 1786 não registra guarita na planta da bateria. Já o levantamento espanhol de 1778 indica uma guarita no vértice nordeste da muralha.



Figura 169 – Perspectiva da avenida Rubens de Arruda Ramos e rua Bocaiuva. Em destaque, no centro, a praça Governador Celso Ramos, nos anos 1990.



Figura 170 – Praça Governador Celso Ramos, em 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 171 – Praça Governador Celso Ramos, em 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 172 – Rua Rui Barbosa, no início do século XX. Antiga residência da família Carvalho, depois Santa Catarina Country Clube, na Agrônômica. Hoje incorporada a um condomínio.



Figura 173 – Rua Rui Barbosa, na Agrônômica. Antiga residência da família Carvalho, depois Santa Catarina Country Clube, já extinto. Tombado como patrimônio cultural, está incorporado a um condomínio. Foto: Eliane Veras da Veiga

“A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer as pedras para as frontarias, cantarem, cobertos de suor, uma melodia tão triste, que pelo ar parece um arquejante soluço”.

João do Rio, 1908: A alma encantadora das ruas - Fragmento

CAPÍTULO IX

A TRANSIÇÃO DAS LINGUAGENS ARQUITETÔNICAS E OS MELHORAMENTOS URBANOS NA PRAIA DE FORA

As casas de chácara fizeram parte de uma paisagem que está quase extinta nas cidades brasileiras, salvo por um ou outro quintal remanescente. Características arquitetônicas, qualidades do terreno e antigos hábitos ali cultivados já dão lugar a outros cenários. Em contraponto, essa mudança estimula a curiosidade sobre a cultura local, o que torna a leitura de Oswaldo Cabral uma espécie de viagem a “outra cidade”, que não somos mais capazes de reconhecer (salvo por alguns espaços, indicativos topográficos, rios, pedras e orlas, além da sugestiva toponímia e de antigas edificações que permaneceram). Onde, afinal, está a cidade descrita por Cabral e que hoje é tão servil ao automóvel e à ocupação desenfreada do solo? Um exemplo curioso é a antiga morada e chácara da família de Antônio Mário Bonetti (avô do arquiteto Giovanni Bonetti). Na sua localização, próxima ao número 830 da Rua Almirante Lamego, desde a década de 1970, há o *Condomínio Fontainebleau*, um conjunto de apartamentos em dois blocos de oito pavimentos, que ocupa terras de antigas casas, sobrados e chácaras do século XIX, sobre as quais Cabral (1979 p. 34-38) registrou:

“As chácaras foram complemento da abastança dos senhores dos sobrados. Situadas fora dos limites estreitos do centro da cidade, eram o refúgio dos dias de canícula estival... e dos dias em que as

epidemias de cólera ou febre amarela dizimavam a população.

Nelas se abrigavam as famílias para fugir aos rigores do calor dos verões e aos temidos ‘miasmas’ aos quais se atribuía o aparecimento das epidemias.

Situadas no meio de vastos terrenos arborizados, destacavam-se pelo seu ar patriarcal de tranquilidade. Silenciosas, frescas, cheias de sombra, rios, de carregadas fruteiras, tinham todas o seu bom ‘olho d’água’, reputados e gabados incessantemente pelos donos. As casas, geralmente arredadas da via pública, para permitir um ‘à vontade’ de manhã à noite, eram caiadas de branco, espaçosas, amplas, limpas, confortáveis.

Nos tempos normais serviam de moradia apenas no verão. Nos de pandemia, em qualquer tempo. Para elas iam as famílias, de carro, depois que a carroça das mudanças, à frente, levasse os ‘trastes’ necessários para a temporada: – as camas ou esteiras, os colchões, as panelas, os mantimentos, as banheiras... A família era despachada pela manhã ou à noitinha, com a fresca, principalmente as que não possuíam carro e tinham que ir a pé. O chefe só chega à tardinha, depois de tudo arrumado.

Visitas, só de passar o dia. As conhecidas, as amizadas, atraídas por con-

vites amáveis, abalavam para elas com a filharada, com o pacote das chinelas e da bata, uma espécie de blusa ampla e folgada, para se porem à vontade. E as conversinhas, os mexericos, os diz-que-me-diz, iam pelo dia afora, interrompidos apenas para o almoço e para a sesta. A filharada esparramava-se pela chácara, trepando às árvores, caçando passarinho, devastando o pomar.

Só regressavam à noite, quando os maridos as vinham buscar, depois de aproveitados jantar e as novidades fresquinhas trazidas da cidade pelos chefes.

As chácaras ficavam para os lados da Praia de Fora, da Tronqueira, no Mato Grosso. As primeiras, perto da praia. As outras, nas fraldas do morro, na encosta, das colinas.

Em 1876 contavam-se, no caminho do Saco dos Limões, três delas: as de Miguel de Sousa Lobo, Estanislau Vieira da Conceição (que era proprietário de outra, sobre a colina em que hoje se levanta o Lira Tênis Clube) e de João de Deus Gaignette. Nas atuais Ruas Esteves Júnior e Bocaiuva, isto é, na Praia de Fora, encontravam-se verdadeiros latifúndios! Havia ali as suas quintas João Vieira Pamplona, José Feliciano Alves de Brito, José Maria do Vale, Alexandre José de Sousa Rainha, Dr. Joaquim Ramalho, José Maria Branco, Manuel Francisco Pereira Neto, Dr. Duarte Schuttel, Virgílio Vilela, José Maria da Luz, Boaventura Vinhas, Manuel José de Oliveira, Domingos da Costa e muitos outros. O Dr. Joaquim do Livramento situava a sua na colina em que hoje se encontra o Colégio Coração de Jesus, das Irmãs da Divina Providência; D. Mariana do Livramento, mais adiante, onde foi mais tarde a chácara Lapagesse

(atual Asilo de Órfãos); o Marechal Guilherme Xavier de Sousa, nas proximidades da Igreja de N^a. Sr^a. do Rosário.

A divisão interna das casas destas chácaras era variável, mas todas elas possuíam numerosos quartos de dormir, amplas salas de jantar, cozinhas enormes e salas de visita que eram verdadeiros salões.

Até elas não chegavam os 'miasmas' da cidade, batidas todas pelas vibrações e pelos ventos, cujos rigores se quebravam com o abundante arvoredo existente em torno.

Nelas realizavam-se, também, festas brilhantes. Em 1860, Boaventura Vinhas, na sua, que ficava no encontro das atuais Ruas Bocaiuva e Trompowsky, em terreno que, loteado, possui hoje uma dezena de magníficas edificações, obsequiou com um chá o Presidente da Província de então, o Dr. Francisco de Araújo Brusque. [...] recepção notável [...]. Houve danças, das nove da noite em diante. À meia-noite foi servida uma lauta mesa de doces e vinhos. [...] Vinhas brindou. Brusque agradeceu, bebendo aos nobres sentimentos do povo catarinense. O Padre Oliveira e Paiva [...] levantou um brinde ao Rio Grande do Sul, terra natal do Presidente Brusque. Manuel José de Oliveira, gentil, levantou a sua taça num brinde ao belo sexo. [...] e outros mais... Às duas da madrugada veio o chá, com que se pôs remate à festa, despedindo-se os convidados às três.

Como esta, outras festas realizaram-se, nas chácaras do Marechal Guilherme Xavier de Sousa, de José Gonçalves dos Santos Silvas, dos Luzes – algumas das quais culminaram com ceias magníficas, em que galinhas, peruas [...] leitões

enchiam as mesas, fartura que atingia as raias do desperdício – tudo regado a vinhos estrangeiros, que corriam abundantemente, sem conta nem economia...

Essas festas, reunindo a fina flor da sociedade catarinense, foram a nota de bom gosto, de requintada fidalguia, dos abastados da terra, que buscavam os seus haveres no comércio, na navegação. A nobreza da terra catarinense – uma terra que não teve mais que dois ou três barões no Império, e mesmo assim entre gente pertencente à militância de terra e mar – não existia em função dos latifúndios, dos engenhos, não era a nobreza territorial que se verificava em outras províncias do Brasil. Aqui, a elevação social se verificou em função do comércio, principalmente.

Terra servida por longa costa, de portos magníficos [...] ponto de escala obrigatório de tudo o que demandava o Prata – foram os armadores, que possuíam verdadeiras frotas de veleiros mercantes, importadores e distribuidores das mercadorias que vinham diretamente do Rio de Janeiro ou do estrangeiro, principalmente de Portugal e da Inglaterra, aqueles que formaram a aristocracia desterrense.

Foram eles que elevaram a Vila de Desterro, que tiraram da ‘mera pescaria’ a que se referia Manuel Manso de Avelar, a Cidade do Desterro, capital da Província de Santa Catarina.

Com os anos, com o desenvolvimento cada vez maior da cidade, os antigos ‘subúrbios’ em que se localizavam as chácaras, foram entrando para o perímetro urbano. Mato Grosso, Praia de Fora, as colinas que circundam o antigo centro comercial, deixaram de ser pontos afastados. As distâncias encurtaram, os trans-

portes multiplicaram-se, a vida tornou-se mais ativa, mais agitada, mais complicada. A escravidão foi extinta, a república acabou com os comendadores, a navegação a vapor foi substituindo a antiga, à vela, os barcos dos armadores locais, [...] passaram [...] as frotas desmanteladas, vendidas, dispersas. [...]

E as velhas chácaras foram sendo divididas e subdivididas, para dar lugar a novas construções urbanas, à beira das Ruas, sem a quietude das antigas casas grandes sem a vastidão dos quintais, sem a sombra das fruteiras, sem o canto dos passarinhos. Poucas, muito poucas restam ainda hoje, resistindo à fragmentação e ao abandono. [...] A picareta do progresso não tardará em derrubar a última delas (casinhas de porta e janela), em algum ponto da cidade onde exista ainda, esquecida.

Os sobrados do centro têm resistido mais do que as chácaras e do que as casinhas. Mas tem, também, os seus dias contados... Já começou a derrubada para dar lugar aos arranha-céus (!) de seis e dez andares. [...] Dentro de pouco tempo não haverá mais memória do que foi a antiga Desterro. [...].

Desterro foi substituída no mapa por Florianópolis. Mas fica ainda aberta entre o mar e os contrafortes do morro do Antão. Não pode mais crescer para os lados. E terá, necessariamente, de crescer para cima...”

Nas entrelinhas do seu texto, Cabral sugere as linguagens arquitetônicas que Florianópolis teve em profusão. Desde as casinhas de porta e janela às linguagens modernas; todas elas ele presenciou.

A arquitetura e suas linguagens na Praia de Fora e na cidade

Ao longo de todo o eixo da Rua Bocaiuva, ainda há lembranças, conservadas ou não, de exemplares da arquitetura tradicional. Casas de chácara, chalés, casas de porão alto ou com alpendre lateral estão entre os modelos que remetem ao século XIX e início do XX. As janelas de madeira eram os destaques, voltadas para as calçadas. Com suas vergas retas, ou arcos plenos, ou abatidos, sistema de guilhotina e pequenos caixilhos quadrados, guarnecidos pelos vidros – material considerado ainda, em 1870, um dos mais caros na construção brasileira. Muitas janelas apresentaram bandeira fixa, ou móvel, na parte superior. As esquadrias abriam-se para dentro do ambiente. Em cada janela, vedava-se com duas folhas externas, envidraçadas, e as duas internas, com madeira trabalhada com almofadas. O peitoril muitas vezes ultrapassava os umbrais da janela, fazendo acabamento mais caprichoso.

Aos poucos, o estilo eclético ganhou evidência, demonstrando riqueza e poder. As fachadas foram enriquecidas com ornamentos em massa: eram cimalthas e frisos, falsas pilastras, almofadas, desenhos geométricos, florais, guirlandas e fantasias. Nas platibandas, no alto dos sobrados e mesmo nas casas térreas, sobressaíam desenhos com curvas e contra-curva, por vezes, ressaltando a data da reforma do prédio, ou da sua construção, ou ainda, as iniciais do proprietário.

A decoração eclética valorizou as molduras salientes das janelas, sobrevergas triangulares, ornatos circulares, cunhais e capitéis coríntios, num enriquecimento muito comum no século XIX, graças ao desenvolvimento comercial. O proprietário então decora ou redDecora sua antiga morada e seu comércio. Os alpendres – varandas laterais – cercados por

balaústres ou balcões de ferro, cada um com desenho mais criativo que o outro. As grades e os balaústres marcaram também o guarda-corpo das portas-janelas mais alongadas, típicas do século XIX.

O Ecletismo renovou, desde os singelos sobrados coloniais, aos grandes edifícios, incorporando variados e curiosos ornatos em massa, consoles, falsos capitéis e aduelas, exibindo desenhos em formato de folhas, flores e carrancas. A decoração permitiu elaborar fachadas antes muito simples, destacando os contornos caiados ou coloridos e utilizando contrastes vibrantes nas esquadrias, o que trouxe imponência às construções e representou prestígio, poder político e financeiro.

Hoje, graças à ação do tombamento como Patrimônio Cultural, a paisagem de Florianópolis preserva a diversidade dos estilos tradicionais, que representam as sucessivas fases da arquitetura brasileira. Algumas dessas linguagens ainda podem ser identificadas no eixo das Ruas Almirante Lamego, Bocaiuva, Heitor Luz, Frei Caneca e Rui Barbosa. Dentre essas expressões arquitetônicas, a *Casa de Chácara* e o antigo *Bar Katcipis* representam o estilo colonial, térreo, que prevaleceu como modelo habitacional e comercial dos séculos XVIII ao início do XIX. Os chalés, de tradição germânica, recorrentes no século XIX, por sua vez, conviveram com as casas de porão alto, com varanda lateral, decoradas, rebuscadas pelo gosto eclético, com suas platibandas, ornamentos em ferro e em massa. A velha sede da Inspeção de Rios e Portos e o antigo *Santa Catarina Country Clube* estão entre as edificações que permanecem em diferentes pontos desse eixo viário, somados às estações elevatórias, ao colégio e à igreja, que também trazem a linguagem caprichosa do Ecletismo.

Numa descrição breve das características da arquitetura colonial, destacam-se a

implantação da edificação junto à calçada e as proporções modestas da edificação, como predomínio de salas de visita voltadas para a fachada que avista a rua principal. O edifício é construído com base em pedras e paredes em tijolos maciços, sendo as paredes internas muitas vezes mais finas, feitas em taipa. Na cobertura, estruturada em madeira, assentam-se as telhas de barro, tipo capa e canal – o tradicional modelo colonial, arrematado, por vezes, nas esquinas, com o recorte da telha em peito de pomba. As grandes janelas, simetricamente distribuídas, envidraçadas em pequenos caixilhos e sistema de guilhotina, denotam a importância das salas antigas de receber. Nessas construções, originalmente não havia energia elétrica ou água encanada, nem redes de esgotos. Todos estes foram sistemas posteriormente instalados.

O Eclétismo, por sua vez, trouxe uma arquitetura mais alongada, com pé direito avantajado, mantendo o frescor interno. As janelas verticalizadas, com sistema de abertura em duas folhas e bandeiras fixas na parte superior, facilitavam o acesso de luz natural. Nessas moradas de acesso lateral, o alpendre avarandado convida a entrar e mostra-se como uma extensão da sala de visitas. Essas edificações ainda muito próximas da calçada já são descoladas dos limites laterais dos lotes. Com sua variedade de ornamentos – balaustradas, flores, ânforas, guirlandas, além de vidros jateados e pavimentos em ladrilho hidráulico –, exibem-se para quem passa pela rua, complementadas pelos jardins, povoados por vegetação exótica, inclusive as tão admiradas palmeiras imperiais.

Nos telhados das casas de porão alto, aparecem ainda as telhas de barro, agora mais planas, chamadas francesas ou marselhas. A platibanda, prolongando a fachada frontal do edifício, pode estender-se pela sua lateral, es-

condendo a calha, uma exigência funcional do século XIX e início do XX.

Nos chalés, há a mesma telha francesa, porém com duas águas apenas e inclinações perpendiculares à calçada. O acesso é lateral, e a independência da construção em relação ao lote é ainda maior. Destacam-se frontões ornamentados, acabamentos de telhado rendilhados com os lambrequins em madeira ou metal.

Os bangalôs, no século XX, vieram complementar a coleção de linguagens, num estilo de transição. Já aparecem então abrigos para automóveis, substituindo as antigas cocheiras e a preocupação com salas de jantar, bibliotecas, salas de costura, mais quartos, copas, edículas e novos cômodos, que se tornam maiores até o pleno desenvolvimento da arquitetura moderna. A decoração excessiva desaparece, e os ângulos retos ou boleados tomam lugar.

Por fim, a arquitetura moderna, no século XX, abandona os telhados tradicionais, adota lajes concretadas, planas, horizontais ou em asas de borboleta, e grandes vãos envidraçados tomam espaço nas fachadas. Também surgem detalhes em *brise soleil* e marquises em balanço. As garagens passam a ser incorporação fundamental ao projeto arquitetônico, que adota múltiplas formas. Não demora muito, passam a conviver com os modernos edifícios de vários andares e plantas padronizadas.

Já no século XXI, multiplicam-se os repertórios estéticos, a ousadia dos gabaritos, as inovações na solução dos programas, os recursos materiais, as técnicas construtivas e as instalações tecnológicas, elementos que parecem não ter limites de criação. Eis porque se torna ainda mais importante preservar as unidades que fizeram parte dessa trajetória histórica – síntese notável desse acervo – demonstrando que a cidade manteve parte da sua tradição, somada à arquitetura contemporânea.

A Praia de Fora e os melhoramentos urbanos

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a Rua Bocaiuva estava em condições das mais precárias. Faltavam iluminação, fornecimento de energia e coleta adequada do lixo, além de pavimentações e de pontes. Algumas trilhas que atravessavam as chácaras, por vezes, eram os melhores acessos. Avanços na infraestrutura urbana, gerados pelo poder público e complementados por iniciativas particulares se intensificaram na segunda metade do século XIX e na primeira do século XX. Para isso, algumas chácaras tiveram áreas desapropriadas. Também os proprietários promoveram doações de frações dentro de suas terras, facilitando o surgimento de novas ruas e a melhoria dos acessos, como foi o caso de José Feliciano Alves de Brito (que dá nome à rua) e de José Joaquim da Veiga (deu nome à atual Avenida Mauro Ramos). Outros tiveram áreas indenizadas, como foi o caso de José Vieira e Castro, cuja chácara foi área do primeiro Cemitério Municipal, que ali funcionou, entre 1840 e 1925, quando foi desativado (parte dele é o atual Parque da Luz).

Em 1928, os mais altos edifícios de Florianópolis não ultrapassavam três pavimentos, sem incluir seus porões. Mesmo assim, desse porte havia apenas 21 dentro do perímetro urbano. Outros 200 apresentavam dois pavimentos, e 1775 eram edifícios térreos. Muitas ruas ainda não eram calçadas, o que foi se tornando um problema de grande importância pelo desenvolvimento que ia tendo o serviço de ônibus, conforme relatava o Prefeito Heitor Blum, nesse ano.

No século XX, o terreno dos Souza, onde ficava a *Casa de Chácara da Bocaiuva*, foi desmembrado para construção da Maternidade Carmela Dutra, inaugurada em 1955, e

do Hospital Celso Ramos, de 1962. Também a chácara dos Silveira e o terreno dos Wangerheim foram em parte desapropriados para a construção do Hospital Celso Ramos e para a abertura da Avenida Professor Othon Gama D'Eça, já na segunda metade do século XX.

Imagine-se uma capital onde as primeiras modernidades ocorreram no século XX. A partir de 1909, foram instaladas redes de água encanada. Em 1910, inaugurada a iluminação pública, com energia elétrica, e teve início a construção da primeira avenida da cidade, a Avenida do Saneamento, depois chamada Hercílio Luz. Entre 1913 e 1916, foi executada a rede de esgotos. Os transportes coletivos iniciavam suas atividades por meio dos bondes puxados a burro, em 1909, e dos ônibus, em 1920. A obra que marcou a década e a definitiva consolidação da Capital do Estado foi a construção da Ponte da Independência – depois, Ponte Hercílio Luz – executada entre 1922 e 1926.

Em 1900, havia 32.220 habitantes no Município de Florianópolis e, em 1920, 41.338. Muitos moradores percorriam longas distâncias a pé. Cavalos e carroças representavam um bem importante, fundamental para o trabalho e para o lazer. O centro da cidade, no entorno da Praça da Matriz, foi a área prioritariamente urbanizada, pavimentada e iluminada, e as implantações das redes de água e esgotos começaram ali. As estradas eram precárias e havia constantes reclamações da população junto ao poder público.

Mesmo assim, a paisagem bucólica do caminho entre a Praia de Fora e a Trindade ficou gravada nas palavras do antológico cronista Virgílio Várzea, que descreveu o lugar:

"[...] paraíso, vizinho, a um lado, [...] com o agreste mas aprazível arrabalde do Mato Grosso, que assenta so-

bre duas ou três das principais colinas da cidade, desde o estreito vale ou planície das Olarias, na falda do morro do Antão, até à baixada da chácara Linhares, à Rua Esteves Júnior. [...] As ruas mais pitorescas [...] José Veiga que, com a da Bocaiuva, à Praia de Fora, foram as duas ruas mais extensas do Desterro, com um curso de cerca de dois quilômetros cada uma. Nessas ruas estão situadas as melhores chácaras [...].

Pela Rua Frei Caneca que sai do largo do mesmo nome e desce para o cais de São Luís, num leve pendor sinuoso cercado de sebes de espinhos, dentre as quais se erguem pequeninas habitações colocadas esparsamente aqui e ali, com as suas cercas de boasnoites à frente dos terreiros floridos de rosas e cravos, [...] vai-se dar ao boulevard magnífico da Pedra Grande, onde começa a estrada das Carreiras desdobrando-se próxima à costa até quase as planícies de Itacorubi, faixaada à veneziana por seus pequenos e sinuosos rios*, cujas voltas numerosas reluzem prateadamente [...]. Daí o caminho se bifurca, estendendo-se para a Trindade e Três Pontes**, seguindo depois na direção norte da Ilha [...]. (VÁRZEA, 2018, p. 55-56).

* refere-se ao mangue do Itacorubi./

**refere-se às pontes da Avenida da Saudade.

Na descrição de Várzea (1900), continuando para o Norte, ficava a localidade de Pedra Grande, "... longínqua – a quase uma légua do coração da cidade" e tinha o aspecto de uma "freguesia", com suas casas "... sobre terrenos de marinha [...], acima de pequenas pedras e lages alagadas [...] se acumulam pitorescamente neste ponto do litoral a começar por um enorme monólito redondo, elevando-se do seio

d'água como um zimbório maciço, à esquerda de quem vai de São Luiz, monólito que dá nome ao lugar desde os tempos primitivos".

O aspecto da localidade "Pedra Grande" era "Asseado, sossegado e florido [...] alegre arrabalde, com a sua casaria caiada e de variados feitios, uma ou outra praiazinha de areias alvas [...] paisagem feita dos mais leves contornos e linhas, descendo para o mar em planos inclinados de prados bizarros e moitas de arbustos [...] atrai a si, aos domingos, uma grande parte da população desterreense, que percorre o bairro a cavalo, de carro, ou em grupos a pé [...]. Depois a extensão da rua principal e sua amplitude conferem uma certa feição de avenida campestre a toda Pedra Grande, tornando-a um verdadeiro paraíso para as excursões e cavalgadas".

Várzea registrou as chamadas "carreiras de cavalos": "... um dos divertimentos de domingo para os habitantes dos sítios, tanto da Ilha como do Continente. E nós assistimos várias vezes a funções desse gênero, não só no arrabalde da Pedra Grande, onde uma parte da estrada geral ficou conhecida por Carreiras [...] como no Saco dos Limões, Santo Antônio, Lagoa, Canavieiras, etc. [...]".

A Praia de Fora e seus trapiches

A Casa de Chácara da Bocaiuva é testemunha indelével das mudanças no cenário de Praia de Fora, por mais de um século. Dentre elas, a evolução dos meios de transportes e comunicação. Chalupas, canoas, balsas e baleiras navegavam pela orla marítima, pelos rios e pelas lagoas, interligando as freguesias no século XVIII e muitas comunidades do interior da Ilha, até o século XX.

Das janelas voltadas para a Rua Bocaiuva avistava-se e ouvia-se a passagem das

lanchas, fazendo a travessia Ilha-Continente pela Baía Norte, seguindo em direção à Praia de São Luiz, ou ao trapiche do Forte de Santana, quando o vento sul impedia o embarque ou o desembarque no Trapiche Municipal (depois, Miramar 1928-1974), na Baía Sul.

Segundo Veiga (2004), em 1896, o senhor José de Souza Dutra era o contratado para explorar o serviço de passagem do Estreito, por meio de lanchas a vapor. Em 1904, era Manoel de Souza Cunha quem desembarcava os passageiros entre a Ponta do Leal e Coqueiros – no Continente – e entre o Forte de São Luís e a Capitania dos Portos, na Ilha (antigo Forte de Santa Bárbara, hoje Museu Naval). Havia lanchas a vapor circulando de hora em hora, desde cedo até à noite. Por volta de 1920, surgiram as lanchas movidas a gasolina, convivendo com os botes a reboque ou a vela. Esses meios de locomoção permaneceram em uso após a inauguração da Ponte Hercílio Luz, em 1926. E, mesmo findando o transporte de passageiros, ainda persistiu por algum tempo a chegada de barcos de pequenos comerciantes nos trapiches da Praia de Fora para vender seus produtos a moradores dali. Os principais artigos negociados eram frutas, verduras e lenha para abastecer os fogões.

A Rua Bocaiuva: caminho da Praia de Fora

A caminho das chácaras e em qualquer direção, andava-se fundamentalmente a pé, em aranhas, charretes, cavalos de montaria e em carros de boi, percorrendo os caminhos terrestres, que conduziam às moradas, aos fortins, às igrejas, ao cemitério, às escolas, aos trapiches, ao centro da vila e às freguesias afastadas.

Na Praia de Fora ou no centro da Vila Capital, durante o período escravocrata, possi-

velmente houve mesmo a “cadeirinha de arruar”, carregada por escravos de alguma senhora mais abonada, conforme registrou o historiador Oswaldo Cabral no seu antológico livro *Nossa Senhora do Desterro – Notícias*:

“... as damas passeavam de cadeirinhas, frequentemente ricas de enfeites, cobertas por docéis de onde pendiam bordados escarlates e franjas douradas – e repimpadas em tais veículos, ao peso dos quais gemiam os pobres negros, várias dessas damas davam-se ares de monarcas no trono”. (Cabral, 1979)

Pela Rua Bocaiuva e por toda a cidade, circulavam por volta de 1830, carros e carroças atrelados a cavalos ou burros. Conduziam pessoas, forneciam água potável, transportavam mercadorias e até os defuntos para seus enterros. Difícil era alcançar o Cemitério da Cidade, instalado, entre 1841 e 1925, na região que corresponde hoje ao Parque da Luz. Naquela área desapropriada da antiga chácara de José Vieira e Castro, cercada e com portão, finalizava a Rua do Senado (Felipe Schmidt). Segundo Veiga (2010), em 1881, só era autorizado livre acesso pelo portão à entrada da Rua do Senado aos funerais que saíam da Praia de Fora.

Da *Casa de Chácara da Bocaiuva* certamente se ouvia o característico chiado das “carroças de ganho” e o trote dos tálburis, carros de duas rodas e dois assentos, sem boleia, com capota, puxado por um só animal, que transitavam em 1860 por toda a cidade. Conforme Veiga (2004), em 1870, uma dessas empresas, com sede na Rua Formosa, atual Esteves Júnior, solicitava que o pedido de aluguel dos carrinhos fosse feito com antecedência.

As carroças de ganho se deslocavam para o Mercado Municipal e mais tarde, para o Largo da Alfândega. Vindas de toda a par-

te, percorriam as Ruas Formosa (atual Esteves Júnior), Menino Deus, Visconde de Ouro Preto e Ilhéus. Uma curiosa lei, em 1883, obrigava engraxar os eixos das carroças para não ocorrer ruído. Outra determinava que o condutor trouxesse os animais pelo cabresto e andasse com a carroça pelo meio da rua, sob pena de ser preso e multado em até quatro mil-réis! Era o tempo dos vendedores ambulantes, com dois balaios sobre os ombros, carregados de bananas, laranjas, cebolas a percorrer as ruas a pé, oferecendo a produção.

A Rua Bocaiuva também era passagem, das excursões a cavalo para a Agrônômica, a Trindade, os Ingleses e Canasvieiras. Virgílio Várzea, em 1900 (p.64-67) destaca os passeios de multidões que vinham a pé, acompanhando outros, em suas montarias, carros de mola e carroças, dirigindo-se à Festa da Santíssima Trindade (depois chamada Festa da Laranja). Muitas cocheiras das chácaras da Praia de Fora alugavam animais e veículos. Os boleiros e moços de cavalaria consertavam e envernizavam carroças e charretes e alugavam cavalos encomendados pelos romeiros, por vezes disputados à última hora, por preços extraordinários:

“Capitalistas, negociantes abastados e outros, que vivem às suas chácaras com a família, retirados há muito da vida ativa, seguidos da criadagem percorrem solícitos, suas pequenas cavalariaças [...], a escolher, entre as velhas charretes [...] as que estão ainda em condições de servir para a romaria adorada. E até a meia-noite rodam carroças e passam cargueiros, abarrotados de gêneros e bebidas que uma multidão [...] vai devorar, no outro dia... Ao fulgir da estrela d’alva, [...] cavalgatas romeiras desfilam em trotes e galopes curtos pelas ruas da cidade, e

em largadas e disparadas frementes nos arrabaldes longínquos. À frente de certas casas, então, para o Mato Grosso, a Praia de Fora e as Olarias, vêem-se ir chegando aos portões muitas carroças enfeitadas... Esta partida de cavaleiros e carroças entra a coalhar as estradas, fazendo a volta de São Luís ou do Zé Mendes... [...] nas Ruas Altino Correa e João Pinto [...] fechado o comércio, principia o desfile dos caixeiros e outros empregados nos seus animais de aluguel... Já lá pelos bairros opulentos, dos chalets e vivendas de alto luxo, soltam-se os carros novos ou recentemente arranjados carregados de famílias. São moças... que ostentam nas mãos enluvadas as umbelas coloridas... acima das cúpulas arriadas dos carros, como grandes flores estranhas... Ao lado desses veículos bem postos, famílias humildes e pobres caminhando a pé, acompanhadas de rapazes e homens, todos em suas vestes de festa, rindo alegres em seu bando. [...] E dessa hora em diante a afluência se manifesta [...]. Pelas 11 horas já a praça está cheia...”.

Carvalho (2001, p. 29-30) recorda as antigas charretes utilizadas em 1948:

“... pequenos veículos de tração animal, alguns cavalos de raça, outros eram burros que puxavam aquelas pequenas cadeiras cobertas com lonas arriáveis... O cocheiro sentado na sua boleia ali ficava à minha espera. Parecia que eu estava no século dezenove, aguardando a carruagem [...]. Viaturas primitivas de rodas finas e grandes iam batendo na calçada, as ruas sonorizando a cadência... aqui nesta acolhedora cidade no ano de 1948 [...] pequeno era o número de veículos

motorizados [...]. Chevrolets e vários carros americanos, tipo Nash, Desoto, Studebaker, Mercury, carros Ford, enfim, eram os automóveis de então circulando pela velha cidade”.

As crianças da *Chácara da Bocaiuva* e muitas outras pela cidade pacata eram acostumadas a sentar-se ao meio fio e brincar sem risco algum, já que até os anos 1950 o movimento de charretes, automóveis, bondinhos e ônibus foi esporádico. Mas posteriormente os automóveis foram ganhando as ruas:

“... a mamãe tinha medo que eu saísse sozinha. Com a minha turma de colégio, doze anos, eu saía. Mas às vezes, eu queria ir ao cinema e a mamãe tinha medo. [...] Então, eu tinha que ir de motorista e voltar... aquilo para mim [...] era assim... absurdo. Eu era filha do governador, com dez, onze anos [...] foi muito difícil, ao mesmo tempo, enriquecedor [...] uma bagagem de vida e de conhecimento, já muito cedo”.

Annita Hoepcke – Depoimento em 18/10/2005.

Os bondinhos da Praia de Fora

A Praia de Fora foi, desde o início, caminho indispensável na rota dos coletivos – bondes e ônibus. Entre as Ruas Bocaiuva e Esteves Júnior e a Avenida Trompowsky, passaram as primeiras linhas de bondinhos puxados a burros, que saíam do centro em direção à Agronômica. A iniciativa pioneira que começou timidamente em 1880 marcaria, até 1934, o ritmo no centro de Florianópolis. Há quem recorde – embora seja difícil imaginar – que, nos anos 1940 e 1950, no interior da Ilha (como na Lagoa da Conceição, por exemplo),

com a chegada de algum automóvel, as pessoas corriam assustadas – algumas para ver; outras, para se esconder.

Com a criação da Companhia de Carris Urbanos e Suburbanos, circulavam por Florianópolis bondes muito rudimentares: vagões de madeira, pintados de verde com as iniciais CCU estampadas. Eram totalmente abertos, com estribos laterais e bancos transversais, puxados por três burros. Em 1909, eram considerados espaços de “demonstração de civilidade e de lugar-social”, onde se proibia o acesso de “pessoas maltrapilhas ou incorretamente trajadas” e se exigia que o passageiro estivesse devidamente “calçado e asseado”. (VEIGA, 2004, p. 33).

Em 1909, parte da Rua Bocaiuva foi atendida pelos bondes. O trajeto iniciava na Praça XV de Novembro, e o ponto final era numa pastagem que ajudava a alimentar os burros, na Estação Agronômica (onde mais tarde foi construído o Abrigo de Menores).

Eram 2 quilômetros de linha de trilhos, 4 carros para passageiros, 9 de cargas e 20 muares. Em 1910, a linha foi prolongada até a Tronqueira (em torno da Rua General Bittencourt) e outro trecho da Praia de Fora, percorrendo a Rua de Sant’Anna (Almirante Lamego). Retornava a partir da atual esquina com a Rua Duarte Schutel, região menos povoada e com uma inclinação mais acentuada.

Em 1912, eram duas linhas. Uma fazia o percurso Estação Agronômica, Ruas Rui Barbosa, Frei Caneca, Quintino Bocaiuva, Avenida Trompowsky, Ruas Almirante Alvin, Ilhéus (Visconde de Ouro Preto), Padre Miguelinho, Praça XV de Novembro (pela frente da Câmara Municipal), até o ponto final, na Praça Fernando Machado. A outra seguia pelas Ruas Bocaiuva e Almirante Lamego (até a altura da atual Rua Arno Hoeschel) de onde retornava. Assim atendiam: Pedra Grande, Esteves Júnior, Mato

Grosso, Tronqueira, Largo Treze de Maio ao Largo Benjamim Constant (via Tronqueira) e Rita Maria. Os percursos eram circulares.

O trajeto pela Praia de Fora era relativamente plano. Porém, difícil era o tráfego desses bondes puxados por três animais emparelhados, transportando 20 pessoas, numa cidade de configuração irregular e ruas de rampa máxima a vencer de cerca de 5%. Além dos passageiros sentados, muitos iam em pé. Nas retas, o bonde trafegava normalmente, mas nas subidas, como a da Avenida Trompowsky ou a do lado do Teatro Álvaro de Carvalho, as pessoas mais ágeis saltavam do bonde em movimento, pois ele era lento a ponto de se conseguir acompanhá-lo a pé. Caso contrário, o bonde não subiria a ladeira.

No encontro dos bondes, geralmente o que vinha da Agronômica esperava o outro. Não havia ponto fixo. O condutor parava para todos que fizessem sinal e, quando chegava ao final da linha, com uma alavanca, fazia a mudança de trilhos e levava os burros para o outro lado do bonde. “Ele parava para as pessoas idosas. Quando o cocheiro tinha que dar a saída novamente, encontrava um pouco de dificuldade, principalmente com a lotação cheia. [...] e, neste momento, o condutor recorria ao relho; os pobres animais saíam bufando”. Mário Jorge Rosa, APUD: Veiga (2004, p.84).

Os bondes eram muito concorridos em ocasiões festivas, como na popular festa religiosa anual de São Sebastião, na Praia de Fora. O excesso de lotação foi motivo para uma original “greve de burros”, que empacaram, conforme registrou o jornal O Estado no início do século XX. Novas linhas foram anunciadas em 1915, mantendo-se o percurso pela Rua Bocaiuva.

Em 1920, inaugurou-se o serviço de ônibus, dividindo espaço com automóveis a gasolina particulares e de aluguel. Os bondes, obsoletos e sucateados, estavam em declínio

com 96 burros, já velhos para a tração, material rodante e peças difíceis de importar, em virtude da Primeira Guerra Mundial. As linhas foram sendo encurtadas, desativadas, e os bondes foram perdendo a clientela.

Três anos depois, a empresa dos Wenhhausen esforçava-se, mas os bondes para passageiros só eram usados excepcionalmente, em lotações para festas, como a da Santíssima Trindade (ou da Laranja, como passaria a ser conhecida). A empresa oferecia até 5 carros, que iam e voltavam do destino, passando pela Rua Bocaiuva. Mas as queixas eram tantas que muitos passageiros desembarcavam no meio da viagem. Já em 1926, a empresa de “autos-bonds” dividia em duas “secções” as linhas Estação Agronômica, que terminaria no entroncamento da Rua Demétrio Ribeiro com a Rua Bocaiuva, e a Circular, que terminaria na esquina da Avenida Trompowsky com a Rua Bocaiuva. E reclamava do poder público, em 1927, sobre a falta de condições das ruas: “... se continuar o estado atual da Avenida Trompowsky, seremos forçados também a suprimir a passagem por aquela via pública”. (VEIGA, 2004).

Em resumo, verifica-se que, entre 1909 e 1920, a Praia de Fora foi bem servida pelos bondes. Eles partiam do centro da cidade, desciam pela Avenida Trompowsky e seguiam para a direita, em direção à Agronômica. Entre 1910 e 1915 já havia uma outra linha, que fazia parte do mesmo percurso. Porém, na esquina da Avenida Trompowsky, dobrava no sentido oposto – para a esquerda – e assim passava em frente à *Casa de Chácara*, seguia pela Rua Bocaiuva, entrava na Esteves Júnior, até a esquina da Rua Presidente Coutinho, de onde retornava pela mesma rota. Havia outra linha que também passava em frente à *Casa de Chácara*. Esta, em 1910, vinha do centro pelo mesmo caminho e continuava pela Rua Almirante Lamego, até a esquina com a Rua Desembargador Arno Hoes-

chel, de onde retornava. O ponto inicial era na Praça Fernando Machado e o final, na Agronômica para todas as linhas.

Em 1930, o bondinho partia da Praça XV de Novembro, justo do ponto dos ônibus que faziam a linha circular, iniciada havia poucos anos: “... começava a subir a Praça XV, pelo lado do Correio [...] dobrava a praça... [...], dobrava à direita, subia a Rua Padre Miguelinho e passava entre o jardim da Praça Pereira e Oliveira e o Teatro [...]. Dobrava à direita (fundos do Teatro), vira à esquerda, e o bondinho entra na Visconde de Ouro Preto. E lá vai o bondinho, o jardim da Polícia (Praça Getúlio Vargas), vira à esquerda e começa a descer a Rua Almirante Alvim [...] Largo Benjamin Constant, Avenida Trompowsky, Rua Bocaiuva, Rua Frei Caneca e por fim a Estação Agronômica, com o galpão cinzento e sujo, que servia de garagem e oficina dos bondinhos”. (SOUSA, 1979, p. 50).

* * *

“Fomos morar na Agronômica, perto da casa do Jorge Quirano, que tinha uma padaria ali. Em frente à padaria foi feito depois o Abrigo de Menores, mas naquela época, era a Estação dos Bondes.

[...] O bonde fazia a viagem da Praça XV no Centro da cidade até ali na Agronômica. Nós, como éramos guris, gostávamos muito de andar de bonde, eu tinha uns 5 ou 6 anos, meu amigo Iconômo Kirino, tinha 8 anos [...]. Nós nos escondíamos dentro do bonde, vínhamos de carona na boleia. O boleeiro ficava em pé, os bancos eram todos de madeira. [...] Queríamos passear. Atrás do boleeiro era fechado, o pessoal sentava. [...] Todos sabiam que nós estávamos ali, mas fingiam que não nos viam. O ponto final do

bonde era no Miramar, em frente a Praça XV. Ele fazia o trajeto da Trompowsky e vinha pelo Morro da Gasosa [...]” [Rua Demétrio Ribeiro, assim chamada porque lá havia uma fábrica de refrigerantes, nas imediações do atual Beiramar Shopping]. “E seguia para a Rua Bocaiuva, saía em frente ao Quartel da Polícia, depois seguia para o Teatro Cine Odeon. Isso na década de 30”. Recordações de Salim Achar (VEIGA, 2004, p. 88).

Os bondes, em plena decadência, trafegavam ainda em 1932, puxados por tratores e caminhões, e não mais pelos burros. Os pitorescos carros saíam da Praça XV de Novembro, com o bonde conduzindo 40 pessoas, e o caminhão, mais 20 pessoas, fazendo o percurso até a Estação Agronômica em 9 minutos. Foi grande o protesto, devido ao barulho ao passar “o pavoroso treme-terra”.

O fim dos serviços de bondes ocorreu em 25 de setembro de 1934, desencadeado por um protesto liderado pelos alunos do Ginásio Catarinense e da Faculdade de Direito contra o transporte considerado antiquado. A multidão desatrelou os animais, que correram em disparada pela Praça XV, e jogou o bonde pela balaustrada, nas águas da Baía Sul:

“Os estudantes pegaram os bondes e os jogaram no mar em frente ao Miramar [...] porque ali era o ponto. Quando os estudantes chegaram, eu estava dentro do bonde, estava esperando para voltar para casa. Eles protestavam contra a sujeira que os burros faziam ali na praça. Soltaram os burros, eu e o Iconômo saímos correndo atrás dos burros [...]. Nós alcançamos, puxamos e amarramos os burros com aquelas correias de couro, num galho da figueira lá no Jardim da Praça Quinze.

Eles queriam jogar os burros na água.

Aquilo foi cobra mandada, porque queriam instalar as linhas de ônibus. A polícia não se meteu. Levaram os burros para a Estação. Fomos embora por causa daquele rebuliço todo e depois andávamos de ônibus”. Recordações de Salim Achar. (VEIGA, 2004, p. 89-90)

No dia seguinte ao protesto, o jornal *O Estado* divulgou o episódio da destruição do bondinho, a poucos metros da chefatura de polícia, que ficava na lateral da Praça XV de Novembro:

“Ontem entre 20:20 e 20:30 horas, um grupo de pessoas, sem distinção de classe, formando um número superior a mil, vindo inopinadamente de diversos pontos e convergindo para a Praça XV de Novembro, parecendo que no local se projetava um comício político, porém com a descida aquela hora, do único bonde da CCU ora trafegando, o povo se lançou contra o mesmo, desatrelando os respectivos animais e levando o veículo para o Cais Liberdade, jogando-o ao mar e ateando-lhe fogo” (VEIGA, 2004, p. 89).

“Ele foi afundando no lodo, logo ali, ao lado do Miramar. Afundando, afundando... até desaparecer completamente. Se procurarem ali sob o aterro, vão achar... ele ainda deve estar lá”. Cf: testemunho do sr. Urbano Salles a Eliane Veras da Veiga, em 2001. APUD Veiga, 2004, p. 88.

Na Praia de Fora, a rota tradicional dos bondes desapareceu – os trilhos foram arrancados e, segundo Adolfo Nicolich, foram aproveitados como postes de sustentação da rede de energia elétrica e de iluminação pública.

Os ônibus e a Praia de Fora

Na Rua Bocaiuva, quase na esquina com a Avenida Trompowsky, havia, em 1938, a casa e a venda de Manoel Omasino Veras. Sua filha mais velha, Yvone, recorda (2018) que tinha então seus 5 anos. A rua sequer possuía calçamento. Quando menina, Yvone sentava-se na calçada, junto ao meio fio e brincava, pois eram muito raros os horários de ônibus a passar pela rua, tanto num sentido, como no outro.

Mais adiante, à frente da Casa de Chácara, ficava um dos habituais pontos de embarque e desembarque dos ônibus, que, aos poucos, substituíram os bondes:

“Eram dois veículos, com carroceria de madeira, inclusive os assentos. Apelidados de ‘canarinho’, porque a buzina assobiava, parecia o trinado de um canário. Tinham uma só porta. Não eram confortáveis devido ao mau estado das ruas. As pessoas preferiam andar de bonde, porque eles andavam sobre trilhos. [...] depois foram substituídos por outros (ônibus) mais confortáveis, com assentos de couro e todo envidraçado”.

Manoel Omasino Veras. (nasceu em 3 de setembro de 1912. APUD: Veiga, 2004, p 66).

Os ônibus, que faziam as linhas circulares, seguiam pela Rua Bocaiuva, rota da primeira seção dos percursos – uma única linha regular, desde a Praça XV de Novembro até a Estação Agronômica, dividida em duas partes. Havia paradas para embarque e desembarque sempre que solicitado, pelas Ruas Conselheiro Mafra, Praça XV de Novembro, Rua Tiradentes, Largo General Osório, Ruas General Bitencourt, José Veiga, Blumenau e Largo Benjamim Constant. Avenida Trompowsky, Ruas

Bocaiuva, Rui Barbosa, Esteves Júnior e Álvaro de Carvalho. Saíam diariamente a cada 50 minutos, entre as 6 e as 22 horas (podendo prorrogar-se em dias de festa), desde a Rita Maria até a Pedra Grande. A passagem custava 300 réis, num percurso nunca inferior a 1,5 quilômetros; ou 400 réis, por todo o trajeto. (VEIGA, 2004).

Mas, naqueles anos, a Rua Bocaiuva era uma das muitas vias difíceis de transitar com automóveis e mesmo a pé. Algumas ruas eram calçadas com macadame ou paralelepípedo. A maioria delas não tinha qualquer pavimentação, tornando-se bastante críticas, em época chuvosa.

Nos anos seguintes, diferentes empresas de ônibus foram assumindo os trajetos, mas, de início, bondes, carrinhos de cavalos e os primeiros táxis (carros de praça) conviveram com os ônibus. A navegação, nas Baías Norte e Sul, era ainda intensa, e Florianópolis entrava para a rota do tráfego aéreo, servindo de escala técnica para os voos entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. O transporte rodoviário foi precário, com estradas péssimas e sem ligação entre Ilha e Continente, desenvolvendo-se somente a partir da construção da Ponte Hercílio Luz em 1926.

* * *

Na Praia de Fora, uma ocorrência com o título “A fúria dos autos”, do jornal O Estado, em 2 de janeiro de 1925, chamou a atenção para as primeiras mudanças de ritmo que o automóvel causou à pacata Florianópolis:

“Têm sido notadas, com justa indignação, as desenfreadas corridas que os automóveis ultimamente vêm dando pelas ruas da cidade, com evidente perigo de vida não só dos passageiros como dos

transeuntes incautos. A Avenida Trompowsky, por exemplo, extensa e macadameizada, é um ponto preferido pelos chauffeurs para ‘chispar’, como se diz no calão da classe”.

* * *

Em 1925, continuava a passar pela frente da Casa de Chácara a linha circular, com itinerário: Praça XV de Novembro, Rua João Pinto, Avenida Hercílio Luz, Rua Blumenau (Almirante Alvin e Victor Konder), Avenida Trompowsky, Esteves Júnior, Álvaro de Carvalho, Conselheiro Mafra e Praça XV de Novembro. Utilizaram inicialmente dois carros com motor e chassis marca Ford, com 5 bancos cada um e lotação de 20 passageiros.

Florianópolis, nos últimos anos da década de 1920, ganhava ritmo mais intenso, embora muitos trajetos ainda fossem feitos rotineiramente a pé. A variedade de meios de transporte que circulava pelas ruas não deixa de ser curiosa, aos olhos de hoje: automóveis e carros de quatro rodas para passageiros e cargas; ônibus, caminhões e carros a gasolina, carretões de eixo móvel, carros de duas rodas, para passageiros e cargas, bondes, aranhas, tálburis, bicicletas, animais de montaria e de carga. A elite social indicava o seu *status* pela categoria do automóvel no qual circulava:

“Tomar ônibus?... Não. Geralmente, pai de família tinha um carro [...] era para a família toda. Meu pai, Constantino Garofallis era grego e minha mãe, Leopoldina Boso Garofallis era italiana. Uma família de sete filhos [...]. Meu pai era abastado comerciante de Importação e Exportação. [...] 1920; na ocasião era vice-cônsul da Grécia. Morávamos numa casa muito grande num terreno imenso

[...]. *A frente dava para a atual Avenida Hercílio Luz. Tínhamos cavalos, vacas, galinhas, frutas de todas as espécies, assim como verduras. O primeiro carro, importado, era um belo Mercedes". Dona Otília nasceu em 1910. (VEIGA, 2004, p.71).*

Com a inauguração da Ponte Hercílio Luz, em 1926, aumentou a circulação de ônibus. Com motores a gasolina e velocidade superior à dos antigos bondes, aos poucos, toda a cidade era atendida. Eram três viagens ao dia até Capoeiras, no Continente. Também já havia linhas para a Agronômica e a Trindade. A passagem custava 300 réis, incluindo o pedágio da ponte. O passe escolar custava 5 mil réis mensais, e o passe comum, o dobro do valor.

Apesar da moda vinculada aos automóveis – da velocidade e elegância –, os tradicionais cocheiros de Florianópolis, em seus veículos de rodas de borracha, puxados por animais, resistiram o quanto puderam à concorrência dos automóveis de aluguel, dos *Rug-Bys*, *Chevrolets*, *Fords*, *Studebacker* e dos ônibus. Os limites de velocidade eram de até 20 Km/h, nas ruas em geral, e 15 Km/h sobre a ponte Hercílio Luz.

Em resumo, verifica-se que, desde 1920, com a inauguração dos serviços de ônibus, a primeira linha proposta já atendia a Praia de Fora, inclusive passando em frente à Casa de Chácara. Continuavam com o mesmo trajeto em 1926. Os ônibus vinham do centro da cidade, desciam pela Avenida Trompowsky e seguiam para a direita pela Rua Bocaiuva – o Circular A, em direção à Agronômica, ou para a esquerda; o Circular B, pela Rua Bocaiuva, seguindo então pela Rua Esteves Júnior, em direção ao Centro, onde o ponto inicial era na Praça Fernando Machado.

Seguiam pela Bocaiuva os ônibus das linhas que atendiam apenas o Centro da ci-

dade, em rotas de curto percurso. Já os primeiros destinos longos para o interior da Ilha foram inicialmente atendidos com a adaptação de caminhões que transportavam grãos, hortifrutigranjeiros ou pescado aos mercados da cidade. Em 1929, bastavam alguns poucos veículos para toda Capital, inclusive interior da Ilha e o Continente, e algumas linhas intermunicipais. O jornal *O Estado* contou: *"... trinta e oito carros que estão servindo o centro, subúrbios [...]. Não é sem razão que os automóveis de praça vivem às moscas, como dizem os próprios chauffers".*

Em 1933, entrou a linha de ônibus para a Agronômica. O dono chamava-se Mandinho; começou com um Ford 1934. Salim Achar, recordou:

"Ainda lembro como se fosse hoje, quando ele disse:

– Eu não vou dar o ônibus para o motorista. Hoje é a primeira viagem; eu dirijo.

Ele mesmo, o Mandinho, fez a primeira viagem. [...] o Agronômica do Mandinho vinha pela Bocaiuva, Trompowsky, Quartel, Ritz, e descia no ponto, na Praça". (VEIGA, 2004)

* * *

No ponto frente à Casa de Chácara da Rua Bocaiuva, os passageiros reconheciam o Circular que, até 1934, era identificado por um dístico, estampado na frente do veículo. Depois, optou-se por pintar uma faixa nas laterais e nos fundos dos ônibus, nas cores branca para o Circular (Centro da cidade); amarelo claro para a Agronômica; amarelo escuro para a Trindade; verde claro para o Saco dos Limões; verde escuro para o Ribeirão da Ilha; azul turquesa para Santo Antônio; azul escuro para Canasvieiras; rosa para o Estreito; salmão para Coqueiros e cinza para Biguaçu.

Depois, houve a fase mais crítica. Durante a Segunda Guerra, com o confisco da gasolina, foi necessário o uso do gasogênio por meio de uma máquina instalada na traseira dos ônibus, com caldeira abastecida a carvão. Após 1945, a gasolina voltou a abastecer os carros. Em 1949, transitavam ainda pela Rua Bocaiuva, nos dois sentidos, os coletivos das linhas Circular A e Circular B, a cada 20 minutos. Eles desciam a Avenida Trompowsky, passavam em frente à Casa de Chácara, seguiam pela Rua Esteves Júnior, dobravam na Avenida Rio Branco, tomavam a Rua Padre Roma e, na esquina da Rua Felipe Schmidt, cada um seguia direção e destino diferentes, sendo um para o Continente e o outro para o terminal da Praça Fernando Machado, no Centro insular da cidade. Ouvia-se o seu movimento entre as 6h30min e as 22h30min. Outra linha descia pela Avenida Trompowsky, dobrava à direita, seguindo pela Rua Bocaiuva até a Agrônômica. As passagens custavam Cr\$ 0,50, com desconto de 25% para escolares.

“Tinha o Circular e o Circular Contra. Um descia pela Rua Esteves Júnior. O ponto era em frente à casa do vovô. E o que descia a Trompowsky fazia parada em frente – onde hoje é uma escola de inglês. Era a casa do senhor David Trompowsky Taulois”. Roseli Maria de Souza Mosimann. depoimento oral, em 2018.

* * *

Na década de 1950, a pacata população de Florianópolis não explorava as praias da Ilha como forma de lazer. No Centro, preferiam as procissões religiosas e quermesses, as regatas, o cinema, o “footing” nas praças, os passeios em carros-de-cavalo, o chope no Miramar, as conversas no Katcipis e a empada

do Chiquinho. As ruas mantinham a escala humana, presente no gabarito do antigo casario, na tranquilidade reinante, na visão corriqueira das águas das baías, onde pequenos barcos cruzavam com frequência.

A cidade logo sentiria os impactos do urbanismo moderno. Verticalização e adensamento foram a tônica, estimulados pelas produções nacionais de petróleo e de automóveis. Em praticamente duas décadas, o automóvel ganhou espaço, forçou a abertura de largas avenidas e mudou radicalmente a paisagem. Quando o escritório de urbanismo de Edvaldo Pereira Paiva foi contratado para elaborar o primeiro Plano Diretor e o Código de Obras de Florianópolis, o Prefeito Paulo Fontes (1951-1954) inaugurou diretrizes de planejamento. Estradas pelo interior da Ilha ainda eram de saibro (mais tarde foram macadamizadas) e, no Centro, teve início a construção do cais da futura Avenida Beira-Mar, à altura do Jardim Dias Velho (hoje Praça Esteves Júnior). Já se imaginava, àquela época, uma grande avenida contornando a orla da cidade pelas duas baías, obra prevista para várias administrações.

Os ideais de planejamento impulsionaram o surgimento de novas vias e de um outro terminal para as frotas de ônibus. O jornal A Gazeta, de 26 de março de 1953, divulgou que “... a abertura definitiva e o calçamento da Avenida Rio Branco [...] desviarão uma parte do tráfego que ora sobrecarrega as ruas centrais. [...] o Largo Fagundes com terreno a ser aterrado, facilitando a ligação ao cais Frederico Rolla”.

Semáforos foram colocados nas esquinas mais movimentadas: na Rua Felipe Schmidt com a Duarte Schutel e a Avenida Rio Branco; na Rua Felipe Schmidt com a Sete de Setembro; Rua Felipe Schmidt com a Deodoro; na Rua Conselheiro Mafra com a Duarte Schutel; na Rua Tenente Silveira com a Praça XV de Novembro; na Rua Visconde de Ouro Preto

com a Artista Bittencourt; e na Rua Santos Saraiva com a 24 de Maio.

Abrigos de ônibus também foram erigidos, como as marquises de linhas modernas que existiram na cabeceira da Ponte Hercílio Luz e na Praça Esteves Júnior, conhecida na época por Jardim Lauro Müller. Essas foram obras promovidas na gestão do Prefeito Paulo Fontes (1951-1954), além de outras como o cais na Avenida Beira-Mar, pontes, pontilhões, ruas e calçadas no bairro.

O Brasil vivia a febre desenvolvimentista e Brasília estava sendo construída, quando, em 1959, um jornalista paulista descreveu a Capital catarinense, numa visão míope, típica do urbanismo da época: *“Pequena e pobre, Florianópolis passa atualmente por um surto de progresso. Só agora aparece uma ou outra construção moderna entre prédios velhos”*.

Nos anos 1960, os motoristas que dirigiam pela Praia de Fora – populares e carismáticos – conheciam quase toda a sua lotação. Cidade pequena, de ruas tranquilas, com cerca 77.585 residentes e quase mil automóveis na Capital, era possível ao condutor fazer uma breve parada em frente à padaria ou à porta da residência, a pedido do passageiro, enquanto os demais esperavam, na maior naturalidade.

Vários ônibus saíam de pequenos terminais distribuídos pelo Centro da cidade e passavam pela Praia de Fora. As linhas Pantanal, Saco Grande, Trindade, Vila, Sambaqui e Itacorubi, que percorriam as Ruas Visconde de Ouro Preto, Praça Getúlio Vargas, Almirante Alvim, Avenida Trompowsky, Bocaiuva, Frei Caneca, Rui Barbosa e Delminda da Silveira. Também a Auto Viação Canasvieiras, em 1969, fazia parte do trajeto pela Avenida Trompowsky e Ruas Bocaiuva, Frei Caneca e Rui Barbosa, até Canasvieiras.

Nas linhas da Viação Taner, o *Circular A* funcionava das 6h30min à meia-noite; o *Cir-*

cular B funcionava das 6h45min às 22h45min; e o *Circular C* funcionava das 6h30min às 20h. Este último saía da Praça Fernando Machado, percorrendo a Rua João Pinto, a Hercílio Luz, a Herman Blumenau, a Praça Getúlio Vargas, a Rio Branco, a Arno Hoeschel, a Almirante Lamego, a “passagem sob a ponte” (que é, na realidade, a continuação da Rua Almirante Lamego), a Alameda Adolfo Konder, a Hoepcke, a Rio Branco, a Praça Getúlio Vargas, a Crispim Mira, a Mauro Ramos, a Bulcão Viana, a Hercílio Luz, a Antonio Luz e a Praça Fernando Machado, onde era o terminal de todos eles.

Nos Circulares, os populares motoristas Bertoldo Domildo e Alemão se revezavam, além do memorável Lira, cujo ônibus foi apelidado pela irreverência ilhêa de “*Gostosão*”.

“Eu fui usuário de transporte coletivo [...] o Lira dirigindo o ônibus TANER, o Circular II não é? Fazia o contrário... o Circular I e o Circular II... sabia o nome de todos os passageiros e parava na casa do sujeito. Só Florianópolis poderia produzir uma peça dessas...”. Esperidião Amin Helou Filho, 2001. , In: Veiga (2004, p 144)

* * *

“A minha avó Aninha costumava sentar-se numa cadeira junto a uma das três janelas da frente da Casa de Chácara. Ali ela se distraía e acompanhava o movimento e o ir e vir dos ônibus pela Rua Bocaiuva.

Quando minha avó faleceu, ela foi velada ali em casa. O senhor Lira passou com o seu ônibus, parou em frente à casa, virou para os passageiros e disse:

– Vocês me desculpem, preciso me despedir da minha amiga.

Entrou em casa, fez uma oração e

retornou para seguir viagem”.

Roseli Maria de Souza Mosimann.,
depoimento oral, em 2018.

* * *

Em torno da década de 1970, o crescimento populacional, o desenvolvimento urbano e o adensamento e a expansão dos distritos, além da criação de novos, favoreceram diversas transformações sociais e espaciais, gerando a necessidade de uma resposta célere na infraestrutura da cidade. Aterros, estradas, pontes, elevados, a ampliação das linhas de transportes coletivos, criação de novos terminais de ônibus e a implantação de novos trajetos foram se tornando realidade. O investimento em rodovias tornou-se uma imposição em todo o Brasil. A explosão urbana atingiu em cheio o sistema de transportes coletivos, anulando aquela familiaridade que antes havia entre usuários e operadores e exigiu que o sistema ganhasse contornos empresariais.

Na década de 1990 em diante, todo o eixo histórico da Rua Bocaiuva foi asfaltado. Obras de drenagem, trechos dotados de ciclo-faixa, zonas destinadas a estacionamentos, faixas de pedestres, semáforos em profusão e sentido único de circulação tentam suprir as necessidades modernas.

Hoje são dezenas de itinerários transitando pela Rua Bocaiuva – as linhas do Executivo, do Inter-regional e do Inter-terminal (troncal), oferecidas pelo Consórcio Fênix. Entretanto, atualmente a população vivencia diariamente as dificuldades de mobilidade. Florianópolis entrou no terceiro milênio com expressiva concentração de habitantes na zona urbana, onde o transporte e a locomoção das massas para qualquer destino que envolva habitação, trabalho, escola ou lazer precisam adequar-se a novas políticas e alternativas,

mais criativas, humanistas e equilibradas com o meio ambiente.

Desde 2014, um projeto para a revitalização e a humanização da Rua Bocaiuva vem sendo articulado por entidades do bairro, o qual vai alterar o entorno da *Casa de Chácara*. Ele inclui intervenções paisagísticas e artísticas, arborização, criação de calçadas nas Travessas Abílio Oliveira, Carreirão e Harmonia e de faixas elevadas nas praças e vias compartilhadas entre pedestres, ciclistas e motoristas, além de aterramento da fiação aérea e supressão dos postes de luz. (In: *Jornal Notícias do Dia*, 15/05/2018, p. 6). Dessa maneira, a modernidade avança buscando um convívio mais democrático entre pedestres, ciclistas e motoristas.

As águas da Praia de Fora: córregos, banhos de mar e saneamento básico

A histórica paisagem da Praia de Fora, que foi descrita por Virgílio Várzea e Oswaldo Cabral e que abrange toda a faixa de terra à beira-mar, recebe o predominante vento do Norte e nela ainda desaguam pequenos cursos d'água, que corriam a céu aberto no século XIX, atravessando, sob pontilhões, as Ruas São Sebastião (Bocaiuva) e Santana (Almirante Lamego). O bairro era carente de pontes adequadas, iluminação, redes de água e esgotos e melhoramentos urbanos os quais chegaram lentamente. Documentos cartográficos, relatórios sobre as obras e notícias de jornal trazem pistas interessantes, que permitem reconstituir essas intervenções.

Sobre calçamentos, por exemplo, em 1876, o jornal *O Mercantil* divulgou que “a Câmara Municipal pediu o calçamento da Rua de São Sebastião da Praia de Fora, que considera indispensável, não só para melhor comodidade do trânsito público, como ainda para evitar a estagnação das águas acumuladas durante a

estação invernososa... solicita a abertura de uma travessa na Rua do Passeio em frente à Rua do Presidente Coutinho” entre outros reparos de caminhos pela cidade.

Outro evento, registrado em relatório de Presidente de Província em 1887, dá conta de um conflito entre a Câmara Municipal e a Capitania dos Portos, pois a Câmara autorizava a retirada de areia dos córregos da Praia de Fora, com o fim de evitar a estagnação das águas, e a Capitania dos Portos proibia, alegando que *“o fluxo das marés corrói demais aquela praia, fazendo gradualmente desaparecer os terrenos cuja falta já prejudica as propriedades”*. Essa situação gerou tantas dificuldades que o Presidente da Província nomeou uma comissão especial para tratar do assunto e suspendeu a remoção das areias da Praia de Fora, limitando-a ao necessário à desobstrução das embocaduras dos córregos e evitando qualquer outro emprego dessa areia nas obras em que se costumava empregá-la.

Hoje é difícil imaginar que os lotes onde assentam os edifícios da Avenida Beira-Mar sejam os terrenos das casas burguesas e aristocráticas e também das pequenas chácaras, com quintais voltados para a praia, com galpões e moradas singelas que até as décadas de 1950 e 1960 ali existiram. Consta de relato oral que o primeiro edifício de 12 pavimentos na avenida, o Edifício Beira-Mar (número 2.192 da avenida), situa-se sobre terreno de pequena chácara vendido à Construtora CEISA pelo herdeiro do antigo proprietário daquele lote, o qual chegava até a praia, cuja borda foi afastada após o aterro e a criação da avenida.

Assim, as casas da Rua Bocaiuva, nas quadras vinculadas à avenida, tinham acesso à Praia de Fora e ali o banho de mar foi registrado na memória dos mais velhos como hábito eventual, diversão dos que frequentavam a Praia de Fora nos anos 1950, embora ao longo

da segunda metade do século XX, aquela baía tenha se tornado poluída.

“Eu ia para a aula de piano e tomava banho de mar... não era sujo; todo mundo tomava banho ali... exceto próximo da estação elevatória, que, na maré baixa, exalava mau cheiro. Até mais ou menos 1970, não havia os prédios que há hoje”. Depoimento de Roseli Maria de Souza Mosimann, depoimento oral, em 2018.

Ir à praia foi costume em crescimento no século XX e hoje faz parte do cotidiano dos que vivem a Florianópolis. Mas nem sempre foi assim. Segundo Ferreira (1994, p. 22) no século XIX, o banho de mar em Desterro era visto como *“abuso ao Código de Posturas”*, depois, tolerado como *“tratamento médico, refrigerio contra o excessivo calor, divertimento das famílias”* e, por fim, aceito como atividade de turismo e lazer. O autor recupera o resgate de Oswaldo Cabral sobre um episódio em 1857, em que o jornal *O Argos* comentava:

“No dia onze do corrente em alto dia foram lavar-se na Praia de Fora, quatro pessoas, entre estas o filho do Administrador da Fazenda Provincial, Antônio J. Esteves Júnior, [...] sendo admoestado pelo inspetor de quarteirão respectivo fazendo-lhe ver que o Art. 86 do Código de Posturas Municipais lhe proibia semelhante abuso”.

Embora o evento fosse considerado um delito sério, o inspetor foi desacatado por Esteves Júnior, que, na época, tinha seus 25 anos. Ferreira (1994) se reporta a Oswaldo Cabral, que destacou o Artigo 86 do Código de Posturas da época: *“[...] multava, se fosse livre*

e encarcerava, se escravo fosse, quem nu se mostrasse nas praias e fontes – um uso escandaloso que ficava proibido”. Nu significava “em vestes sumárias”.

Na Praia de Fora do século XIX assim como nas demais orlas da cidade, as praias não serviam para banho, nem para passeio, sendo utilizadas como espaço relativamente privado, reservado de quem ali edificava, já que era hábito destinar o fundo da casa para espaço privado e doméstico, usado pelas mulheres e pelos criados. A área de trabalho era escondida, ficando a área mais nobre à frente da casa, voltada para a rua. Por muito tempo, foi usual que o mar e os córregos servissem para o descarte de lixo e esgotos, prevalecendo o hábito medieval de “água vai!”. Assim se fez em muitas cidades litorâneas coloniais e imperiais do Brasil, com as suas edificações construídas com os fundos para a praia, usada como área de despejos.

Durante o período escravocrata, era à noite que, na *Casa de Chácara da Bocaiuva*, bem como em todas na Cidade do Desterro, na penumbra, sob a luz dos lampiões, os que tinham escravos serviam-se destes para o despejo dos esgotos. Em razão do vazamento do conteúdo das barricas, que escorria e manchava as costas do escravo que cumpria essa degradante tarefa, tristemente, estes eram chamados de “tigre” ou “homem-barril”. Depois da abolição da escravatura, adotaram-se as rústicas carrocinhas, ainda lançando os esgotos *in natura* ao mar.

Novas medidas saneadoras para o esgoto da cidade foram iniciadas por volta de 1870, nos edifícios de uso público, com encanamentos de barro e mictórios de louça, além de grelhas de ferro. Havia banheiros e “latrinas inodoras”, e tudo era canalizado para o mar. O serviço público de recolha dos esgotos domésticos iniciado em 1877 descartava o material de maneira ainda muito precária, em carroças

com grandes vasilhames, que conduziam a carga pelas ruas, às vezes vazando, exalando mau cheiro, até ocorrer o seu despejo nas praias afastadas das maiores aglomerações de construções, ou seja, as extremas da Praia de Fora: a praia do Arataca, próximo ao Forte de Santana, e a de São Luiz. Assim permaneceu por mais de 30 anos, até a instalação do primeiro sistema de captação de esgotos, entre 1913 e 1916.

O serviço de coleta era efetuado à noite, após as 20 horas, quando era dado o “toque de silêncio”. O Código de Posturas de 1888 proibia “[...] lançar cisco, palhas, vidros, imundícies, matérias fecais, animais mortos, lixo, entulho, nos quintais, praças, ruas, cais e praias”. Paradoxalmente, outra regra admitia que o descarte das “águas servidas e matérias fecais” acumuladas nas casas, ocorresse “apenas à noite, entre as 22 horas e 5 horas da manhã, lançando-os ao mar”.

Apesar da adoção de medidas públicas para a higiene urbana, muitas habitações modestas mantiveram precários sistemas de esgotos domésticos, com latrinas separadas das moradias. A edição 284, do jornal *República*, datada de 13 de dezembro de 1895, criticava as péssimas condições de higiene na Praia de Fora. Avisava a quem seguisse para São Luiz, pela longa praia que acompanhava a Rua Bocaiuva, que iria se admirar:

“um belo local, tão apropriado para nele construir-se challets próprios a uma estação balneária, [...] ocupado, em longa extensão, por casebres indecentes, enfeitando aquele poético arrabalde.

Noutro tempo dizia-se com orgulho, ser a Praia de Fora o nosso Botafogo. [...] o poético bairro, em vez de bordado por construções leves e habitáveis, principalmente quando o verão convida aos banhos diários. –

está, pela orla da praia, ocupado por casinhas velhas e imprestáveis, ranchos a desmoronar-se, lembrando mais uma armação abandonada ...

Eia! Srs. proprietários! [...] desejamos o cumprimento stricto das posturas municipais, que condenam casas velhas, que determinam a caiação das casas sujas, [...] bem sabem que uma casa cercada e limpa tem muito mais valor, dá muito maior aluguel do que uma casa estragada e suja. [...].” assina: B.A.

Em 15 de dezembro, o mesmo jornal complementava a crítica, afirmando que, apesar de expirado o prazo determinado pela Superintendência Municipal, havia ali uma relação de casas condenadas, focos de doenças.

E lamentava que houvesse, ao lado de boas construções, verdadeiros pardieiros na Praia de Fora, o bairro mais procurado pelos habitantes da Capital. E sinalizava um dos locais críticos:

“Pouco além da ponte de São Sebastião, à rua Bocayuva, encontram-se quatro casinhas, que são um verdadeiro ataque aos mais comédidos rudimentos da higiene. Estão todas elas ocupadas e ali vivem criancinhas, durante o dia respirando o ar viciado pelas exalações pútridas do valo que corta os fundos das mesmas casinhas durante a noite, encurraladas num perímetro estreitíssimo, ainda continuam respirando mais carbono que oxigênio. Que futuro espera esses tenros rebentos?” E o jornal apelava à vigilância da Superintendência: “esses casebres, que não podem continuar, sob pena de tornar-se, nesta quadra do ano, um foco epidêmico, tanto mais quanto, nos terrenos ao fundo, – que são nada mais nada menos que a praça S. Sebastião! –

tiveram o arrojo de levantaram dois ranchos, servindo para depósito de carros e carroças. Não cessaremos de chamar por uma providência, que ponha termos a permanência de tais casinholas”.

Para os resíduos sólidos, foi adotado o sistema de coleta, com carrocinhas puxadas por burros, que percorria toda a cidade, e incinerava-se o lixo em dois fornos de tijolos refratários num galpão construído em 1907, no final da Rua Almirante Lamego s/n. Ali, o lixo sólido era despejado num alçapão e incinerado nas duas câmaras de combustão, no térreo. Funcionou precariamente até 1960. Galpão, fornos e chaminé ainda existem, como símbolo na arqueologia industrial.

Também a água de beber era muito ruim. Oferecida em fontes públicas, além de vendida em carrocinhas pipa, sua potabilidade era de difícil controle, o que facilitava o surgimento de doenças e epidemias:

“Elemento tão necessário à saúde pública e um dos principais veículos na transmissão dos germes de infecção de graves enfermidades, a água que se vende em carroças pelas ruas da cidade e com a qual se serve quase dois terços da população do distrito da capital muito deixa a desejar quanto à sua qualidade e pureza. [...] A água dessas carroças passada pelo filtro, deixa em depósito imundos detritos e não se conserva mesmo por muitas horas em estado aparente de ser aproveitada, pois que tomam uma cor e mesmo cheiro repugnantes. Há tanta falta de fiscalização neste, como em outros assuntos”, denunciava o jornal O Estado, em 15 de dezembro de 1896.

A partir de 1910, com a inauguração da primeira adutora de Florianópolis, a Casa

de *Chácara da Bocaiuva* bem como todas na cidade passariam a contar com os sistemas encanados de água e esgoto da rede pública, instalados em etapas. A capacidade de fornecimento de água atendia, em 1915, de maneira precária, 2.808 casas. Em 1916, os equipamentos sanitários – os *water closets* – começaram a se popularizar nas edificações.

De acordo com a mensagem de governo de Vidal Ramos, em 1913 e 1914, o sistema de esgotos em construção era o chamado “separado”, coletando somente as águas servidas e cloacais, com exclusão absoluta das águas das chuvas e de outras “que fossem provenientes do abastecimento de água da cidade, ou das nascentes captadas para a servidão de algumas propriedades já anteriormente abastecidas. [...] Todos os prédios foram obrigados a adotar uma ‘instalação inicial’, constante de WC, caixa de descarga de funcionamento automático e tubo de ventilação. Todas as instalações deveriam ser executadas mediante um projeto específico e passar pela fiscalização da repartição respectiva”.

O efluente coletado pela rede era recebido nos tanques biológicos e, depois de tratado, retido num tanque de acumulação, até ser automaticamente lançado ao mar, durante a maré vazante. De fevereiro a junho de 1913, foram escavadas galerias subterrâneas em vários pontos da cidade, para assentar coletores cerâmicos, tanques de depuração biológica, pontilhões, bueiros, cais e aterros à beira-mar. As obras ocorreram sequencialmente em três sessões da cidade, sendo que as Ruas Alves de Brito, Almirante Lamego, Largo São Sebastião e “a linha das chácaras” constaram na segunda e terceira etapas, em 1914 e 1915.

Ter banheiros e cozinhas com água corrente e encanamentos para esgoto foi conquista efetivamente incorporada à cidade de Florianópolis após a conclusão do sistema, en-

tre 1913 e 1916. As estações elevatórias foram a resposta ao problema da falta de higiene e salubridade e deixaram seu registro na paisagem. Desaparecia assim o aspecto degradante do esgoto antes lançado às praias ou aos córregos, serpenteantes pelos quintais e ao sopé das elevações.

No dia 7 de setembro de 1916, o sistema foi inaugurado e, em 1917, o governador Hercílio Luz tornou obrigatório o serviço de esgotos das casas. Assim, as construções mais antigas, como a *Casa de Chácara* (supostamente já em 1855), foram adaptadas no início do século XX, e as novas construções já eram então obrigadas a assumir a modernidade sanitária, com instalações de torneiras e de *water closets*, assim chamados os equipamentos ingleses e belgas que chegavam ao Brasil, adotando sistemas de condução das águas de drenagem e outros resíduos de qualquer tipo de casas de banho, urinóis e retretes. Em 1918, o Regulamento de Higiene definiu normas concretas para todo tipo de prédio, desde moradias a hospitais, padarias a necrotérios, oficinas a escolas. Apesar dos custos elevados, a população acatava a regulamentação, compreendendo a melhoria nas condições de saúde e a queda na mortalidade por epidemias, especialmente a malária (o dito empaludismo). Em 1919, relata o Superintendente Municipal, em mensagem de 2 de abril, que “ainda se faziam obras de saneamento dos pequenos córregos da cidade. Abriu-se concorrência para alguns encanamentos à Praça General Osório e nos córregos à Rua Demétrio Ribeiro, no entroncamento com a Rua Bocaiuva”.

Para o serviço de esgotos, foram construídas na cidade as quatro Estações de Bombeamento (duas delas na Praia de Fora, hoje patrimônio tombado) e a “Usina” – a Estação de Depuração dos Esgotos (demolida).

A mensagem do Governador Hercílio

Luz, em 1920, apresentada ao Congresso Estadual, valorizou, na página 18, a campanha sanitária:

“Essas medidas estão sendo efetivadas: canalização sistemática de todos os rios e regatos, que em diversos pontos cortam a cidade; drenagem de seu solo; abertura de avenidas e largas ruas; demolição de casebres julgados anti-higiênicos e perigosos; nova captação de água para aumentar o abastecimento da cidade; instalações sanitárias em todas as casas e ampliação da rede de esgotos. Todas as obras vão em bom andamento”.

Somadas à instalação da rede de energia elétrica (1910) e à inauguração da Ponte Hercílio Luz (1926), as obras de saneamento trouxeram modernidade à Capital catarinense. Entre os marcos da implantação da rede de coleta de esgotos estão as estações mecânicas elevatórias, que abrigavam o maquinário e ainda são destaques na Praça dos Namorados, na Praça Governador Celso Ramos – ambas na Praia de Fora – e na Praça Fernando Machado, no centro da cidade.

A obra de recuperação da balneabilidade das águas da Baía Norte, tão reclamada nas últimas décadas, finalmente está em curso, desde março de 2018. É um compromisso entre a Companhia de Águas e Saneamento e a Prefeitura Municipal, para a despoluição de 3,5 quilômetros de orla da Avenida Beira-Mar Norte, entre a Ponte Hercílio Luz e a Ponta do Coral. O objetivo é filtrar toda a água dos canais de drenagem que desembocam na areia, os quais levam diretamente para o mar a água dos antigos e pequenos rios, além da água da chuva. Porém, ao longo dos anos, esses canais acabaram contaminados com ramificações de ligações irregulares de esgoto na região. Para

que a balneabilidade se torne possível, as 15 principais saídas da rede de drenagem receberão válvulas de um sistema inteligente, chamado Unidade Complementar de Recuperação Ambiental (URA), que está sendo construído no bolsão da Casan, já existente na Beira-Mar Norte. A água passará pelo sistema de filtração e tratamento para, então, ser devolvida ao mar. Com isso, nova história vai se desenhando para esta região da cidade.

* * *

A existência de fontes e poços de água potável no centro da cidade, hoje em dia, uma raridade, foi comum e bastante útil, valorizando chácaras e quintais, durante séculos.

O abastecimento de água e a lenha para os fogões das casas de chácaras até os anos 1950 ficaram registrados nas *Lembranças da Tia Ame*:

“O Ayrton e o João [seus irmãos] lavavam os vidros das janelas e o portão, supriam a casa de água e lenha. Naquela época, a água era retirada em potes de barro de duas torneiras localizadas, uma na frente da chácara e outra, no meio. Essa água abastecia os moradores das casas grandes (nossa e do tio Jaime) e das casinhas alugadas. Os fogões eram a lenha, trazida de longe, por botes que atracavam no trapiche do Jardim Esteves Júnior e era vendida em toras. Meus irmãos carregavam essa lenha até a nossa casa em carrinho de mão”. (SILVEIRA, 2007, p. 19).

Para que essas casas de chácara se mantivessem estruturadas e com certa autonomia, a presença de água potável que vinha dos córregos era elemento indispensável. Além

do consumo doméstico, a oferta de água na Praia de Fora permitia o trabalho de lavadeiras de roupa, mantinha verdejantes as hortas, os pomares, as plantações de flores e permitia criar animais, como galinhas e porcos, tratar montarias e vacas leiteiras. Ademais, ali as memórias mais recentes referem-se a pescarias e brincadeiras de criança.

Os mapas antigos mostram as travessias da Rua Bocaiuva (antiga Rua de São Sebastião), onde dentre os 5 córregos que desaguavam na Baía Norte, destaca-se o Carreirão, que atravessava pelos fundos da *Casa de Chácara da Bocaiuva* e dali cruzava a Rua Bocaiuva, indo desaguar na praia. O mapa oficial da implantação da rede de esgotos de Florianópolis em 1913/1914 indica também a posição desses riachos. Os relatórios das obras executadas pelo governo registram que os melhoramentos sanitários na Rua Bocaiuva e nas imediações só ocorreram entre 1914 e 1916. Naturalmente o centro da cidade, mais populoso, foi priorizado.

Plantas do século XIX e pinturas como a minuciosa vista do Morro da Cruz, feita por Eduardo Dias, indicam as áreas mais adensadas, no entorno da Praça da Matriz, enquanto o miolo do triângulo central e a borda norte, ao longo da Praia de Fora, na região que corresponde à atual Avenida Beira-Mar, era pontuada por quadriláteros, que correspondem às projeções das construções da época. Muitas eram sedes de chácaras. Ali os córregos (posteriormente canalizados) seguiam a céu aberto. Havia uma área alagadiça, fronteira à Capela de São Sebastião. É provável que, em tempos chuvosos e em ocasiões de ressaca, esses acessos ainda precários ficassem intransitáveis, e as tais pontes eram construções indispensáveis.

Além da antiga Rua de São Sebastião, traçada paralelamente a essa trilha, três ruas

transversais à atual Bocaiuva estão bem destacadas na cartografia antiga. Correspondem às Ruas Altamiro Guimarães, Esteves Júnior e Felipe Schmidt.

A Praia de Fora iluminada a lampiões

Também o serviço de iluminação pública em Florianópolis iniciou lentamente, sendo que as áreas de chácara, durante muito tempo, foram atendidas precariamente. As falas e os relatórios dos Presidentes de Província (cf: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina) dão conta de um início penoso, com poucos investimentos em obras. O governo contava com a boa vontade dos cidadãos para auxiliar na tarefa. Exemplo é a sugestão do Presidente da Câmara do Desterro, em 1831, para que, nas festividades de comemoração do aniversário de D. Pedro II, os moradores “iluminem a frente de suas casas por motivos de tanto aplauso”.

Em 1840, o governo aprovou o sistema de iluminação pública com lampiões. Apenas 51 “candeeiros abastecidos a azeite de peixe ou baleia” iluminavam as principais ruas do centro da Cidade do Desterro. Em 1841, foi sugerido instalar mais 10 nas Ruas do Mato Grosso e do Passeio (acessos à Praia de Fora), mas não se comprovou a realização do serviço. Em 1842, eram 53 lampiões. Dois anos depois, havia 57 luzes. Faltava iluminar várias ruas, como a do Estreito, a do Passeio, a da Praia de Fora, a do Mato Grosso e outras para o lado do Menino Deus, assim como as Ruas da Bica, da Conceição, da Fonte Grande, entre tantas outras. Em 1849, somavam-se 65 lampiões, ainda abastecidos a “azeite de baleia”, sendo que 8 deles localizavam-se nas Ruas do Passeio, da Praia de Fora, do Mato Grosso, da Bica, da Conceição, da Fonte Grande e da Tronqueira. A evolução foi lenta e precária, embora reconhecendo o

governo a necessidade das Ruas do Passeio e da Praia de Fora “pela sua importância e muito que são frequentadas e povoadas”.

Em 1854, eram 89 lampiões somente. Foram feitos lampiões novos que, segundo o relatório do Presidente de Província João José Coutinho, atrapalhavam o trânsito:

“... por ficarem um pouco baixos, terem sido feitos pequenos [...] para a saída do fumo, que de pronto embaça os vidros, e ficar o centro dos vidros e não os ângulos fronsenteiro às hastes. [...] Pela maneira por que estão feitos, só podem servir para largos, e não para ruas, porque fora das paredes impedem o livre trânsito e a elas encostados, dão pouca luz, e exovalham as calçadas”.

Por fim, decidiu o Presidente de Província retirar esses lampiões, que pouca luz ofereciam às calçadas, e instalá-los em centros de praça, o que melhorava a condição de luz nas quatro faces dos vidros.

Ocorre que o imposto destinado à iluminação pública era tido como “insuficiente”. A presidência da Província cogitava substituí-lo por outro imposto: “a décima dos prédios urbanos da capital ocupados por seus donos”. O Relatório do Presidente de Província à época registra que, em 1855, foram substituídos 89 lampiões a óleo pelo mesmo número a gás, os quais, em 1862, foram reduzidos a 60. Em seguida, em agosto desse ano, foi suspenso o serviço de iluminação. Após uma fase crítica, em 1868, a administração da cidade reinaugurou a iluminação, com 100 lampiões a gás, substituídos, em 1874, por 100 lampiões a querosene. Em 1876, foi aumentado o número de lampiões até a Ponte de São Luiz, cuja localização provável é atualmente no encontro da Avenida Mauro Ramos com as Ruas Bocaiuva

e Heitor Luz. Supostamente totalizavam 100 luzes. E, segundo o Relatório do Presidente da Província, à época, “as carências maiores eram as Ruas da Princesa [atuais Almirante Alvim e Victor Konder] até o lugar denominado São Luiz e aí pela Rua de São Sebastião, a seguir pela Sant’Anna”. Ora, a Rua de Sant’Anna é justamente a atual Almirante Lamego. A Rua de São Sebastião corresponde às Ruas Bocaiuva e Heitor Luz, o que indica que, naquele momento, já havia certa preocupação em atender à região das chácaras.

Em 1880, houve um acréscimo de 30 lampiões. No total, eram 150 combustores, cujas localizações são desconhecidas. Ainda em 1880 foi inaugurado o sistema a gás globo. No mesmo ano, foi autorizado o uso do gás carbônico ou hidrogênio bicarbonado, combustível que possivelmente não foi posto em prática. Tentou-se a substituição provisória por querosene e, em seguida, foi restabelecido o sistema a gás globo (gás carbônico). Em 1882, houve o acréscimo de 6 lampiões, totalizando 156 (para as Ruas Brigadeiro Bittencourt, Major Costa, São Martinho e São Pedro). Os registros em fontes primárias indicam que, em 1885, o combustível utilizado era o querosene, possivelmente desde 1883.

Em 25 de setembro 1910, quando foi inaugurado o serviço de iluminação elétrica em Florianópolis, com 500 lâmpadas, algumas fábricas já funcionavam na Praia de Fora, com um serviço muito débil, o que exigia o rodízio de turnos para o funcionamento de seus motores. Em 1914, a iluminação pública e particular somava apenas cerca de 1400 lâmpadas e 23 instalações de força motriz. Em 1919, a iluminação da cidade tinha apenas 526 lâmpadas, além da iluminação dos prédios públicos. Nesse ano, foram instaladas lâmpadas em diversas ruas, entre as quais as travessas da Praia de Fora: Harmonia, Triunfo e Travessa Dias Velho (atual

Abílio Oliveira). Em 1928, o número de focos de iluminação pública somava 862 lâmpadas e de “luz particular” era de 2314 instalações. Havia poucos motores instalados: 81 de 1/16 a 25 cavalos, 28 de aquecimento e ventilação e 6 de aplicação clínica. Até as primeiras décadas do século XX, pode-se imaginar a dificuldade que representava percorrer a cidade à noite, especialmente nas regiões das chácaras.

Mas, pouco a pouco, a cidade ganhou outras fontes geradoras de energia elétrica, essencialmente a fornecida por hidrelétricas e pela queima de carvão. Hoje a Praia de Fora, assim como toda a cidade de Florianópolis, exige ações mais efetivas, visando à adoção de novas opções em fontes energéticas renováveis.

Uma subestação de energia elétrica foi inaugurada no início do século XXI na Agrônômica. Isso motivou a renovação da ciclovia e das calçadas da grande Avenida da Praia de Fora – a Beira-Mar, ou Jornalista Rubens de Aruda Ramos. A subestação transforma a tensão de 138 mil volts para 13.800 volts, atendendo parte do centro da cidade e o Bairro Agrônômica. Foi concebida atendendo aos padrões mais modernos de segurança e eficiência, além de ser adaptada para minimizar a poluição visual e o ruído contínuo.

* * *

Melhoramentos urbanos na Rua Bocaiuva

Os primeiros melhoramentos – os chamados “arruamentos” – na Rua da Praia de Fora, datam de 1848. Com a construção da Igreja de São Sebastião, a partir de 1856, as cobranças populares por melhorias se intensificaram. Em março de 1876, a Câmara de Vereadores pediu o calçamento da Rua de São Sebastião e solicitou a abertura de travessas.

Porém, até a década de 1920, muitas ruas de Florianópolis ainda não tinham nenhuma pavimentação. Foram macadamizadas, em 1923, as Avenidas José Veiga (atual Mauro Ramos), Hercílio Luz e Trompowsky, bem como a Rua Blumenau. As Ruas Demétrio Ribeiro e Almirante Alvim foram calçadas com paralelepípedos. A Rua Quintino Bocaiuva e também Blumenau, Conselheiro Mafra e Praça Etelvina Luz foram pavimentadas a paralelepípedos em 1939 pelo Prefeito Mauro Ramos. Também no final da década de 1930 houve o alargamento da Rua Felipe Schmidt, após a desapropriação de vários prédios no trecho compreendido entre a Rua Jerônimo Coelho e o Largo Fagundes. Em 1939, fez-se o prolongamento da Rua Felipe Schmidt até o mar e o cruzamento desta com o futuro prolongamento da Avenida Rio Branco, até a entrada da Ponte Hercílio Luz. Com o trabalho de escavação da Rua Felipe Schmidt, foi projetado o prolongamento da Alameda João Pessoa (Adolfo Konder) até a Rua Almirante Lamego, e o prolongamento da Avenida Rio Branco. Foi aterrada também grande parte da Avenida Rio Branco, fronteira ao antigo Departamento de Saúde Pública. Veiga (2004) destacou entre as obras da gestão de Mauro Ramos a colocação de meios-fios nas Ruas Quintino Bocaiuva, General Bittencourt, Conselheiro Mafra, Brusque, Praça XV de Novembro e Etelvina Luz e ainda o calçamento nas Ruas Conselheiro Mafra (184 m²) e Bocaiuva (25,90 m²) e na Praça Etelvina Luz (60,60 m²). Também na região próxima da Praia de Fora executaram obras de capinação e conservação na Travessa Abílio Oliveira. Na Rua Alves de Brito, fez-se terraplanagem para calçamento e condução do aterro. Na Avenida Rio Branco e na Rua Duarte Schutel, as obras foram de capinação e aterro.

A aparência da Praia de Fora começa efetivamente a se transformar entre 1937 e

1954, na gestão de Prefeitos como Mauro Ramos e Paulo Fontes, cujos relatórios de gestão referem-se a planos e obras para a futura Avenida Beira-Mar. A região, até então, era praia, nos fundos dos lotes da Baía Norte, cujas construções eram voltadas para as Ruas Frei Caneca, Heitor Luz, Bocaiuva e Almirante Lamego. Nessa época, estrutura-se o largo que deu origem à Praça Celso Ramos.

Bocaiuva, “Beira-Mar Norte” e o século XXI

A Avenida Beira-Mar, na região central da cidade, entre a parte inferior da Ponte Hercílio Luz e o viaduto de acesso ao Norte da Ilha, a partir do aterro da Baía Norte iniciado em 1969, tornou-se a grande alavanca na mudança da paisagem. Na década de 1970, sobrados espaçosos foram tomando o lugar das singelas habitações e moradas ecléticas, presença ainda notável nos anos 80 do século XX. Pouco a pouco, os sobrados também foram substituídos por edifícios de 4, 12 a 18 pavimentos. O primeiro edifício de 12 pavimentos da avenida é o Beira-Mar, realizado pela importante construtora da época (a CEISA), no ano de 1970, sendo inaugurado em 1971. Ao seu lado, o Edifício Aldebaran foi o segundo construído.

Desde então, os empreendimentos imobiliários se multiplicaram, a demanda de investimentos em infraestrutura cresceu vertiginosamente e especialmente os problemas de circulação rodoviária se acentuaram. A ampliação do número de pistas foi solução adotada nas últimas décadas do século XX.

A Avenida Beira-Mar Norte possui atualmente três pistas. A mais externa dá acesso ao Continente, através das Pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos, além de levar ao sul da Ilha. A pista central corre no sentido oposto, em direção à Universidade Federal de San-

ta Catarina (UFSC) e o norte da Ilha. A pista interna da avenida corre no mesmo sentido da central, dando acesso ao Bairro Agrônômica. Considerada um cartão postal, a mais famosa avenida da cidade é também uma das regiões mais valorizadas, onde um apartamento de cobertura pode custar mais de 6 milhões de reais. Nos últimos anos, a principal festa pública de Ano-Novo da cidade ocorre na Avenida Beira-Mar. É uma das maiores do Brasil e chega a reunir cerca de 350 mil pessoas. Há shows de música popular e eventos esportivos. São diversos largos, praças e monumentos e um mirante ao longo da avenida. Há espaço para shows e festas públicas, feiras lineares, prática de esportes diversos, com destaque para o ciclismo e as corridas.

A importante avenida corre paralela às águas da Baía Norte, mas não possui praia. Na maré baixa, as águas da baía formam bordas de areia ou batem em pedras, que encontram diretamente o calçadão e a ciclovia, onde moradores e turistas já incluíram na sua rotina contemporânea passear, caminhar, correr, pedalar. Patins, skates, vôlei de praia e exercícios em aparelhos de ginástica ali instalados nos últimos anos também são comuns. Os que caminham passam ao largo do Monumento a Dias Velho, trasladado do seu local anterior, e mesmo convivem com o heliponto, nota contemporânea da cena à beira-mar, que ganha tranquilidade aos domingos, quando as pistas externas ficam interditadas ao tráfego de automóveis e prioriza-se o lazer.

Hoje, antigas e raras moradas localizadas entre as vias Bocaiuva e Beira-Mar preservam apenas a volumetria original, mas não evocam mais o jeito simples de morar que há tempos deu lugar a um *modus vivendi* de abundância, estampado nas edificações históricas preservadas por tombamento e pela consciência de alguns herdeiros desse patrimônio

cultural. Há edifícios luxuosos, shoppings, hotéis, cafés, bares, restaurantes e o trânsito intenso de veículos.

Nesse cenário em que o trânsito de automóveis, ciclistas e pedestres compõe um espaço de transformações radicais na paisagem e nas rotinas da Praia de Fora, ainda se percebem resistências que o elegem como paisagem especial – um lugar de memórias.

Conclui-se que, além da *Casa de Chácara da Bocaiuva*, restaurada e reintegrada a um contexto contemporâneo, a Procissão de São Sebastião, padroeiro que deu nome à rua das chácaras, destaca-se como evento que ainda hoje mobiliza a cidade. A cada ano, no dia 20 de janeiro, em torno de mil pessoas acorrem à Praia de Fora para homenagear o santo protetor dos aflitos e doentes. Quem segue a procissão repete o gesto centenário, transitando, mais uma vez, pela frente da *Casa de Chácara*: saem da Igreja de São Sebastião, atravessam o largo, a Rua Bocaiuva e a Praça dos Namorados. Tomam a pista interna da Avenida Beira-Mar, seguem até a Travessa Abílio de Oliveira e retornam pela Rua Bocaiuva. Essa procissão ocorre desde 1856.

E assim, a cada dia e todos os dias, com qualquer tempo, pessoas de todas as etnias, credos e gêneros continuam a passar em frente à *Casa de Chácara*, presença secular nessa rua abençoada.

* * *



Figura 174 – Rua Bocaiuva. Os torreões da casa da família Katcipis em destaque. Século XX.

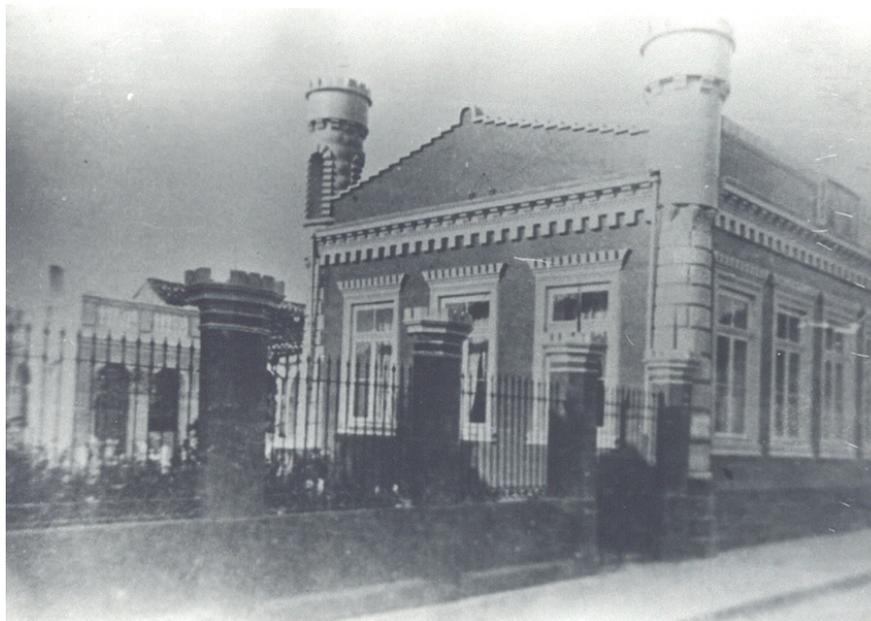


Figura 175 – Casa com torreões à Rua Bocaiuva.



Figura 176 – Colégio Catarinense e as moradas da Rua Bocaiuva, com os fundos para o mar, em 1958.



Figura 177 – Rua Frei Caneca. Foi residência do comerciante Eduardo Moelmann.



Figura 178 – Foi residência do cônsul da Áustria-Hungria, senhor Ernest Vahl.

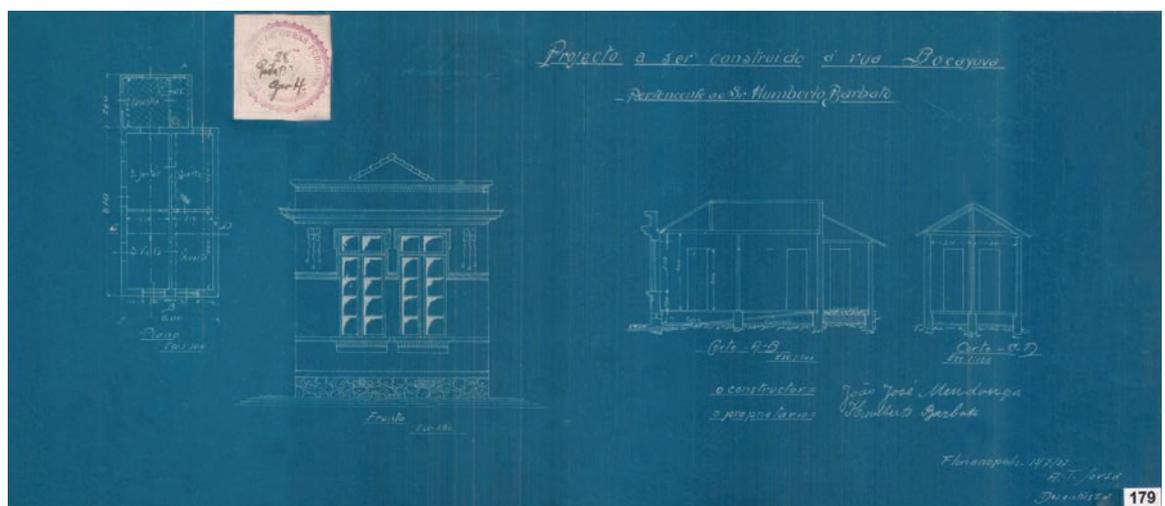


Figura 179 – Projeto arquitetônico do início do século XX para a Rua Bocaiuva.

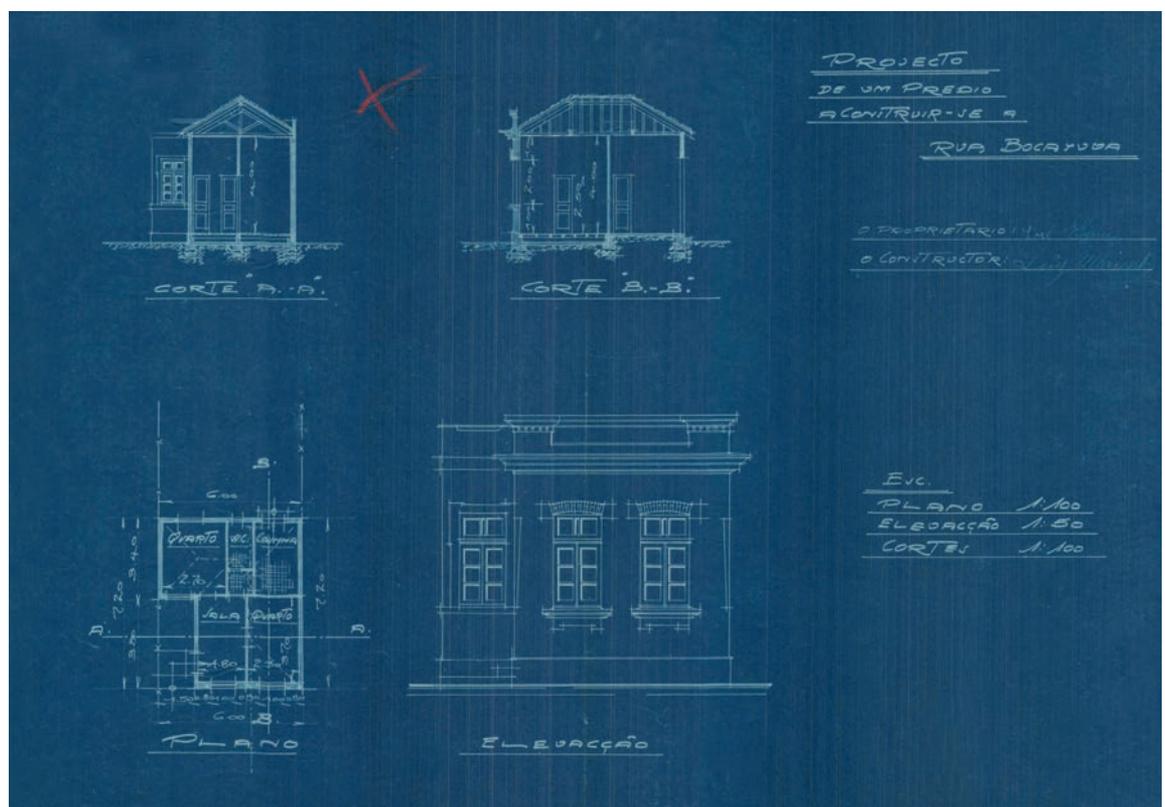


Figura 180 – Projeto arquitetônico do início do século XX para a Rua Bocaiuva.

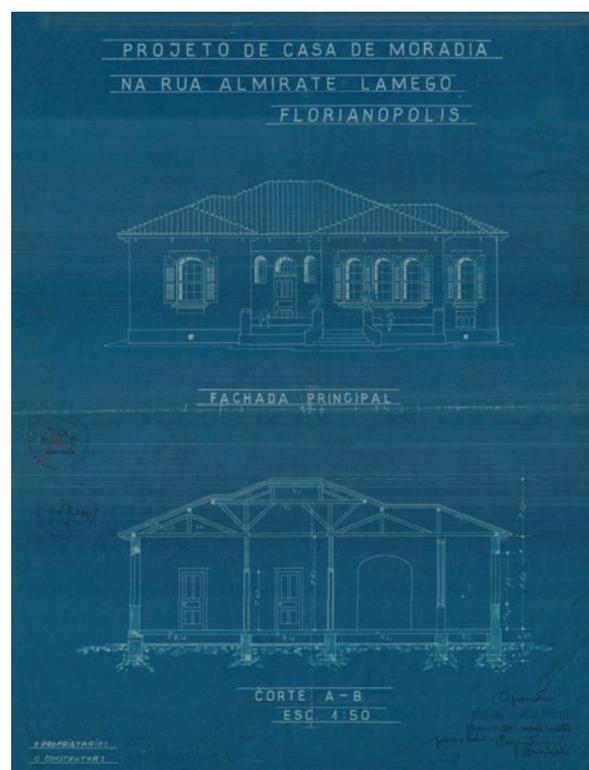


Figura 181 – Projeto arquitetônico do início do século XX para a Rua Almirante Lamego.



Figura 182 – Projeto arquitetônico do início do século XX para a Rua Almirante Lamego.



Figura 183 – Trapiche à Praia de Fora.



Figura 184 – Trapiche à Praia de Fora, em frente à Praça Esteves Júnior.



Fonte: MEIGA (2004, p.37). Projeto Gráfico Jo Pacheco. Adaptado por Leonardo Bertoldi Borges

BONDINHO - COMPOSIÇÃO DOS POSSÍVEIS ITINERÁRIOS

- LINHA EXISTENTE EM 1908
- LINHA EXISTENTE EM 1910
- LINHA EXISTENTE ENTRE 1909 E 1920
- LINHA EXISTENTE EM 1915

- Casa de Chácara
- PONTO INICIAL - PRAÇA FERNANDO MACHADO
- ↑ PONTO FINAL - ANTIGO ABRIGO DE MENORES - AGRÔNÔMICA

Figura 185 – Bondes itinerários pela rua Bocaiuva.



Fonte: VEIGA (2004, p.67), Projeto Gráfico Jo Pacheco. Adaptado por Leonardo Bertoldi Borges

ITINERÁRIOS DOS PRIMEIROS ÔNIBUS DE FLORIANÓPOLIS

- | | | | | | | | |
|---------------------------|-----|--------------------------|---------------------------|-----|------------------|---|-------------------------|
| LINHAS ANUNCIADAS EM 1920 | --- | LINHA CIRCULAR | LINHAS ANUNCIADAS EM 1926 | --- | LINHA CIRCULAR A | ● | ESTAÇÕES INTERMEDIÁRIAS |
| | --- | LINHA ESTAÇÃO AGRONÔMICA | | --- | LINHA CIRCULAR B | | |



Fonte: VEIGA (2004, p.129), Projeto Gráfico Jo Pacheco. Adaptado por Leonardo Bertoldi Borges

ITINERÁRIOS DOS ÔNIBUS DE FLORIANÓPOLIS EM 1949

- | | | | | | |
|-----|-----------------------|-----|-----------------------|---|-----------------|
| --- | ITINERÁRIO AGRONÔMICA | --- | ITINERÁRIO CIRCULAR B | ○ | Casa de Chácara |
| --- | ITINERÁRIO CIRCULAR A | --- | ITINERÁRIO CONTINENTE | | |

Figura 186 – As primeiras linhas de ônibus na praia de Fora



Figura 187 – Praça Esteves Júnior, ainda fechada por grades. Entroncamento com as Ruas Esteves Júnior, Bocaiuva e Almirante Lamego. Primeira metade do século XX.



Figura 188 – Rua Esteves Júnior, no sentido da Praia de Fora para o centro da cidade. Observa-se os trilhos da linha de bondes da Companhia de Carris Urbanos. A sexta casa, à esquerda é o atual número 696, o Memorial do Centro Educacional Menino Jesus (CEMJ). Primeira década do século XX, durante as obras de implantação da primeira rede de esgotos da cidade.



Figura 189 – Avenida Trompowsky, na década de 1920. A linha de bondes com seus trilhos é evidente. Início do século XX.



Figura 190 – Moradas ecléticas na Rua Frei Caneca. A central, com o alpendre lateral, foi residência do governador Vidal Ramos. Século XX.



Figura 191 – Rua Frei Caneca, com os trilhos da linha de bondes. Início do século XX.



Figura 192 – Tomando o bonde na Praia de Fora, à Rua Bocaiuva. Segunda década do século XX.

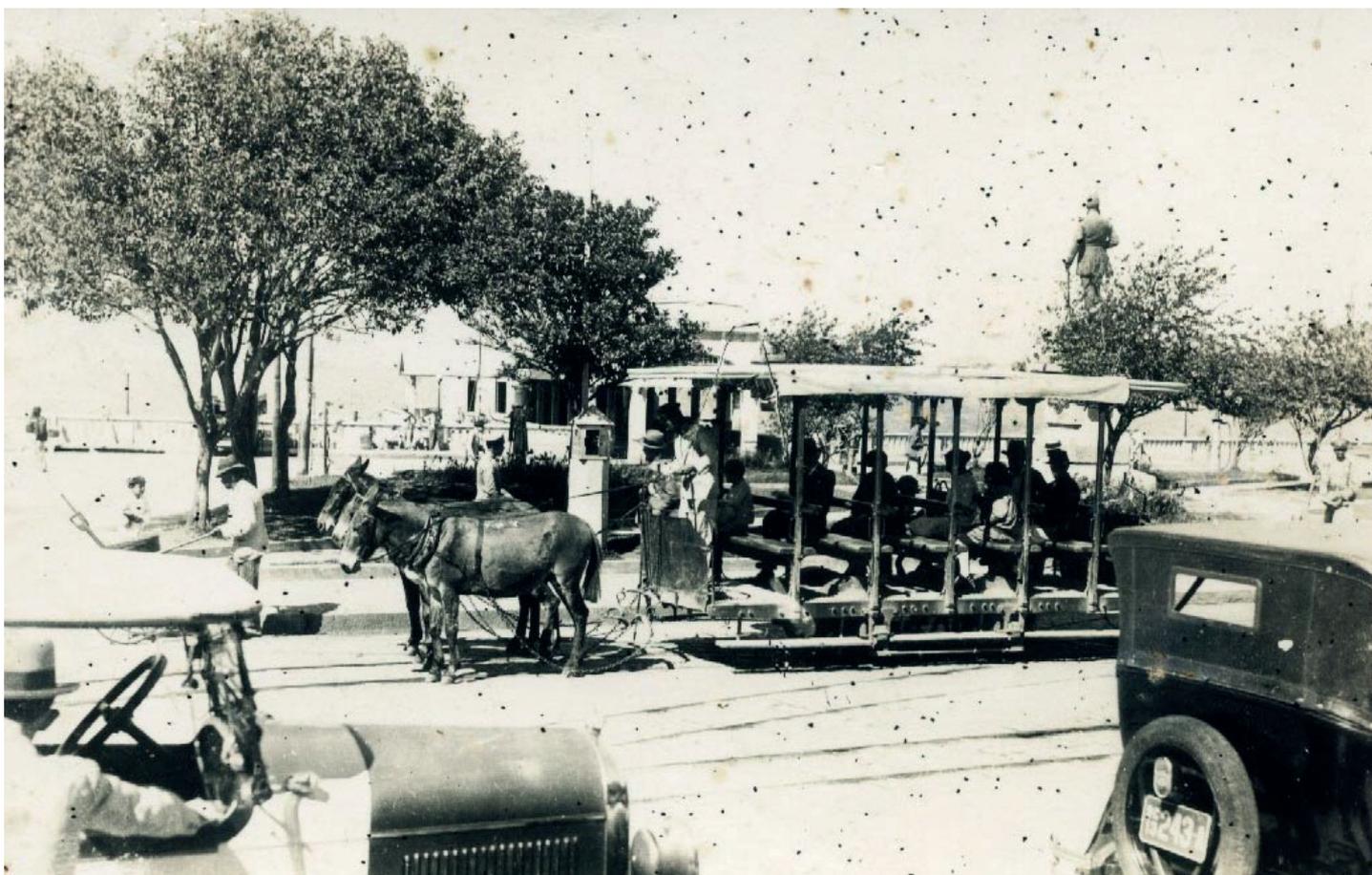


Figura 193 – O bondinho puxado por três burros no ponto inicial à Praça Fernando Machado, no centro da cidade. Século XX. Ele circulou até 1934.

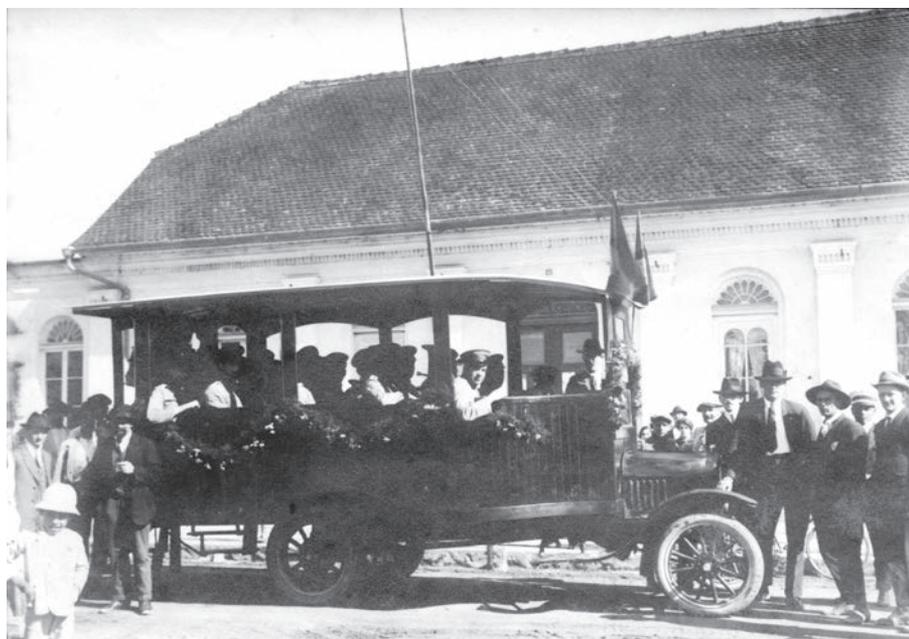


Figura 194 – Primeiro ônibus de Florianópolis. 1920.



Figura 195 – Primeiro ônibus de Florianópolis. 1920.



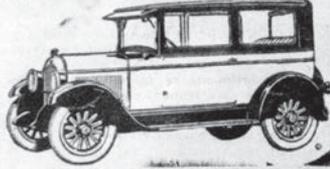
Figura 196 – Primeiro ônibus de Florianópolis. 1920.

CHRYSLER "50"

Estão tendo muita aceitação os autos Chrysler "50", porque satisfazem plenamente todas as necessidades das nossas actuaes condições: estradas e ruas ainda em más condições, de transito e combustível caro.

O typo "50" é um novo carro da grande fabrica Chrysler que até, bem pouco tempo só produzia autos de alto preço, e de grande luxo, como o Chrysler "Imperial" de fama mundial.

Na opinião de um illustre medico, conhecedor do assumpto automobilistico, o Chrysler "50" é o carro que reúne as commodidades dos autos grandes de vantagens economicas e facilidades de manejo dos pequenos. Acrescentamos mais e ainda possui a



principal qualidade dos carros caros a excellencia do material e perfeição no acabamento. Um chauffeur amador entende que o Chrysler "50" é um dos poucos autos de 4 cilindros que com marcha lenta e em 3a. velocidade sobe todas as ladeiras desta capital.

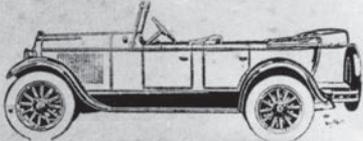
Outro chauffeur profissional nos disse ser o motor do Chrysler o mais perfeito que temvisto.

Assim pois, adquirir um Chrysler "50" é realizar um optimo negocio, alem de poder compral-o com facilidades no pagamento.

Para informações com **Costa Irmão & Cia.**
Rua Conselheiro Mafra, 54

PRODUCTO DA GENERAL MOTORS

O NOVO OLDSMOBILE 1927
O MELHOR AUTOMÓVEL DA SUA CATEGORIA



Constantemente aperfeiçoando os seus afamados carros, através dos seus trinta annos de existencia, Oldsmobile apresenta, nos seus novos modelos para 1927, o que pode haver de melhor em automoveis de seis cilindros, de preço modico.

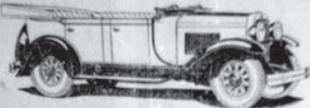
No rol dos muitos aperfeiçoamentos valiosos, que fazem do novo Oldsmobile um carro de funcionamento impecavel, são dignos de nota o Compensador Harmonico, a Ventilação da Caixa do Motor, os 2 Purificadores de Ar, o Systema de Duplo Arrefecimento, o Fecho da Ignição à Prova de Roubo, os Farolões de Luz Móvel, a Lubrificação Automatica. Quanto á belleza, Oldsmobile igualmente supera os seus similares, pelo inalteravel brilho da sua pintura Duco, pela distincção das suas carrocerias Fisher nos modelos fechados e pela lustrosa e duravel nickelação a chromio.

Para satisfazer a sua crescente procura, para que o automobilista brasileiro possa ter, por um preço modico, um carro que satisfaça o seu fim gosto, Oldsmobile passa a ser dora avante montado no Brasil. Assim, pois, Oldsmobile é o primeiro carro de seis cilindros que se monta no país por operarios brasileiros.

PREÇO POSTO FÁCIL EM SÃO PAULO
Parcelas (Com para-choques) 12.000\$000

GENERAL MOTORS OF BRAZIL, S. A.
S. PAULO

Consulte o Agente Autorizado nesta Cidade:
MANOEL SIMÕES
Rua Conselheiro Mafra esquina da rua Trájanos



O bom OLDSMOBILE SIX ainda melhor

O bom Oldsmobile Six, ainda melhor do que antes, 1926, é a nova liza serie de preço modico.

Sua primeira appeal é primeira serie com um automovel apresentando um motor - todos os sistemas, câmbio, transmissão, todo o resto, equipado a ultima moda.

Sua motor, com tres cilindros, tem a unica parte pertencente a motor e a unica, montada sobre o eixo de torque que absorve as vibrações.

Os sistemas são primitivos e bem acabados - painel de instrumentos, e chassis - simples, mas todos os mecanismos precisos.

O radiador é a ultima appaçoção do motor, reduzindo a resistencia á circulação de agua.

Mez em a serie Oldsmobile, o melhor dos carros que não tem o inconveniente de sistemas de condutores, tem montado em sua serie de condutores o Grupo de Experimentos e os Laboratorios de Pesquisas de General Motors, o qual serve a base dos melhores do mundo, apoiados nos melhores testes, resultados definitivos e seguros de resultados.

GENERAL MOTORS OF BRAZIL, S. A.
AGENTE: OLDSMOBILE DO BRASIL, S. A. S. PAULO
H. N. DE OLIVEIRA
Rua Conselheiro Mafra 42 - Telephone 430 - JORNALLE

Ford
THE UNIVERSAL CAR

GRANDE REDUÇÃO DE PREÇOS

	Preço antigo	Preço novo
Double Phaeton	Rs. 5.150\$000	Rs. 4.150\$000
Vitorette	Rs. 5.350\$000	Rs. 4.350\$000
Coupelet	Rs. 7.900\$000	Rs. 6.250\$000
Sedan 2 portas	Rs. 7.900\$000	Rs. 6.430\$000
Sedan 4 portas	Rs. 8.300\$000	Rs. 6.630\$000
Chassis commercial	Rs. 4.150\$000	Rs. 3.250\$000
Chassis com não 1 tonelada	Rs. 5.100\$000	Rs. 4.770\$000

Todos os modelos com partida automatica, rodas bañao e o novo evaporador FORD. Assombrosa economia de gasolina. Mediante um aumento de Rs. 225\$000 equipamos os carros abertos com para-choque trazeiro e dianteiro, lanterna PARE e para-brisa lateraes.

Para mais informações com os Agentes Autorizados

Hoepcke & Cia.
FLORIANOPOLIS

Figuras 197, 198, 199 e 200 – Anúncios em jornais de época, 1928. A velocidade máxima para os veículos permitida era a de 20 Km/h.



Figura 201 – Rua Bocaiuva, Praia de Fora, 23.12.1928. Portão da residência das famílias Hoepcke/Molenda, atual reduto militar. Esq./dir.: Walter Mayer (na motocicleta), Júnior Kleis, dois irmãos Lund (?), Victor Mayer (no volante). Photo José Ruhland.



Figura 202 – Avenida Beira Mar, na década de 1970.



Figura 203 – Avenida Beira Mar, em 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges



Figura 204 – Avenida Beiramar, tomada do edifício Beiramar – 1975.



Figura 205 – Avenida Beiramar, tomada do edifício Beiramar – 1975.



Figura 206 – Avenida Beiramar, tomada do edifício Beiramar – 2015.
Foto: Eliane Veras da Veiga



Figura 207 – Avenida Beiramar, tomada do edifício Beiramar – 2015.
Foto: Eliane Veras da Veiga



Figura 208 – Rua Arno Hoeschel. Década de 1980. Eram antigamente as chamadas “terras do bispo”. Há quem recorde que, pelo eixo dessa rua seguia um rio, com mata e árvores nas duas margens. Este rio tinha a nascente na região onde está hoje a Biblioteca Pública, à rua Tenente Silveira.



209 – Rua Arno Hoeschel. Década de 1980. Da esquina desta rua em direção à rua Almirante Lamego havia terrenos com matas e praia mais larga e mais limpa do que em outros trechos dessa orla, segundo a memória de alguns. Poucas construções havia até a década de 1960.



Figura 210 – Avenida Gama d'Eça, recém aberta. À direita, as palmeiras da Casa do Barão. Década de 1960.

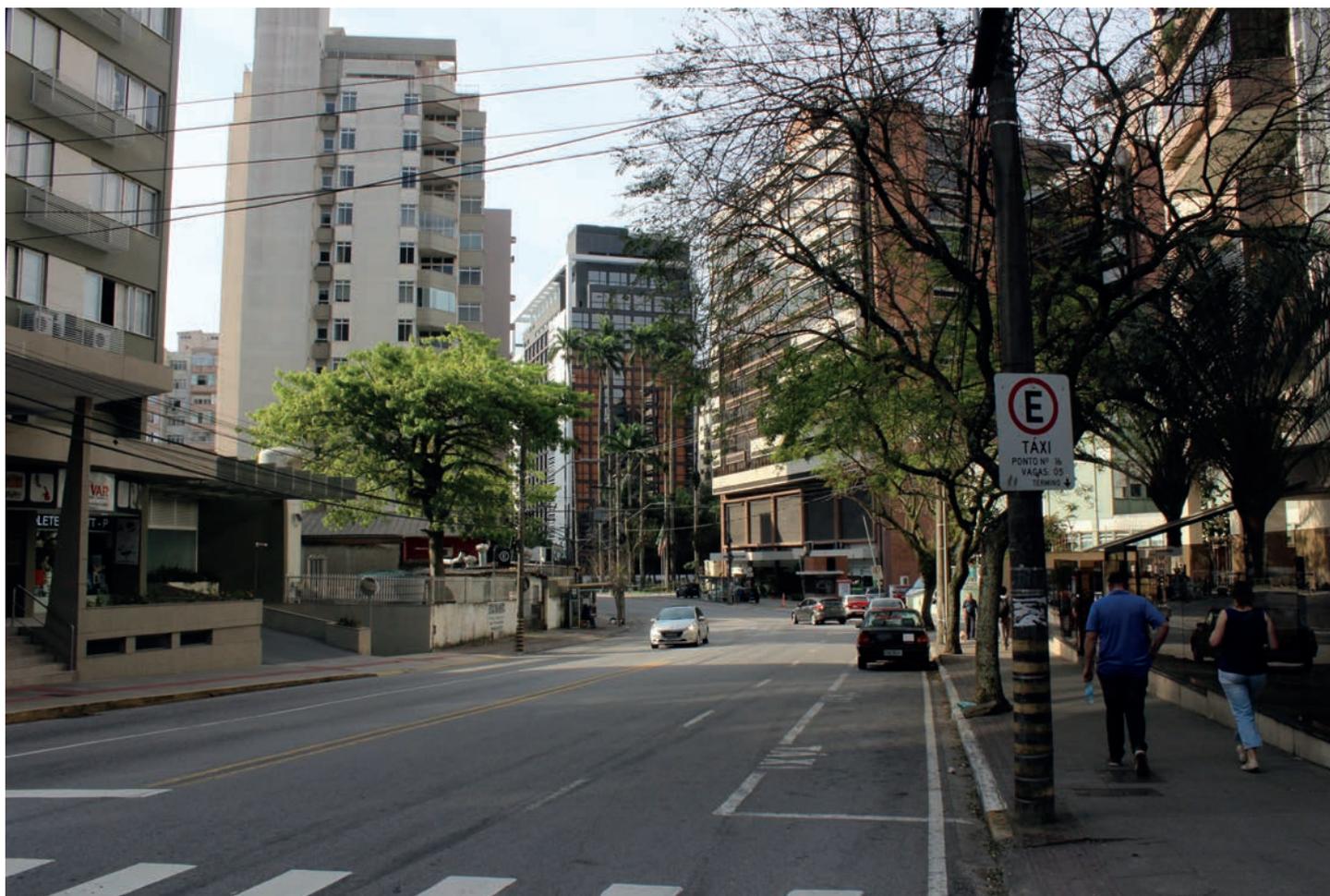


Figura 211 – Avenida Gama d'Eça, 2018. Foto: Leonardo Bertoldi Borges

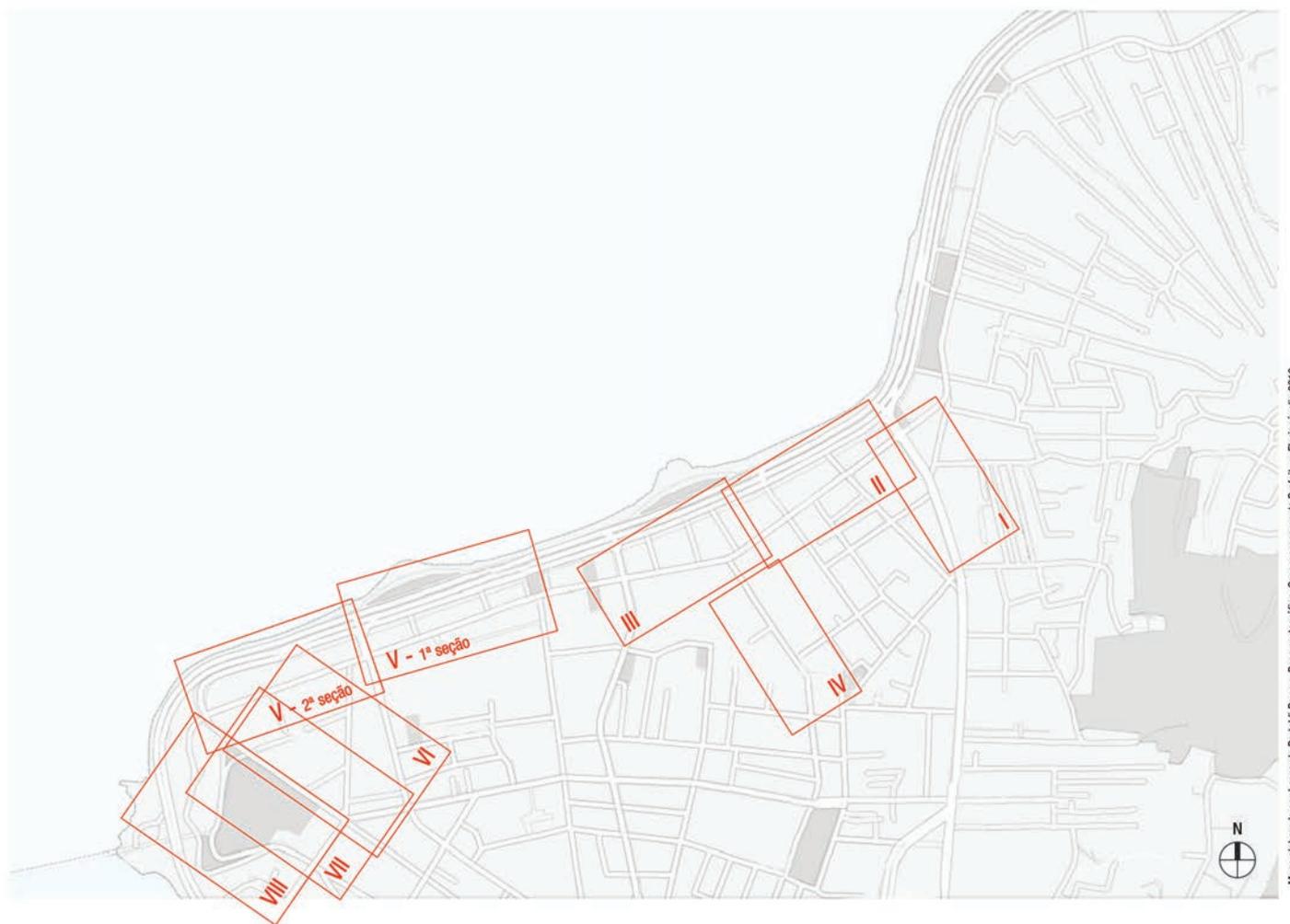


Figura 212 – Diagrama da composição das pranchas – Cartografia detalhada das Ruas Bocaiuva e Almirante Lamego. Século XX, sem data precisa. Pranchas numeradas, com uma lacuna referente à quadra da Casa de Chácara.



Figura 213 – Prancha I – Encontro das Ruas Bocaiuva e Brusque (Av. Mauro Ramos). Acima está a Rua Blumenau (rua Victor Konder)

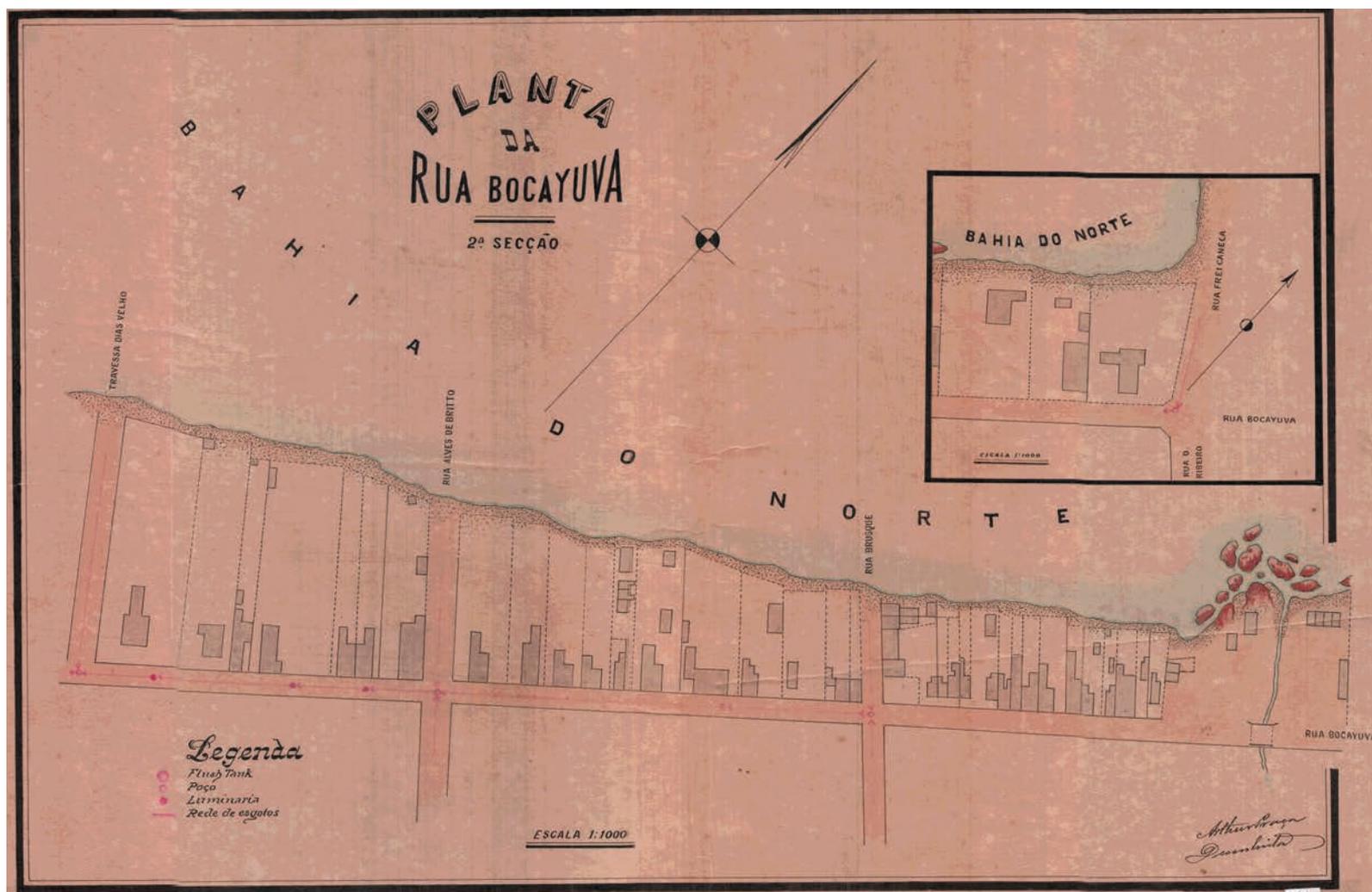


Figura 214 – Prancha II – Faixa de praia da Baía Norte. Rua Bocaiuva e as suas transversais: Travessa Dias Velho, Rua Alves de Brito e Rua Brusque.

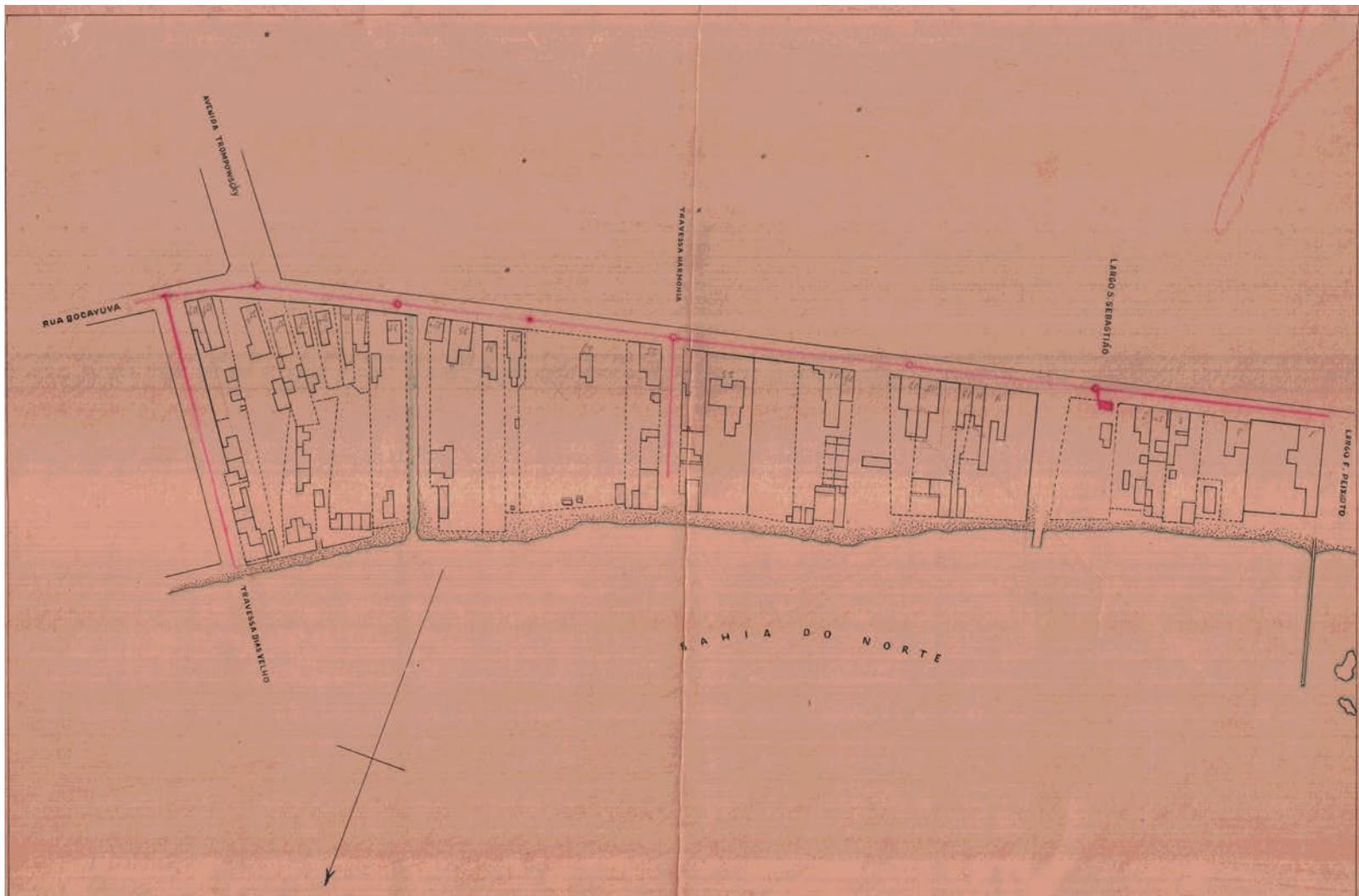


Figura 215 – Prancha III –Faixa de praia da Baía Norte, Rua Bocaiuva e as suas transversais: Travessa Dias Velho, Avenida Trompowsky, Travessa Harmonia e Largo São Sebastião. Observar no canto direito: Largo Floriano Peixoto – corresponde à Praça Esteves Jr.

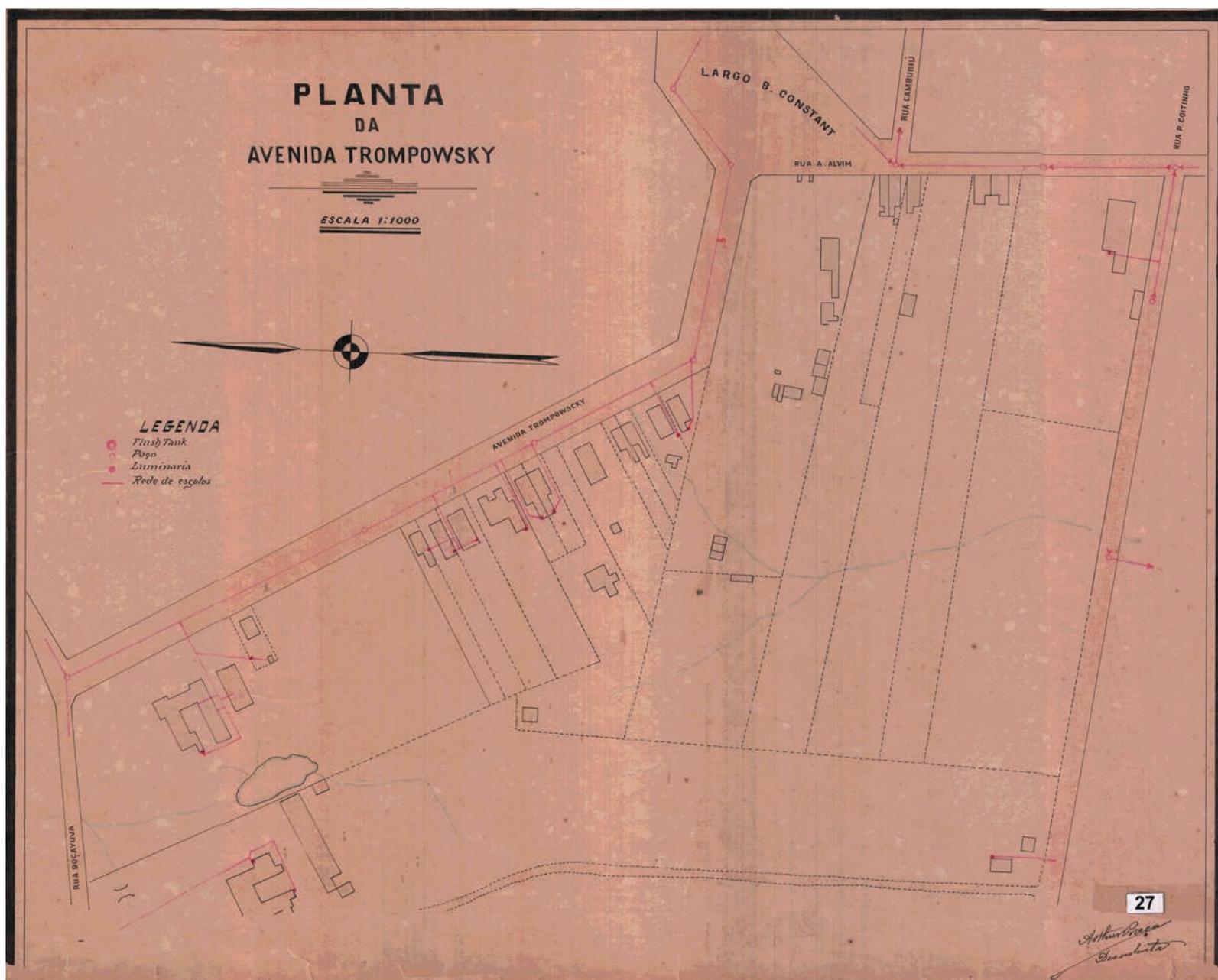


Figura 216 – Prancha IV –Planta da Avenida Trompowsky, encontro com Rua Bocaiuva.

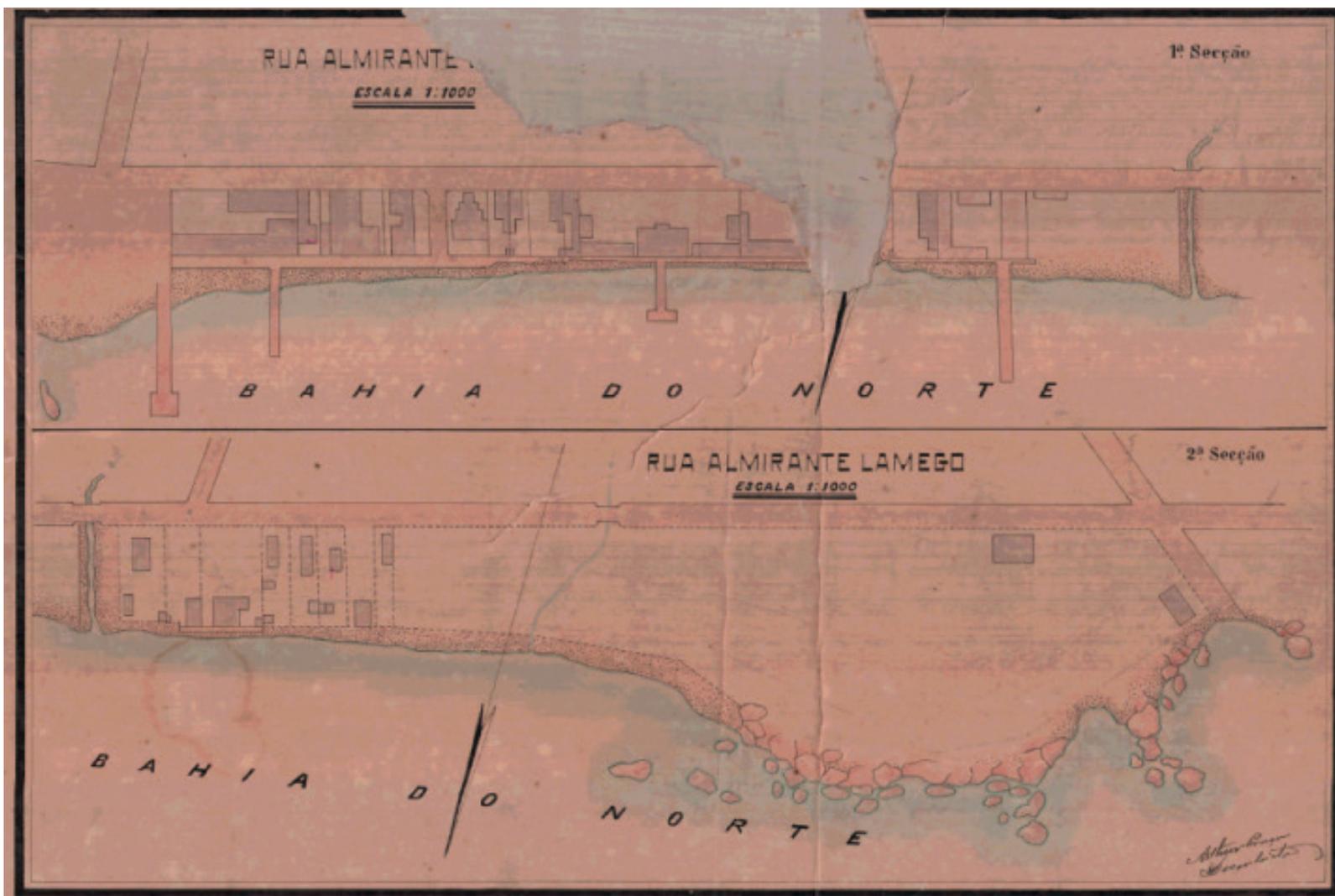


Figura 217 – Prancha V – 1ª seção –Baía Norte e Rua Almirante Lamego. 1ª e 2a Seções. Século XX, sem data precisa.

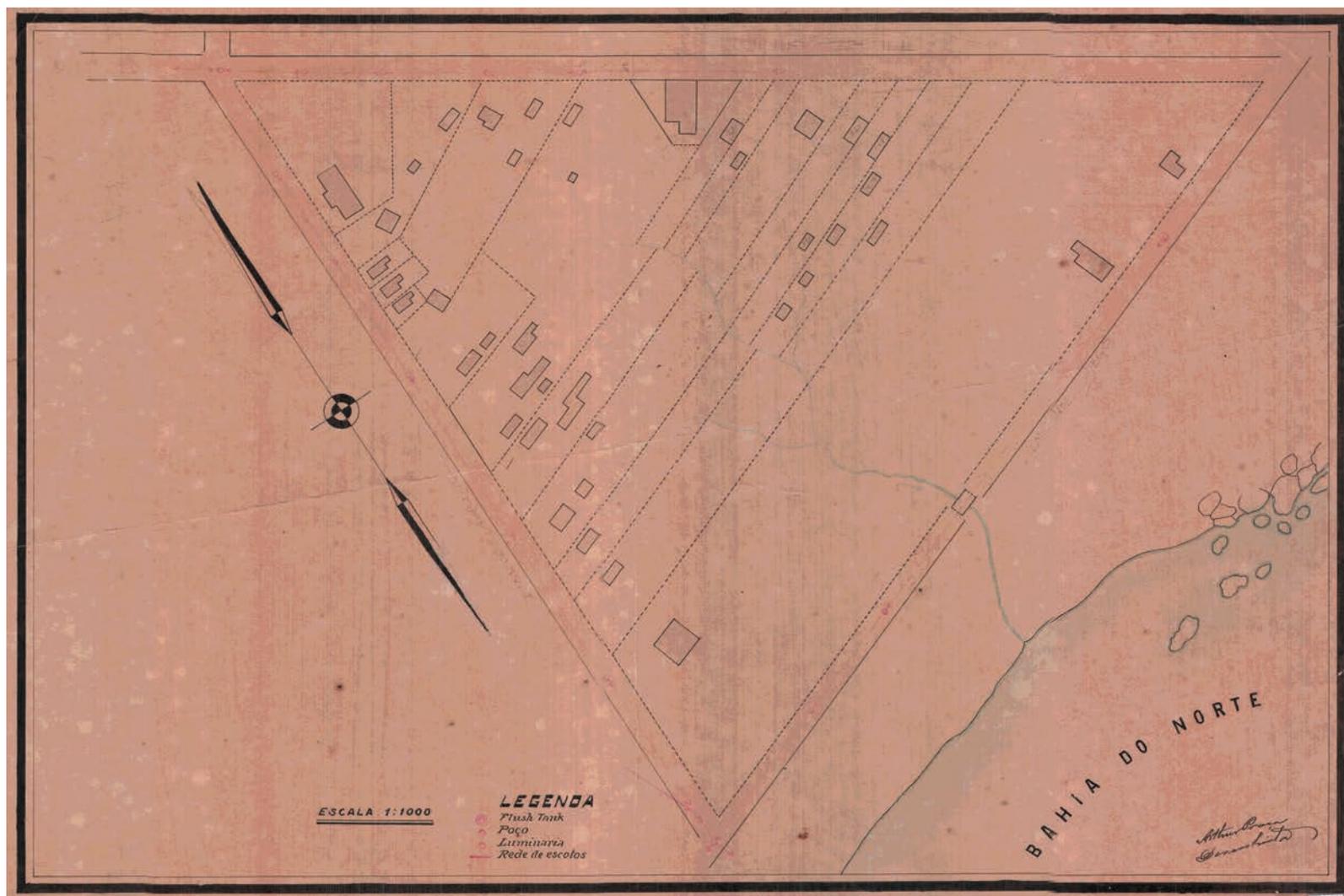


Figura 218 – Prancha VI – Baía Norte. Sem indicação da nomenclatura para as ruas. Possivelmente é o triângulo conformado pelas ruas: Almirante Lamego, Duarte Schutel e Felipe Schmidt. O córrego e pontilhão devem ser hoje na altura do número 830, da Rua Almirante Lamego.

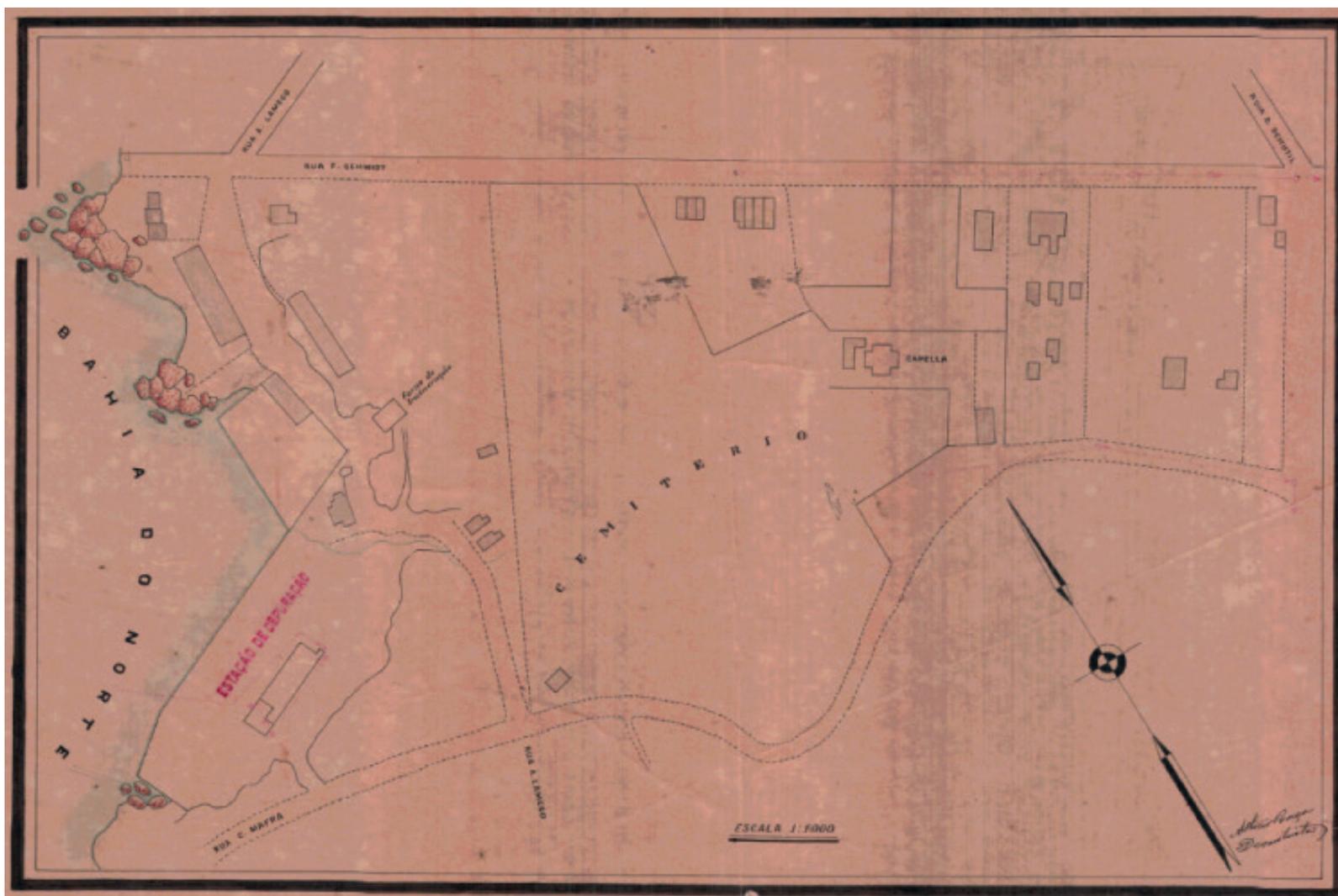


Figura 219 – Prancha VII – Cartografia detalhada. Baía Norte e início da Rua Almirante Lamego. Século XX, sem data precisa.

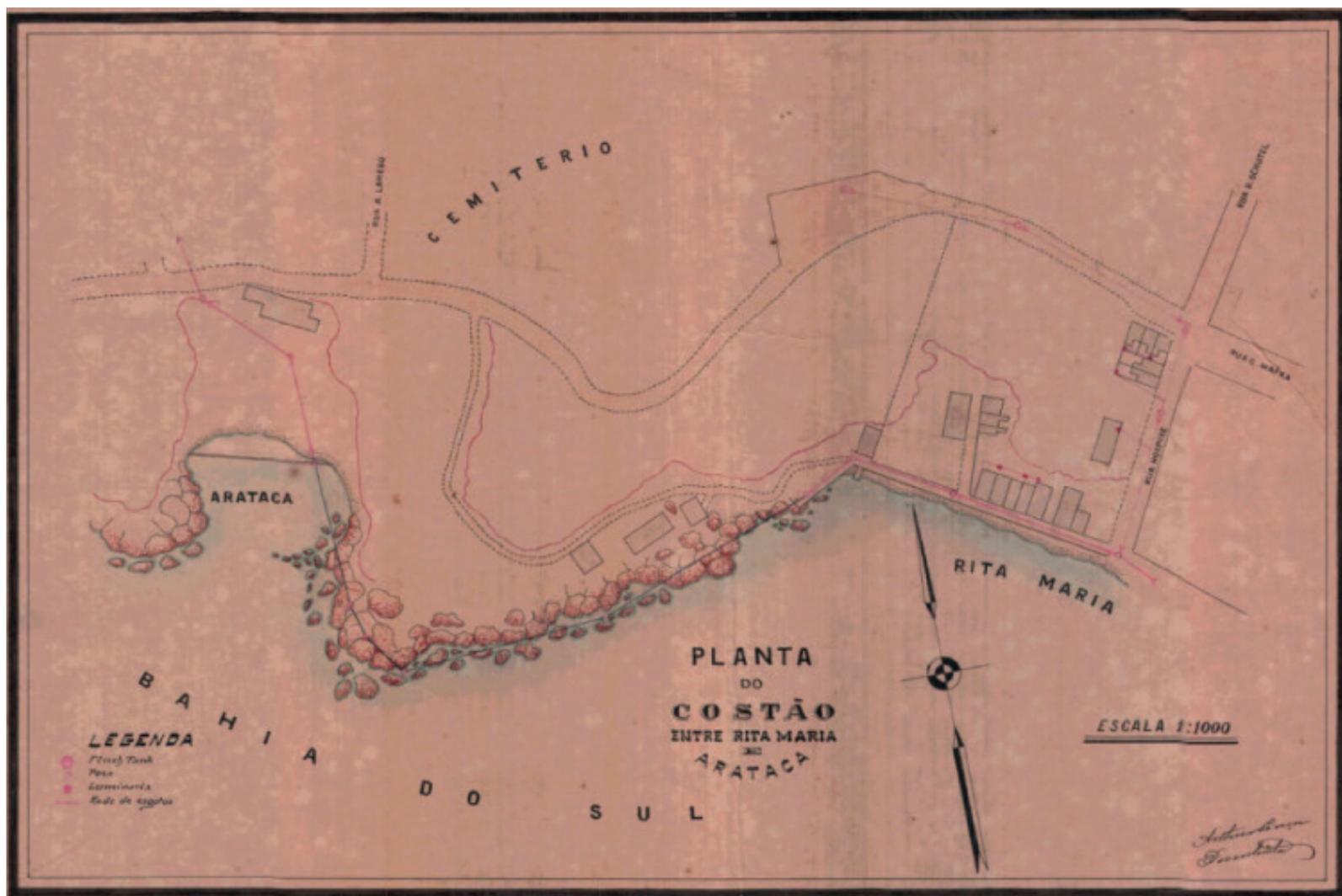
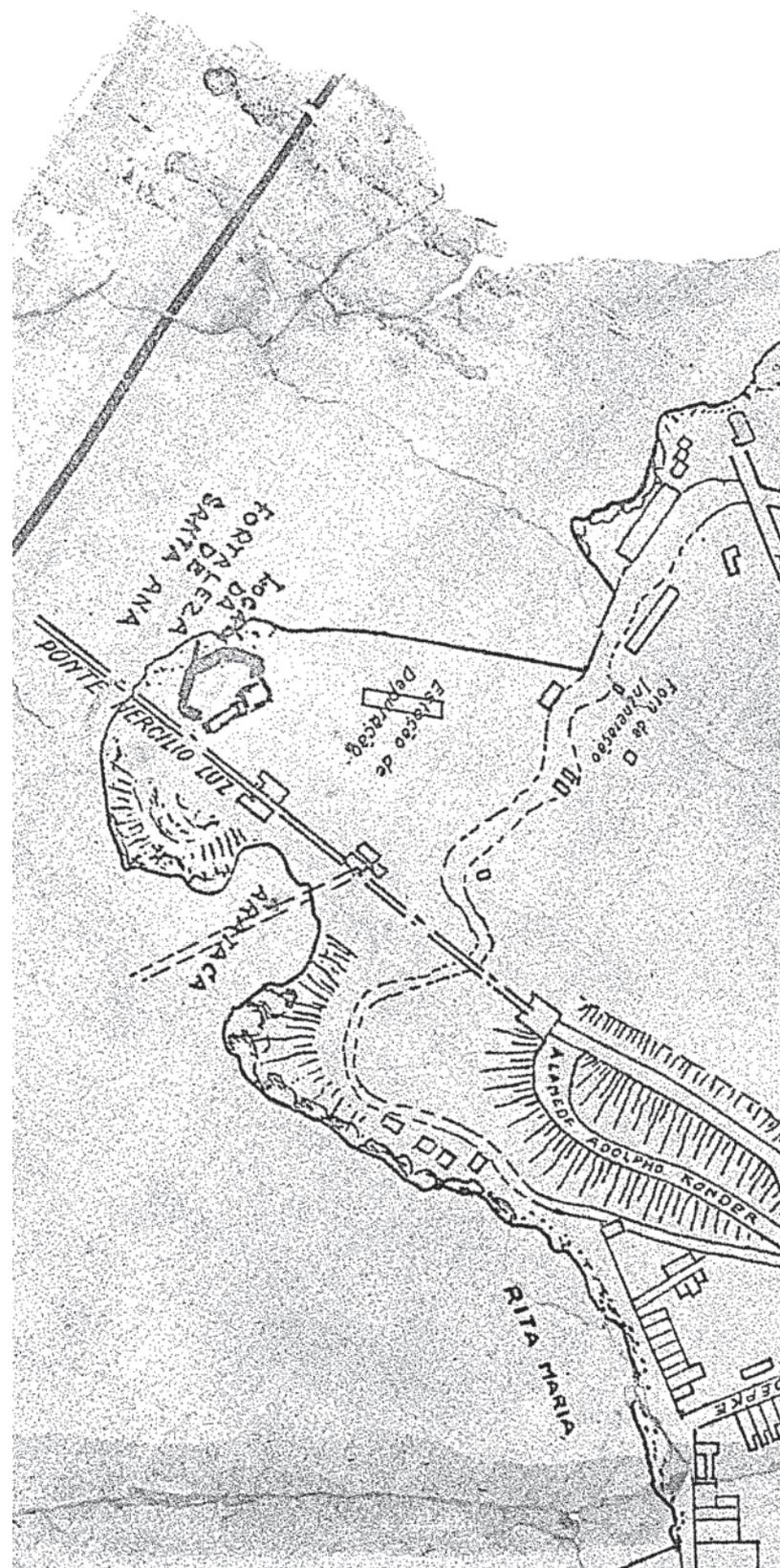


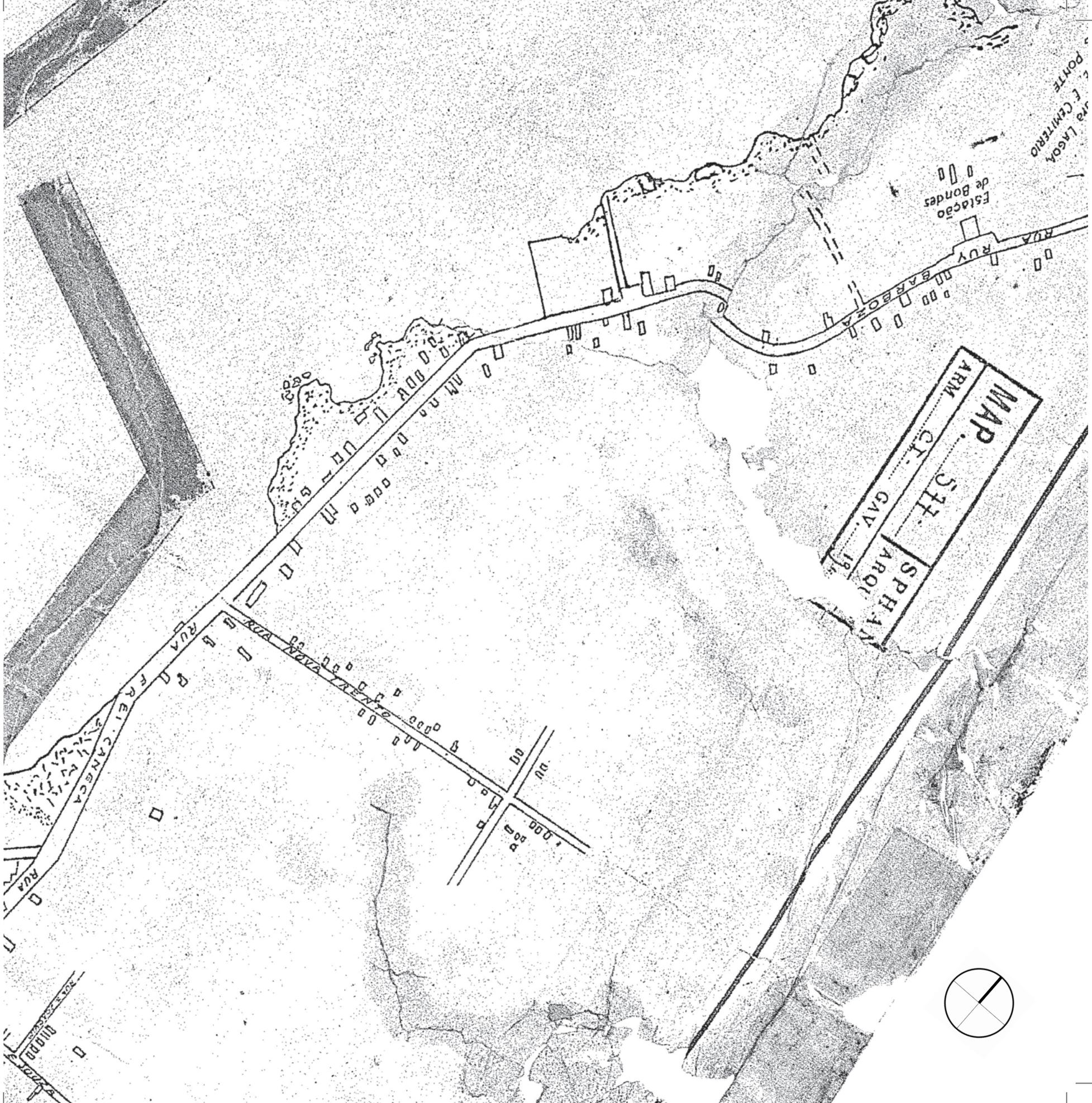
Figura 220 – Prancha VIII –Cartografia detalhada. “Planta do Costão entre Rita Maria e Arataca”. Baía Sul e início da Rua Almirante Lamego. Século XX, sem data precisa.



Figura 221 – Planta da Cidade de Florianópolis. S/ esc. Década de 1930.







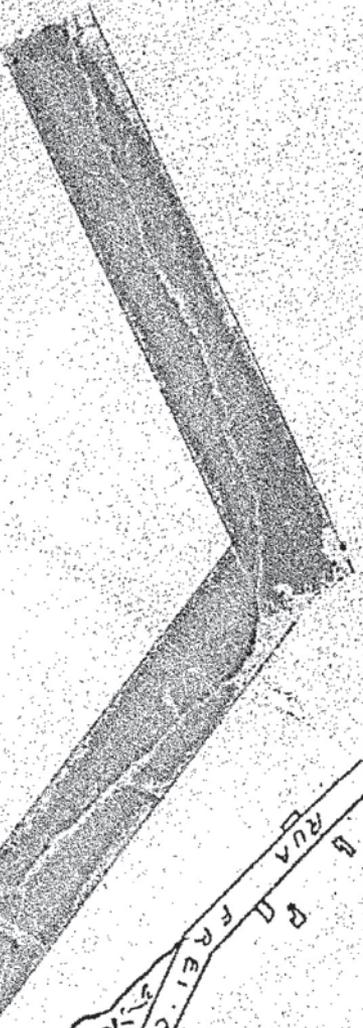
MAP
 ARM. 577
 SPH. 41
 GAV. 19

Estação
 de Bondes

LAGOA
 CEMITARIO



RUA
 RUA



Da poesia de Othon Gama d'Eça destaca-se "Minha Ilha" que em muito evoca a paisagem da Rua Bocaiuva de um século atrás:

*Bendita sejas pelo tempo afora,
Ilha do meu Amor! Meu verde altar,
Onde a minha alma ajoelhada ora,
Com a contrição de quem vai comungar.
Em ti exalto a imagem do meu lar;
O casarão em que a saudade vela,
A contemplar além, beijando o mar,
A silhueta azul do Cambirela.
E canto as formas túmidas, redondas,
Dos teus morros bordados de esplendores!
A cidade que sonha, ouvindo as ondas,
E os meus velhos amigos pescadores!
Ilha do meu Amor! Bendita sejas,
No que tu mostras e no que sugeres!
Na serena postura das igrejas,
E nos olhos castanhos das mulheres!
E bendito o teu céu cor de safira
E o teu agreste corpo de esmeralda!
E o mar, que em torno a ti de amor suspira,
E lábaros d'espuma ao sol desfralda!
E bendito o teu povo de praieiros,
Que constrói ele mesmo o seu casal;
E fala a velha língua dos troveiros,
Como falava o avô de Portugal!
Cerro os olhos e vejo na lembrança
O que tu tens de belo e de lendário:
Um regaço de praia onde um barco descansa.
Sob as ramas de um cedro solitário!
Ou então uma fonte, um caminho, um telhado,
Docemente a surgir nos braços do arvoredor.
E refolhos de mato abobadado,
Com chilreios, e sombra, e perfume, e segredo!
Oferenda. Ilha do meu Amor! Por ti palpita
O mais apaixonado coração!
Tu és a minha verde Sulamita,
A luz do meu olhar e a minha devoção.*

República – 09/12/1923
(GAMA D'ÉCA, 1992).

ÍNDICE

TOPONÍMICO

A Rua Bocaiuva – e, em especial, a quadra onde se insere a *Casa de Chácara* – é uma das vias mais antigas da cidade. Junto com a Praça XV de Novembro, as Ruas Conselheiro Mafra e Felipe Schmidt e suas transversais, as Ruas Esteves Júnior, Visconde de Ouro Preto, Almirante Alvim, Vitor Konder, Altamiro Guimarães, General Bittencourt e a Avenida Mauro Ramos, a Bocaiuva é *locus histórico*, estruturador do Centro de Florianópolis, claramente esboçado já no início do século XVIII.

Pequenas travessas em direção à praia cortaram a extensão da Rua Bocaiuva e de seus prolongamentos para Leste e para Oeste (Ruas Almirante Lamego, Heitor Luz e Frei Caneca). Trata-se de uma sequência de ruas, avenidas, travessas, becos e praças que, no século XX, foram traçadas, quase ortogonalmente, conectando a Bocaiuva à Avenida Beira-Mar. Esses logradouros já tiveram aparência mais modesta, incluindo ruínas de fortins, pequenas praias, uma grande pedra, saídas de córregos ou caminhos, entrecortando chácaras. As vias foram adquirindo importância para desafogar o tráfego. Não obstante sua diminuta escala, conferiram certo frescor e permeabilidade à face norte do triângulo central da cidade, apesar da impactante verticalização sobre os antigos lotes e da presença do aterro, na atualidade.

Essas travessas, ruas e avenidas incluem, por ordem cronológica, a Rua Esteves Júnior, que surgiu entre 1754 e 1774, as Ruas Altamiro Guimarães (antiga Rua de São Marcos) e Demétrio Ribeiro (conecta a Avenida Mauro Ramos às Ruas Heitor Luz e Frei Caneca), já existentes por volta de 1819. A mais oriental

dessas ruas era a Felipe Schmidt, antiga Rua do Senado. Seu segmento final ultrapassava o chamado Morro do Barro Vermelho (que era um caminho alternativo na altura do atual *Lira Tennis Clube*, número 636) e seguia em direção à antiga chácara de José Vieira de Castro, só desapropriada em 1840, para instalar-se ali o Cemitério Municipal, desativado em 1925.

Veiga (2010, p. 283) registra um pitoresco edital facilitando o acesso à Praia de Fora, pela futura Rua Felipe Schmidt, publicado em 1881:

“[...] o público em geral, quando queria alcançar mais rapidamente a Praia de Fora, aproveitava-se da continuação da Rua do Senado, que atravessava o Cemitério Público. Para evitar transtornos ao cemitério, o presidente João Rodrigues Chaves encarregou o engenheiro Schlappal de fazer ali uma cerca e portão, impedindo a entrada pela Rua do Senado [Felipe Schmidt], serviço executado e concluído em agosto de 1881. Em seguida, outro edital proibiu: “[...] entrar para o Cemitério Público pela Rua do Senado, e que só em caso de enterros que tem de vir por parte da Praia de Fora, ou da vizinhança daquele lado, será aberto o portão que se acha colocado na entrada da dita Rua [...]”.

A partir de 1926, com a inauguração da Ponte Hercílio Luz, a Rua Felipe Schmidt efetivamente se consolidou.

Na Praia de Fora, destacam-se tam-

bém a Travessa Harry Laus, a Travessa Rufino José da Silva (esquina da Pizzaria Paparella) e a Praça Esteves Júnior, que já constavam em 1876. A atual Praça dos Namorados era um largo que, por um lado, chegava ao mar e, pelo outro, atravessava a Rua Bocaiuva e alcançava a Igreja de São Sebastião.

Já a área correspondente à Avenida Professor Othon Gama D'Eça foi região de mata e jardins frondosos. Seu terreno era ocupado por chácaras, chalés e pequenas moradas mais humildes, até que foi aberta em 1959. Posteriormente, conectou-se à Avenida Osmar Cunha, que veio a ligar-se às mais antigas ruas no centro da cidade.

Na direção Norte, seguem as Ruas Duarte Paranhos Schutel e Arno Hoeschel e as Travessas Harmonia, Carreirão e Abílio Oliveira (antes chamada Travessa Dias Velho), todas já abertas entre 1927 e 1929. A Travessa Harmonia fica quase em frente à *Casa de Chácara*. A Travessa Carreirão, que dá nome ao mesmo riacho, é nome de família numerosa em Florianópolis, há várias gerações.

Na Travessa Abílio Oliveira, na década de 1970, havia, na esquina com a Rua Bocaiuva, o boteco do senhor Virgílio, que convivia com uma sequência de casas antigas e modernas, com quintais gramados. Na esquina dessa travessa com a Avenida Beira-Mar, havia, na década de 1970, uma residência térrea, de fachada larga, jardim na frente, muro baixo, cujas janelas ficavam sempre abertas, sem necessidade de qualquer prudência. Ao passar junto à calçada, era comum ouvirem-se risadas da família, gritinhos de criança e melodias dedilhadas várias vezes por dia num sonoro piano. Hoje, nessa travessa, há edifícios residenciais, oficina de lavagem de carros, estúdios, cafeteria e clínica médica.

Mas não findam aí as referências. Cada rua poderia ser explorada, algumas delas sen-

do bastante emblemáticas na história da cidade. A Rua Esteves Júnior (antiga Rua do Passeio), por exemplo, segundo Veiga (2010, p. 310), desde o início, foi a principal via transversal que cortava a Rua da Praia de Fora, a que mais se destacou na primeira metade do século XIX, até que, em 1846, o Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito, determinou à Câmara Municipal que:

"[...] a rua que atravessa a do Mato Grosso pelo lado da chácara do comendador Marcos Antonio da Silva Mafra fosse aberta na mesma direção até a praia, para o que a Câmara fará examinar a quem pertence o terreno preciso para essa abertura, que talvez possa conseguir-se por boas maneiras comprá-lo, sem que seja preciso o processo de desapropriação do qual só em último caso se lançará mão" (Cf: Coleção: Correspondência do Presidente da Província à Câmara Municipal - Arquivo Público Estadual de SC).

Trata-se provavelmente do caminho que viria a ser a atual Rua Presidente Coutinho, que se encontra com a Esteves Júnior, já que esta chamou-se Rua do Senador Mafra, sugerindo que por ali seriam as suas terras, então desapropriadas (o que é ainda uma suposição). A ponte citada em 1846 deve ser a que aparece na Planta de 1876. Presume-se que seja o canal ainda existente, correndo a céu aberto por detrás do Edifício Granemann, situado na Avenida Professor Othon Gama D'Eça, número 525.

Outra travessa da Rua Bocaiuva, a Rua Alves de Brito, importante artéria da cidade, só foi efetivamente aberta após 1864. As Ruas Rafael Bandeira e Altamiro Guimarães, bem como a Avenida Mauro Ramos e a Rua Demétrio Ribeiro completam a lista de transversais do eixo da Rua Bocaiuva.

* * *

A

Abílio Oliveira, Travessa – Já aberta entre 1927 e 1929, chamava-se Travessa Dias Velho.

Adolfo Konder, Alameda – Essa via se consolidou após a desativação do antigo Cemitério do Estreito, em 1925. A inauguração da Ponte Hercílio Luz (1926) exigia ligações facilitadas, dando acesso às Ruas Conselheiro Mafra, Tenente Silveira, Padre Roma e Avenida Rio Branco. A alameda recebeu o nome de Adolfo Konder (1884-1956), importante político brasileiro, Governador de Santa Catarina, de 1926 a 1930. Era filho do professor e comerciante alemão Marcus Konder; irmão dos políticos Marcos e Vítor Konder, bem como do diplomata Arno Konder.

Agronômica – Esse bairro de Florianópolis situa-se na Ilha de Santa Catarina, ao norte do Morro da Cruz, entre os Bairros da Trindade e o Centro. Ele tem a via principal na continuação do eixo Bocaiuva, a partir da Rua Frei Caneca. Na Agronômica, fica a residência do Governador do Estado, construída em 1926, na gestão do Governador Adolfo Konder.

A Estação Agronômica era o local onde ficava a sede da Companhia de Carris Urbanos, com garagem dos bondes e área de descanso dos burros que conduziam o principal meio de transporte coletivo do século XIX, utilizado até o século XX, precisamente até o ano de 1934.

Almirante Lamego, Rua – A rua ganha esse nome a partir de 1889. Antes disto, foi chamada: Rua da Praia de Fora Beira-Mar, Rua de Sant'Anna (1874), Rua Princesa Imperial, Rua Príncipe Grão Pará e Rua Barão da Laguna,

que se refere ao próprio Lamego. Em 1990, a Rua Almirante Lamego ainda era pavimentada com paralelepípedos, só sendo asfaltada por volta de 1996. Ela tem início na esquina com a Rua Esteves Júnior e finaliza na confluência com a Rua Assis Chateaubriand e a Alameda Adolfo Konder, próximas à Rua Conselheiro Mafra.

Jesuíno Lamego da Costa, lagunense (1811-1886), foi Deputado-Geral e Senador do Império do Brasil (1872-1886). Na Marinha, foi comandante da Divisão do Rio da Prata (1852-1856). Chegou a almirante em 1876. Foi nomeado Barão da Laguna em 1871. Jesuíno foi uma dentre as figuras públicas que, com o advento da República, em 1889, passou a dar seu nome às ruas da cidade, substituindo os antigos e poéticos nomes já consagrados pelo uso, como as Ruas de São Sebastião, Augusta, Formosa, do Segredo, do Rosário, das Olarias, do Vigário, da Princesa e do Imperador, entre outras.

Altamiro Guimarães, Rua – Corresponde hoje à antiga Rua de São Marcos (em 1876) e à antiga Rua Brusque (s/d). Ligava o Mato Grosso à Praia de Fora e praticamente era a divisa entre as regiões de São Luiz e Praia de Fora (cf: Veiga (2010, mapa 12). Depois da Rua Esteves Júnior, essa é a mais antiga ligação com a Rua Bocaiuva, já aparecendo em planta datada de 1819.

Altamiro Lobo Guimarães (1899-1946), filho de Manuel da Silva Guimarães e de Maria Engrácia de Sousa Lobo Guimarães, foi advogado e político catarinense. Participou da campanha da revolução de 1930. Foi deputado pelo Partido Liberal Catarinense e ainda Secretário da Fazenda de Santa Catarina quando Nereu Ramos era o interventor federal; inclusive o substituiu, entre 1937 e 1945.

Altino Correa, Rua – ver (Rua) Con-

selheiro Maфра.

Alves de Brito, Rua – Rua do Brito ou Alves de Brito faz esquina com a Rua Bocaiuva. Era parte da chácara de José Feliciano Alves de Brito, que, segundo Veiga (2010), por volta de 1864, doou uma área com “180 braças de comprimento por 4 de largura” para que fosse traçada uma via ligando o arrabalde da Praia de Fora ao do Mato Grosso (região da Praça Getúlio Vargas). Se considerarmos que uma braça equivale a 2,20 metros, o total somaria 396 metros de extensão, por 8,80 metros de largura. Entretanto, há também um manuscrito de José Boiteux, no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, em que ele registra que José Feliciano Alves de Brito cedeu à Câmara da Cidade “50 palmos de frente com fundos até a Rua da Praia de Fora [...] para a abertura da rua, com a condição de ter o seu apelido”. Ainda não havia edificação alguma. Conclui-se que o terreno doado teria entre 8,80 a 11 metros de frente, por 396 metros de extensão, ao longo da rua. Portanto, a área doada pode ser estimada entre aproximadamente 3.484 e 4.356 m². Nessa rua, atualmente existem três chalés tombados pelo Município, representantes da imponência da arquitetura de tradição germânica, tão popularizada na Florianópolis do final do século XIX e início do XX.

Em 1865, Brito era vereador em Desterro e, em 1884, acompanhava Alfredo Escragnolle Taunay em militância política pela Província de Santa Catarina. Teve um palacete na rua que levou seu nome

A abertura do trecho final da rua dependeu de uma doação e ainda de curiosa desapropriação. Em 1866, o jornal *O Mercantil*, em 8 de novembro, registrava a resolução da Câmara Municipal, que, por indicação do senhor Alves de Brito, resolveu comprar do cidadão Silvano Fernandes, na Rua de São Sebastião, os palmos

de terrenos necessários para a continuação da Rua “do Brito” até a praia. Em 1865, o cidadão Manoel Luiz do Livramento já fizera doação à Câmara Municipal de terrenos de marinha à Rua de São Sebastião da Praia de Fora para a continuação da Rua do Brito. Embora esse termo de doação tenha sido lavrado na Secretaria da Câmara em 1867, a ampliação do logradouro público foi feita pouco a pouco, devido à falta de oficialização dos registros de doação.

Arataca – A pequena enseada que leva esse nome ficava logo abaixo da Ponte Hercílio Luz. Desapareceu com o aterro da década de 1970, restando, na encosta, as ruínas do antigo estaleiro, oficina de manutenção da empresa naval de Carl Hoepcke. Arataca é palavra indígena que significa arapuca, armadilha para caçar animais silvestres, ou ainda prensa para raspar mandioca no fabrico de farinha. Também é o termo que indica a região onde funcionou por muitos anos o estaleiro, cuja beleza foi registrada com requintado romantismo por Virgílio Várzea em 1900:

“Entre a ponta da Rita Maria e a do Estreito, onde se acha o Forte Sant’Anna, existe a prainha da Arataca, de 200 metros de extensão mais ou menos, talhada de forma de alfanje e pautando, com a sua barra de areias claras, a verde colina tapizada de grama que se eleva pouco a pouco até o morro do cemitério. É um sítio quase desabitado, mas de uma disposição geológica tão caprichosa e artística, assim encravado como está nesse sopé recurvo de outeiro, no agrupamento pitoresco de rochas que o fecham pelo sul e a placidez espelhada de suas águas, que dir-se-ia nele pairar como a espiritualidade de um desses recolhimentos marinhos, onde uma inexplicável poesia

misteriosa, nascida da própria solidão e do vago, empresta às coisas um aspecto e uma expressão ideal. [...] uma vez, já há anos, no Desterro, referindo-nos à beleza natural da Arataca, ouvimos ao ilustre almirante Saldanha da Gama, as seguintes espontâneas e expressivas palavras: Não sei que simpatia me arrebatava por essa pequena praia. Tenho já viajado por grande parte do globo, mas é ali que desejo acabar os meus dias. E para ali virei viver, certamente, apenas me reformar. Para mim não há outro lugar, em todo mundo, mais propício à meditação e ao repouso de um homem...". (VARZEA, 1984, p.63).

Arno Hoeschel, Rua – A Rua Desembargador Arno Hoeschel é importante ligação viária, conectando a Avenida Rio Branco à Avenida Beira-Mar. É arruamento bem recente, surgindo entre 1944 e 1951, e não aparece em cartografia anterior a 1944. Seu leito é paralelo a um antigo córrego.

Avenida Beira-Mar Norte – O nome oficial Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos homenageia o jornalista que dirigiu o periódico *O Estado* por mais de 20 anos. A avenida surgiu de um aterro formado pelas areias dragadas do fundo da baía. Esse acréscimo de marinha, constituído nas décadas de 1960 e 1970, eliminou as pequenas prainhas da região da Praia de Fora. As obras ocorreram nas gestões dos prefeitos Osvaldo Machado, Dakir Polidoro, Paulo Vieira da Rosa e Acácio Garibaldi Santiago.

A via inicialmente compreendeu o trecho que corria paralelo às Ruas Almirante Lamego, Bocaiuva e Dr. Heitor Luz. Começou na altura da Rua Felipe Schmidt e alcançava a Avenida Mauro Ramos. Tinha quatro pistas, sendo

duas para cada lado, com uma calçada na altura da mureta que continha as águas da Baía Norte. Quando ventava o forte nordeste, as ondas que ali batiam respingavam na calçada, dificultando o passeio e atingiam mesmo a via, depositando forte maresia nos vidros dos carros que passavam. Nas palavras de Damião (2018):

“O aterro afastou o mar e abriu espaço para os veículos, nos tempos em que a cidade precisava de vias adequadas e rápidas para o tráfego automotivo; a mais moderna da época era a Mauro Ramos. [...] A avenida e o belo visual da baía Norte despertaram a atenção da construção civil na década de 1970. O boom imobiliário atravessou aquela década e alcançou as seguintes, até a atualidade [...]. Em 1980, no governo de Jorge Bornhausen e Henrique Córdova, começou a ser implantada a Via Expressa Norte, ampliação da Beira-Mar Norte, com mais aterro, que ligava o Terminal Rodoviário Rita Maria ao campus da Universidade Federal de Santa Catarina em apenas sete minutos, porque não existiam sinalizadas. A ideia era mesmo ser uma via expressa, que, lá na frente, após a Antônio Edu Vieira duplicada – isso era parte do projeto – se uniria à Via Expressa Sul, que nem tinha saído do papel. [...] Então a Avenida tomou seu formato atual, com três faixas de rolamento e mais três faixas de pista local no sentido Centro-Trindade, e integrou com o aterro da Baía Sul, feito na década de 1970, além de receber calçada e ciclovia”.

Sua extensão com esse nome vai da parte inferior da Ponte Hercílio Luz ao viaduto do CIC (Wilson Pedro Kleinübing), que dá acesso ao Norte da Ilha.

Além de feirinha aos domingos e de frequentes shows populares, importante festa de *reveillon* em Florianópolis ocorre na Avenida Beira-Mar. Das maiores do Brasil, recebeu até 350 mil pessoas no evento 2007/2008. Além disso, a via, suas praças, calçadas e ciclovias adquiriram, ao longo das últimas décadas do século XX e nas primeiras do XXI, uma conotação afetiva, agregando atividades de recreação e lazer. Em 2018, teve início o fechamento de pistas de rolamento para o lazer aos domingos. Entretanto, a balneabilidade da orla ficou por décadas comprometida, e a praia, imprópria para banhos, devido aos altos níveis de poluição das águas. Obras de despoluição dos canais de drenagem pluvial que esgotam na Baía Norte estão em processo desde março de 2018.

B

Beira-Mar, Avenida – Ver: Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos.

Bocaiuva, Rua – Trecho de parte da via que corre paralela à Baía Norte, limitado entre a Rua Esteves Júnior e a Avenida Mauro Ramos. A rua centenária chamou-se Rua da Praia de Fora Beira-Mar, ou Rua da Praia de Fora,. É um dos principais eixos viários da cidade e adquiriu importância no século XIX, com suas chácaras e palacetes. Os primeiros melhoramentos (“arruamentos”) datam de 1848. Em seguida, passou a chamar-se Rua de São Sebastião, por causa da igreja construída ali, a partir de 1856. No século XX, transformou-se radicalmente, com a associação da via paralela – a Avenida Beira-Mar – à qual se liga por diversas transversais. Surgiram edifícios de alto gabarito, a rua se adensou e o trânsito se intensificou. O nome atual – Rua Quintino Bocaiuva – deriva da conduta positivista que foi hábito em todo o Brasil, dando nomes de personagens da histó-

ria republicana a lugares e até mesmo a cidades. Por isso, adotou-se o de Quintino Antônio Ferreira de Souza (1836-1912), um fluminense da cidade de Itaguaí, considerado herói da Proclamação da República, e que assumiu o sobrenome Bocayúva. Ele foi jornalista polêmico e um crítico ferrenho do Império. Maçom, divulgava com veemência os ideais republicanos. Quintino Bocaiuva foi Ministro das Relações Exteriores do primeiro Governo Provisório da República, até 1891. Foi senador e presidente pelo Estado do Rio de Janeiro. Reeleito para o senado, no qual exerceu a vice-presidência, ali ficou até a morte. Era então o presidente do Partido Republicano Conservador.

Uma curiosidade é a palmeira chamada Bocaiuva, que é encontrada em todo o Brasil, mas é mais comum no Cerrado brasileiro. Em Mato Grosso, é muito utilizada na culinária e no artesanato local. Na Capital mato-grossense, é conhecido como “chiclete cuiabano” por ter a polpa “grudenta”, por isso é chamada coco-de-catarro. Além dos frutos, toda a planta serve para algum tipo de proveito doméstico, inclusive para os serviços no campo. A origem da palavra bocaiuva está na língua tupi: *mboka’iwa*.

Brusque, Rua – Corresponde hoje à Rua Altamiro Guimarães. Já aparece em planta datada de 1819. Chamou-se também Rua de São Marcos.

Araújo Brusque descendia de alta fidalguia, tanto da nobreza italiana, quanto da lusitana. Parte da família *Bruscchi* veio para o Brasil em 1808, com a Família Real portuguesa. Em 1859, Francisco Carlos de Araújo Brusque foi nomeado pelo Imperador Presidente da Província de Santa Catarina, sucedendo João José Coutinho.

C

Carreirão, Travessa – Essa travessa só foi aberta na década de 1920. Coincide com o leito de um antigo córrego, representado em cartografia antiga. Havia uma ponte sobre a Rua Bocaiuva (antiga Rua de São Sebastião) exatamente onde o córrego a cruzava, seguindo em direção à praia. O jornal *O Mercantil*, n. 15, de 25 de abril de 1901, registrou, na página 2, o nome Carreirão, referindo-se a uma área da Praia de Fora onde: “... os navios que chegam ao nosso porto, vão abrigar-se na Bahia do Norte...” e considerava que “... seria portanto de grande utilidade... mandar construir ali a ponte que falta. E, se não nos falha a memória, o cidadão Carreirão Júnior, apresentou, há tempos, em sessão do Conselho Municipal, um projeto n’este sentido...”.

Celso Ramos, Praça – ver: (Praça) Governador Celso Ramos.

D

Demétrio Ribeiro, Rua – Antiga Rua das Olarias, Morro da Gasosa, onde existiu uma das primeiras fábricas de refrigerantes da cidade. Confluência com Avenida Mauro Ramos, ligando-a à Rua Frei Caneca. No século XIX, da esquina dessa rua, em direção à Rua Bocaiuva, na Praia de Fora, avistava-se o Forte de São Luís, à beira-mar.

Demétrio Nunes Ribeiro (1853-1933) foi educador, engenheiro, jornalista e político brasileiro. No Rio Grande do Sul, foi primeiro engenheiro auxiliar das linhas telegráficas e, depois, engenheiro da estrada de ferro entre Porto Alegre e Uruguaiana. Foi também professor da Escola Normal de Porto Alegre. Muito contribuiu para a organização da República, onde foi eleito deputado federal constituinte. Foi o primeiro Ministro da Agricultura da República do Brasil, logo após sua proclamação,

em 7 de dezembro de 1889, mas, por breve tempo, devido a divergências com o Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Retornou à Câmara onde, como deputado federal na Constituinte de 1891, propôs a separação entre a Igreja e o Estado, e o decreto relativo às festas e aos feriados nacionais. Foi responsável pela fundação do Lloyd Brasileiro, por meio da fusão de antigas companhias subvencionadas. Também, por sua experiência como engenheiro, ajudou a traçar planos de articulação das linhas de ferro em diversas regiões do país. Manteve-se como deputado à constituinte federal, exercendo o mandato até o fim da primeira legislatura da república. Foi redator do jornal *A Federação*, de 1890 a 1891, e diretor da Igreja Positivista do Brasil, em seus últimos anos de vida.

Dias Velho, Travessa – Teve o nome substituído por Travessa Abílio Oliveira.

Duarte Schutel, Rua – Conforme Veiga (2010, mapa 21), a chácara de Duarte Paranhos Schutel já constava no levantamento topográfico da Cidade do Desterro em 1876, sem uma localização clara, próximo às Ruas Esteves Júnior e Bocaiuva. A Rua Duarte Schutel aparece em planta de 1913. Noutras plantas, por volta de 1930, o 1º trecho da Rua Hoepcke aparece denominado Duarte Schutel, justamente ao lado da antiga fábrica de Bordados Hoepcke. Até os anos 1970, predominavam os chalés na Rua Duarte Schutel.

Schutel era filho de Henrique Ambauer Schutel e de Maria da Glória Paranhos. Nasceu em Desterro, em 1837 e faleceu em 1901. Foi médico, exercendo como tenente-cirurgião do 1º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional do Desterro, em 1865, e capitão cirurgião-mor do Comando Superior da Guarda Nacional do Desterro, em 1867. Como jornalista, dirigiu o jornal *A Regeneração*. Foi também poeta (con-

viveu com Cruz e Sousa) e político brasileiro. Importante foi sua participação na elaboração das duas primeiras listagens de fuzilados/enforcados e/ou lançados ao mar em Anhatomirim, no evento da Revolução Federalista. Schutel levantou 34 nomes, sendo que Lucas Boiteux excluiu 13 deles e apresentou outra lista com 42 nomes, a qual foi publicada nos jornais de 1934.

E

Esteves Júnior, Rua – Aberta pelo Governador José Alberto de Miranda Ribeiro, entre 1795 e 1796, a Rua da Praia de Fora, hoje Rua Esteves Júnior, foi também conhecida por Rua do Passeio, foi também Rua Formosa (1865), Rua do Príncipe do Grão Pará, Rua São Luiz e Rua do Senador Mafra (1874), antes de receber o nome atual, em homenagem a Antônio Justiniano Esteves Júnior (1832-1900). Ele foi Senador da República de 1890 a 1900 e destacou-se como um dos membros mais ativos nas campanhas abolicionistas e republicanas. Em sua casa, no Rio de Janeiro, onde atuava como comerciante, acolhia os conterrâneos e de lá dirigia a propaganda republicana para a sua província natal.

Esteves Júnior, Praça – Resultou de um vazio deixado pela demolição de antigo e pequeno fortim de São Francisco Xavier. Chamou-se anteriormente Praça Lauro Müller, até que teve o nome alterado pela Lei n. 3.336/1989, de 28 de dezembro de 1989. O busto de Esteves Júnior, em bronze, com 60 centímetros, sobre um pedestal de granito, com dois metros de altura, colocado no centro da praça que leva seu nome, é obra do escultor José Otávio Correia Lima e foi inaugurado em 1935.

F

do Fogo, Rua – Também foi chamada Travessa Triunfo, até a abertura da Avenida Professor Othon Gama D'Eça.

Formosa, Rua – Ver: Esteves Júnior, Rua.

Frei Caneca, Rua – É a continuação da Rua Rui Barbosa, em direção à Agrônômica. Embora seja uma rua de muito trânsito de pessoas, poucos sabem a história do brasileiro que lhe deu nome. Joaquim do Amor Divino Rabello, o pernambucano Frei Caneca (1779-1825), foi um religioso e revolucionário brasileiro, que apoiou movimentos pela independência do Brasil: a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador, em 1824.

Frei da Ordem dos Carmelitas, professor de retórica, filosofia, poesia e geometria, tornou-se um dos intelectuais proeminentes de Pernambuco, aderindo aos ideais libertários na luta pela independência e pela formação de uma República. Foi considerado um conspirador, ao participar de levantes pelo regime monárquico, sendo preso em 1817. Ocorreu nesses dias a revolta e o estabelecimento de um governo provisório, que durou 75 dias, até que a Monarquia reassumiu o controle, cercando o Recife por mar e por terra. Muitos revoltosos foram mortos; outros fugiram; e Frei Caneca, com uma corrente de ferro no pescoço, ligado a mais três prisioneiros, foi levado pelas Ruas do Recife até o porto, embarcado no porão de um navio, rumo a uma prisão em Salvador. Era o fim da Revolução Pernambucana de 1817.

No dia 6 de agosto de 1817, D. João VI extinguiu as condenações à morte e, em 1818, mandou encerrar as devassas. Com isso, melhoraram as condições dos prisioneiros. Frei Caneca organizou uma escolinha na prisão, onde

cada um ensinava sua especialidade aos colegas. Depois de quatro anos, Frei Caneca obteve o perdão Real e voltou a lecionar no Recife.

Em 7 de setembro de 1822, foi proclamada a Independência do Brasil, mas os desentendimentos entre brasileiros e portugueses não haviam acabado. Em 1824, outra revolução, a Confederação do Equador, era insuflada pelo jornal que Frei Caneca fundou e dirigiu entre 1823 e 1824, ano em que os líderes pernambucanos lançaram um manifesto, romperam com o Rio de Janeiro e anunciaram a formação de uma república. Frei Caneca começa a publicar as *Bases para a Formação do Pacto Social*, um projeto de Constituição para o novo Estado. Mas as derrotas foram se sucedendo, e Frei Caneca foi levado para a prisão no Recife. Apesar de julgado e condenado à forca, seus carrascos se recusaram a enforcá-lo. Alterada a sentença, no dia 13 de janeiro de 1825, Frei Caneca foi fuzilado por um pelotão informal, e seu corpo foi deixado em um caixão à porta do Convento dos Carmelitas.

G

Gama D'Eça, Avenida – ver: (Avenida) Professor Othon Gama D'Eça, (Rua) do Fogo, (Travessa) Triunfo.

da Gasosa, Rua – Demétrio Ribeiro é o seu nome atual. A bebida gasosa se popularizou industrialmente no século XIX, com a criação de uma bomba que ajuda a fixar o gás na água, à qual acrescentavam-se sabores, como o gengibre e o limão. Os primeiros refrigerantes eram tidos como produtos medicinais, até passarem a ser ofertados em cafés, restaurantes e bares. No século XX, novas tecnologias permitiram a escala industrial, em garrafas de vidro, inicialmente com uma esfera interna que retardava a saída do gás. Depois, essa esfera

foi substituída pela tampinha metálica em forma de coroa. Recordava o memorialista Adolfo Nicolich que esse tipo de garrafa era usado na fábrica da Rua Demétrio Ribeiro, razão pela qual ganhou a alcunha de Rua da Gasosa. (Ver também Morro da Gasosa.)

Getúlio Vargas, Praça – Chamou-se anteriormente Largo 17 de Novembro. Foi o centro da região do Mato Grosso, onde existiam muitas chácaras. Ao seu lado, passava a linha de bondes, que vinha do Centro da cidade, em direção à Praia de Fora.

Governador Celso Ramos, Praça – Em frente à Baía Norte, entre a Rua Frei Caneca e a Avenida Beira-Mar, está a Praça Governador Celso Ramos, com mais de 12 mil m² de extensão, um acrescido de marinha que foi estruturado após o prolongamento das obras do aterro, na década de 1970. No final da década de 1960, o local era final de praia, caminho entre São Luiz e Pedra Grande. Com o aterro da avenida, conformou-se a Praça Governador Celso Ramos, que ganhou nova urbanização com parquinho, bancos concretados em balanço, arborização e escultura em bronze.

Quando esse trecho da antiga orla da Baía Norte foi urbanizado, na década de 1960, daquele ponto se avistava o edifício modernista do Hospital dos Servidores – o Celso Ramos, inaugurado em novembro de 1966. Esse hospital era então o maior volume na paisagem, edificado em ponto elevado e justamente nos fundos dos terrenos que pertenceram à *Chácara da Praia de Fora* e às chácaras vizinhas, terras que à época foram desapropriadas pelo Governo do Estado.

Na Praça Governador Celso Ramos, está uma das quatro Estações Elevatórias de Esgoto, construídas no início do século XX e que faziam parte da primeira rede de saneamento da Ca-

pital (1913-1916). Essa estação é um pequeno edifício em estilo mourisco. Também há na praça uma estátua do ex-Governador Celso Ramos.

O projeto paisagístico da praça, aprovado em 2001, é do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Incluiu drenagem pluvial, bancos, floreiras, espaço *pet*, valorização com iluminação de prestígio e restauro da antiga estação elevatória de esgotos. A execução teve apoio e participação da comunidade.

H

Harmonia, Travessa – Essa travessa, em frente à *Casa de Chácara* da Bocaiuva, foi aberta entre 1868 e 1876, mas só foi pavimentada por volta da década de 1950.

Harry Laus, Travessa – O nome da rua homenageia o renomado crítico de artes, conhecido no Brasil inteiro pela intensa atividade jornalística, que exerceu por 30 anos. Nascido em 1922, em Tijucas, Santa Catarina, foi militar, aposentando-se em 1964. Como escritor, publicou novelas, contos e, inclusive, um romance na França, *Les Jardins du Colonel*, traduzido no Brasil como *Os Papéis do Coronel*. Escritor muito meticoloso e consciente, deixou um testemunho sobre o processo literário, suas angústias e questionamentos íntimos. Morreu em Florianópolis, em 1992.

Henrique Brüggemann, Rua – A rua oficializada com este nome, na segunda metade do século XX, homenageia o farmacêutico, químico e professor Henrique Brüggemann. Nascido num 16 de dezembro, era filho de Domingas Rosa Brüggemann e João Dal Grande Brüggemann. Em 1919, comandava a Seção de Laticínios da Inspetoria de Higiene na Capital de Santa Catarina e, nessa ocasião, ao realizar exame no leite destinado ao consumo público, des-

cobriu que alguns vendedores adulteravam o leite com adição de água (jornal República, 30 de janeiro de 1920). Henrique foi membro do Centro Cultural José Boiteux (CCJB), instituição fundada em 1920, voltada à assistência à população negra de Florianópolis. Ele dedicou-se à educação catarinense, lecionando Farmácia e Química, no Instituto Politécnico de Santa Catarina, o primeiro estabelecimento de ensino superior do Estado, que existiu entre 1917 e 1935. Henrique Brüggemann foi também inspetor-geral de ensino e professor catedrático do Instituto e Colégio Estadual Dias Velho, aposentando-se em 1953. Também participou da Junta Republicana Catarinense e da diretoria do Lira Tênis Clube. Dentre os produtos medicinais que Henrique patenteou, a ele se deve a criação da Pomada Brüggemann, produzida nos anos 1940 pelo Laboratório Brüggemann. A latinha da extinta pomada é hoje peça de colecionadores.

Hoepcke, Rua – Antiga Rua do Victorino Menezes, cuja história liga-se a uma fase de dramas e injustiças sociais – a escravidão africana. Consta que, naquela região, próxima ao porto, morava Victorino Menezes, um dos maiores negociantes de escravos da Desterro oitocentista. Já no início do século XX, ali proliferaram as singelas moradias de operários das fábricas Hoepcke de pregos, bordados e rendas. O conjunto arquitetônico de pequenas casas térreas ao longo da colina é preservado por tombamento. O nome atual da rua homenageia o industrial pioneiro Carl Franz Albert Hoepcke, que nasceu na Alemanha (1844) e faleceu em Florianópolis (1924).

J

Jornalista Rubens de Arruda Ramos, Avenida – É um dos nomes oficiais da popularmente chamada Avenida Beira-Mar. Nascido

em Lages, em 1914, e falecido em 1964, Rubens de Arruda Ramos foi advogado, formado pela Faculdade de Direito de Florianópolis, em 1937, fazendo parte da academia fundacional da UFSC. Filho de Vidal Ramos Neto e de Maria Arruda Ramos, ele foi também jornalista atuante, compondo, em 1933, os quadros do jornal *República*, órgão do Partido Liberal Catarinense. A Avenida Beira-Mar foi aberta na gestão do Prefeito Mauro de Oliveira Ramos (1937-1940). Essa avenida segue para o Norte, com o nome Avenida Governador Irineu Bornhausen, desdobrando-se para Leste, como Rodovia José Carlos Daux, ou seguindo como Avenida Professor Henrique da Silva Fontes. E para Sul, adota os nomes Avenida Oswaldo Rodrigues Cabral e, depois, desdobra-se em Governador Gustavo Richard e Avenida Paulo Fontes. (nascido em 1899 e falecido em 1981).

José Veiga, Rua – Chamou-se também Rua das Carreiras, Rua das Olarias (pois ao pé do morro proliferavam fábricas de tijolos e telhas), Rua Dr. Sebastião Braga e Avenida Mauro Ramos (depois de 1930). Para abrir essa rua, que se estendia desde a Rua General Bittencourt até a Rua Demétrio Ribeiro, José Joaquim da Veiga contribuiu, doando parte das terras. Sua chácara localizava-se onde hoje se configuram as quadras voltadas para as Ruas Crispim Mira, Monsenhor Topp (antiga Rua Jaguaruna) e José Boiteux, até a Rua Professor Anacleto Damiani, limitando-se a Leste com a vertente do Morro do Antão e a Oeste, com a atual Rua Almirante Alvim.

O chalé onde Veiga residiu, na esquina da Rua Crispim Mira, foi demolido nos anos 1980. O nome de José Veiga – abolicionista e republicano em Desterro – consta ainda em pequeno edifício situado na Rua Almirante Alvin.

L

Lauro Müller, Praça (Jardim) – Era um largo nas vizinhanças do antigo Forte de São Luís, área de um antigo regato onde acorriam lavadeiras e aguadeiros. Essa praça anteriormente chamou-se Dias Velho, e a mudança de nome ocorreu pela Lei n. 3.336/1989, de 28 de dezembro de 1989. Ela fica situada entre a Rua Heitor Luz, Avenida Mauro Ramos e Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos. Ali esteve situado, entre 1922 e 1998, um obelisco – monumento ao bandeirante Dias Velho, o fundador da cidade. Esse obelisco de granito hoje está ao lado da ciclovia, na Avenida Beira-Mar.

Essa área, próxima à Praça Lauro Müller e fronteira ao *Beiramar Shopping*, foi terreno por onde corria um regato, disputado, no século XIX, por lavadeiras e aguadeiros. Resultou de um vazio deixado pela demolição do antigo e pequeno Fortim de São Luís. A grafia antiga para o Forte aparece registrada com “s”, na maior parte da cartografia, enquanto para o local – praia, arrabalde e a dita ponte – aparece a escrita com “z”, na planta de 1876 (Figura 102).

M

Mato Grosso – Região específica da cidade onde até o início do século XX predominavam matas e chácaras. Abrangia o entorno da atual Praça Getúlio Vargas, alcançava as Ruas Visconde de Ouro Preto, Emir Rosa, Almirante Alvin e Victor Konder.

Mauro Ramos, Avenida – Antes de 1930, a avenida era chamada Rua José Veiga. Também se chamou, em parte, Rua das Carreiras (por conta da frequência de cavalos de montaria em direção à Agrônômica) e Rua do Curtume (na planta de 1876). Foi também Rua das Olarias (devido à presença dessas fábricas de tijolos e telhas) e Rua Dr. Sebastião

Braga. Ela se conectava ao entroncamento com a Rua Demétrio Ribeiro, em direção a São Luiz (e Agrônômica). Mauro de Oliveira Ramos (1899-1981), filho de Vidal Ramos (Governador de Santa Catarina) e Teresa Fiúza de Carvalho, irmão do ex-Governador Nereu Ramos, foi nomeado Prefeito de Florianópolis, entre 1937 e 1940, tempo em que urbanizou a avenida, executando o seu trecho final, ligando-a à Rua Bocaiuva. Assim, ele concluiu essa importante artéria que corta o triângulo central da cidade de Norte a Sul.

Morro da Gasosa – Região da Rua Demétrio Ribeiro. Ali, segundo Adolfo Nicolich (SILVA, 1995), havia uma fábrica de refrigerantes, pioneira em Florianópolis. Veja também (Rua) da Gasosa.

Morro do Antão – O Morro da Cruz, também conhecido como Maciço do Morro da Cruz ou Maciço Central de Florianópolis, é uma formação rochosa localizada na parte insular da cidade. Algumas emissoras de rádio e televisão e as principais antenas de telecomunicações da cidade localizam-se nesse morro. Do seu pico, a 285 metros de altura, no Mirante do Morro da Cruz, se tem uma das melhores vistas panorâmicas dos bairros centrais de Florianópolis e da região continental. Avistam-se as duas baías, as pontes que ligam a Ilha ao Continente e os bairros da região continental. Em dias claros, pode-se avistar municípios como Palhoça, São José e Biguaçu. O principal acesso ao mirante do Morro da Cruz é feito pela Rua do Antão, nome derivado do português Antão Lourenço Rebolo, que foi proprietário de terras na encosta do morro. No século XIX, esse morro foi fundamental, provendo com seus cursos d'água o abastecimento da região central da Vila e de onde era retirado o barro para as olarias que produziam louças, telhas e tijolos para

as construções. Era chamado Morro do Sinal ou Morro do Pau da Bandeira, já que em seu cume havia um semáforo (um mastro), onde era hasteada uma bandeira para avisar, por meio de códigos, a entrada de embarcações nas duas baías. O caminho pela estrada do Pau da Bandeira era a passagem mais curta entre a Capital e a freguesia do Bairro da Trindade. Naquele tempo, muitos cortavam caminho por ele para chegar à Trindade, maciço que compõe hoje o Morro da Caixa.

Apesar das dificuldades de acesso, o morro já era visitado com frequência tanto por moradores da Capital como por excursionistas. O Visconde de Taunay, que foi presidente da Província de Santa Catarina em 1876, percorreu o local, deixando descrição (1890-1892) detalhada sobre a paisagem. Só em 6 de janeiro de 1901 é que foi inaugurada uma cruz, que passou a indicar o local como Morro da Cruz.

N

dos Namorados, Praça – O antigo Largo de São Sebastião era um terreno livre, por onde descia um regato, que chegava à beira-mar. Há quem recorde das brincadeiras de bola nesse descampado, atravessado pela Rua Bocaiuva. O espaço foi efetivamente dividido entre Praça dos Namorados e Largo de São Sebastião após a abertura da Avenida Beira-Mar, e a urbanização da Praça dos Namorados foi um projeto moderno, com bancos e árvores, posterior a 1970.

O

das Olarias, Rua – Corresponde à atual Avenida Mauro Ramos e à Rua Demétrio Ribeiro. A planta de 1876 (Figura ...) indica olarias (fábricas de telhas e tijolos) na área, segundo manuscrito de José Boiteux (s/p.)

existente no Arquivo Público Estadual de SC, “um caminho torto, com algumas olarias de tijolo d’um lado”.

Othon Gama D’Eça, Avenida – ver: (Avenida) Professor Othon Gama D’Eça.

P

do Passeio, Rua – O caminho (ou Rua) da Praia de Fora Beira-Mar. Foi Rua Formosa (1865), Rua do Senador Mafra (1874), depois, Rua Esteves Júnior (1889).

Pedra Grande, região, arrabalde – De acordo com Pereira (2004, p. 182), o topônimo deriva de uma grande pedra oval que existia na praia, nas proximidades da atual Igreja de São Luiz Gonzaga e Nossa Senhora de Lourdes. Essa pedra ficava ao largo do caminho que levava à Estação Agrônômica e, por isso, deu nome ao lugar. Ela ainda existe, no mesmo local, porém menor, devido ao aterro de 1979. Foi posteriormente desfigurada, sendo parcialmente incorporada a um edifício de apartamentos da Rua Frei Caneca, quase em frente ao comércio Pão Italiano. Todavia, não traz qualquer indicação.

Para referenciar a história do lugar e sua toponímia, a Praça Amaro Seixas Neto (entre a Avenida Beira-Mar e a Rua Frei Caneca) foi desenhada pelo arquiteto do IPUF, Enio Germano Martins, criando um cenário bastante simples, cujo conceito previa gramado e vegetação baixa, para destacar o resquício e a memória da Pedra Grande além de promover a mobilidade urbana. A praça foi executada pela empresa responsável pela construção do edifício *La Perle*, numa contrapartida compensatória de minimização de impacto. Hoje, interferências no entorno prejudicam a visão da pedra monumento.

Ponta do Coral – Ou Ponta do Recife, segundo Cabral (1972), era uma vigia no sistema de fortificações da Ilha de Santa Catarina. No século XVIII, época das disputas territoriais entre as grandes potências navais, caso navios ultrapassassem as defesas de Anhatomirim, Rationes e Ponta Grossa, supunha-se que poderiam atracar nas enseadas fronteiras a Sambaqui e Saco Grande, mas seriam vigiadas a partir da Ponta do Coral.

A Praia de Fora era um dos caminhos utilizados por quem buscava querosene em um depósito da Standard Oil que, entre 1929 e 1937, funcionou na Ponta do Coral. Esse combustível era importante para as fabricetas da cidade, para os primeiros automóveis e para as embarcações.

Em 1978, com a construção da Avenida Beira-Mar Norte, houve a divisão dessa ponta do restante do terreno, que estava ocupado pelo antigo Abrigo de Menores.

Praia de Fora – A expressão informal “Praia de Fora” popularizou-se entre os mais antigos para referir-se à vasta orla da Baía Norte, a qual se alcançava desde o centro da cidade, principalmente pela Rua Esteves Júnior e pela Avenida Mauro Ramos. As pequenas praias da região da Praia de Fora, uma sequência que se estende desde a Pedra Grande até o Arataca ao longo da orla norte do centro da cidade. Cada uma delas tem sua história e suas particularidades, resgatadas por Pereira (2004, p. 182-188). O autor afirma que primitivamente a Praia de Fora se estendia desde a Ponta do Recife até o Forte de Santana, na Praia do Arataca. Com o tempo, porém, a Praia de Fora foi subdividida em Praia da Pedra Grande, Praia de São Luís, Praia de Fora e Praia do Müller. A extensão atual é estimada em 700 metros, alternando faixas de areia, intercaladas por muros de arrimo e o arrocamento de

pedras do aterro da Baía Norte. Sua extensão limita-se pela Rua Alves de Brito, ao Norte, e o trapiche da Avenida Beira-Mar, na altura da chamada Pedra do Badejo.

O nome “Praia de Fora” se deve à localização afastada do centro fundacional da cidade, no entorno da antiga Praça da Igreja Matriz – a atual catedral. Num tempo em que se percorria a cidade a pé, em charretes ou a cavalo, essa praia, no lado oposto à Praia da Vila, era identificada como “de fora”.

Na Praia de Fora, havia um trapiche, ponto de embarque e desembarque oficial da travessia Ilha-Continente, utilizado preferencialmente nos dias de vento sul. Ele ficava no eixo da antiga Rua do Passeio – hoje Rua Esteves Júnior – que emenda com a Rua Álvaro de Carvalho, num caminho direto para o centro da cidade. Esse trapiche desapareceu com as obras de aterro para a construção da Avenida Beira-Mar. Até o início do século XX, a navegação entre as Baías Norte e Sul era intensa e orientada pelos ventos predominantes. Nos dias em que o vento era norte, o ponto principal de desembarque era na Baía Sul, onde existia o trapiche municipal e, depois, o bar e restaurante *Miramar*.

Também é interessante registrar que, nas ocasiões de vento sul, era nessa praia, na Baía Norte, que ocorriam, entre 1938 e 1950, amerissagens de hidroaviões.

Era região pouco habitada, mas, com o tempo, passou a ser a predileta para as chácaras, reunindo especialmente as famílias de origem germânica. Grandes casas à beira-mar deram espaço, mais tarde, a sobrados de classe média e alta e, depois, aos edifícios de apartamentos e posteriormente até a hotéis.

Praia do Müller – Até o final do século XIX, essa praia era entendida de maneira genérica como Praia de Fora. Mas, segundo Pereira

(2004, p. 188), ela teria 650 metros de extensão e possuía uma larga faixa de areias claras, separada da praia seguinte, a Praia do Arataca, mais ao Sul, por uma ponta de terra. Seu formato côncavo foi invertido, com a criação da Avenida Beira-Mar, pois os arrimos de pedra e o aterro criaram uma curva convexa sobre as águas. Mesmo assim, o local ainda é lembrado como Praia do Müller, nome ligado à família alemã que veio, por volta de 1885, prestar serviços para a firma de Carlos Hoepcke.

O nome se popularizou, pois a família Müller cresceu, e várias residências na Praia de Fora pertenciam a ela. Eles passaram a ter participação destacada no comércio, na indústria, nos serviços e nos esportes, sendo mesmo excelentes remadores, especialmente no Clube de Regatas Riachuelo. Especialmente com vento sul soprando, as águas calmas serviam de local de partida para a “Raia de Corridas” dos populares campeonatos de remo. Hoje essa praia ainda é referencial para esse esporte náutico, muito embora esteja poluída pelo lançamento de esgotos e imprópria para banho de mar.

A Praia do Müller ficava entre a Rua Arno Hoeschel e a Praça Esteves Júnior. Dali para frente, em direção ao Beiramar Shopping, ficava a Praia de Fora. Mais adiante, ficava a Praia de São Luiz. É ainda lembrada pelos mais idosos como o reduto dos banhistas mais modernos, moradores das Ruas Bocaiuva e Almirante Lamago, cujas residências, em geral, tinham os fundos voltados para o mar. Não reunia o charme de Canasvieiras, Ingleses ou Coqueiros, mas era próxima e acessível.

Praia da Pedra Grande – Pereira (2004, p. 184) estima em 750 metros a extensão desse costão de pedras, desde a Pedra Grande até o extremo sul da Praça Governador Celso Ramos, onde inicia a Praia de São Luiz.

Hoje não há mais praia. A orla se resume ao enrocamento de pedras executado quando do aterro da Baía Norte. Mas algumas pedras que afloram nas marés baixas recordam, aos mais velhos, os pioneiros banhos de mar e desafios de natação. As águas, embora poluídas, ainda são piscosas para a pesca de anzol.

Presidente Coutinho, Rua – Nos séculos XIX e XX, as chácaras situavam-se especialmente nas regiões da Praia de Fora e do Mato Grosso. A ligação entre essas duas regiões era feita por um caminho entre as chácaras, que deu origem à Rua Presidente Coutinho, a qual já aparece em plantas desde 1868 e em anúncios do jornal *A Regeneração*, em 1871. João Francisco de Sousa Coutinho nasceu e morreu em Desterro (1804-1869). Filho de Domingos Francisco de Sousa Coutinho e de Genoveva Francisca de Sousa, foi deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina por 8 legislaturas. Depois, foi vice-presidente da Província de Santa Catarina, tendo assumido a presidência interinamente por duas vezes, em 1862 e em 1868. Foi comendador e oficial da Imperial Ordem da Rosa.

Professor Othon Gama D’Eça, Avenida – Essa avenida, aberta em 1959, cortou as terras da antiga chácara dos Silveira e dos von Wangenheim. Foi uma das primeiras a fazer a comunicação com a Avenida Beira-Mar, sendo importante elo viário entre o Centro e a Baía Norte. Em 1990, a Avenida Professor Othon Gama D’Eça ainda era pavimentada com lajotas, sendo asfaltada somente por volta de 1996. Ver: Travessa Triunfo e Rua do Fogo.

Othon da Gama Lobo d’Eça, que dá nome à Avenida, foi advogado, jornalista e poeta. Nasceu em 3 de agosto de 1892, em Florianópolis, e faleceu em 7 de fevereiro de 1965. Exerceu diversas atividades na administração

estadual, sendo Secretário de Estado, professor da Faculdade de Direito e presidente do Partido Integralista em Santa Catarina. Ele era um dos filhos do marechal de campo Manoel de Almeida Gama Lobo d’Eça, o Barão do Batovi, herói da Guerra do Paraguai e que foi vítima do massacre ocorrido em Fortaleza de Anhatomirim, quando pelo menos 185 homens, civis e militares, sem julgamento, foram fuzilados, degolados ou enforcados, por ordem do coronel Moreira César, em abril de 1894, acusados de conspiração contra o Presidente Floriano Peixoto. Foi filho de Othon da Gama o arquiteto e professor Luiz Felipe Gama d’Eça (falecido em 2011), pioneiro no planejamento urbano de Santa Catarina, tendo ativa participação no primeiro Plano Diretor produzido na Capital (1976), pelo Escritório Técnico de Planejamento (Esplan), o qual previa o crescimento da cidade dirigido para o Campeche, no Sul da Ilha.

R

Rubens de Arruda Ramos, Avenida – ver: (Avenida) Jornalista Rubens de Arruda Ramos.

Rufino José da Silva, Travessa – Foi aberta entre 1927 e 1929.

Rui Barbosa, Rua – Continuação da Rua Frei Caneca, em direção à Agrônômica. Rui Barbosa de Oliveira nasceu em Salvador, em 1849, e faleceu em Petrópolis, em 1923. Foi importante estadista, político, diplomata e jurista brasileiro e teve grande participação no processo de Proclamação da República (1889). Tornou-se o primeiro Ministro da Fazenda da história do Brasil República. Ele foi também ensaísta, tradutor e orador. Fundou o Partido Liberal, em 1913, e foi indicado, em 1910 e em 1914, à Presidência da República. Foi Deputa-

do Federal e Senador sucessivamente reeleito, cargo que exerceu até a morte. Destacam-se os seus trabalhos na redação do Código Civil Brasileiro.

S

de Sant'Anna, Rua – A questão da religiosidade católica sempre teve relação direta com a toponímia e a ocupação de territórios da Praia de Fora, uma vivência comunitária e familiar. Corresponde à atual Rua Almirante Lamego, que hoje se estende da esquina da Rua Esteves Júnior até a confluência com a Rua Conselheiro Mafra e a Alameda Adolfo Konder. A Rua de Sant'Anna indica a antiga devoção à santa, mãe de Nossa Senhora. Segundo José Boiteux, em manuscrito paleografado existente no Arquivo Público Estadual de Santa Catarina, o nome teve origem no Forte de Santana, caminho que se estendia desde a Praia de Fora, num nível mais baixo, até a frente do canal do estreito. Esse caminho se consolidou provavelmente em virtude da construção do Forte, em 1763. Desativado em 1907, o Forte foi restaurado e hoje em dia o acesso a ele e ao Museu Antônio Lara Ribas é pela Avenida Beira-Mar.

São Luiz – Região ao longo da Rua Frei Caneca e que antecede à Agrônômica. Era uma área à beira-mar, uma prainha que resultou dividida em três segmentos, após 1963.

Segundo Pereira (2004, p. 184), a chamada Praia de São Luiz “tem início no extremo sul da Praça Celso Ramos e finaliza na divisa com um riacho, próximo à estação de tratamento de esgotos. Tem cerca de 800 metros e pode ser lembrada por outros nomes: Praia de Dias Velho, Praia do Pé de São Luiz, Praia do Forte e Praia de Fora”.

de São Luiz, Praia – (ou Luís em al-

guns documentos). Já foi local bastante arborizado, como se vê em fotos antigas. Na beira da praia, antes do aterro dos anos 1970, existiu uma pedra grande e lisa, em cujo dorso parecia haver marcada a forma da planta de um pé humano. A lenda atribuía a forma a uma aparição de São Luiz. Outros alegam que o bandeirante Dias Velho, fundador do povoado, por volta de 1673, teria estado no local. Em sua homenagem, foi erguido sobre a pedra um obelisco de granito. Mas esse monumento, que ficava no final do canal que coincide com o eixo da Avenida Mauro Ramos, foi transferido de lugar, passando para a calçada e ciclovia, junto à foz do riacho Morro do Céu. Na ocasião em que se realizou o aterro da Baía Norte, a pedra foi detonada, perdendo-se para sempre a marca do tal pé.

de São Marcos, Rua – Foi a antiga Rua Brusque (1876). Ligava o Mato Grosso à Praia de Fora. Hoje é Rua Altamiro Guimarães.

de São Sebastião, Rua – Corresponde hoje às Ruas Bocaiuva e Heitor Luz. O nome “Rua de São Sebastião” deveu-se à construção, em 1856, da capela dedicada ao santo, a qual ainda existe. São Sebastião era o protetor dos enfermos, “reconhecido patrono contra o flagelo da peste, fosse qual fosse o seu tipo e etiologia, febre amarela, bexigas, cólera-morbus, bubônica, ou outro qualquer”, registrou o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral no livro *Nossa Senhora do Desterro – Notícia*. A imagem do santo padroeiro foi esculpida em madeira policromada e é um objeto de arte sacra importantíssimo para a cidade até hoje.

A Rua de São Sebastião teve extensão que atualmente vai da Avenida Mauro Ramos (antiga Rua das Olarias) até a Rua Esteves Júnior (antiga Rua do Passeio), sendo que, desse trecho em diante, essa via pública passa a

ser denominada Rua Almirante Lamego (antiga Rua de Sant'Anna), que termina próximo à Ponte Hercílio Luz. Mas, no século XIX, o eixo incluía a Rua da Pedra Grande, atual Rua Frei Caneca.

de São Sebastião, Largo – Era um banhado por onde descia um regato que chegava à beira-mar. Ganhou esse nome devido à Capela de São Sebastião, que, em janeiro de 1856, teve a pedra fundamental ali colocada. Aos poucos, o largo foi definido com a compra de lotes particulares, por exemplo, em 1866, quando a Câmara “encarrega o seu procurador da compra da Rua de São Sebastião em frente à propriedade do cidadão Manoel José D’Oliveira, do terreno que for mister para a abertura de uma rua de 40 palmos que comunique com a praia.” Mas o espaço se estruturou realmente após a abertura da Avenida Beira-Mar e a urbanização da Praça dos Namorados, ficando a igreja justamente num ponto levemente elevado, ao fundo do largo.

O nome de Rua de São Sebastião parece ter sido alterado para Bocaiuva após 1889, mas é possível ter se prolongado no uso popular até o surgimento da Avenida Professor Othon Gama D’Eça, em 1969. A Rua de São Sebastião passava pelo meio do largo.

do Senador Mafra, Rua – Era como se conhecia, em 1876, a atual Rua Esteves Júnior, que também foi chamada Rua do Passeio. Por ela alcançava-se do centro da cidade até a Praia de Fora, visualizando diversas edificações lindas, entre elas, as chácaras de João Vieira Pamplona, José Feliciano de Brito, Alexandre José de Souza Rainha e Joaquim José Silva Ramalho, esta última com acesso exclusivo para a Rua do Senador Mafra.

T

Triunfo, Travessa – Também foi chamada Rua do Fogo. Conectava a Rua Bocaiuva às águas da Baía Norte. Esta Travessa é citada em jornais, de 1919 e 1925, com queixas sobre falta de iluminação, lixo e mato acumulados nesta região da Praia de Fora. Corresponde hoje ao trecho da Avenida Professor Othon Gama D’Eça, onde esta intercepta a Avenida Beira Mar.

Trompowsky, Avenida – Em 19 de janeiro de 1900, o jornal *República* anunciou que o superintendente municipal recebera ofício de dona Felicidade Trompowsky, *“ofertando generosamente ao governo do município a área de terrenos de sua propriedade, com 16 metros de largura, que vai da Rua Bocaiuva, na Praia de Fora, ao Largo Benjamim Constant, no Matto-Grosso, para a abertura de uma avenida com o título – Avenida Trompowsky”*. A oferta foi elogiada e aceita, sendo considerada *“um ato patriótico da veneranda senhora”*. Urbanizada em 1909, seu nome homenageia o Marechal Robert Trompowsky Leitão de Almeida (1853-1926). Ele desenvolveu brilhante carreira, ocupando cargos de capitão e professor e trabalhando em embaixada. Ligado à área cultural, publicou obras referentes à matemática. É considerado o Patrono do Magistério do Exército, entre outras titulações, e hoje dá nome a uma rua no Rio de Janeiro além da avenida em Florianópolis. Nas suas memórias, Adolfo Nicolich (SILVA, 1999), registrou que se acreditava haver um fantasma que aparecia entre a Avenida Trompowsky e o Largo Benjamim Constant, justamente onde ainda existe uma frondosa figueira. Perto, na época, residia a família de Gustavo Richard, que foi Governador do Estado. “Ao anoitecer, o povo em massa dirigia-se para o local, para assistir o movimento da polícia em perseguição ao fantasma.

Havia até tiros. Passar por ali era uma temeridade, principalmente à noite”. A Avenida Trompowsky tornou-se aos poucos um dos endereços mais requintados da cidade, recebendo chalés, bangalôs e arquitetura moderna, com o que havia de mais avançado na construção civil e programas arquitetônicos práticos e sofisticados. A casa dos Wangenheim ainda é uma das construções imponentes, com volume expressivo, circundada por jardins arborizados. Nessa rua, residiram também os Mussi, os Hoepcke, os Ramos, os Nappi, os Bessa e tantos nomes conhecidos (SILVA, 1995), alguns dos quais ainda lá permanecem.

V

do Victorino Menezes, Rua (ou Travessa) – A atual Rua Hoepcke já teve o nome de um dos maiores vendedores de escravos de Nossa Senhora do Desterro. Consta que entre os anos de 1868 e 1876, 165 escravos foram negociados por Victorino Menezes. O comerciante também é referenciado por comprar preferencialmente homens negros jovens, os quais revendia para fazendeiros do Sudeste brasileiro. O nome da via mudou. Hoje homenageia Carl Hoepcke, um empresário teuto-brasileiro, pioneiro no desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina. Nessa via, foi preservado um conjunto de moradas típicas dos trabalhadores das antigas fábricas Hoepcke.

“Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; [...] porque nos une, nivela e agremia o amor da Rua. [...] sentimento imperturbável e indissolúvel, o único que, como a própria vida, resiste às idades e às épocas. Tudo se transforma, tudo varia [...] séculos passam, deslizam, levando as coisas fúteis e os acontecimentos notáveis. Só persiste e fica, legado das gerações cada vez maior, o amor da rua”.

João do Rio, 1908: A alma encantadora das ruas - Fragmento

IMPORTÂNCIA

DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A palavra “patrimônio”, derivada do latim *patrimonium*, remete ao conjunto de bens que pertencem a uma pessoa, sejam estes naturais ou jurídicos, e implica valor econômico, embora também possa ser usada de forma metafórica, sentido que vem sendo alargado. Amplia-se a atual definição, que inclui evocação das memórias, referências estéticas e históricas e fatores como conscientização, exercício de cidadania, ancoragem emocional e qualidade de vida no ambiente contemporâneo. A memória, assim como a história, por sua vez, significa não uma tendência saudosista, mas a escolha e a construção de nexos que permitem avanços, ultrapassando preconceitos e rótulos conservadores. Na construção da memória, estão assentadas as identidades individuais e coletivas, que qualificam as vivências atuais.

As vivências no antigo arrabalde da Praia de Fora Beira-Mar continuam vívidas na sociedade local, naqueles indivíduos mais velhos, que apontam para o bairro, suas quadras e suas ruas, as quais ainda guardam, além da memória evocativa, parte do verde, da brisa marinha, da atmosfera de uma vizinhança até certo ponto preservada das transformações urbanas mais dramáticas.

Essa realidade se deve, em grande parte, ao trabalho pioneiro de preservação do patrimônio material garantido por legislação

municipal – a Lei n. 1.202 de 1974, que estabeleceu as diretrizes para a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do Município de Florianópolis e criou o órgão competente. Por lei, constituem patrimônio histórico e artístico de Florianópolis “os bens móveis e imóveis existentes no seu território, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos notáveis, quer por seu valor cultural a qualquer título”.

Atualmente, Florianópolis preserva importante acervo arquitetônico de valor cultural, que alcança mais de 600 edificações históricas tombadas, incluindo o Centro do Município e os demais distritos. Além dos ícones da cidade, como o Palácio Cruz e Souza e a Catedral Metropolitana, imóveis menores, como a *Casa de Chácara*, são preservados, sendo a manutenção responsabilidade dos proprietários, que, ao conservar esses bens, têm direito à concessão de incentivos fiscais e urbanísticos, como a isenção de IPTU e a transferência do índice de construção, o que permite ao proprietário acréscimos de área construída em outros setores urbanos, seguindo regras específicas, determinadas pela legislação urbanística.

A quadra em que se encontra a *Casa de Chácara* e o eixo da Rua Bocaiuva detém algumas edificações tombadas e ainda mantém

áreas verdes significativas do triângulo central da cidade junto a esses exemplares arquitetônicos históricos. A recuperação da *Casa de Chácara*, transformada em espaço cultural, devolve à cidade um raro exemplar de habitações similar a algumas encontradas em outras cidades onde as chácaras também se proliferaram. Esse tipo de propriedade existiu nos mesmos moldes em outros grandes centros, e algumas sobreviveram apesar do avançado processo de adensamento e verticalização.

A *Casa da Rua Bocaiuva* número 1892 é, em si, um dos últimos remanescentes das sedes de antigas chácaras. Seu valor se potencializa, na medida em que foi possível, por meio da pesquisa histórica documental e da história oral, recuperar e interpretar muitos elementos sobre o seu cotidiano e o daqueles que ali viveram ao longo de quase um século.

Com o seu restauro, atinge-se a meta: criar uma âncora, um espaço museal moderno e disponível para toda a população. Aproxima-se, assim, o Ministério Público da essência contemporânea dos museus. Não um museu que se pretende elitista, mas um museu feito para as pessoas, pelas pessoas e com as pessoas, essencialmente pautado na realidade cotidiana, reconhecendo as transformações do tempo, mas comportando um território típico

e de significados eloquentes. Preservar é difícil frente à modernização e ao crescimento acelerado do meio urbano, mas será mais fácil a manutenção de nossa identidade cultural se soubermos minimizar os impactos desses processos. Preserva-se, assim, parte da história e da memória das famílias que ali residiram, dos usos do imóvel e da rua, da sua matéria arquitetônica, por meio do restauro, respeitando-se as características originais e criando nova acessibilidade. Que se torne num ponto de referência indispensável para os estudos da história urbana de Florianópolis e contribua para responder à pergunta: "*Por que preservar?*". Para compreender os processos de evolução, a memória social, as referências condutoras da vida em sociedade, sem as quais o homem estaria privado de parte do seu contexto original e alienado das suas raízes.

PALAVRAS

DA EQUIPE

Como seria bom se pudéssemos escrever tudo sobre a *Casa de Chácara* e a rua Bocaiúva, esgotar o assunto e não deixar nada faltando, nada, nada para depois! Mas a realidade não é assim. Tempo e orçamento enxutos, falta de braços, pernas e cérebros para a tarefa enorme que abraçamos com muito entusiasmo, somados à confiança do Ministério Público de Santa Catarina e à simpatia e o apoio de todos os envolvidos, com suas declarações, leituras, correções, fotografias, livros e incentivo foram os ingredientes da receita que gerou este livro. Esperamos que esteja saboroso!

Assumimos o risco de suprimir, omitir, e até de errar, mas acreditando sempre que divulgar memórias é incentivar a produção de conhecimento e de crescimento. *“O senso do passado é uma necessidade”* escreveu o historiador Sérgio Buarque de Holanda. E o passado está gravado em nosso cérebro, dizia o arquiteto e urbanista Le Corbusier: *“A história está inscrita nos traçados e nas arquiteturas das cidades e aquilo que dela subsiste forma o fio condutor que, juntamente com os textos e os documentos gráficos permite a representação de imagens sucessivas do passado.”* Não percamos nunca este fio condutor que nos confere identidade, nos ancora e equilibra as emoções!

Aline, Eliane e Leonardo.

"O flâneur (...) é o eterno 'convidado do sereno' de todos os bailes, quer saber a história dos boleiros, admira-se simplesmente, e conhecendo cada rua, cada beco, cada viela, sabendo-lhe um pedaço da história, como se sabe a história dos amigos (quase sempre mal), acaba com a vaga ideia de que todo o espetáculo da cidade foi feito especialmente para seu gozo próprio."

João do Rio, 1908: A alma encantadora das ruas - Fragmento

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Djanira Maria Martins de. **Hercílio Luz**: uma ponte integrando Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981. 171 p.

ANDRADE, Laércio C. de (trad.); Lesson, P. Florianópolis, em 1822. Descrição de M. Gabet: Voyage autour du monde, Tomo 1, cap. II, Sé jour à Sainte-Catherine du Brezil, du 16 au 30 octobre 1822. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, v. IV, 1915.

BALDIN, Nelma. **A intendência da marinha de Santa Catarina e a questão da Cisplatina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1980. 127 p.

BALZ, Andréia. As epidemias na Santa Catarina da década de 1880: uma questão de saúde pública. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 84-93, 2008.

BARBOSA, Renato. **O garoto e a cidade**: Florianópolis dos anos 20. Florianópolis: Secretaria de Comunicação Social, 1979. 225 p.

BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: UFSC. (Org.). **Ensaaios sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

BORGES, Elaine; SCHAEFER, Bebel Orofino. **Vozes da Lagoa** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2007.

BORGES, Maury Dal Grande. **85 anos de bola**: a memória do futebol catarinense. Florianópolis: IOESC, 1996.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 488 p.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Trad.: Beatriz Mugayar Kühl. 3. ed. Cotia, SP: Atelier Editorial, 2004.

BRITO, Paulo José Miguel de. **Memória política sobre a capitania de Santa Catarina**. Lisboa: Academia Real de Ciências. 1829.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. Medicina, médicos e charlatões do passado. Florianópolis: Departamento Estadual de Geografia e Estatística, 1942.

_____. **Casas, sobrados e chácaras**. Porto: Tipografia da Livraria Simões Lopes, 1979a. (separata: Douro- Litoral).

_____. **Nossa Senhora do Desterro**: Notícias. Florianópolis: Lunardelli, 1979b. v.1.

_____. **Nossa Senhora do Desterro**: Memória I. Florianópolis: Lunardelli, 1979c. v. 2.

_____. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

_____. **A história da política em Santa Catarina durante o Império**. Edição em 4 volumes, (Org.) Sara Regina Poyares dos Reis. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

CALDAS FILHO, Raul. O solitário das Galés. Florianópolis, Insular, 2006.

CAMPOS, Edson Telê. **A Expansão imobiliária e seus impactos ambientais em Florianópolis**. Florianópolis: Insular, 2004. 231 p.

CAMPOS, Nazareno José de. Açorianos do Litoral Catarinense: da invisibilidade à mercantilização da cultura. Açores: **Arquipélago. História**, 2ª série. v.13, p. 177-201, 2009.

_____. São José-SC: Faces do rural no transcorrer histórico. In: CAMPOS, Nazareno José de; BRANDT, Marlon; CANCELIER, Janete. (Org.). **O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

_____. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC / Fundação Catarinense de Cultura, 1991. 162 p.

_____. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, p. 113-135, 2002.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888. **PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**. UniCEUB, FACJS, v. 2, n. 1, p. 11-30, 2007.

_____. **Negros em Desterro**: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1960.

CARVALHO, Álvaro de. **Aconteceu em Floripa**. Florianópolis: Editora do autor, 2001.

CARVALHO, Maria Celeste da Silva. **Livro de Crônicas**: "... Aquela menina". Edição datilografada. Belém do Pará: [s.n.], 1980.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Teresa Castro. Lisboa: Edição 70, 2000.

COMERLATO, Fabiana; VEIGA, Eliane Veras da. O sistema defensivo da cidade do Desterro: remanescentes de uma paisagem fortificada. In: Fernanda Codevilha Soares (Org.). **Arqueologia das Fortificações**: perspectivas. Florianópolis: Lagoa, 2015.

CORREA, Carlos Humberto Pederneiras. **História oral**: teoria e técnica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1978.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DO RIO, João. **A alma encantadora das ruas** - Fragmento Publicação on line - Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro - Ministério da Cultura. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/alma_encantadora_das_ruas.pdf>. Acesso em: jul. 2012.

FOSSARI, Domingos Manoel. **Florianópolis de ontem**. 3. ed. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1978.

GERLACH, Gilberto Schmidt. **Desterro**: Ilha de Santa Catarina. São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2010.

GERLACH, Gilberto. **Desterro**: Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: [s.n.], 2010. 2 t.

_____. **Ilha de Santa Catarina**. São

José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2015.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HICKEL, Maria do Carmo Rodrigues. **Rodolpho Guilherme Hickel**: um industrial. Florianópolis: [s.n.], 2003.

HÜBNER, Laura Machado. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: UFSC, 1981.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 4. ed. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

_____. **Os tempos da fotografia**: o efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. **Documento / Monumento**. In: _____. História e memória. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. p. 509-524.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (orgs.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. 281 p.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos livres**: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MACHADO, Alzemi. **Memórias do Abrigo de Menores**. Blumenau: Nova Letra; Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2009. 160 p.

MACHADO, César do Canto. **História do Futebol Catarinense**. Florianópolis: Insular, 2000.

MARTINS, Celso; GONZAGA, Armando Luiz. **Memórias das Fortalezas - Ilha de Santa Catarina - No meio do caminho havia um Armando**. Florianópolis: Bernúncia, 2017.

MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da abolição**: escravos e senhores no parlamento e na justiça. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

MENESES, Ana Cláudia. **Memórias de um patrimônio**: edifícios históricos do BADESC. Florianópolis: Badesc, 2001.

MORAES DE SÁ, Marcos. **A Mansão Figner**: o ecletismo e a Casa Burguesa no início do século XX. Rio de Janeiro: SENAC, 2004.

NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Anita Diana Corrêa. **UFSC 50 anos**: trajetórias e desafios. Florianópolis: UFSC, 2010. 480 p.
PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1998.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte: Ed. da UFSC, 1991. 396 p.

PEREIRA, Laís Soares. Laudo Técnico – **prospecção de pinturas murais** – In: Prospectiva, fevereiro 2015 / pag. 07 e 08.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e modernização**: um estudo de modernização em Florianópolis. Florianópolis: Lunar-delli, 1974.

_____. **Descortinando as 100 belas praias**

de Florianópolis em seu continente, suas lagoas, suas ilhas. Florianópolis: Insular; Fundação Cultural Açorianista – ECOMUSEU do Ribeirão da Ilha, 2004.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina.** 3. ed. Florianópolis : Lunardelli, 1975.

_____. **Dicionário Político Catarinense.** Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

RAMOS, Átila Alcides. **Memória do saneamento desterrense.** Florianópolis: CASAN, 1986.

RAMOS, Sebastião. **No tempo do Miramar.** Florianópolis: Papa-Livro, 1993.

REIS, Sara Regina Poyares dos. **História da minha Rua:** memória da Rua Esteves Júnior. Florianópolis: Editora da autora, 2005.

_____. **Capela São Sebastião:** 150 anos de História. Florianópolis: Editora da autora, 2006.

REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho de; KLUG, João. **Carl Hoepcke:** a marca de um pioneiro. Florianópolis: Insular, 1999. 400 p

RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa. **Evolução da Paisagem Urbana:** transformação morfológica dos tecidos históricos. Braga: CITCEM/IEM – FCSH (Universidade Nova de Lisboa), 2013.

SBRAVATI, Daniela Fernanda. O trabalho das(os) cativas(os) e as suas senhoras: relações de dependência na Freguesia de Desterro entre as décadas de 1850 e 1880. In: Simpósio

Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

SILVA, Adolfo Nicolich da. **Ruas de Florianópolis:** resenha histórica. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999.

_____. Adolfo Nicolich da. **Florianópolis:** a história de uma cidade. Florianópolis: Papa-Livro, 1995.

SILVA, Fernando Linhares da. **Pasto do Bode:** uma tradição inesquecível. Florianópolis: Papa-Livro, 1993.

SILVEIRA, Carmen Maria. **Lembranças da Tia Ame:** memórias da Bocaiuva. 2. ed. Curitiba: Maxigráfica, 2007.

SOUSA, Abelardo. Pousada da Saudade. **Revista A Verdade,** [S.l.], ano 2, n. 10, p. 50, 1979.

SOUZA, Alcídio Maфра de. **Guia dos Bens Tombados de Santa Catarina.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1989.

SZPOGANICZ, Erico. **O Legado de Antonio Maria:** de Portugal a Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. **Paisagens brasileiras.** Brasília: Senado Federal - Conselho Editorial, 2007. 120 p. (Edições do Senado Federal v. 89). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/188897/Paisagens%20Brasileiras.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

TUAN, Yi-Fu. Language and the Making of Place: A Narrative-Descriptive Approach. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 81, n. 4, p. 684-696, 1991.

WEHLING, Arno et al. (Org.) **Cem anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.

WRIGHT, Marie Robinson. **The New Brazil**: Its resources and attractions historical descriptive and industrial. Philadelphia: George Barrie & Sons, 1907.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina**: A Ilha. 2. ed. comemorativa dos 50 anos de fundação da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina S.A. Florianópolis: IOESC, 1984. 241 p.

_____. **Santa Catarina**: A Ilha. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1985.

VARZEA, Virgilio. Cruz e Souza. **A República**. Florianópolis, 24 mar. 1923. Disponível em: <santaafrocatarina.ufsc.br/santaafrocatarina/arq.jsp?nm=_137_.pdf&nmf>. Acesso em: mar. 2018.

VEIGA, Eliane Veras da. **As fortificações catarinenses no Brasil Colonial**: introdução ao seu estudo. 2. ed. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1988.

VEIGA, Eliane Veras da. (Coord.). **Valorização do casario histórico de Florianópolis**: manual de recuperação. Florianópolis: IPUF, 1993.

VEIGA, Eliane Veras da. (Org.) **Circuito Cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: memó-

ria urbana. Florianópolis: UFSC, 1993. 390 p.

_____. **Transporte coletivo em Florianópolis**: origens e destinos de uma cidade à beira-mar. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. **Florianópolis**: memória urbana. 3. ed. rev. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

Dissertações

ALVES, Morgana Celina. **Evolução e permanências dos usos agrários na Ilha de Santa Catarina**. 2012. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BASTOS, José Messias; MAMIGONIAN, Armen. **O comércio de múltiplas filiais em Florianópolis**. 1997. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

BEZERRA, Romeu Augusto de Albuquerque. **A terra urbana em Florianópolis (SC)**: loteamentos e desmembramentos de 1940 a 2001. 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina**. 1989. 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O estado e a transformação do espaço urbano**: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. 1997.186 f. Dissertação (Mestrado em Geogra-

fia)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. 1999. 257 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970)**. 1994. 140 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis - 1910/1930**. 1993. 155f. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 1993.

MORTARI, Claudia. **Os homens pretos do Desterro**: um estudo sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860). 2000. Dissertação (Mestrado em História) -Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

OLIVEIRA, Vitor Vieira de. **Estádio Adolfo Konder**: do Campo da Liga ao Pasto do Bode. Relatos históricos da primeira praça desportiva de Santa Catarina. 2011. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em jornalismo)-Universidade Federal de Santa Catarina - Curso de Jornalismo, Florianópolis, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis (SC). **Atlas do Município de Florianópolis**. Coordenado por Maria das Dores de Almeida Bastos. Florianópolis, IPUF, 2004. 166 p.il. IPUF.

REIS, Almir Francisco. **Permanências e**

transformações no espaço costeiro: formas e processos de crescimento urbano-turístico na Ilha de Santa Catarina. 2002. 287 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro**: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. 2009. 658 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888**. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano: a via de contorno Norte-Ilha**. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo:, 1994.

Legislação

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Lei n. 1.202, de 02 de abril de 1974**. Criação do SEPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural – Florianópolis).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Decreto **Lei n. 270, de 30 de dezembro de 1986**. Tomba, como patrimônio histórico e artístico do município, conjuntos de edificações existentes na área central do território municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Decreto Lei n. 512 de 1989**. Decretos específicos de tombamentos por conjunto ou edifício.

Fontes On-line

ALVES, Felipe. Rua da bocaiúva, no centro de Florianópolis, passara por revitalização até o fim de 2015. **Notícias do Dia**. 06 de set. 2015. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/rua-bocaiuva-no-centro-de-florianopolis-passara-por-revitalizacao-ate-o-fim-de-2015>>. Acesso em: 13 set. 2018.

BAIMA, Cesar. Proibição do tráfico de escravos no século XIX ilustra cinismo e racismo na formação social do Brasil. **O Globo**. 12 ago. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/proibicao-do-trafico-de-escravos-no-seculo-xix-ilustra-cinismo-racismo-na-formacao-social-do-brasil-21698158#ixzz5FTyi7EdR>>. Acesso em: ago. 2017.

BASTOS, Ângela; KUERTEN, Guto; OLIVEIRA, Amilcar. Nobres herdeiras. **Diário Catarinense**. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_nobres_herdeiras/index.htmlconsulta>. Acesso em maio 2018.

CANABRAVA, Alice Piffer. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. <<http://www.biblioteca.itamaraty.gov.br/periodicos/r/revista-de-historia-da-biblioteca-nacional>>. Acesso em 17 de maio 2010.

CASA DO BRUXO. **Site**. Disponível em: <http://www.casadobruxo.com.br/poesia/c/cruz_esp02.htm>. Acesso em: ago. 2018.

COLEGIO CATARINENSE. Disponível em: <<http://www.flacsi.netcolegioscolegio-catarinense>>. Acesso em: jul. 2018.

DAMIÃO, Carlos. Avenida Beira-Mar Norte co-

meçou a ser implantada há 50 anos. **Notícias do dia**. 27 set. 2014. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/carlos-damiao/avenida-beira-mar-norte-comecou-a-ser-implantada-ha-50-anos>>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Notícias do dia**. 27 set. 2014. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=https://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/carlos-damiao/muitos-prefeitos-e-grandes-desafios-desde-o-inicio-da-republica&client=firefox-b&source>>. Acesso em: maio/2018.

DE OLHO NA ILHA. Projeto pretende revitalizar a Bocaiúva em Florianópolis. **De olho na ilha**. 20 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/projeto-pretende-revitalizar-a-bocaiuva-em-florianopolis-veja-detalhes-em-video-.html>>. Acesso em: 13 set. 2018.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Hemeroteca digital brasileira**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx->>. Acesso em: ab. 2018.

GAMA D`EÇA, Othon. **Cinza e bruma e Poemas dispersos de Othon d'Eça**. Florianópolis: Fundação do Banco do Brasil: Ed. da UFSC, 1992. Disponível em: <<https://www.literatura-brasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=37823#188370352>>. Acesso em: 13 set. 2018.

GUIA FLORIPA. **Casa do Barão**. Disponível em: <www.guiafloripa.com.br/dicas/dicas-de-cidade/centro-executivo-casa-do-barao.htm>. Acesso em: out. 2017.

GRIECO, Bettina Zellner. **Dicionário do Patri-**

mônio Cultural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/50/fotografia-06/04/2014>>. Acesso em: dez. 2017.

HIDELBRAND, Paulo. **Fotos antigas de Florianópolis.** Disponível em: <<https://picasaweb.google.com/102821784464374044971>>. Acesso em: dez. 2017.

IMAGEM DA ILHA. **Série ruas do coração.** Disponível em: <<http://floripamanha.org/2009/12/serie-Ruas-do-coracao/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

INSTITUTO CARL HOEPCKE. **Inauguração do Centro Cultural Ruth Hoepcke da Silva.** Disponível em: <<http://www.institutocarlhoepcke.com.br/inauguracao-do-centro-cultural-ruth-hoepcke-da-silva/>>. Acesso em: 13 set. 2018.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Plano Diretor. Plantas antigas/ Projeto de Restauro e Complementares/ Escritura do imóvel/Docs antigos das famílias proprietárias; Processos de Tombamento (IPUF): Santa Catarina Country Club; Casa do Barão, Chalés, Inspeção de Rios e Portos, e outros.** Disponível em: <<https://www.ipuf.sc.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2017.

_____. **Imagens Aerofotogramétricas: 1938, 1957, 1977, 1994, 2002 e 2017.** Disponível em: <<http://geo.pmf.sc.gov.br/>>. Acesso em: fev. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Site.** Disponível em: <<https://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: out. 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. Brigada Silva Paes. **14ª Brigada de Infantaria Motorizada.** Disponível em: <<http://www.14bdainfmtz.eb.mil.br/index.php/historico-bda>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

MORATELI, Gabriela. Festas na mansão. **Jornal imagem da ilha.** 02 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.imagemdailha.com.br/noticias/arquitetura-e-decoracao/festas-na-mansao.html>>. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. História quase esquecida. **Jornal imagem da ilha.** 13 de set. de 2013. Disponível em: <<http://www.imagemdailha.com.br/noticias/cidade/historia-quase-esquecida.html>>. Acesso em 30 out. 2017.

MUSSI, Paulo Richter. **Casas antigas.** Disponível em: <<http://casasantigas-sc.blogspot.com/2012/11/rua-bocaiuva.html>>. Acesso em: out. 2017.

NOTÍCIAS DO DIA. **Coluna de Carlos Damião.** Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/carlos-damiao>>. Acesso em: 2017/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30_11_2016_16.54.20.0658b2ad6df77747ce93a98c47a0b345.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

DO RIO, João 1908: **A alma encantadora das ruas.** – Fundação Biblioteca Nacional – Departamento Nacional do Livro – Ministério da Cultura <<http://www.biblioteca.itamaraty.gov.br/>>

periodicos/r/revista-de-historia-da-biblioteca-nacional >. Acesso: julho, 2012)

SANTA AFRO CATARINA. **Site**. Disponível em: <<http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina>>. Acesso em: ago. 2018.

SCHMITZ, Paulo Clóvis. A rua é a mesma, mas o nome: conheça as ruas de Floripa que têm várias denominações. **Notícias do dia**. 15 de out. 2016. Disponível em: <ndonline.com.br/florianopolis/plural/a-rua-e-a-mesma-mas-o-nome-conheca-as-ruas-de-floripa-que-tem-varias-denominacoes>. Acesso em: out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **História e depoimento da Sra. Annita Hoepcke da Silva**. Disponível em: <<http://iu.ufsc.br/historia/e-depoimento-de-sra-annita-hoepcke-da-silva>>. Acesso em: out. 2017.

_____. **Fotos antigas de Florianópolis/SC** <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/25854/recent-submissions>>. Acesso em: nov. 2017.

VELHO BRUXO. **Fotos antigas de Florianópolis/SC**. Disponível em: <<http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/Albuns.html>>. Acesso em: dez. 2017.

WANGENHEIM, Aldo von. **Acervo fotógrafa Edla von Wangenheim**. Disponível em: <<http://www.inf.ufsc.br/~aldo.vw/Edla/>>. Acesso: abril/2018. >Acesso: abril/2018.

WISENTAINER, Poliana Dallabrida. Arquiteto do Projeto Fortalezas UFSC defende criação da Praça Forte de São Luis da Praia de Fora. **Universidade Federal de Santa Catarina**. 04 set. 2015. Disponível em: <[\[lezas.ufsc.br/2015/09/04/arquiteto-do-projeto-fortalezas-ufsc-defende-criacao-da-praca-forte-de-sao-luis-da-praia-de-fora/\]\(http://lezas.ufsc.br/2015/09/04/arquiteto-do-projeto-fortalezas-ufsc-defende-criacao-da-praca-forte-de-sao-luis-da-praia-de-fora/\)>. Acesso em: set. 2018.](http://www.forta-</p></div><div data-bbox=)

«Avaí completa 85 anos nesta segunda e relembra fatos históricos». **Globoesporte.com**. 1 de setembro de 2008. Consultado em 2 de setembro de 2008

Jornais

BRAGA, Débora Murta. Canhões são encontrados durante escavação. **Diário Catarinense**, Sexta-feira, 4 de setembro de 1998.

FELHL, Aline. Escavações provocam polêmica na Capital. **Jornal ANCapital**. Florianópolis, Terça-feira, 17 de agosto de 1999.

GOMES, Osmar. Arqueólogo propõe escavação na praça Lauro Müller. **Jornal ANCapital**. n. 172. Florianópolis, Terça-feira, 5 de março de 1996.

GOMES, Osmar. Material arqueológico é achado no centro da Ilha. **Jornal ANCapital**. n. 170. Florianópolis, Domingo, 3 de março de 1996.

Anúncio de aluguel de escravo. **Jornal O Argos da Província de Santa Catharina**. Florianópolis, 08 de janeiro de 1860.

Anúncio de aluguel de escravo. **Jornal O Argos**. Florianópolis, 28 de abril de 1859.

Anúncio de escravo. **Jornal O Argos**. Florianópolis, 04 de julho de 1856.

Achado mais um canhão na praça. **Jornal O Estado**. Florianópolis, 27 de julho de 1999.

ARQUIVOS

DE IMAGENS

Arquivo Episcopal
Arquivo Histórico da Associação Antônio Edu
Vieira – Colégio Catarinense
Arquivos das famílias Hickel, Silveira, Souza
Mosimann e Veiga
Arquivo Histórico Municipal
Arquivo Público Estadual de Santa Catarina –
Falas e Relatórios de
Presidentes da Província e Mensagens de Go-
vernos diversos.
Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina –
Jornais diversos
Banco de Imagens do Centro de Documenta-
ção Casa da Memória – cartografia de época e
fotografias
Banco de Imagens – Coleção: Edla von Wan-
genhein (UFSC) responsável Prof. Dr. Aldo von
Wangenhein
Centro Cultural Ruth Hoepcke da Silva
Centro Educacional Menino Jesus
Instituto Carl Hoepcke
Instituto de Planejamento Urbano de Florianó-
polis (IPUF) legislação e cartografia.
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Ca-
tarina
Museu de Arte de Santa Catarina.
PROSPECTIVA - Arquitetura, Restauo e Con-
sultoria Ltda

FONTES E

ACERVOS

Figuras 1 e 12 - Google Earth.

Figura 2 - Prefeitura Municipal de Florianópolis. Atlas do Município de Florianópolis. IPUF, 2004.

Figura 3 - Museu de Arte de Santa Catarina. Reprodução: Márcio Henrique Martins.

Figuras 4, 5, 8, 9, 15, 18, 19, 26, 27, 94, 110, 114, 115, 128, 150 a 152, 159 a 163, 166, 167, 169, 174, 175, 184, 188 a 193, 202, 208 e 209 - Banco de Imagens da Casa da Memória.

Figura 6 - <https://www.google.com/search?q=https://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/carlos-damiao/muitos-prefeitos-e-grandes-desafios-desde-o-inicio-da-republica&client=firefox-b&source>. Consulta maio/2018.

Figuras 7, 37, 38 e 80 a 90 - Roseli Maria de Souza Mosimann.

Figuras 10, 11, 102, 103 e 179 a 182 - Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

Figura 13 - Arquivo Público Estadual de Santa Catarina.

Figura 14 - www.ndonline.com.br/florianopolis/coluna/carlos-damiao/recortes-da-capital-catarinense-registrados-ha-101-anos. (consulta junho, 2018).

Figura 16 - Aparecido Jannir Salatini, SP. In: Gerlach, Gilberto Schmidt. Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 422, Tomo II.

Figura 17 - Rogério Vahl. In: Gerlach, Gilberto Schmidt. Desterro: Ilha de Santa Catarina, 2010.

Figura 20 - Mons. Jamil Nassif Abib, SP. In: Gerlach, Gilberto Schmidt. Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 117, Tomo I.

Figura 21 - G. Schmidt - Gerlach. In: Gerlach, p. 112, 2015, Tomo I.

Figuras 22, 23, 118, 119, 120 e 176 - Arquivo Histórico da Associação Antônio Edu Vieira - Colégio Catarinense.

Figura 24 - <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1749>

Figuras 25 e 122 a 127 - Centro Educacional Menino Jesus.

Figura 28 - Jornal O Conciliador Catharinense. Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual de SC.

Figuras 29 a 33 e 197 a 200 - Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina.

Figura 34 - Mapa elaborado por Leonardo Ber-

toldi Borges. Base cartográfica: Geoprocessamento Prefeitura Florianópolis 2018. Adaptado de Veiga (2010 - Mapas 12 e 21).

Figura 35 – Figura fictícia – Arte COMSO.

Figura 36 - Cabral, Oswaldo Rodrigues, 1979. p. 27.

Figuras 39 a 42 - Referencial técnico: Histórico, Análise Tipológica, Estado de Conservação, Intervenção Emergencial e Proposta de Intervenção para a edificação tombada à rua Bo-caiuva, 1792 (antigo no 52). Prospectiva - Arquitetura, Restauo e Consultoria Ltda. / Arq. Lilian Mendonça.

Figuras 43 a 68 - PROSPECTIVA - Arquitetura, Restauo e Consultoria Ltda.

Figuras 69 a 78, 111, 113, 133, 135 a 137, 142, 143, 164, 170, 171, 203 e 211 - Acervo Leonardo Bertoldi Borges.

Figura 79 - Desenho elaborado por Leonardo Bertoldi Borges. Acervo de fotos e elaboração da árvore genealógica por Roseli Maria de Souza Mosimann.

Figuras 91 a 93, 95 a 101 e 134 - Família Silveira.

Figura 104 – Mapa elaborado por Leonardo Bertoldi Borges. Base cartográfica: Geoprocessamento Prefeitura Florianópolis 2018.

Figuras 105, 108 - <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/25854/recent-submissions>

Figura 106 - <https://www.minube.com.br/sitio-preferido/forte-de-santana-do-estrito-a3593235>

Figura 107 - Rolf Gutberley. In: Gerlach, Gilberto Schmidt. Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 622, Tomo II.

Figura 109 - Acervo Raulino José Zimmermann Neto.

Figura 112 - Arquivo Histórico Militar de Madrid. In: Tonera e Mendonça, 2011, p. 46.

Figuras 116 e 132 - Acervo: Carlos Damião.

Figuras 117, 129, 147, 148, 153, 165, 173, 206, 207 - Acervo Eliane Veras da Veiga.

Figura 121 - Federação Latino-Americana de Colégios da Companhia de Jesus. <httpwww.flacsi.netcolegioscolegio-catarinese>

Figuras 130 e 131 - Acervo Lucas Medeiros Zunino.

Figura 138 - Udo Wangenheim. In: Gerlach, p. 10-11, 2015, Tomo I.

Figura 139 - In: Exposição "Do Velho ao Novo Mundo. São Pedro de Alcântara: 170 anos de

Imigração.” Reprodução: Raulino José Zimmermann Neto.

Figuras 140, 141 e 144 - Aldo von Wangeheim. In: <http://www.inf.ufsc.br/~aldo.vw/Edla/>. Acesso: abril/2018.

Figuras 145 e 146 - Acervo Thiago Guedes Wilcke.

Figura 149 - In: Gerlach, 2015, p. 558, Tomo II.

Figuras 154, 156 e 157 - Fonte: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=19

Figura 155 - Fonte: Oliveira e Toner, 2011, p. 29.

Figuras 158, 204 e 205 - Acervo: Yvone Maria Veras da Veiga.

Figura 168 - G. Schmidt-Gerlach. In: Gerlach, p. 517, 2015, Tomo II. http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=19. n° 007969.

Figura 172 - Mons. Jamil Nassif Abib, SP. In: Gerlach, p. 117, 2015, Tomo I.

Figuras 177 e 178 - Barbosa, Renato. 1979, pp. 190 e 193.

Figura 183 - <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1749>

Figuras 185 e 186 - Veiga, 2004, mapas das págs: 37, 67 e 129.

Figura 187 - Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Coleção Família Boiteux.

Figura 194 a 196 - Acervo: Arquivo Histórico de Florianópolis.

Figura 201 - Gilberto Gerlach.

Figura 210 - wp.clicrbs.com.br/cacaumenezes/2012/10/25/quem-perdemos. Acesso em: outubro de 2017.

Figura 212 - Mapa elaborado por Leonardo Bertoldi Borges. Base cartográfica: Geoprocessamento Prefeitura Florianópolis 2018.

Figuras 213 a 221 - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis/Sephan.